



International Edition **54**

Edição Internacional 2017

RC



Revista de Cultura
Review of Culture

INSTITUTO CULTURAL do Governo da R.A.E. de Macau

54

Edição Internacional
International Edition

Revista de Cultura
Review of Culture



ISSN 1682-1106



9 771682 110004





EDITOR
Publisher
INSTITUTO CULTURAL
do Governo da Região Administrativa
Especial de Macau

CONSELHO DE DIRECÇÃO
Editorial Board
Leung Hio Ming, Chan Peng Fai,
Wong Man Fai, Luís Ferreira
rci@icm.gov.mo

EDITOR EXECUTIVO
Executive Editor
Sofia Salgado
SofiaSalgado@icm.gov.mo

COORDENADOR
Co-ordinator
Luís Ferreira
LuisF@icm.gov.mo

CONCEPÇÃO GRÁFICA
Graphic Design
Grace Lei Iek Iong

SEPARAÇÃO DE CORES
Color Separation
Tipografia Seng Si Limitada
citip@macau.ctm.net

IMPRESSÃO
Printing
Tipografia Seng Si Limitada
citip@macau.ctm.net

TIRAGEM
Print Run
800

REDACÇÃO E SECRETARIADO
Publisher's Office
INSTITUTO CULTURAL
do Governo da R.A.E. de Macau
DEPUB - Divisão de Estudos e Publicações
Av. da Praia Grande No. 567, Edifício BNU, 12º andar A-D, Macau
Tel: (853) 8598 6737
Fax: (853) 2836 6806
Email: rci@icm.gov.mo
Internet: <http://www.icm.gov.mo>

RC é uma revista de Cultura e, domínio do Espírito, é Livre. Avassalada ao encontro universal das culturas, servente da identidade cultural de Macau, agente de mais íntima relação entre o Oriente e o Ocidente, particularmente entre a China e Portugal. RC propõe-se publicar todos os textos interessantes aos objectivos confessados, pelo puro critério da qualidade. Assim, as opiniões e as doutrinas, expressas ou professas nos textos assinados, ou implícitas nas imagens de autoria, são da responsabilidade dos seus autores, e nem na parte, nem no todo, podem confundir-se com a orientação da RC. A Direcção da revista reserva-se o direito de não publicar, nem devolver, textos não solicitados.

RC é uma revista simultaneamente publicada nas versões Chinesa e Internacional (em Português e Inglês). Buscando o diálogo e o encontro francos de Culturas, RC tem na limpidez a vocação e na transparência o seu processo.

RC is a cultural magazine published in two versions — Chinese and International (Portuguese/English)—whose purpose is to reflect the unique identity of Macao. The magazine also seeks to promote freedom of expression and through the articles published we hope to stimulate ideas and discussion of topics related to Western/Eastern cultural interchange, especially between China and Portugal.

RC publishes articles covering an extensive range of topics expressing a diversity of views. However, RC is not responsible for ideas and opinions voiced in these articles and thus they cannot be taken as editorial opinion. In addition, we reserve the right to withhold any unsolicited text from publication and the right not to return any unsolicited text.

Assine a



Revista de Cultura

Subscribe to

Review of Culture



Preços / Rates

Exemplar Avulso / Single Copy

Macau
MOP 80,00

Ásia / Asia
via aérea / air mail
US\$ 23,00

via marítima / surface mail
US\$ 14,00

Outros países / Other countries
via aérea / air mail
US\$ 29,00

via marítima / surface mail
US\$ 16,00

Assinatura / Subscription (4 números / issues)

Macau
MOP 160,00

Ásia / Asia
via aérea / air mail
US\$ 72,00

via marítima / surface mail
US\$ 36,00

Outros países / Other countries
via aérea / air mail
US\$ 96,00

via marítima / surface mail
US\$ 44,00

A globalização do conhecimento começou em Macau no século XVI quando os *saberes* do Oriente e do Ocidente se cruzaram nesta terra singular do Sul da China.

No século XXI, o intercâmbio cultural entre os *dois mundos* continua a ser a vocação de Macau.

A *Revista de Cultura* é o veículo dessa vocação.

Knowledge entered into an age of globalisation in Macao in the 16th century when the *wisdoms* of East and West met in this unique part of South China.

In the 21st century, Macao remains dedicated to cultural interchange between *both worlds* in a vocation maintained by *Review of Culture*.



Para fazer a assinatura ou para a compra de números atrasados, s.f.f. preencha e envie o formulário destacável que encontrará nas últimas páginas desta edição.

To subscribe or to purchase back issues, please fill in and mail the form available at the end of this issue.

CONTACTOS
Contacts
Email: rci@icm.gov.mo
Tel: 853-85986737
Fax: 853-28366806

COLABORARAM NESTE NÚMERO
Contributors to this Issue

TEXTO

Texts

Alfredo Gomes Dias
Dora Nunes Gago
Fernanda Dias
Giorgio Sinedino
Leonor Diaz de Seabra
Maria Kar-wing Mok
Paul A. Van Dyke
Rui Simões
Vera Borges

REVISÃO

Proofreading

Chao Siu Fu (Chinês),
Luís Ferreira (Português),
Jennifer Ann Day (Inglês)



Design João Jorge Magalhães

A NOSSA CAPA

O papel da mulher na sociedade macaense é tema central do primeiro número de 2017 de *Revista de Cultura*. Fernanda Dias, Dora Nunes Gago e Vera Borges analisam autoras de Macau, o olhar feminino sobre duas culturas em convivência e a luta das personagens pela emancipação. Leonor Diaz de Seabra tece uma pesquisa histórica sobre a mulher macaense, costumes e tradições ao longo dos séculos, enquanto Alfredo Gomes Dias apresenta um estudo focado no papel social desempenhado pela mulher na corrente migratória Macau-Xangai. A adopção da língua inglesa como língua de instrução em Macau entendida, a partir do segundo quartel do século XIX, como instrumento de valorização e superioridade civilizacional é assunto explorado por Rui Simões. No campo historiográfico, Paul A. Van Dyke examina o rolo panorâmico de Alexander Hume, que nos fornece uma visão única e detalhada da história do comércio de Cantão. A complementar, Maria Kar-wing Mok, com base no estudo das lojas e lojistas cantonenses, retrata a interação existente entre comerciantes ocidentais e empresários locais. No módulo dedicado à Literatura Clássica chinesa, Giorgio Sinedino oferece uma tradução anotada e comentada dos três prefácios da obra *Classificação dos Poetas*, do literato chinês Zhong Rong, fundador de uma tradição de crítica literária na China.

OUR COVER

The role of women in Macanese society is the central subject of the first issue of 2017 of *Review of Culture*. Fernanda Dias, Dora Nunes Gago and Vera Borges analyse authors from Macao, the feminine view of two cultures in coexistence and the struggle of the characters for emancipation. Leonor Diaz de Seabra presents historical research on Macanese women, customs and traditions throughout the centuries, while Alfredo Gomes Dias writes on the social role of women in the Macao-Shanghai migratory flow. The adoption of English as a language of instruction in Macao, understood from the second quarter of the 19th century as an instrument of valorisation and of civilisational superiority, is the subject explored by Rui Simões. In the historiographical field, Paul A. Van Dyke examines Alexander Hume's panoramic scroll, which gives us a unique and detailed view of the history of the Canton trade. In addition, Maria Kar-wing Mok, based on the study of Cantonese shops and shopkeepers, depicts the interaction between Western traders and local entrepreneurs. In the module dedicated to Chinese Classical Literature, Giorgio Sinedino offers an annotated and commented translation of the three prefaces of *Classification of the Poets*, a work by the Chinese writer Zhong Rong, founder of a Chinese tradition of literary criticism.

SUMÁRIO
Index



06 LITERATURA * LITERATURE
FIGURAÇÕES FEMININAS NAS OBRAS DE DEOLINDA DA CONCEIÇÃO, MARIA ONDINA BRAGA E FERNANDA DIAS: OS ÁRDUOS CAMINHOS DO EXÍLIO E DA EMANCIPAÇÃO
江道莲、玛丽亚·翁迪娜·布拉加和晴兰作品中的女性形象: 流放与解放的艰苦历程
Dora Nunes Gago

18 MITOS E METAMORFOSES DO SUJEITO NA JORNADA POÉTICA DE FERNANDA DIAS
晴兰创作历程中主题的虚构与变形
Vera Borges

28 A INSUBMISSÃO DA SEDA: UMA LEITURA DE *A CABAIA*, DE DEOLINDA DA CONCEIÇÃO
丝绸的顺从: 读江道莲作品《旗袍》
Fernanda Dias

40 ESTUDOS DE MACAU * MACAO STUDIES
AS “PORTUGUESAS DE XANGAI” (1850-1952)
上海的葡萄牙妇女(1850-1952)
Alfredo Gomes Dias



54 MACAO'S WOMEN: PORTUGUESE WOMEN/MACANESE WOMEN
澳门妇女: 葡裔妇女与土生妇女
Leonor Diaz de Seabra

64 HISTORIOGRAFIA * HISTORIOGRAPHY
THE HUME SCROLL OF 1772 AND THE FACES BEHIND THE CANTON FACTORIES
一七七二年的「广州十三行洪氏卷轴」与广州十三行的真实面貌
Paul A. Van Dyke



103 TRADING WITH TRADERS: THE WONDERS OF CANTONESE SHOPKEEPERS
与西方贸易商交易: 广东店主的奇迹
Maria Kar-wing Mok

116 EDUCAÇÃO * EDUCATION
À ESPERA DE EMIGRAR: O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA EM GOA E MACAU (SÉCULO XIX)
等待移居: 果阿和澳门的英语教学(19世纪)
Rui Simões



132 AS DIMENSÕES DO CÂNONE - VII * THE DIMENSIONS OF THE CANON - VII
OS TRÊS PREFÁCIOS DA *CLASSIFICAÇÃO DOS POETAS*, POR ZHONG RONG: TRADUÇÃO, NOTAS E COMENTÁRIO
钟嵘《诗品·三序》翻译及注释
Giorgio Sinedino

155 RESUMOS



158 ABSTRACTS





Deolinda da Conceição. Drawing by António Conceição Júnior.

Figurações Femininas nas Obras de Deolinda da Conceição, Maria Ondina Braga e Fernanda Dias Os Árduos Caminhos do Exílio e da Emancipação

DORA NUNES GAGO*

No presente texto apresentaremos uma análise das figurações femininas, do estatuto da mulher e da sua luta pela emancipação sobretudo em Macau. Para tal, seleccionámos contos de autoras que viveram no território e que configuraram nas suas obras imagens das mulheres chinesas ou macaenses. Ainda nesta linha de pensamento, as autoras seleccionadas permitem-nos olhar para uma tabela cronológica que se estende dos anos quarenta aos anos noventa do século passado, possibilitando assim também uma abordagem diacrónica da evolução da importância da presença feminina.

Nesta sequência, seleccionámos como *corpus* de análise os contos “A China fica ao lado” e “A morta” de Maria Ondina Braga, “Cheong-Sam” e “O modelo” de Deolinda da Conceição, “Sai Kuá” e “Jogos urbanos” de Fernanda Dias.

* Doutorada em Línguas e Literaturas Românicas Comparadas pela Universidade Nova de Lisboa, é Professora Auxiliar de Literatura no Departamento de Português da Universidade de Macau. Tem um considerável número de artigos publicados em revistas internacionais e capítulos de livros. De entre as suas publicações destacam-se *Imagens do Estrangeiro no Diário de Miguel Torga* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2008), para além de cinco livros de contos e dois poesia.

Ph.D. in Comparative Romance Languages and Literatures from Lisbon's Universidade Nova, she is currently Assistant Professor of Literature in the Department of Portuguese at the University of Macau. She has published a considerable number of articles in international reviews and chapters in books. Of note among her publications are *Imagens do Estrangeiro no Diário de Miguel Torga* (Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2008) as well as five books of short stories and two of poetry.

Acompanharemos, por conseguinte, seguindo uma ordem cronológica, os percursos das personagens femininas nos seus conturbados caminhos frequentemente entrecruzados pelo exílio.

AS PERSONAGENS FEMININAS NA OBRA DE DEOLINDA DA CONCEIÇÃO

Na obra *Cheong Sam: A Cabaia* (1956), ao longo dos vinte e sete contos, é-nos retratada a sociedade macaense da época e a luta das personagens femininas, muitas delas exiladas, pela emancipação. A obra relata ainda a vida das mulheres e homens chineses que sucumbiam ou lutavam contra a opressão, a pobreza extrema e as milenares superstições. Reflecte-se, nesta colectânea de contos, acerca dos perigos do materialismo e os inúmeros preconceitos que a mulher chinesa sofria. Além disso, transparecem os efeitos da Segunda Guerra Mundial, que a própria autora experimentou, quando durante a Guerra Sino-Japonesa (1937-1945) foi forçada a fugir de Xangai para Hong Kong.

No conto “Cheong-Sam”, que confere título à obra, o protagonista é um homem, que se encontra na cadeia e foi condenado ao degredo perpétuo. É com a descrição do eco do seu grito dado na cela que a história se inicia. Com efeito, o protagonista parece semienlouquecido, talvez pelo remorso, e vê constantemente a *cheong-sam*, ou seja, a cabaia, usada

LITERATURA

LITERATURE

pela sua mulher, por ele assassinada. Tal como refere Mónica Simas, esta cabaia assume-se como “um ícone do discurso que habita a memória do esquecimento” (2013: 24). Esta imagem obsessiva converte-se numa materialização do próprio remorso, indagando os motivos conducentes à tragédia e apresentando as suas consequências:

“Breve partiria para o degredo, sozinho, sem o conforto de um único coração amigo, para nunca mais voltar a ver aqueles rostinhos inocentes dos filhos, lançados na orfandade pelo destino cruel.” (Conceição, 2007:18).

A responsabilidade de toda esta desgraça é atribuída à guerra, ou seja, a uma causa extrínseca ao protagonista: “Maldita guerra! Maldita guerra, que tudo lhe levava e fizera dele um criminoso, um assassino, um pai sem coração, um homem sem raciocínio.” (Conceição, 2007: 19). Por outras palavras, a guerra foi o elemento alienador e desumanizador, que provocou toda a tragédia, cujos contornos começaremos a desvendar a seguir, através duma analepse. Só então nos é revelado o nome do protagonista, A-Chung, e o facto de o seu noivado ter sido realizado por acordo e conveniência entre as duas famílias. A sua noiva, Chan Nui, insistiu em partir para o “Novo Mundo” para estudar, durante dois anos, antes do casamento, uma vez que: “Tinha aprendido a língua do Novo Mundo e admirava, pelo cinema, quanto via daquele país que parecia atraí-la com a sua vida diferente, com os seus usos e costumes e com a agitação que ela verificava no seu próprio sangue” (Conceição, 2007: 21). Por conseguinte, esta postura revela a coragem, a ambição e a determinação de Chan Nui, que contrasta com o papel submisso que se esperaria da mulher neste contexto social. Ao mesmo tempo, encontra-se implícito o impulso de descoberta do “outro”, distinto e diverso, do “novo mundo”, que neste caso, será conotado com os Estados Unidos. Não deixa de ser curiosa a postura etnocêntrica de reduzir “o novo mundo” a um país ocidental, misterioso e desconhecido

Seguidamente, é narrado o regresso de Chan Nui, amadurecida e completamente diferente do que era antes de vivenciar a experiência de contacto com o exterior, uma vez que “A jovem, que partira tímida e hesitante, regressava uma mulher perfeita, elegante, falando desembaraçadamente e de gestos firmes, segura de si e ciente da sua educação esmerada” (Conceição, 2007: 21). Por conseguinte, o homem imediatamente se

apercebe de que a sua noiva é completamente diferente das mulheres da sua sociedade, visto que

“Era decidida, falava-lhe de igual para igual, sem servilismo, independente, tomando decisões imediatas sobre a forma de se conduzir, de se manter na sociedade dos estranhos” (Conceição, 2007: 21).

Imersa numa realidade distante, numa cultura diferente da de origem, Chan Nui transformou-se e emancipou-se, assistindo-se durante o desenrolar da narrativa à sua luta por manter essa emancipação num meio marcadamente “castrador” relativamente à independência e determinação das mulheres. Assim, Chan Nui evoluiu em contacto com a cultura estrangeira, regressando como uma mulher independente e emancipada, o que não se enquadra na sociedade patriarcal e conservadora chinesa que, tal como afirma Patricia Ebrey, parte do pressuposto de que a mulher, sendo moral e intelectualmente menos capaz do que o homem, deverá estar sob o seu controlo (1990: 204). Neste contexto, como preconiza a mesma autora, ao conceptualizarmos as diferenças entre feminino e masculino em termos de *yin / yang*, notamos que as duas forças se complementam, mas não de forma equitativa. Por conseguinte, para muitos autores, sobretudo, os marcados pelo Confucionismo, o *yang* é considerado superior. Então, tal como sugere Patricia Ebrey, partindo desta ideia, o papel social do homem será liderar e o da mulher segui-lo (Ebrey, 1990: 197-223).

Na verdade, apesar de tudo, Chan Nui esforça-se por se readaptar às regras da sociedade, pelas quais revela o seu respeito e cumprir com toda a segurança e dignidade os rituais que lhe são impostos, pois:

“Bela e elegante, era com desembaraço que realizava aqueles actos impostos às noivas na China, tais como de se ajoelharem diante dos sogros, oferecendo-lhes a tradicional xícara de chá, curvarem-se, em reverência, perante os membros mais velhos das duas famílias, etc.” (Conceição, 2007: 21).

Com efeito, verificamos que, no momento de profunda crise em que a família sofre as consequências da guerra sino-japonesa e a fome se abate sobre o lar, colocando em perigo a sobrevivência, Chan Nui incentiva o marido a encontrar um trabalho, algo em que ele não consegue ter sucesso. Então, perante a ameaça de ver os filhos morrerem à fome, ela revolta-se:

“Gritou-lhe a sua revolta e o seu desprezo, toda a desilusão da sua vida de se ver acorrentada a um ser como ele, desprovido até de sentimentos paternais, e jurou que enfrentaria o destino, a guerra, o inferno e a própria morte para que os seus filhos não sofressem mais fome.” (Conceição, 2007: 24).

Assim, será Chan Nui a tomar a liderança da família e a procurar emprego nos *dancings* da cidade. É com esse trabalho que consegue sustentar o lar. No entanto, o marido, para além do profundo ciúme, sente ferido o seu orgulho e a sua dignidade, e, no âmago sua humilhação, principia a esboçar um desejo de vingança:

“E, quando um dia sentiu tentações de a abraçar, viu surgir diante de si aquela cabaia que tantos conheciam e enlaçavam. Sentiu desejos de a esfarrapar, mas o arroz que ela trazia era indispensável para os filhos” (Conceição, 2007: 25).

No excerto supracitado, apercebemo-nos do conflito psicológico que dilacera a personagem, dividida entre o ciúme, o despeito, o orgulho ferido, a raiva por depender da mulher e a necessidade de sobrevivência. Transparece a mediocridade e incapacidade do marido em contraste com o brilho e poder de iniciativa da esposa. Neste caso, verificamos que a personagem masculina acaba por ser vítima também de um processo de representação social dominante, tal como refere Pierre Bourdieu (2002), baseado na liderança masculina, nas noções de honra, virilidade, etc. Não obstante, a ruptura e a tragédia serão impulsionadas pelo facto de Chan Nui se deixar deslumbrar pela riqueza, quando um dia parte para acompanhar um cliente estrangeiro rico a outra cidade, sentindo-se seduzida pelo luxo daquela nova vida, que a faz esquecer da passagem do tempo, da família e das suas obrigações para com ela, das quais apenas se recorda quando lê no jornal o pedido feito pelo marido para que regresse, pois um dos filhos adoeceu. Quando regressa a casa, num acesso de ciúmes, A-Chung, o marido assassina-a. Tal como preconiza David Brookshaw, esta é uma história de um conflito de valores e da emancipação feminina, no seio de uma sociedade tradicional cuja estrutura se tornou insegura devido à guerra e à necessidade de deslocamento (2002: 72). Neste conto, são fundamentais, para além da já referida questão da emancipação feminina, as transformações provocadas



por uma educação ocidental, susceptível, por vezes, de incentivar o gosto por certo tipo de luxos. De salientar, uma predilecção pela personagem feminina, cujo brilho, inteligência e independência contrastam com a mediocridade e, de certo modo, incapacidade do marido para ter sucesso na vida, que acaba por revelar os instintos mais primários e violentos, defendendo a sua honra através do crime.

Por seu turno, um outro exemplo de uma personagem feminina que se consegue emancipar é Daphne, protagonista do conto “O modelo”. “Daphne fora fadada, desde o berço, com a graça duma beleza deslumbrante, que seria o instrumento da sua felicidade e da sua ulterior desgraça” (Conceição, 2007: 71). Esta personagem é fruto da miscigenação, de pai americano e mãe chinesa. Tendo nascido em Xangai, a família acaba por emigrar para a América, devido à guerra na China. À semelhança da protagonista anterior, também ela tem uma educação esmerada, conhece outras línguas e um outro mundo. Após a morte súbita do pai, é Daphne

LITERATURA

LITERATURE

quem sustenta a mãe, tendo arranjado um emprego na publicidade, que lhe garante um estrondoso sucesso como modelo:

“A vida sorria-lhe carinhosamente, e Daphne não se precipitava em mudar de rumo. Podia casar-se e abandonar a sua carreira, mas aquelas actividades elegantes seduziam-na.” (Conceição, 2007: 72).

Neste caso, Daphne opta pela carreira em detrimento do casamento, ao contrário do que seria expectável naquela época. De súbito, um acidente coloca um fim à sua fulgurante carreira, visto que fica completamente desfigurada devido a um incêndio. Então, é descrita a coragem e estoicismo com que a personagem enfrenta a sua desgraça, convertendo-a em algo de positivo e transformando-se num verdadeiro “modelo” de generosidade e bondade:

“Dedicou-se à adopção de jovens órfãs, transformando a sua linda casa numa escola de arte. Ali encorajava as raparigas infelizes a dedicarem-se a recompor a sua vida, educava-as e preparava-as para aceitar com coragem as grandes contrariedades.” (Conceição, 2007: 73).

No fundo, tanto Chan Nui como Daphne assumem-se como exemplos da luta pela emancipação, numa época em que o papel da mulher era sobretudo marcado pela submissão, pois tal como refere Simone de Beauvoir “a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o absoluto; ela é o Outro” (1970: 10). Por conseguinte, ambas tentam converter-se no “essencial”, ou seja, nos “sujeitos” dos seus próprios destinos

Por seu turno, no conto “O calvário de Lin Fong”, é abordado o amor inter-racial, tal como sucederá também em “O refúgio da saudade”. Com efeito, em “O calvário de Lin Fong” apreendemos a realidade da vida, através dos olhos duma jovem operária duma fábrica, grávida de um soldado português, que partiu, e cujo nome nunca é revelado, sendo sempre mencionado como “ele”. E é com a descrição da cidade de Macau, profundamente ligada à protagonista, que a história, se inicia (Conceição, 2007: 21). Assim, a paisagem do entardecer projecta-se na alma da personagem, acentuando-lhe a angústia. Com efeito, Lin Fong é um exemplo claro de estoicismo e também de certa abnegação, pois trabalha arduamente para sustentar a sua mãe doente e, devido ao amor que sente pelo soldado português, rejeita as propostas do

fiscal da fábrica, A-Cheoc. É também numa divindade feminina, a deusa Kum Iam, que a personagem procura conforto para o seu sofrimento, embora a deusa lhe pareça indiferente. Então, ao ver o seu amado partir, a jovem Lin Fong perde a esperança do casamento sonhado. No entanto, alimenta-se ainda do sonho de que ele volte um dia e é notória a identificação e empatia reveladas pela autora relativamente a esta personagem. No fim, no meio do sofrimento e do calvário será pois a esperança que ainda cintila longinquamente:

“Mas então talvez ele volte... E ao anoitecer, quando só juncos regressam da sua faina de pesca, Lin Fong segue direita à marginal a ver findar-se outro dia do seu calvário solitário e a calcular a distância desse Sai Iong [Portugal] que se escondia no horizonte.” (Conceição, 2009: 32).

De um modo geral, as personagens femininas que assumem o estatuto de protagonistas nos contos de Deolinda da Conceição, oscilam entre a mulher fatal, submissa ou até emancipada e altruísta, embora frequentemente cumpridora e respeitadora das tradições. Além disso nota-se uma profunda crença na educação da mulher como alavanca essencial conducente à difícil emancipação. A ideia de exílio também aflora, quer afectando directamente algumas dessas personagens, quer indirectamente, através da partida dos seres amados.

MARIA ONDINA BRAGA: OS CAMINHOS DA LIBERTAÇÃO E DA EMANCIPAÇÃO

Maria Ondina Braga viveu e leccionou em Macau entre 1961 e 1966, tendo escrito diversas obras inspiradas nesta vivência, como foi o caso de *Estátua de Sal*, *Nocturno em Macau* e *A China Fica ao Lado*, entre outras. Embora em todas estas obras as figurações femininas assumam um profundo interesse, seleccionámos para uma abordagem mais detalhada dois contos extraídos da colectânea *A China Fica ao Lado* (1968): “A China fica ao lado” e “A morta”. Em “A China fica ao lado” é relatada a história de uma rapariga, oriunda de famílias nobres, exilada da China continental, que sobreviveu em Macau com a avó, vivendo num templo, em condições muito precárias. Neste caso, o espaço da acção é o consultório do doutor Yu, também chinês do continente e conhecido da sua família, onde ela se dirige para fazer um aborto e poupar



a avó ao desgosto de a ver dar à luz um filho bastardo – a problemática que envolve a possível existência de um filho bastardo, remete-nos para a personagem Lin Fong do conto já anteriormente abordado.

Através da focalização interna, conhecemos a angústia da protagonista e o modo como os valores

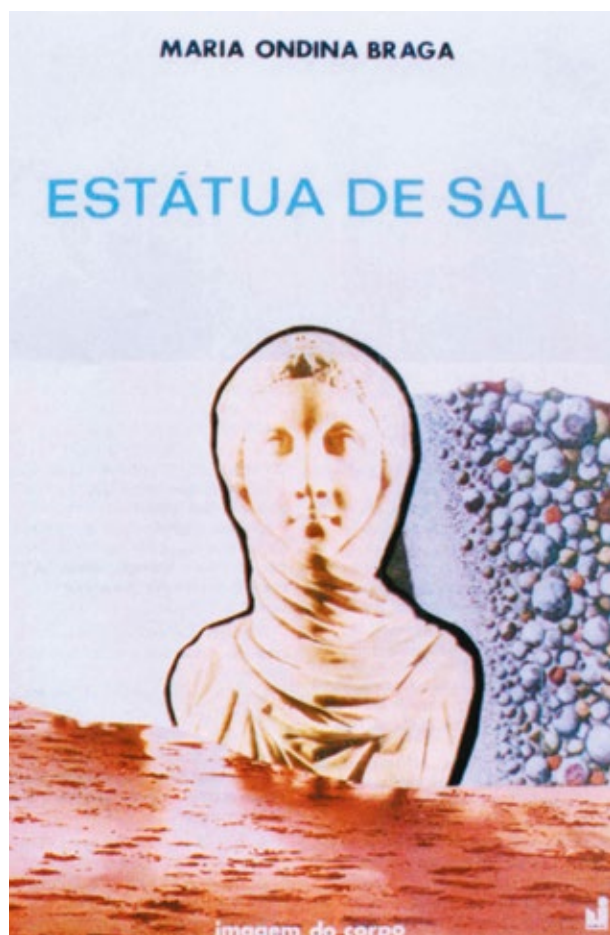
culturais e religiosos, representados pela figura da avó, a impelem a tomar essa atitude:

“A avó nunca compreenderia. Mulher a ter filhos sozinha só a mãe da humanidade no confucionismo. A avó que dera à luz, na luxuosa maternidade do doutor Yu, com baixela de

LITERATURA

prata, filhos legítimos, desejados, bem-vindos, de primeira esposa de casa nobre. Esposa ou concubina era o que ela conhecia. Tinha de haver senhor, macho responsável, pai a apresentar núpcias, leito conjugal.” (Braga, 1991: 11)

Neste caso, como já referimos no ensaio “Entre pés de lótus e bambus: Configurações da China nos contos de Maria Ondina Braga e Fernanda Dias”, a questão de género é relevante (2013: 51). Por conseguinte, na perspectiva da avó, a mulher é entendida como uma criatura submissa numa sociedade tipicamente patriarcal. Emergem, por isso, alguns dos aspectos mencionados por Patricia Ebrey, já anteriormente referidos a propósito do conto “Cheong-Sam” de Deolinda da Conceição. Nesta esteira, também a protagonista se sente subjugada e humilhada por uma gravidez indesejada, fruto provavelmente de um acto de violação, da qual se quer libertar. Ao adoptar esta perspectiva tão característica da cultura estrangeira de “acolhimento”, notamos uma tentativa de aproximação



do “outro”, na medida em que se procura contemplar o mundo através da sua óptica cultural. É ainda pelo mesmo modo de focalização que, através da analepse desencadeada por um processo de rememoração, são narrados os dramas do seu passado e o motivo que a conduziu ao exílio:

“Era a primeira vez que chorava desde que deixara a casa de seus maiores, desde aquela noite de infância em que os soldados haviam desligado os pés da avó, prendido o pai, levado as jóias. Julgava ainda poder ouvir os gritos de dor da avó por entre as gargalhadas dos militares. Pobres pés estropiados!” (Braga, 1991: 11)

Os pés simbolizam os costumes da China tradicional, barbaramente cilindrados pelos invasores, materializam uma prática ancestral profanada pelos soldados. No fundo, esta profanação funciona como um prelúdio da violação que, posteriormente, terá talvez ocorrido no seu próprio corpo. Por outro lado, como observa Mónica Simas, esta rememoração dos pés atados da avó, representa também “o longo e forçado destino da mulher” (259). Na verdade, a esse momento da invasão que a impeliu ao exílio, correspondeu o fim de um passado, da educação clássica que ela recebera:

“Nessa noite a avó morrera pateticamente e, com a avó, a China de antanho. E ela, criança, assistira, assombrada, a esse fim. [...] Como se a avó e a China virassem fantasmas: o doutor Yu da importante maternidade da capital operando na casa de banho em terra de exílio! A avó agarrada a antigos preconceitos, constantemente a falar de nomes que já não existiam... Sem saber uma palavra de cantonense, a avó com a sua linguagem culta, entendendo-se com os deuses só. Os garotos de Macau, ao passarem pelo pagode alcunhavam-na de dama-pé-de-cabra.” (Braga, 1991: 12).

Deste modo, a distância entre a classe social de origem e a situação miserável vivida no exílio desencadeiam a inadaptação e o ostracismo. As mulheres exiladas são consideradas excluídas, marginalizadas, assumindo-se o exílio, tal como o definiu Said, como “uma fractura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e o seu verdadeiro lar” (Said, 2003: 46). Assim, a avó, símbolo dos valores da velha China, do passado destruído, recusa a integração na terra de exílio, continuando a comunicar em mandarim, apenas com

LITERATURE

combater o seu combate de mulher só e abusada. E guardar o coração intacto. Para um dia. Para uma verdade.” (Braga, 1991: 12).

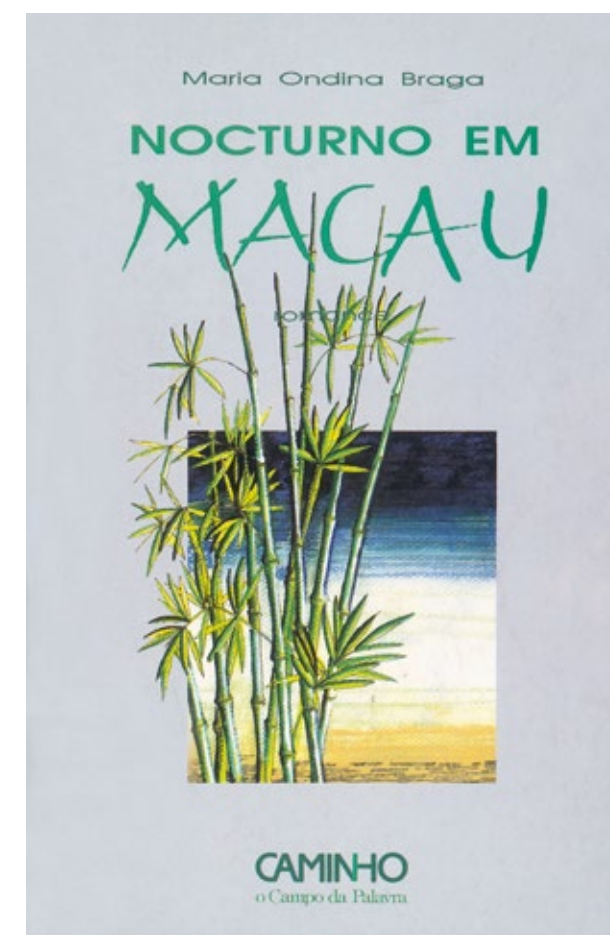
Nesta passagem, a autora enfatiza a afirmação da figura feminina, impondo-a num contexto social dominado pelos homens. O essencial é a luta individual da protagonista para se afirmar contra as barreiras sociais e culturais. Assim, ela torna-se emblemática, ao representar o sonho de libertação de todas as mulheres oprimidas ao longo do tempo. Curiosamente, nem ela nem a avó têm nome, o que lhes acentua a vertente simbólica, como notamos no final do conto, através de uma forte imagem de teor onírico, gerada pela mente anestesiada da protagonista:

“E via-se a caminhar por uma estrada sem bermas, os braços alongados até ao infinito, levando consigo, triunfal, sem esforço, como se fossem penas de ave, toda a legião ancestral das ofendidas, de pés atados deslizando à flor da terra.” (Braga, 1991: 13).



os deuses. Menospreza o cantonense, língua privilegiada de comunicação no território, o que equivale a recusar a inclusão no caos e na decadência circundantes. Encerra-se num mundo inacessível e superior, numa tentativa de vingança relativamente à sua situação. Converte-se, assim, numa criatura exótica para os outros (neste caso os miúdos) que lhe põem alcunhas e a discriminam. Do mesmo modo, também o médico, como já referimos, ao ser forçado ao exílio, perdeu o seu estatuto e prosperidade económica, exercendo a sua profissão em condições miseráveis e degradantes. Neste contexto, Macau, o espaço estrangeiro do exílio, contrapõe-se à China, terra de origem das personagens, de forma ambivalente e contraditória: embora seja o local do “pão amargo” e da miséria, foi também a porta de salvação e sobrevivência num cenário de guerra. Nesse momento de dor, a protagonista, ironicamente, apercebe-se da sua própria liberdade

“Os seus pés, soltos, poderiam palmilhar todos os caminhos do mundo. Poderia voltar à China ou ficar ao lado da China. O principal era



LITERATURA

Novamente transparece a simbólica afirmação feminina, a libertação da tradição e do conformismo castradores, num árduo combate contra um destino de opressão, que no fundo aproximam esta personagem anónima da Chan Nui de Deolinda da Conceição. Além disso, nos dois contos encontramos as consequências desastrosas da Guerra Sino-Japonesa e a necessidade de exílio, embora no conto de Deolinda da Conceição não existam referências explícitas aos espaços nem sequer ao país para onde Chan-Nui se formou, designado por “Novo Mundo”, mas que se supõe terem sido os Estados Unidos.

DA EMANCIPAÇÃO AO INTRUSAMENTO: PRESENÇAS FEMININAS EM FERNANDA DIAS

Fernanda Dias chegou a Macau em 1986 e leccionou no território até 2005. Para além de professora e escritora, desenvolveu também a actividade de artista plástica. De entre a sua obra, seleccionámos dois contos de *Dias de Prosperidade*, livro composto por dezanove contos, de entre os quais abordaremos mais detalhadamente “Sai-Kuá” e “Jogos urbanos”, sobretudo no que concerne ao estatuto e importância das personagens femininas.

No conto “Sai-Kuá” (que significa “melancia” em cantonense), a acção localiza-se na China, onde a narradora se encontra de visita, alojada num hotel, com um companheiro chinês, cujo nome é A-Fai. O fascínio perante a realidade estrangeira observada, aliado à sensação de estranhamento, são notórios, pois

“Lá fora a pequena grande cidade estende-se sob os meus olhos como um imenso painel bordado de chapéus de bambu, incontáveis, movediços, e vertiginosas rodas de bicicletas.” (Dias, 1998: 27).

A descrição do espaço, elaborada sempre na primeira pessoa, pela narradora autodiegética, sob a óptica da visitante, encontra-se im-

pregnada de poesia, evidenciando uma profunda relação entre o sujeito de observação e o objecto contemplado, despertando as mais diversas sensações (1998: 27). No entanto, apesar do esforço de apreensão e compreensão daquele “novo mundo” a sensação de desintegração espelha-se, evidenciando-se o exotismo, que implica um olhar face a um outro distinto, instaurador de um processo de alteridade, delineando-se, como refere Rogério Puga: “metáfora representativa do encontro de diversas esferas civilizacionais, apresenta-se como uma questão de identidade, de pertença sócio-cultural; uma questão ontológica e também gnoseológica” (Puga, Rogério, E-Dicionário online). Neste caso, este exotismo habita no pulular da vida presenciada, instaurando uma estética do diverso:

“À tarde passeamos pela cidade, irremediavelmente estranhos à azáfama quase rural. [...] Espreito discretamente as cozinhas à flor da rua. De coração transido, apreendo a harmonia do lugar, onde cada objecto polido pelo uso é belo por si.” (1998: 27-28).

Assim, a narradora revela uma nítida “filia” relativamente a todos os objectos observados, captando-lhe a beleza que parece oculta pela “ganga” da aparência. Alguns elementos paisagísticos contemplados, como é o caso dos bancos de jardim, recordam a ambas as personagens, o tempo da infância. Nesse tempo

passado que se procura recuperar através da memória, notamos a existência de pontos comuns, apesar da distância geográfica, já que, como afirma a narradora: “Não é só a tua infância que está ali, é também a minha...” (Dias, 1998: 29). Esta frase transmite-nos a ânsia de comunhão, de entrosamento que pretende atenuar as divergências culturais. Deste modo, constatamos que a novidade, o confronto com o diverso, impele a narradora para uma tentativa de definição da sua própria identidade, através dos meandros da alteridade. Nesta senda, o episódio relatado seguidamente enfatiza as profundas diferenças culturais existentes entre os dois membros do casal. Assim,



após o passeio pela cidade, compram uma melancia no mercado e é a narradora quem a tem de carregar, visto que o companheiro se recusa a fazê-lo. No início, a protagonista revela-se revoltada e zangada, mas depois acaba por se submeter, interrogando-se acerca dos motivos que desencadeiam a recusa dele em carregar a melancia: “que orgulhoso preconceito o impede de caminhar ao lado de uma mulher ocidental, carregando fruta num saco de plástico?” (Dias, 1998: 30). Este comportamento, incompreensível pelos parâmetros culturais da narradora, gera um conflito, sobretudo interior, não sendo, no entanto, suficiente para conduzir a uma ruptura. Neste caso, novamente se impõe a questão de género, pois a narradora revela a sua revolta pela discriminação de que é vítima. No fundo, o facto de ser forçada a carregar a enorme melancia, poderá representar o peso do estigma e do preconceito suportado pela mulher nas mais diversas sociedades. No final, a narradora revela, na sua atitude, um misto de conformismo e desafio, atingindo, no entanto, uma certa cumplicidade com o “outro”, o povo chinês, que

LITERATURE

a olha com espanto e cumplicidade, já que, no fundo, é ela a “exótica”:

“Cai a noite, agora que todos largaram o trabalho aumenta a multidão dos passantes. Olham-nos e sorriem-me. Não sei porquê julgo ler em todos os olhos uma centelha cúmplice, não desprovida de travessura. Retribuo o sorriso, é como se lhes dissesse: cá por mim, posso muito bem carregar com a porcaria da melancia.

Levanto mais o saco amarelo, encostando-o aos seios. A noite faz-se, já sem sombra de revolta. Como uma bandeira de submissão, entro no hotel arvorando orgulhosamente uma melancia.” (Dias, 1998: 31).

Neste caso, não podemos deixar de notar o contraste entre a postura final desta narradora, eivada de certa ironia, ao metaforizar a melancia como “bandeira de submissão” e a protagonista de “A China fica ao lado”, cuja imagem final é marcada pela possibilidade de calcorrear todos os caminhos do mundo em plena liberdade, já que os seus pés (que não são de lótus) o podem fazer, numa luta solitária pela emancipação.

Seguidamente, o conto “Jogos urbanos” descreve alguns momentos da vida de um casal, e a sua inter-relação com o espaço urbano de Macau. Inicia-se com a descrição da verdadeira adoração que a personagem feminina deixa transparecer pelo homem:

“Sim, viver com o homem amado é um fulgurante, intranquilo presente dos deuses. A cada momento constata-se estarrecida que vivia com o homem que amava. E se expunha em toda a crueza e fragilidade nos gestos do quotidiano.” (Dias, 1998: 107).

Contudo, esta paixão deslumbrada não parece ser minimamente correspondida pela personagem masculina. Por isso, tal como refere Mónica Simas, “apresenta-se um desnível na relação eu/outro” (Simas, 2009: 136). Por conseguinte, verificamos que ele não corresponde minimamente a esta admiração, considerando a mulher como um mero objecto que possui:

“Ela pertencia-lhe. Possuí-a com aquele apaixonado rigor com que usufruía de todas as coisas: o carro, a colecção de relógios e as lindas armas de plástico e aço [...] Ele sabia-se adorado, mas nunca pensava nela.” (Dias, 1998: 107).

No fundo, notamos que o homem apenas parece aperceber-se da existência da sua companheira – que só

LITERATURA

LITERATURE

perto do final sabemos chamar-se Ana Luísa – quando necessita da toalha limpa após o banho, só nesse momento, revela espanto perante a ausência dela: “Sem saber porquê, senti-se levemente culpado. Ultimamente descuidara-se um pouco de testar a eficácia do seu poder. Do macio poder da sedução.” (Dias, 1998: 111).

Por conseguinte, na época pós-Mao em que a China avançava na modernização, notamos que o poder masculino continua a fazer sentir-se, mesmo que seja o da sedução, gerador de uma submissão feminina que as próprias personagens questionam e parecem não compreender do ponto de vista racional. De um modo geral, apesar de toda a luta pela emancipação, não podemos deixar de citar as palavras de Zhu Ajun quando nota: “*from a nearly total erasure of women’s bodies before mid-1970s, through the ‘return’ to ‘true’ femininity in the 1980’s, to the privatization of women’s body, feminism in China has never developed beyond the nationalist male gaze and control*”. (2007:161). Então, se compararmos, sobretudo os contos de Deolinda da Conceição com os de Fernanda Dias, relativamente à configuração das personagens femininas, podemos concluir, como referiu Gustavo Infante que “enquanto nos mais antigos há uma presença maior do ser feminino oriental e da interacção deste com um ser masculino ocidental, nos *Dias de Prosperidade* o narrador feminino ocidental, não raras vezes na primeira pessoa, contracena com um homem local, logo oriental.” (Infante, 2010:41).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão, podemos referir que Deolinda da Conceição apresenta uma abordagem pioneira na forma multimoda como representa as personagens femininas que oscilam entre uma luta pela emancipação (na maioria das vezes silenciada pelas convenções sociais tão em voga nos anos 40-50), a submissão e obediência às tradições. Não obstante, tal como frisa David Brookshaw, ela é uma “*insider*”, familiarizada com os elementos culturais chineses de Macau retratados nos seus contos. Enquanto isso, as personagens femininas delineadas por Maria Ondina Braga nos contos abordados, reflectem o seu estatuto de “*outsider*”, tendo como pano de fundo frequentemente o exílio, numa época em que na China se desenrolava a Revolução Cultural e a Macau aportavam os exilados



chineses, que atravessavam as fronteiras do desespero, rumo a um território de liberdade. Por outro lado, Fernanda Dias retrata-nos a China do final dos anos oitenta, dos tempos pós-Mao, sob efeito das políticas de Deng Xiaoping, enquanto em Macau se sente já a nostalgia do “fim do Império”. Neste contexto, nos seus contos as personagens femininas são dominadas por um profundo desejo de integração no território estrangeiro de acolhimento e de “intrusamento” com a cidade de Macau, os seus habitantes e a sua cultura. Os relacionamentos amorosos entre personagens femininas e homens orientais espelham precisamente esse desejo de conhecimento do “outro” e de integração. Não obstante, nas narrativas das três autoras, transparece o olhar civilizacional, sem preconceitos sobre o *modus vivendi* e o imaginário chinês. Deparamo-nos com a demonstração duma culturalidade decorrente das vivências reais, modelizada e projectada no retrato das ambiências e da própria língua que as faz adoptar termos do cantonês (ex: *sam-pan*, *sai-kuá*, etc...), lançando uma espécie de

ponte linguística entre dois mundos tão díspares. É precisamente entre os abismos e as pontes desenhadas entre estes mundos que as personagens femininas se movem, tecendo e destecendo esperanças (um pouco à semelhança de Penélope), lutando por sonhos,

pela liberdade, pela emancipação, presas nas teias da paixão ou das convenções sociais, mas irmanadas pelo reconhecimento dos valores humanistas, pelo apelo à compreensão e comunhão de mundos, para além de todas as divergências. **RC**

BIBLIOGRAFIA

Beauvoir, Simone de (1970). *O Segundo Sexo*. 4ª ed. Trad. S.Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Bourdieu, Pierre (2002). *A Dominação Masculina*. Trad. Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Braga, Maria Ondina. (1991). *A China Fica ao Lado*, 4.ª ed. Macau: Instituto Cultural de Macau.

Brookshaw, David (2002). *Perceptions of China in Modern Portuguese Literature: Border Gates*. Nova Iorque: The Edwin Mellen Press.

—— (2010). “Deolinda da Conceição, a pioneer”...<http://lusobrazilianstudies.blogspot.com/2010/10/pioneer-of-womens-writing-in-macau.html>

Conceição, Deolinda da (2007). *Sam-Cheong: A Cabaia*, 5.ª ed. Macau: Instituto Internacional de Macau, 2007.

Dias, Fernanda (1998). *Dias de Prosperidade*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

Ebrey, Patricia (1990). “Women, Marriage and the Family”, in Paul S. Ropp (ed), *Heritage of China. Contemporary Perspectives on Chinese Civilization*. Berkeley: University of California Press.

Gago, Dora Nunes (2013). “Entre pés de lotus e bambus: Configurações da China nos contos de Maria Ondina Braga e Fernanda Dias”. *Colóquio Letras* n.º 184, Set-Dez. 2013, pp. 45-54.

Infante, Gustavo (2009). “O século xx feminino de Fernanda Dias e o outro lado das Portas: escritas comuns, alienação e apropriação”, in Leonor Diaz de Seabra e Maria Antónia Espadinha (eds.), *A Vez e a Voz da Mulher na Diáspora: Actas do III Congresso Internacional* Macau: Universidade de Macau, pp. 271-286.

—— (2010). “Os contos de Deolinda da Conceição e Fernanda Dias: Contributo para a imagética do feminino oriental em língua portuguesa”, in Ana Paula Laborinho e Marta Pacheco Pinto (orgs.), *Macau na Escrita, Escritas de Macau*. Lisboa: Húmus, pp. 39-47.

Morais, Inácia (2006). *O Feminino na Literatura Macaense*. Tese de doutoramento em Estudos Literários, Universidade de Macau.

Pageaux, Daniel-Henri (2005). “Une éclair de grace:” une lecture de *A China Fica ao Lado* de Maria Ondina Braga”, in Otília Pires Martins (coord.), *Portugal e o “Outro”: Textos de Hermenêutica Intercultural*. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 159-170.

Porter, Jonathan (1996). *Macau: The Imaginary City: Culture and Society, 1577 to the Present*. Boulder, CO: Westview Press.

Puga, Rogério. “Exotismo”, E-Dicionário de Termos Literários (coord. Carlos Ceia) <http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/E/exotismo.htm>.

Said, Edward (2003). *Reflexões sobre o Exílio e Outros Ensaios*. São Paulo: Companhia da Letras.

Simas, Mónica.(2007). *Margens do Destino: Macau e a Literatura em Língua Portuguesa*. São Caetano do Sul: Yendis Editora.

—— (2009). “Errâncias amorosas em Macau: Uma leitura de *Jogos Urbanos* de Fernanda Dias”, in Leonor Diaz de Seabra e Maria Antónia Espadinha (eds.), *A Vez e a Voz da Mulher na Diáspora: Actas do III Congresso Internacional*. Macau: Universidade de Macau, pp. 263-270.

—— (2013). “Trauma e memórias nos contos de Deolinda da Conceição”, *Revista de Cultura - Edição Internacional*, n.º 43, pp. 23-29.

Zhu Aijun (2007). *Feminism and Global Chineseness: The Cultural Production of Controversial Women Authors*. Yongetown, NY: Cambria Press.



Mitos e Metamorfoses do Sujeito na Jornada Poética de Fernanda Dias

VERA BORGES*

“e eu, a estranha, que estrela me chamou aqui?”

“digo e repito: estou aqui e esta é a minha voz”

Entre os autores portugueses que escrevem sobre Macau, Fernanda Dias destaca-se pela sua amorosa ligação a esse “diminuto pedaço de chão”, como lhe chama em *Mapa Esquivo*, e pelo rigor e intensidade da escrita poética. Raro esta se identificou tanto com o espaço evocado, a ponto de conseguir recuperar na respiração do verso a voz imemorial do *Yi Jing*, ou dos grandes movimentos cósmicos que Fernanda Dias coloca no fundamento da civilização eleita.

O fogo que nela arde, o verso lapidar, aproximam-na do estro de uma Sophia de Mello Breyner, bem como a articulação entre paixão amorosa e poesia, a claridade visionária do olhar e uma sabedoria oracular que advém da autenticidade do compromisso poético.

Esta obra constitui um desafio às engenhosas conceptualizações dos estudos pós-coloniais, pela identificação com o espaço alheio e pela paixão com que se debate, ao avesso de orientalismos e anti-orientalismos.

Sondaremos a escrita de Fernanda Dias, menos os seus contos, demoradamente os seus versos, na busca dos

mitos com que se tece a sua jornada poética, a permitir a metamorfose do sujeito e a redenção da paixão pela poesia (num movimento, aqui, à maneira de Sophia).

Apesar da diversidade de registos, que espelha também a sua visitação de alguns dos mais interessantes movimentos poéticos do nosso tempo, há nela um rumo definido e uma profunda coerência. Falaremos de duas realidades que situaremos num eixo cronológico, primeiro, o **enamoramento**, em segundo lugar, a **invenção de Sherazhade**. Parafraseando um verso de Fernanda Dias: a cada poeta os seus mitos. Sondemos os que nos propõe este périplo, que tem o seu início em Macau e que a Macau regressará sempre.

O ENAMORAMENTO

Este é o primeiro movimento dos versos de Fernanda Dias, inauguração e fundamento da sua poética. Como se diz em “Primeiro olhar” (1992: 13):

Estou aqui, encolhida num canto
trago os olhos cheios de estevas e besouros
que vieram para te ver.

O poeta é o seu olhar, inaugural e desde logo votivo, como que predestinado pela experiência já carregada noutro lugar – “naquela praceta/ no outro lado do mundo”. Aquele que cultua não se aproxima do altar de mãos vazias, oferta o seu olhar, já trabalhado por

* Professora Assistente e coordenadora do Departamento de Estudos Portugueses na Universidade de S. José em Macau. Doutorou-se em Literatura na Universidade de Lisboa, onde leccionou durante 16 anos na Faculdade de Letras. Foi co-fundadora de uma escola com um projecto de educação pela arte na província, em Portugal, onde trabalhou por 10 anos.

She is Assistant Professor and the coordinator for Portuguese Studies Department at the University of St. Joseph, Macao. She got her Ph.D degree from the University of Lisbon, where she taught for 16 years. She was the co-founder of an art school in a small village in the countryside in Portugal, where she worked for 10 years.

LITERATURA

LITERATURE

uma realidade sensorial intensa, excessiva, sinestésica. A primeira experiência do encontro – com a cidade “estranha” – é a dum reconhecimento. Veja-se “Rua de Jorge Álvares”:

Tão belas que não existem, as montanhas;
como sempre as sonhei, azul-da-china.

Na frente dos meus olhos,
estão mais longe do que quando as sonhava.

E a água cintilante e acerada,
como uma arma aflora o colo da cidade
esta sim, bem real, – um tudo-nada amada –

Como se sempre tivesse sido minha.
(1992: 18).

O modo dominante é o da exultação: “e os meus olhos, alados, ébrios de luz, e fulvo, e verde/ habitam lá no cimo das acácias.” (1992: 21) A relação que une Fernanda Dias a Macau é, desde o primeiro instante, a da paixão, que só conhece o registo da intensidade e desmesura. Quem ama, padece, na “noite crudelíssima e serena” (1992: 25).

O segundo momento de *Horas de Papel*, “Doador de memória”, dá contornos humanos a esta vivência amorosa que com a cidade se identifica. As primeiras referências revelam a subjugação perante a beleza da carne, do corpo:

Assim se delineava na orla do tempo
a impetuosa arrogância do teu corpo
(1992: 31)

A paixão tem dois actantes, para empregar termos já em desuso, um sujeito feminino, uma mulher ocidental, europeia, conhecedora das tradições poéticas, e um alvo masculino, um homem oriental, jovem, conhecedor da sua língua, da sua tradição milenar e de práticas e costumes ancestrais, transformados em rituais de amor (o chá, a caligrafia, o *erhu*...). Esse homem assombra-a, do ponto de vista da sua carnalidade, e subtrai-se-lhe, sob todos os pontos de vista. O outro, masculino e oriental, adorado, opõe ao sujeito feminino silêncio, reserva, indiferença. Parte dessa retracção, do seu mistério, deve-se ao facto de ser de outro país, de outra etnia, e ela a estranha. O tempo do amor é já o

tempo do luto, mesmo antes da partida dele. O paralelo poético ameniza a dor; a mediação cultural, aqui, da poesia que é pranto amoroso, é o lenitivo a oferecer a consolação possível:

Hoje não disseste: volto cedo.
[...]
chorarei sozinha nos lençóis frios
como as damas tristes dos poemas
que Li Bai escreveu.
(1992: 35)

A poesia regista os gestos de um luto, em que o tropo do regresso dele nunca é catártico (ao contrário do que sucede na poesia de Sophia de Mello Breyner):

Não regarei a buganvília
[...]
Não lavarei a camisa que vestias
[...]
Não limparei a bruma da janela
[...]
E se voltares,
Não pintarás para mim o olho do leão
(1992: 43)

Mesmo no tempo da entrega amorosa, ele furta-se-lhe sempre, de algum modo. Só durante o sono ele oferece demoradamente ao olhar perturbado do sujeito a sua beleza e o seu mistério. Como se diz emblematicamente em “Obsessão”, ao recordar a sua presença ausente:

sempre no âmago do espelho, desatento,
estarás tu, fumando, de costas para mim.
(1999: 28)

Entre eles, para lá da assombração ante a beleza dele – assombração pelo falo, pela beleza viril, que ela cultua – existiu sempre um espaço que, poderemos imaginar, tem a dimensão desta diferença de pertenças/ origens/culturas entre os dois amantes.

Dói-me a alma de ouvir falar
a tua língua que não entendo
e as mãos por nunca as ter pousado
na máscara serena do teu rosto
(1992: 53).

O encontro perfeito possível é, por exemplo, o da distância que a cerimónia do chá institui. Sempre distância...
Vejamos, primeiro, a assombração pelo falo, de que já falei noutros lugares:

Dormes, com as flores negras do teu cabelo
esparsas na esteira lisa.
E a límpida carne adormecida
revela o anjo torpe prisioneiro
(1992: 32)

Em certas páginas dos contos de *Dias da Prosperidade*, estes factores do enamoramento e desta relação amorosa são explícitos na relação entre o amante A-Fai e a narradora: “o seu corpo novo e puro parecia incorruptível. E era por isso, para isso, que eu ali estava. Para fazer dele o cerne de um sonho. [...] O seu rosto, que eu não me atrevia a fitar longamente senão em temerários momentos ou quando ele dormia, revelava-me o mistério dos antigos Budas, aqueles cujo corpo é o da natureza vegetal dos Lótus ...” (1998: 81).

Coloca-se no mesmo patamar dessa “dor sem antídoto” sofrida por “Jean-Genet, mártir, Yukio Mishima, esteta, e Boris Vian,” seu (da narradora) padrinho: ela era “só olhos, para testemunhar o mistério daquela harmonia, para sofrer a angústia da solitária comparação da beleza (ante o esplendor do seu corpo, desnudo, de estátua viva)” (1998: 80). Este amor protege-se entretecendo e identificando as dimensões do martírio, do estético, da construção literária. Também noutro lugar frisei a importância da nomeação metonímica do amante, assombroso, arrogante, torpe corpo, pulverizado na sua “bela mão cor de seda crua”, no “opulento jade” do seu peito, nas flores do seu cabelo, no *erhu*. Assim se proporciona a mencionada mediação cultural, transformando-se o frémio carnal em identificação ou anelo pela cultura do outro.

A fascinação erótica pode sempre confundir-se nesta escrita, em grande parte, com o fascínio pela cultura imemorial a que o amado pertence e pelos objectos, gestos e rituais que a veiculam. Como em “O chá”:

Serves-me o chá com gestos de alquimia.
sentado na minha frente, paraste o tempo,
e o teu rosto de súbito revela

que em ti arde a memória de milénios.
[...]
Ponho o negrume da rosa sobre a mesa
bebo o teu olhar e o chá.
(1992: 34)

A assombração ante o falo obriga, assim, ao recurso protector a uma mediação. Aqui, ela é cultural. Há um estranhamento essencial entre os amantes, que coloca sempre entre eles a distância a que os rituais culturais obrigam. Amá-lo é amar a civilização dele – materializada no seu corpo, que é seda, jade, lótus, chá, *erhu*...

É problematizada a diferença étnico-cultural? “antes de ser um corpo/sou um povo” (1999: 34). Um dos agentes deste drama amoroso é sem dúvida o contexto da história da Cidade do Nome de Deus de Macau, com o seu lastro de memória da dominação colonial:

quem te arrancará de mim, quem porá sete
mares entre nós,
quem te dirá que sou uma estranha, iletrada, e
de uma raça inferior?
(1999: 68)

Em Fernanda Dias, as referências ao contexto das relações de poder entre o ex-colonizador-feminino e o ex-colonizado-masculino invertem os termos. Não esqueçamos que no quadro muito particular das relações entre chineses e portugueses em Macau, os primeiros sempre opuseram aos segundos uma irredutível distância, talvez predominantemente sob a forma de uma cortês indiferença, muito dificilmente transponível.

Do lado dele, estão a arrogância, o desprazo, a indiferença:

com uma mão te dás, com a outra me tiras
tudo, até o direito de amar o teu país
(1999: 38).

O estranhamento entre os amantes tem necessariamente que ver com essa diferença étnico-cultural, neste contexto histórico preciso. Em vários momentos da obra de Fernanda Dias e em vários registos, o envolvimento amoroso é problematizado com recurso à confluência ou sobreposição de molduras

LITERATURA

LITERATURE

de implicação ideológica, como o peso do passado da administração colonial portuguesa e os valores atávicos da cultura patriarcal chinesa.

Voltemos nesse particular a “Sai-Kuá. Gustavo Infante analisa-o num estudo em que o refere como exemplo de narrativa da tentativa de integração e aculturação de uma ocidental na “andocracia sínica”, submetendo-se no final “às normas impostas pelo macho” (Infante, 2010: 43, 44).

Na verdade, a narrativa de uma escapadela romântica transforma-se nesse conto magistral na evocação do modo de aproximação ao real da poética de Fernanda Dias. O amor ao homem e o amor ao mundo de que ele faz parte, e a que ele aqui a conduz, são apenas um, e parte integrante do mesmo enigma para a narradora. O confronto com a cultura amada e votivamente celebrada em hinos como “O chá” faz decididamente parte do enredo amoroso.

“China, China, digo num murmúrio, com a cara encostada no vidro frio. [...] Esta China que eu piso, cheiro, beijo, olho com olhos rasos de inexplicável mágoa, respiro a longos haustos, esta China...” (1998: 27)

Segue-se um rol de pormenores, apontamentos descritivos que são outras tantas sensações colhidas numa observação que supõe a total entrega do “observador”. Encontramos as metáforas da poesia, o mesmo caleidoscópio de sinestésias.

“Espreito discretamente as cozinhas à flor da rua. De coração transido, apreendo a harmonia do lugar, onde cada objecto polido pelo uso é belo por si. Mãos diligentes, aladas, taciturnas [...] tocaram aqueles recipientes [...]. Todos aqueles materiais que o tempo enobreceu, argila, bambu, madeira, ferro...” (1998: 28).

“De coração transido”: Fernanda Dias caminha na China como o neófito se aproxima do altar para comungar da plenitude da presença divina. Tudo é gesto e presença, realidade a estruturar e manifestar uma ordem antiquíssima; o verbo e o ritmo da poesia nomeiam nestas descrições fragmentadas de paisagens e gentes, momentos e lugares, o sopro criador imemorial que na materialidade do mundo assim visitado se revela.

A intimidade amorosa proporciona a confiança, a partilha:

“– Quando eu era criança imaginava a China toda em jardins de bambus e peónias, lagos com grous, pagodes, meninas com sombrinhas [...]

guerreiros de cenho carregado, em armaduras de bronze a jade.

A-Fai ri, passa o braço sobre os meus ombros, e diz, encaminhando-me:

– Vem ver a China...” (1998: 28)

A descoberta de Macau foi assim a redescoberta ou regresso a um sonho, à China imaginada desde a infância. O parceiro amoroso tem uma missão neste enredo que começou antes dele e após ele continuará a desenrolar-se. Há uma narrativa mais abrangente, essa, fundadora, que o acolhe, que dele constrói um episódio fundamental, mas que encontra num para além dele o seu sentido profundo: na exaltação do canto e do conto, ato votivo que mergulha o sujeito-oficiante no coração do real.

“Sai-Kuá” oferece ainda, na complexidade de registos, outras sugestões. A experiência da China por outro poeta, experiência circunscrita a um momento na história, portanto, mas experiência que tem o selo da autenticidade, faz parte integrante da memória da narradora:

“Penso na China de que falou Pessanha, a China dos ‘mandarins garridos como araras’ [...]. Desta China é-me interdito falar, sob pena de pôr o dedo numa antiga, dolorosa ferida”. (1998: 28)

Este passado, o da rememoração histórica duma realidade político-cultural, está pois interdito, *amour oblige*. No entanto, é o próprio amor que abre um território comum, o tempo das infâncias, do homem e da mulher, sobreponíveis, partilháveis. A estranheza, a historicidade relativa ao lugar é anulada pela irrupção do “tempo perdido”, transportado sinestesticamente – de novo, e sempre...

“Paramos num largo silencioso. [...] Nas paredes, grandes cartazes de cores ensolaradas, crianças sorriem, rodeadas de flores ingénuas e exortações patrióticas. A-Fai ergue-me nos braços poderosos até à alta janela gradeada. [...] Uma beleza obscura e pungente emana daquele lugar. Recupero, intacto e perturbador, precioso como uma gema e frágil como um fio de incenso, o cheiro a giz, ardósia, livros usados, tinta, bibes suados. O odor do tempo perdido.” (1998: 29)

Também noutro conto, “Gaviões de papel”, a rememoração da infância é a ponte possível entre os dois, tempo a partilhar.

Poderíamos analisar estes contos de Fernanda Dias à luz de conceitos como os da “perspectiva

intersticial”, ou “entre-lugares”, discutidos por autores como Homi Bhabha (1994). Interrogar-nos-íamos sobre a existência de espaços liminares, proporcionando o movimento temporal para um território comum, como o da infância. Como a narradora sublinha:

“– Não e só a tua infância que está ali, é também a minha...” (1998: 29).

Assim se anula a polaridade entre identidades irremissivelmente distintas, e a simbólica estranheza e radical separação entre sujeitos que, pela sua pertença ou localização histórico-político-cultural, estariam envolvidos na tensão duma (simbólica e real) disputa pelo poder.

Seja como for, o tempo da partilha e do entendimento silencioso é precário, como nos ensina o final, irónico e triunfante, muito comentado no âmbito da comunicação intercultural, de “Sai-Kuá”.

Note-se de passagem que a compra da melancia é proposta dele, logo secundada por ela, num simulacro de entendimento que a vinculação a diferentes códigos culturais virá comprometer. Mas a escolha é dela, e como tal traduz o modo de apreensão do real que encontramos na obra poética:

“Escolho uma, pesada, fendida, perfumada como uma noite nos pomares. Pela fenda espreito o interior fresco e sumarento, puro carmim em taça de jade” (1998: 30).

Quem assim descreve a melancia move-se no terreno da imagética da cultura chinesa. Tripla escolha a dela, portanto: da melancia, da forma de a nomear, da cultura e civilização em que vai colher para isso vocabulário e *realia*.

No final o registo altera-se, quase se torna burlesco. Tudo se joga agora na relação de forças entre os amantes, no entendimento dos códigos culturais em que se movem. Se antes ela era a estranha, como se diz em vários momentos da sua poesia – “eu, a estranha, que estrela me chamou aqui?”, em confronto com a “cidade estranha” de *Horas de Papel* (por exemplo) –, mas a estranha que sabia acolher-se na estranheza da cultura outra com que se confrontava, e nela se adentrava, num movimento de interiorização absolutamente notável, agora, no estrito plano da polaridade inescapável entre homem e mulher, não há comunicação possível. Veremos a narradora oscilar, perplexa, entre a contextualização cultural, o factor étnico, o puro sexismo. A melancia transforma-a, altera-lhe o passo, a figura (“Caminho arrastando os pés, como

uma grávida abraço a melancia com os dois braços”), a mente (“que estranho pudor me impede de o interrogar? E que desconhecido atavismo me compele a renunciar ao impulso de largar o saco na berma do caminho?”). A entrada na noite extingue a revolta, volvida aceitação. O par amoroso reproduz a representação da relação amorosa consentida e tradicional, na cultura amada. A ele, segue-o em silêncio; à comunidade de que ele faz parte, que lhe comunica reconhecimento e aceitação, validando-os como par amoroso em conformidade com a norma deles, sinaliza o seu consentimento:

“Retribuo o sorriso, é como se lhes dissesse: cá por mim, posso muito bem carregar com a porcaria da melancia” (1998: 31).

Assim transpõe ela mais um limiar, que lhe permite representar o papel que lhe foi atribuído, no par amoroso. “Como uma bandeira de submissão, entro no hotel arvorando orgulhosamente uma melancia”. Este trânsito permite-lhe render-se – triunfalmente.

Já vimos que do ponto de vista da expressão, esta escrita se apropriou dos códigos de percepção e da imagética da cultura chinesa – por isso a melancia é “carmim em taça de jade”, e o *simile* para “frágil” é “fio de incenso”. Poderíamos talvez dizer que este trânsito simbólico faz com que, ao assumir o papel tradicionalmente atribuído à mulher na situação em que o amante a coloca (seguindo na sua cola, atrapalhada com a melancia que lhe desenha a silhueta duma grávida, epítome da condição feminina de acordo com visões tradicionalistas), a narradora se “transfira” para o universo de valores do outro. Mas essa aceitação da subalternidade feminina é sublinhada pelo caricatural da alteração/“deformação” física e mental causada pela melancia que tem que carregar, e pelo burlesco de toda a situação; pelo muito português “cá por mim, posso muito bem carregar com a porcaria da melancia”, denegação caricatural da afirmação enfatizada; e pela ironia contida na retórica a empolar o simbolismo de expressões como “bandeira de submissão” e “arvorando orgulhosamente”. A melancia, alçada a símbolo de uma conquista territorial, torna-se ícone a proclamar a glória da rendição feminina. Se é decisivo o reconhecimento no plano simbólico das relações de poder que regulam a interacção dos géneros (Pina-Cabral, 2002: 179), neste final de “Sai-Kuá” sinaliza-se demasiado ostensivamente a relevância da dimensão simbólica do trânsito intercultural efectuado, para que não notemos a ironização que recai sobre o percurso da narradora.

LITERATURA

LITERATURE



Essa auto-ironização insinua a fragilidade da relação amorosa em causa.

Seis mil anos pesam no meu destino
é por causa de umas vagas caravelas que aqui
estamos
prostrada como uma cativa, sou eu que venço
quando a ti me dou.
(1999: 43)

A tradição poética ocidental bem pode brincar com os termos da sujeição por amor, as ambíguas relações de poder encenadas no âmbito dos impérios chamados à colação por este universo bem podem baralhar os sentidos literal e metafórico do termo “cativa”. Em “Sai-Kuá” teríamos o percurso de aculturação da narradora ocidental na “androcracia sínica”, nas palavras de Gustavo Infante (2010: 43). Aqui, amar no feminino é deixar-se subjugar pelo falo. No ato do amor, a mulher triunfa ao submeter-se. É ela que decide hastear orgulhosamente, com gosto, o

pendão que a sinaliza como o troféu conquistado, no final irónico do magistral conto “Sai-Kuá”.

De facto, podemos encontrar esta vivência amorosa em vários poemas de Fernanda Dias. Mencionou-se atrás um estranhamento essencial entre os amantes, que coloca sempre entre eles a distância a que os rituais culturais obrigam. Na verdade, esse estranhamento, que aparentemente decorre da natureza intercultural do par amoroso, apenas duplica, sublinha ou exacerba o que radica noutro terreno: na relação erótica entre homem e mulher. Essa relação pressupõe, *per se*, uma estranheza, distância ou alteridade irremissível entre os amorosos. Tem menos a ver com o contexto cultural pós-colonial, apenas factor de agudização ou intensificação, portanto, e mais a ver com a natureza intrínseca do amor. Ela ama, ele retribui, consentindo em ser amado. Por isso o amor se alimenta de um antagonismo e de uma estranheza que lhe são inerentes.

A INVENÇÃO DE SHERAZHADE

No prefácio a *Chá Verde*, Yao Jingming menciona o facto de Fernanda Dias ter feito da palavra poética “um leque de ferro”, “casa frágil do vento, mas [...] arma”, a oferecer “protecção contra o excessivo fulgor” (2002: 10). A terminar esse mesmo livro temos um incómodo poema em que o sortilégio de “O chá”, que em *Horas de Papel* pulverizava todas as separações – de tempos, etnias... –, suspendendo no eterno presente do encontro dois estranhos que na sua irredutível estranheza se espelhavam e entre si reconheciam uma misteriosa fraternidade, dá lugar ao seu avesso: “a insónia do chá” (2002: 81). Bem tinha avisado Fernanda Dias que “tudo contém o germe do seu contrário” (2002: 42). Como que a demonstrar o valor de mediação protectora de rituais e objectos emblemáticos da cultura amada, a experiência do chá salda-se na imagem violentíssima de uma figura crística de mulher (inutilmente) suspensa da cruz do seu desejo:

fico na cama crucificada
[...]
ancas coxas e pés frementes
e a inútil camisa de seda pura
enrolada na cintura.
(2002: 81)

O tempo do amor é em Fernanda Dias o tempo da descida aos infernos, como em Sophia de Mello Breyner. Já recorri ao mito de Perséfone para entender a natureza sombria desse amor, que mergulha o sujeito no caos, na noite da descida aos infernos, de onde reemerge pela mão de Deméter ou da poesia, que tudo reordena e regenera. Sophia cultua o falo na forma do efebo, assombradora presença sob o sol da Grécia, também fragmentária (veja--se o poema “Torso” ...); o luminoso Apolo alterna com turvadas figuras dionisiacas, com a força de um touro.

Dizia eu que em Fernanda Dias em termos humanos há sempre estranhamento e distância entre os amantes. A perfeição no amor existe, mas... apenas no plano dos arquétipos. Essa perfeição está inscrita na cosmologia a que Fernanda Dias dá a sua voz, num livro maior em qualquer língua, que é *O Sol, a Lua e a Via do Fio da Seda. Uma Leitura do Yi Jing*. Aí o masculino e o feminino encontram-se, num triunfal e extático *hieros gamos*. A dolorosa vulnerabilidade feminina dá lugar ao acolhimento, pelo feminino, do ímpeto masculino. Veja-se “Extasiar”:

Prolongado, doce e firme é o ataque
[...]
Gemido pulsando rouco na garganta
Colo, face, boca, língua ardente
Raiz do amor, o corpo todo vertido
No céu eterno, virilidade extasiada
Na terra fêmea, fecunda greta jubilosa
O sagrado toca o coração do homem
[...]
O eterno fugaz perdura em cada enlace
(2011: 31).

Em Fernanda Dias, não se ama o efebo, mas o tocador de *erhu*. Ama-se a sua cultura milenar porque se amou o homem? Ou o amor pelo homem decorre do enamoramento antigo por uma civilização que em Macau foi reconhecida?...

O tempo da paixão pelo tocador de *erhu* é tempo de caos e luto.

Já nada existe senão tu
(1992: 73)

não te vejo e o tempo
de não te ver



é um leque de ferro
na frente do meu rosto
(2002: 20)

Mónica Simas assinala logo no primeiro livro de Fernanda Dias “a marca de um sujeito transgressivo, tanto em relação ao lugar que ocupa quanto em relação à identidade da escrita” (Simas, 2014: 52). Não é este o momento de seguir esta linha de sentido, profícua em relação à obra de Fernanda Dias. Basta aqui lembrar a dimensão transgressiva de qualquer paixão que se conceba como absoluta, pelo anelo de morte, de autodestruição, que transporta consigo.

Se o amor é um cativo, como quer a tradição poética ocidental, pouco sábia e pouco prática, haverá então que ensaiar estratégias para sobreviver. Nos contos, definha-se por amor, como na poesia. “Gaviões de papel” é a narrativa, transportada para os céus de Macau, de uma outra batalha, de vida ou morte. Vive-se o encontro cultural, na relação amorosa; depois vem o tempo do luto do amor, que aqui “a mulher

LITERATURA

LITERATURE

alcandorada” vai fazer sob a forma do ódio. E coloca-se a questão da redenção ou catarse do amor pela poesia. Mas neste conto o fim do amor transforma a própria natureza da poesia. A mulher sonha com o tempo em que será capaz de escrever “ásperas sílabas novas, que substituiriam os antigos lamentos” (1998: 24). Porque “o desejo estiola se deixar de ser nomeado” (*ibidem*). Não se vislumbra qualquer resgate, anábase ou voo; a mulher permanece encerrada, a sonhar com uma nova voz, mas muda, no seu labirinto.

Isto, em *Dias da Prosperidade*, de 1998. Mas haverá outro caminho. No prefácio a *Contos da Água e do Vento*, de 2013, Fernanda Dias escolhe o seu mito redentor, a figura sob a qual escolhe colocar a sua escrita.

Antes de o evocarmos, voltemos ainda por um momento ao tocador de erhu.

Lee Shuk Yee (1999: 2) evoca o valor simbólico do *erhu*, imagem da totalidade cósmica, metonímia do amante, da sua arte, expressão emblemática da sua cultura; em consequência, metonímia da experiência de completude que ele proporciona, ao sujeito poético, em que este é envolvido, resultando em acolhimento no mundo do outro e em epifânico acesso à realidade absoluta. A experiência do amor é literalmente experiência de poesia. Indistintas, implicam-se mutuamente. Isso se celebra no poema que abre *Rio de Erhu*, volume de 1999, com o mesmo nome (*vide* leitura de Mónica Simas, 2014). Em “Rio de adeus”, da mesma safra, o padecimento que o amor também é conhece um momento de vingança, exige o que funciona como um exorcismo:

ficarás na margem com o teu erhu
colado à pele do peito
nunca mais
ninguém como eu te ouvirá.

ninguém nomeará as flores de espanto
as azáleas e as gardénias vão murchar
jardins inteiros ficarão vazios
o que não é nomeado não existe.

O anátema suspende o seu alvo, imóvel, na margem da morte e do silêncio, da não existência: essa é penalidade. O que não é nomeado não existe: é este o supremo poder da poesia, e esta é a suprema vingança. Quem tem a voz tem o poder.

O texto prossegue:

quem não é escutado nunca toca.
quem não é tocado não respira
quem não é amado não tem voz.

Do primeiro “toca”, tocar o instrumento, passa-se a “ser tocado”, na pele, na troca amorosa. A recusa da nomeação converteu-se numa pena que tem implicações no plano amoroso: não ser amado... Também para ele virá o fim do amor, que ela já viveu (mil vezes, em antecipação e em face da ausência-retracção dele).

No prefácio de *Contos da Água e do Vento*, Fernanda Dias assume-se como autora de “recontos”, contadora de histórias de encantar oriundas de várias tradições, “transmigradas” de língua para língua, que ela escolhe aproximar e religar no seu volume. Termina com uma admonição sonante: “Que Sherazhade nunca seja esquecida!” (2013: XIII)

Escolho ver nesta Sherazhade a figura catártica, o mito salvífico que Fernanda Dias oferece ao sujeito do padecimento amoroso da sua obra poética.

O seu canto de amor a Macau deu-lhe a dimensão plena da sua voz poética; por isso partirá de Macau sem nunca a deixar: “quando partir, ficarei/ Nunca irei quando me for” (2002: 37). Porque amou em Macau, pode transcender em *Contos da Água e do Vento* esse enraizamento electivo e procurar na tradição universal contos de proveito e exemplo em que vejo outras tantas variações do mesmo enredo – sempre de natureza amorosa.

No final do conto “Jaguar bravo”, nomeia as suas fontes e explica: “o poema da princesa da flauta é da minha autoria” (2013: 351). O filão não se esgotou; porque a lição de Macau foi aprendida, ela pode emprestar a sua voz a qualquer amoroso/amorosa. O amante escolheu amá-la, ignorá-la, partir – mil vezes, não necessariamente por esta ordem. Que importa isso? Em última instância, o poder é dela.

O poder é do sujeito feminino que escolhe estrategicamente o seu mito, Sherazhade, tal como a princesa persa escolheu a sua estratégia: transformar-se numa contadora de estórias, para sobreviver ao amor de um homem, que suspende do encanto da sua voz. “O desejo estiola, se deixar de ser nomeado”, é a lição do ódio, mera reencarnação esforçada e forçada do amor, outra face do mesmo. Esta estratégia retratada num conto de 1998 não vingará. Apenas emudecerá a “mulher alcandorada”, retirando-lhe a voz. A extinção

do desejo coincide com a extinção da voz, e ambas correspondem ao “avesso de toda a felicidade” (1998: 24). Em *Contos da Água e do Vento* a mulher triunfa, e com ela triunfa o amor. O triunfo de Sherazhade é o triunfo do amor. Sherazhade neutraliza o falo, ou melhor, domina a estratégia masculina extremada na consumação/terminação do amor. Enquanto houver voz, há vida; enquanto houver voz, haverá amor. Na voz feminina, o amor, como possibilidade infinita, recriação *ad aeternum* do mesmo, triunfa da versão masculina.

Tal como Sophia, Fernanda Dias sabe que o poder é dela; assim o falo, que as assombra a ambas, é neutralizado, inviabilizando-se a estratégia masculina

que confunde consumação/saciedade e terminação/ extinção do amor. O poder é delas, também quando padecem por amor, paradoxalmente, porque delas é o poder da poesia. **RC**

Nota da autora: Este artigo resulta de duas comunicações: a primeira, apresentada na Inaugural European Conference on Cultural Studies, 24 a 27 Julho de 2014 em Brighton (com Ana Maria Correia, “The fiction of Fernanda Dias and Senna Fernandes: revisiting the colonial Macau through the lens of ethnicity, gender and patriarchy.”); a segunda, no II Crossings: Brasil, Portugal e Grande China, 27 a 31 de Julho de 2015, em São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

Dias, Fernanda (1992). *Horas de Papel (Poemas para Macau)*. Macau: Livros do Oriente.

— (1998). *Dias da Prosperidade*. Macau: Instituto Cultural de Macau / Instituto Português do Oriente.

— (1999). *Rio de Erhu*. Macau: Fábrica de Livros.

— (2002). *Chá Verde*. Macau: Círculo dos Amigos da Cultura de Macau.

— (2011). *O Sol, a Lua e a Via do Fio de Seda. Uma Leitura do Yi Jing*. Macau: Livros do Meio / Instituto Cultural do Governo da RAEM.

— (2013). *Contos da Água e do Vento*. Macau: Livros do Meio.

— (2016). *O Mapa Esquivo*. Macau: Livros do Oriente.

Bhabha, Homi (1994). *The Location of Culture*. Londres / Nova Iorque: Routledge.

— (1998) *O Local da Cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2.ª ed.

Infante, Gustavo (2010). “Os contos de Deolinda da Conceição e Fernanda Dias: Contributo para a imagética do feminino oriental em língua portuguesa”, in Ana Paula Laborinho e Marta Pacheco Pinto (orgs.), *Macau na Escrita, Escritas de Macau*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.

Lee Shuk Yee (1999). “Prefácio” a *Rio de Erhu*. Macau: Fábrica de Livros.

Pina-Cabral, João de (2002). *Between China and Europe. Person, Culture and Emotion in Macao*. Londres / Nova Iorque: Continuum.

Simas, Mónica (2009). “Poéticas de Macau: espaços duplos, triplos e de interculturalidade”. *Via Atlântica*, n.º 15, Junho.

— (2012). “Imagens da China. Evocações através de um poema de Fernanda Dias”. *Ângulo 131 - Literatura Comparada*, vol. II. <http://www.fatea.br/seer/index.php/angulo/article/viewFile/1073/847>.

Yao Jingming (2002). “Em nome do chá”, in *Chá Verde*. Macau: Círculo dos Amigos da Cultura de Macau.

A Insubmissão da Seda

Uma Leitura de *A Cabaia*, de Deolinda da Conceição

FERNANDA DIAS*



*Don't tell me women are not the stuff of heroes,
I alone rode over the East Sea's winds for ten thousand leagues.
My poetic thoughts ever expand, like a sail between ocean and heaven.
I dreamed of your three islands, all gems, all dazzling with moonlight.
I grieve to think of the bronze camels, guardians of China, lost in thorns.
Ashamed, I have done nothing; not one victory to my name.
I simply make my war horse sweat. Grieving over my native land
hurts my heart. So tell me; how can I spend these days here?
A guest enjoying your spring winds?*

*Sun and moon have no light left, earth is dark;
Our women's world is sunk so deep, who can help us?
Jewellery sold to pay this trip across the seas,
Cut off from my family I leave my native land.
Unbinding my feet I clean out a thousand years of poison,
With heated heart arouse all women's spirits.
Alas, this delicate kerchief here
Is half stained with blood, and half with tears.*

Qiu Jin, “Capping Rhymes with Sir Shih Ching,
from Sun’s Root Land” (tradução de Zachary Jean Chartkoff).

* Escritora e artista plástica. Estudou com o Professor Bartolomeu dos Santos, expondo regularmente gravura e pintura. Publicou poesia, contos e tradução em co-autoria com a investigadora Stella Lee. Em 2016 apresentou tese de Mestrado em Comunicação, Cultura e Artes, especialização em Estudos Culturais, na Universidade do Algarve. A editora Livros do Oriente lançou recentemente o livro de poemas *O Mapa Esquivo*, repositório de imagens da sua vida na cidade.

Writer and artist. Studied printmaking with Professor Bartolomeu dos Santos, exhibiting art works frequently. Author of poetry and short stories, has translated several Macao authors in co-work with the researcher in literature Stella Lee. In 2016 she presented a Master's thesis in Communication, Culture and Arts at Algarve's University, Portugal. Livros do Oriente published recently the book of poems O Mapa Esquivo, memoir of her life in the city.

DEOLINDA DA CONCEIÇÃO, UMA VOZ PORTUGUESA NA CHINA

Deolinda do Carmo Salvado nasceu em Macau no dia 7 de Julho de 1913, filha de António Manuel Salvado, comerciante português radicado em Macau, natural de Medelim, Castelo Branco, e de Áurea Angelina da Cunha Salvado, natural de Macau.

Após estudos no Liceu de Macau, Deolinda casou em Cantão com Luís Gaspar Alves, em Novembro de 1931, e instala-se com o marido na cidade cosmopolita de Xangai, onde residia uma dinâmica e próspera comunidade portuguesa. Apanhados nas malhas da Guerra do Pacífico, mudaram-se para em Hong Kong, onde Deolinda trabalhou como professora e tradutora. Em 1941, durante a ocupação japonesa de Hong Kong vive algum tempo num campo de refugiados.

Só e com dois filhos pequenos, Deolinda acaba por regressar a Macau, onde encontra uma cidade desfigurada pelas terríveis consequências da guerra. A avalanche de refugiados luta pela sobrevivência, e a comunidade solidária tenta sustentar a devastação da fome, apoiando hordas de desalojados à custa de enormes sacrifícios.

Culta e determinada, Deolinda dá aulas de Inglês e Estenografia na Escola Comercial Pedro Nolasco e trabalha como jornalista e secretária da direcção do diário *Notícias de Macau*, fundado em Agosto de 1947. Em Maio de 1948 casa em segundas núpcias com o colega jornalista António Maria da Conceição, passando a usar o nome com que veio a tornar-se conhecida e

LITERATURA

LITERATURE

admirada, Deolinda da Conceição. Durante os anos da sua actividade como jornalista, assina artigos de crítica literária e artística, contos, ensaios, crónicas sobre a vida da cidade. É responsável pela “página feminina” do Notícias de Macau, cuja acção cultural e divulgadora foi inestimável contribuindo para atenuar o isolamento das famílias provocado pela distância e pela morosidade dos transportes da época.

Toda a cultura, sensibilidade artística e entendimento da sociedade do seu tempo estavam já patentes nessas páginas. A cidade de Macau teria sido diferente sem a actividade cultural e jornalística desta mulher notável. Diz-se que na sua vida privada enfrentou corajosamente a tendência para o puritanismo ignorante e hábitos seculares de maledicência comuns na sociedade das terras pequenas, agregadas em torno de devoções religiosas mal esclarecidas. Porém, o que prevaleceu foi a elegância da sua postura, a sua presença ímpar na vida cultural da cidade nos anos 50. Ficaram-nos testemunhos irrefutáveis: as suas crónicas jornalísticas, um espólio fotográfico precioso, e o seu talento como contista.

Em 1956 Deolinda pisa o solo da Pátria pela primeira vez, viajando com o marido e o filho do segundo casamento, António Maria da Conceição Júnior, à data com cinco anos de idade. Nos seis meses que permaneceu em Lisboa, a prestigiada Livraria Francisco Franco aceita publicar a colectânea de contos *Cheong-Sam: A Cabaia*; livro que as instituições coloniais em Macau, por inércia ou ignorância, não tinham considerado oportuno publicar. A primeira edição, de 1956, é dada à estampa com prefácio de Afonso Correia e capa de Bernardino de Senna Fernandes, artista macaense radicado em Lisboa.

Regressa a Macau em 1957, já doente. Vem a falecer hospitalizada em Hong Kong, no dia 24 de Maio de 1957. Tinha apenas 43 anos de idade.

Em 1979, por iniciativa do filho, o conceituado artista plástico e investigador António Conceição Júnior, o livro de contos *Cheong-Sam: A Cabaia* é reeditado. Em 1987, o Instituto Cultural de Macau publicou uma nova edição e no ano seguinte é dada à estampa a versão chinesa. Em 2007, o Instituto Internacional de Macau patrocinou uma nova edição da obra.

DUAS MULHERES, DOIS UNIVERSOS

Os contos de Deolinda da Conceição são muitas vezes analisados à luz da posição da autora em defesa da

condição feminina, da incipiente luta pela emancipação da mulher chinesa contra a ancestral opressão de uma sociedade patriarcal, eivada de superstições, subjugada numa estrutura familiar milenar. Escreve David Brookshaw:

*As suggested by the title, the unifying theme that characterizes all the tales, is the position of women in China and Macau: educated Chinese women, often brought up in urban Western ways, struggling for respect and emancipation in the face of traditional patriarchy in a China that, rather in the manner of Pearl Buck, is often portrayed in quite abstract terms; women of the people struggling against the oppression of grinding poverty or the effects of war, both of which the author had witnessed at close quarters in mainland China and in Macau; and finally women who are often the victims, and sometimes the perpetrators of superstitious beliefs.*¹

Deolinda da Conceição, mulher esclarecida do seu tempo, não desconhecia certamente factos da vida e obra de Qiu Jin 秋瑾,² a primeira feminista da China moderna. Nascida em Xiamen, Fujian, numa família abastada, casada com um alto funcionário, deixa a casa ancestral na aldeia para ir viver com o marido em Pequim. Aí descobre as recepções e festas à ocidental e faz amizades com mulheres chinesas letradas, activas, admiradas, como a poeta Wu Zhiying 吴芝瑛, cujas caligrafias faziam sucesso nos meios cultos da capital.

Cixi 慈禧, a imperatriz reinante, deleitava-se com o seu Palácio de Verão, entre colinas e lagos artificiais, galerias, belvederes e pavilhões no meio de maravilhosos jardins, e até uma réplica de navio em mármore branco, tudo feito e restaurado com fundos desviados do governo. A história da China ensina-nos que os governos corruptos duraram, mas não perduraram. Em 1900, tropas fanáticas ligadas à seita dos Boxeurs marcham sobre a capital. Os residentes estrangeiros refugiam-se no bairro das delegações e na catedral, evento que ficou conhecido como os “Cinquenta e Cinco dias de Pequim”. A família de Qiu Jin foge dos desacatos, assim como muitos chineses simpatizantes das ciências e tecnologias do Ocidente. Na sequência das suas ideias inovadoras, no seu anseio por uma nova ordem social, Qiu Jin liga-se aos movimentos republicanos, entrega-se resolutamente à luta contra o governo Imperial, decadente e incapaz.

Em 1904, deixando os filhos com o marido, dedica-se definitivamente à acção clandestina ao lado



Qiu Jin.

LITERATURA

LITERATURE



Wu Zhiying.

dos revolucionários, para grande consternação da família do marido. Passa a ganhar a vida como professora em colégios femininos e em 1906 funda na cidade cosmopolita de Shanghai o jornal *Zhongguo nü bao* 中国女报 (China Women’s News), em colaboração com a poeta Xu Zihua 徐自华. Este jornal teve vida breve, pois foi encerrado após o segundo número. Entre várias acções propagandistas, edita ainda um jornal intitulado *Baihua Bao* 白话报, com artigos em chinês vernáculo. Num dos números Qiu Jin publica um manifesto intitulado “Proclamação respeitosa para 200 milhões de mulheres camaradas chinesas” onde denuncia a opressão das mulheres pelo casamento imposto e a crueldade do costume de enfaixar os pés, violências de que ela mesma fora vítima. Oradora eloquente, falava pelos direitos das mulheres subjugadas, reclamava para todas liberdade no casamento, liberdade na educação, abolição da prática dos pés atrofiados. Em 1907 dirigia a “Escola Datong”, em Shaoxing, oficialmente para formação de professores de Educação Física e Desporto,

mas que escondia actividade de treino militar para revolucionários, o que não destoava da milenar tradição do ensino das artes marciais.

Em 12 de Julho de 1907, Qiu Jin é presa na escola de raparigas da qual era também directora. Torturada, nega envolvimento com os revolucionários. Qiu Jin escrevera incessantemente, descrevendo a sua vida e as razões da sua revolta. Os juízes entendem esse manifesto como uma confissão e condenam-na antes mesmo de instaurar o processo. Dia 15 de Julho é decapitada na sua aldeia natal, Shanyin. Tinha 31 anos. Imediatamente considerada pelos dissidentes do Império como heroína e mártir, a primeira feminista da China moderna tornou-se o símbolo da independência feminina na China.³

Seis anos depois, em Julho de 1913, nasce em Macau Deolinda do Carmo Salvado. Macau é a confluência de dois mundos. Deolinda é portuguesa e em português será a sua escrita, embora alimentada pela fusão cultural de séculos de que nos fala David Brookshaw:

*As a Macanese, and therefore a product herself of the long centuries of fusion, Deolinda had a special sympathy for themes relating to inter-racial love and its effects. Deolinda da Conceição’s stories are exemplary tales, which invite us to ponder on the pitfalls of material ambition, even if such aspirations are relatively modest, such as in a little girl’s desire for a pretty pair of shoes or a young woman’s desire for a jade ring, and to reflect on the determinants of pride and prejudice, such as in the shame felt by a young Eurasian boy at his Chinese mother’s behaviour, in a still stratified colonial society.*⁴

HISTÓRIAS ONDE O REAL NÃO EXCLUI O MARAVILHOSO

Pode uma escrita estar atenta ao horror, muito perto das feridas da alma e do corpo, do desespero dos desalojados e manter ao mesmo tempo uma delicada contenção, um pudor respeitoso? Assim escreve Deolinda: é à guerra e aos atavismos que ela atribui a responsabilidade dos dramas. É aos furacões da história que ela aponta o dedo acusador, e não aos erros e desvarios dos perecíveis, vulneráveis seres que se amalgamam entre a luta pela sobrevivência e a obediência aos padrões culturais velhos de milénios. Lúcida e atenta, dá-nos um olhar sobre

as duas culturas cujo dia a dia partilha: a da Pátria, longe geograficamente, mas interiorizada no culto da língua e dos valores e a da sua naturalidade, o seu local de nascimento, não sendo nela patente nenhum dilema nem conflito emocional entre nacionalidade e naturalidade, antes as duas vertentes se completam na eficácia da sua escrita. Eficácia e verdade, pois não é possível ler estes textos sem que nos evoquem vivências genuínas, sem que nos sejam restituídos lugares reais.

À parte o cenário de guerra, cuja crueldade e cortejo de horrores só se podem intuir pela voz de quem os viveu, sob os dramas humanos ali reconhecemos como num álbum ilustrado cuidadosamente guardado, o que permanece da pacata cidade que foi Macau. Nos recantos que resistiram às mudanças vertiginosas dos anos oitenta e que, hoje residuais, lutam contra a devoradora sanha do tempo, quem leu Deolinda da Conceição, inclina-se, não sem melancolia, perante o virtuosismo de uma escrita tanto mais preciosa quanto rara. Uma escrita que nada deve ao exotismo de pacotilha nem aos recursos de estilo eurocentrista dos textos coloniais.

CHEONG-SAM, UMA CABAIA NEGRA COM RAMAGENS DE COR

“Tal como aqui as descrevo, as atmosferas e os climas incluem a dimensão física dos fenómenos; inequivocamente, as suas formas de articulação pertencem à esfera da experiência estética. Pertencem, sem dúvida, àquela parte da existência relacionada com a presença, e as suas articulações contam como formas de experiência estética”.⁵ Hans Ulrich Gumbrecht, *Atmosfera, Ambiente, Stimmung*.

O conto “Cheong-Sam” começa com um grito que rompe o silêncio da noite. O grito de um homem que horas antes tinha ouvido serenamente a condenação ao degredo perpétuo. Até agora este grito desgarrado de um homem fechado na cela de uma prisão é o retrato da mais absoluta solidão. Mas essa solidão dura o espaço de três breves linhas. Eis que acorrem os guardas, “e foram dar com ele, de olhar desvairado, olhando fixamente uma parede”.⁶ É a quarta linha e o primeiro sobressalto para o leitor: pois este “acorrem os guardas” traz uma inusitada carga de solicitude, que não se espera em relação a um degredado que solta um berro no meio da noite. Já se revela, no início deste breve segundo parágrafo,

a originalidade, a fina maestria desta escrita: o fluir da narrativa muda subitamente de atmosfera, em virtude da quase imperceptível tonalidade da narrativa.

O preso olha fixamente a parede onde as sombras de uma árvore próxima desenham figuras grotescas. Conhecemos essas árvores, as grandes banianas de raízes pendentes, conhecemos esses ventos que as fustigam, enchendo a noite de estranhas figuras agitadas. Deolinda, que concisamente vai desenhar a sua cidade e nela levantar palcos para os seus dramas, já pôs em marcha todo o pulsar da história que nos conta. Na noite cheia de sombras um homem, até então submisso, solta um brado de solidão e horror. Acorrem os carcereiros e falam: “Dorme, A-Chung, e deixa-te dessas coisas. Então tens medo de sombras?”⁷

Porque parecem tão solícitas, quase fraternais, estas palavras na boca de um guarda? Revelam já outro fio condutor de todas as narrativas deste livro: algures no cerne da angústia, um ente compassivo, humano ou mítico, oferece um gesto, uma palavra de apaziguamento ou empatia.

Empatia, ânimo, esperança: “Apresentam-se perante nós como nuances que desafiam nosso poder de discernimento e de descrição, bem como o poder da linguagem para as captar.”⁸ Algo que desliza silenciosamente sob a trama das dores da vida, e de súbito aflora como um fio de água límpida entre rochedos inóspitos: “Dorme e não tornes a causar-nos aborrecimentos, e, se não puderes dormir, descansa pelo menos e deixa dormir os outros.”⁹ Dizem os guardas como se falassem a um menino que se portou mal. Por fim o preso aquieta-se, deita-se na tarimba “desenhando com a mão um obrigado de cortesia”.

Causará talvez estranheza esta troca de palavras singelas, numa prisão, a meio da noite. Para quem conhece a cidade onde tudo se passa, o que salta aos olhos é a argúcia, a delicadeza de uma escrita que soube captar em tão poucas palavras a mais recôndita alma de um lugar como este, onde todos os possíveis terrores são dobrados da mais intrínseca e inabalável cortesia, venha ela de onde vier. Assim vai ser em todos os contos, realistas, maravilhosos ou fantásticos, as nuances dos sentimentos humanos mais contraditórios vão perpassar nos encontros e desencontros das personagens. E numa trama narrativa toda simples vão aparecer requintadas metáforas. Tal como na cabaia, é de pano singelo o forro do brocado negro lavrado de sumptuosas ramagens.

LITERATURA

LITERATURE

As páginas em que nos são contados os factos que levaram ao degredo o jovem A-Chung detêm-se na paisagem citadina, definindo uma época, desenhando com parcimónia e rigor a cor, os sons, os elos familiares, as nuances do fluir do tempo entretecidas com os sonhos, os trabalhos, as esperanças. As lojas com suas tabuletas pretas com caracteres vermelhos, os pequenos comércios de arroz, de vinho, essa outra maneira oriental de dizer “pão-nosso de cada dia”. Fechadas as lojas, os vizinhos e amigos jogam *ma-cheoc*, trocam confidências estimuladas pela doçura da luz do fim do dia. Os rumores das atrocidades dos invasores já circulam, tingindo de soturnos presságios as esperanças dos mais velhos de casarem os filhos, de os verem prosperar nos negócios que vão herdar. A-Chung, que já maneja destramente o ábaco,

deverá, se o pai faltar, prover o sustento da mãe, das irmãs e das concubinas do pai; quanto à filha única de Tai Sang Leong, deverá casar e dar netos ao pai. De nome Chan Nui, esta menina é bela e ambiciosa. Quer aprender a língua do Novo Mundo, estudar, conhecer outra civilização. Em pouco mais de duas páginas está traçado o esquiço de uma rua da cidade, mas não se trata de uns quantos grafismos, de umas quantas pinceladas de cor local. É a atmosfera ao mesmo tempo intensa e delicada, apenas perceptível, que Deolinda nos apresenta, como uma inestimável dádiva. Porque o enredo, *fait divers* verosímil na época, é ficcional, mas o resto, aquele cristalino, leve modo de dizer **Onde** e **Como** as criaturas enfrentam o destino, é mais **Real** do que o real. Porque aquela rua com suas tabuletas, ou já não existe, ou é cartaz arrebicado para

o turista fotografar. A escrita de Deolinda, porém, é indelével, mais exacta que pintura, mais perene que as velhas pedras. Hans Ulrich Gumbrecht, citando a escritora Toni Morrison, descreve este fenómeno como “o paradoxo exacto de ser tocado por dentro”. Algo que, na língua portuguesa que Deolinda venerava, mais que um paradoxo é um estado de alma e a poesia subjacente o mais exacto modo de o dizer.

Gumbrecht esclarece, reflectindo sobre os estados de espírito e as atmosferas: “Cada tom que percebemos é, claro, uma forma de realidade física (ainda que invisível) que ‘acontece’ ao nosso corpo e que, ao mesmo tempo, o ‘envolve’”. E comenta:

“No caso, interessava-lhe, estou em crer, uma experiência que fosse comum por todo o mundo: que as atmosferas e os estados de espírito, tal como todos os mais breves e leves encontros entre nossos corpos e seu entorno material, afectam também as nossas mentes; porém, não conseguimos explicar a causalidade (nem, quotidianamente, controlar os seus resultados). Não quero afirmar que compreendo a dinâmica que aqui está em causa, nem sequer que consigo dar dela uma imagem completa.”¹⁰

Talvez Fernando Pessoa tenha esboçado um pensamento semelhante quando disse: “Também deve haver um sentido para a percepção das emoções – um certo *tacto interior*.” E, algumas linhas depois, completando:

*“Self-consciousness is an epiphenomenon, purely an intellectual faculty, susceptible as such, of degrees. True consciousness is universal, one, simple, indivisible. This world-consciousness is of the peculiar physical composition called a human being and, at the same time, of the objects he perceives (to take an instance from perception).”*¹¹

Antes do final dramático do conto, com a morte da jovem esposa às mãos do ensandecido A-Chung, um outro quadro tão real como emblemático nos é dado, quando Chan Mui, na vertigem de uma vida de luxo e dissipação, no âmbito de alguns ambientes no cerne da guerra, esquece momentaneamente a família: “A China ardia ao fogo das batalhas sucessivas, e a sua gente prostrava-se, inanimada, num caos horripilante donde fugira até o sentimento humano”.¹² Agora esposa e mãe, Chan Mui, que fora a rapariga moderna de educação requintada, acusando o marido de cobardia e comodismo porque não reage ao infortúnio, procurara

trabalho no salão de dança de um clube nocturno. O marido, acossado pela extrema miséria, pela fome dos filhos, acabara por aceitar. De uma velha cesta de verga, salva dos bens penhorados, é exumada, ilesa, a cabaia elegante que Chan Mui vestira para o jantar de casamento.

As crianças passam a comer o arroz melhorado ganho com as danças e requebros de Chan Mui, agora acompanhante no *dancing*; arroz amargo que para A-Chung tem o sabor da indignidade, o que o faz deitar ao chão os *fai-tchi*, em acessos de rancor e desespero.

Deolinda diz-nos que Chan Mui se habitua ao que no início, relutante, considerara um “círculo de frivolidades”. Os filhos comem bem; o trabalho, que em tempo de paz seria uma indecência para uma mãe de família, torna-se suportável. É então que surge um serviço extra, cuja remuneração lhes permitirá recomeçar um negócio, sair da crise. Para isso Chan Mui deverá acompanhar à cidade próxima um rico negociante, falando a língua estrangeira que ela aprendera. O marido aceita, mas impõe uma condição: a ausência será de três dias e não mais. Três dias serão perdoáveis, espaço de tempo concedido pela virtude da tolerância à vil necessidade. Como nos contos orais, três dias é um tempo mítico, mas muitas vezes o fraco herói prevarica e cai no opróbrio maior: esquece o motivo por que aceitou a tarefa que se propôs. A *atmosfera* exerce o seu poder sobre os sentidos humanos, e sai vitoriosa.

Decorre uma semana e Chan Mui não contou o tempo. Foi preciso conferir confortos, relembrar volúpias que a guerra fizera esquecer: a “cidade vizinha” apesar da guerra, ou talvez por isso, está prenhe de tesouros, jóias, perfumes, cabaia luxuosas, requintados banquetes, vinhos finos. O homem imensamente rico veste bem, é educado e bem parecido... o *clima* tece os seus enredos de sedução. Passou o tempo concedido, e como nos mitos, a prevaricação será punida da mais cruel maneira. Chan Mui, numa manhã, na cama confortável, já fora da legitimidade do tempo concedido, lê no jornal o apelo do marido para que regresse para junto do filho mais novo, gravemente doente.

Chan Mui precipita-se para o barco que a leva de volta à vida real. Esquece os honorários, as jóias, as coisas belas e preciosas que ganhara, as prendas para os filhos. Regressa em alvoroço para constatar que a doença do filho era um pretexto para a fazer regressar.



LITERATURA

Acusa o marido de a fazer perder uma oportunidade de reconquistar a esperança na prosperidade. Mas A-Chung já não ouve. Ele esteve sempre com os filhos no cubículo infecto. Não sentiu na pele, não foi “tocado por dentro” pela perdição. E é A-Chung, isento de ambição, não corrompido pelo luxo, quem no delírio da sua virtude masculina vilipendiada, é possuído pelo demónio. Chan Mui morre sob os golpes do cutelo de cozinha, manejado cegamente pelas forças demoníacas que se apossaram do pacífico A-Chung.

Entregues as crianças ao orfanato, o pai entrega-se à justiça, taciturno. Condenado ao degredo, verá nas sombras das árvores reflectidas na parede da cela, as ramagens da cabaia fatídica. A mente humana interfere poderosamente com o real; sobre a matéria pinta incessantemente as suas alucinadas paisagens interiores.



O OBJECTO DE DESEJO, CHAVE PARA AS METAMORFOSES

Uma peça de vestuário dá o nome ao livro de Deolinda da Conceição e ao primeiro dos vinte e sete contos que dele fazem parte.

O papel desse ícone da elegância feminina oriental no enredo do conto poderia ser interpretado, numa primeira leitura, como uma metáfora da vaidade frívola, quiçá pecaminosa, da personagem central, Chan Nui. A jovem, que fizera os seus estudos no Novo Mundo, por um trapo frívolo trilharia o caminho da perdição que leva fatalmente ao drama. Ler assim seria não estar atento ao uso subtil que Deolinda faz dos objectos-chave em volta dos quais a narrativa se desenrola, atribuindo-lhes sempre um duplo valor, complementar – pessoal e universal; intimista e social. Isso se passa com a cabaia do conto do mesmo nome e noutros contos, como por exemplo o anel de jade no conto do mesmo nome, (p. 55) como as “jardas de tule branco” vestido ígneo no conto “O modelo” (p. 71), ou os sapatos de seda bordada do conto “Os sapatinhos bordados da Anui” (p. 63).

Funcionando como cobiçados produtos de luxo, representando ora a vida inacessível dos abastados para as jovens da classe humilde, ou como reminiscências do paraíso perdido para as filhas-família que tudo perderam na guerra, num dado momento da narrativa esses objectos representam, na sua essência, algo mais do que luxo frívolo. Produtos de evolução tecnológica e estética de milénios, ligados indissociavelmente à história cultural da China, carregam marcas da vida feminina, com o seu turbilhão de eras de submissão, lutas, emancipação, regressão. Outros são parte de antiquíssimos arquétipos, inusitados caprichos da natureza, prezados pelo homem desde sempre, como a pérola rara do conto “A pérola claro-escuro” (p. 89), ou objectos de arte, misteriosos pela inexplicável perfeição ou ocultos poderes, como a jarra cor de ervilha do conto “Um feliz achado”, em *Curiosidades de Macau Antiga*, de Luís Gonzaga Gomes.¹³ Ícones carregados de sentido como os objectos-chave dos contos orais: a rosa para Bela colhida em casa do Monstro, o sapato de Cinderela, a chave do quarto secreto de Barba Azul, as três cidras do amor no conto do mesmo

Noiva manchú com a sua serviçal. In J. Thomson, *Illustrations of China and its People*, vol. 4 (1874)

LITERATURE



LITERATURA

LITERATURE

nome, a ave de ouro no conto “O pássaro azul”. Nos contos, segundo Deolinda, coisas comuns elevam-se à qualidade de mágicas pelo poder de provocarem na vida de quem os ambiciona ou possui tempos de rotura, metamorfoses, epifanias que determinam o cerne dramático da narrativa.

A CABAIA: DE SÍMBOLO DE LIBERDADE A ÍCONE ESTÉTICO

A popularidade da cabaia (*cheong-sam*), durante o período da república da China está ligada aos movimentos de libertação da mulher. Depois da queda da dinastia feudal Qing, jovens chinesas lutaram pela emancipação da mulher, unindo-se contra o papel de submissão que a tradição lhes impunha. Surgiram então alguns movimentos feministas contra a segregação de género do neo-confucionismo. Nessa luta visavam também algumas normas regulamentares da aparência a que eram constrangidas: obrigação da deformação dos pés por meio de ataduras desde a infância; uso de cabeloira longa, um dos estereótipos da beleza oriental; e a proibição de usar a cabaia de uma só peça, vestuário masculino desde a dinastia Han (202 a. C-220 d. C.) até à dinastia Qing (1616-1911).

Durante esse tempo, o vestuário feminino constava de duas peças, e era proibido à mulher o uso de vestes longas como a dos homens, devendo usar blusas e saias. Depois da Revolução de 1911, que provocou a queda da dinastia Qing, a juventude chinesa começou a interessar-se pela cultura e ciência modernas, para o que largamente contribuiu a abertura de vários portos e a cedência de territórios da China a potências ocidentais. Juntamente com as ideias e hábitos das delegações estrangeiras, a crença na igualdade de géneros depressa ganhou adeptas nas jovens estudantes, que se tornaram apaixonadas defensoras dessas reivindicações.

Nos primeiros anos da República, vestir *cheong-sam* tornou-se o símbolo da luta pela igualdade de género. As cores dos tecidos então usados eram preferencialmente sombrias, simbolizando o protesto silencioso desses movimentos feministas. A partir dos anos 30 o uso da cabaia estendeu-se a todas as mulheres da China, independentemente da idade, estado civil ou classe social. Actrizes, cantoras dos clubes nocturnos em voga, mulheres da classe operária, adoptaram os modelos de *cheong-sam*, cujo estilo variava conforme o uso a que se destinavam e as posses das suas utentes. Também o estilo dos vestidos de noite das elegantes ocidentais influenciou certas variantes do modelo padrão da cabaia. O corte largo e recto adaptou-se gradualmente às formas do corpo por meio de sofisticadas pinças, pondo em relevo as curvas femininas, e evoluindo de uniforme revolucionário para símbolo erótico nos célebres salões de baile das noites de Xangai. Surgiram por todo o lado prósperos ateliers de costura especializados.

A cabaia do dia-a-dia evoluiu também, reduzindo o comprimento para a altura do joelho. Mantendo certas características, como o colarinho alto e rígido, os botões de tecido manufacturados em nós tradicionais, variando de laçadas simples a intrincados arabescos, a cabaia tornou-se na indumentária obrigatória em certas solenidades, como os casamentos, por exemplo, até aos dias de hoje. Passou assim de expressão de ideal político a ícone estético da mulher oriental.

Explícitas ou implícitas (reveladas ou secretas) essas imortais figuras habitam ainda a escrita de Deolinda da Conceição. Outras tantas leituras possíveis sobrepostas em finas camadas, como laca translúcida, que conferem a este livro um valor único e intemporal, e fazem destes contos um álbum ilustrado preservando imagens ao mesmo tempo pungentes e delicadas da cidade que foi Macau. **RC**

NOTAS

- | | | | |
|---|---|----|---|
| 1 | David Brookshaw, <i>Border Gates: Perceptions of China in Modern Portuguese Literature</i> . | 8 | Hans Ulrich Gumbrecht, <i>Atmosfera, Ambiente</i> , Stimmung: <i>Sobre um potencial oculto da literatura</i> , p. 12. |
| 2 | Qiu Jin 秋瑾 (8 de Novembro de 1875-15 de Julho de 1907). | 9 | Deolinda da Conceição, <i>Cheong-Sam: A Cabaia</i> , p.17. |
| 3 | Danielle Elisseeff, <i>La femme au temps des empereurs de Chine</i> , pp. 294-299. | 10 | Hans Ulrich Gumbrecht, <i>Atmosfera, Ambiente</i> , Stimmung: <i>Sobre um potencial oculto da literatura</i> , p. 13. |
| 4 | David Brookshaw, <i>Border Gates: Perceptions of China in Modern Portuguese Literature</i> . | 11 | Fernando Pessoa, <i>Textos Filosóficos</i> , vol. 2. Lisboa: Ática,1968, pp. 187-188. |
| 5 | Cf. Hans Ulrich Gumbrecht, <i>Atmosfera, Ambiente</i> , Stimmung: <i>Sobre um potencial oculto da literatura</i> , p. 16. | 12 | Deolinda da Conceição, <i>Cheong-Sam: A Cabaia</i> , p. 23. |
| 6 | Deolinda da Conceição, <i>Cheong-Sam: A Cabaia</i> , p. 17. | 13 | Pauzinhos, utensílios de mesa para levar comida à boca. |
| 7 | <i>Ibidem</i> , p. 17. | 14 | Luís Gonzaga Gomes, <i>Curiosidades de Macau Antiga</i> , pp. 89, 101. |

BIBLIOGRAFIA

Azevedo, Rafael Ávila de. <i>A Influência da Cultura Portuguesa em Macau</i> . Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.	Fernandes, Henrique de Senna. <i>A Noite Desceu em Dezembro</i> . Romance – 55 capítulos. <i>Jornal Ponto Final</i> (Macau), 2004/2005.
Brookshaw, David. <i>Border Gates: Perceptions of China in Modern Portuguese Literature</i> . Nova Iorque: Edwin Mellen Press, 2002.	Gomes, Luís Gonzaga. <i>Curiosidades de Macau Antiga</i> . Macau: Instituto Cultural de Macau, 1996
———. <i>Visions of China: Stories from Macau</i> . Providence, RI / Hong Kong: Gávea Brown / Hong Kong University Press, 2002.	———. <i>Páginas da História de Macau</i> . Macau: Notícias de Macau, 1966.
Conceição, Deolinda da. <i>Cheong-Sam: A Cabaia</i> . Macau: Instituto Internacional de Macau, 2007.	Gumbrecht, Hans Ulrich. <i>Atmosfera, Ambiente</i> , Stimmung: <i>Sobre um potencial oculto da literatura</i> . Tradução Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
Elisseeff, Danielle. <i>La femme au temps des empereurs de Chine</i> . Paris: Stock / Laurence Pernoud, 1988.	



As “Portuguesas de Xangai” (1850-1952)

ALFREDO GOMES DIAS*

O estudo dos movimentos migratórios no mundo afirma-se cada vez mais pela análise das redes sociais que os suportam. No caso da diáspora macaense (séculos XIX e XX), estas redes alicerçaram-se, fundamentalmente, nas iniciativas protagonizadas pelos núcleos familiares que se integraram nas suas diversas correntes migratórias. Entre estas, o caso do fluxo Macau–Xangai não é uma exceção.

Fundada em meados do século XIX, a comunidade dos “portugueses de Xangai” formou-se através de duas lógicas migratórias distintas mas complementares. Desde muito cedo, a emigração masculina conviveu com uma emigração familiar, o que contribuiu para que aquela comunidade rapidamente consolidasse a sua presença na sociedade xangaiense, fortemente marcada por uma população de origens geográficas e culturais muito diversificadas.

Este foi o pano de fundo que ofereceu à mulher de Macau um papel singular na história desta comunidade ao longo do seu século existência, entre meados do século XIX e meados do século XX. Portadoras de um quadro cultural construído na sociedade de

Aspecto da Rua Jiujiang em Xangai em finais da década de 1920.

* Licenciado em História pela Universidade de Lisboa, mestre em Espaço Lusófono pela Universidade Lusófona, doutorado em Geografia Humana na Universidade de Lisboa com a dissertação *Diáspora Macaense. Macau, Hong Kong e Xangai (1850-1949)* (publicada em 2014). Investigador do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Professor-Adjunto da Escola Superior de Educação de Lisboa.

Degree in History from the Universidade de Lisboa; M.A. in 'Espaço Lusófono' from the Universidade Lusófona and Ph.D. in Human Geography from the Universidade de Lisboa with the thesis Diáspora Macaense. Macau, Hong Kong e Xangai (1850-1949) (published in 2014). Researcher of the Centre for Geographical Studies, Institute of Geography and Spatial Planning, Universidade de Lisboa. Lecturer at Lisbon's Escola Superior de Educação.

ESTUDOS DE MACAU

origem, as mulheres da comunidade, uma vez em Xangai, vão incorporando formas de ser e de estar que ilustram a capacidade desta comunidade se adaptar às características da sociedade de acolhimento.

Importa considerar duas dimensões na análise do espaço social que as mulheres ocupavam no seio dos “portugueses de Xangai”: o casamento, que nos oferece indicadores particularmente interessantes sobre a capacidade da comunidade estabelecer pontes com outras comunidades culturais/nacionais; a actividade profissional, que nos ajuda compreender o processo de integração na sociedade xangaiense.

DIÁSPORA, INTEGRAÇÃO E REDES SOCIAIS

O estudo do papel social desempenhado pela mulher na corrente migratória Macau–Xangai e no processo de fixação da comunidade dos “portugueses de Xangai” só ganha relevância se contextualizado no quadro mais geral dos movimentos migratórios que corporizaram aquilo que designamos por “diáspora macaense”.¹ E porque “o que no fundo importa são os problemas”,² a análise que nos propomos desenvolver ao longo deste trabalho parte da questão de saber qual o papel social desempenhado pela mulher na construção das redes sociais na comunidade dos “portugueses de Xangai”, quer de suporte aos movimentos migratórios, quer no que se refere aos processos de integração social.

Como já tivemos ocasião de referir, o conceito de rede social é hoje nuclear no estudo das migrações. Citando Piselli, Maria da Conceição Pereira Ramos avança as principais potencialidades deste conceito para a análise das migrações na perspectiva da diferenciação sexual, salientando o seu papel de articuladoras de redes sociais: “para reconstruir as trajetórias das mulheres, as dinâmicas das suas escolhas do ponto de partida ao ponto de chegada; para identificar o papel das mulheres nas estratégias de reprodução económica, cultural e social dos grupos étnicos”.³

Retomando V. M. Godinho, podemos definir o conceito de papel social como um “conjunto integrado de padrões de conduta”⁴ que ocupa uma posição social numa determinada estrutura, mais ampla, estabelecendo-se assim uma “interacção entre o papel social e o *status*, o seu estatuto na sociedade”.⁵ Assim, o papel social desempenhado pela mulher na comunidade dos “portugueses de Xangai” refere-se,

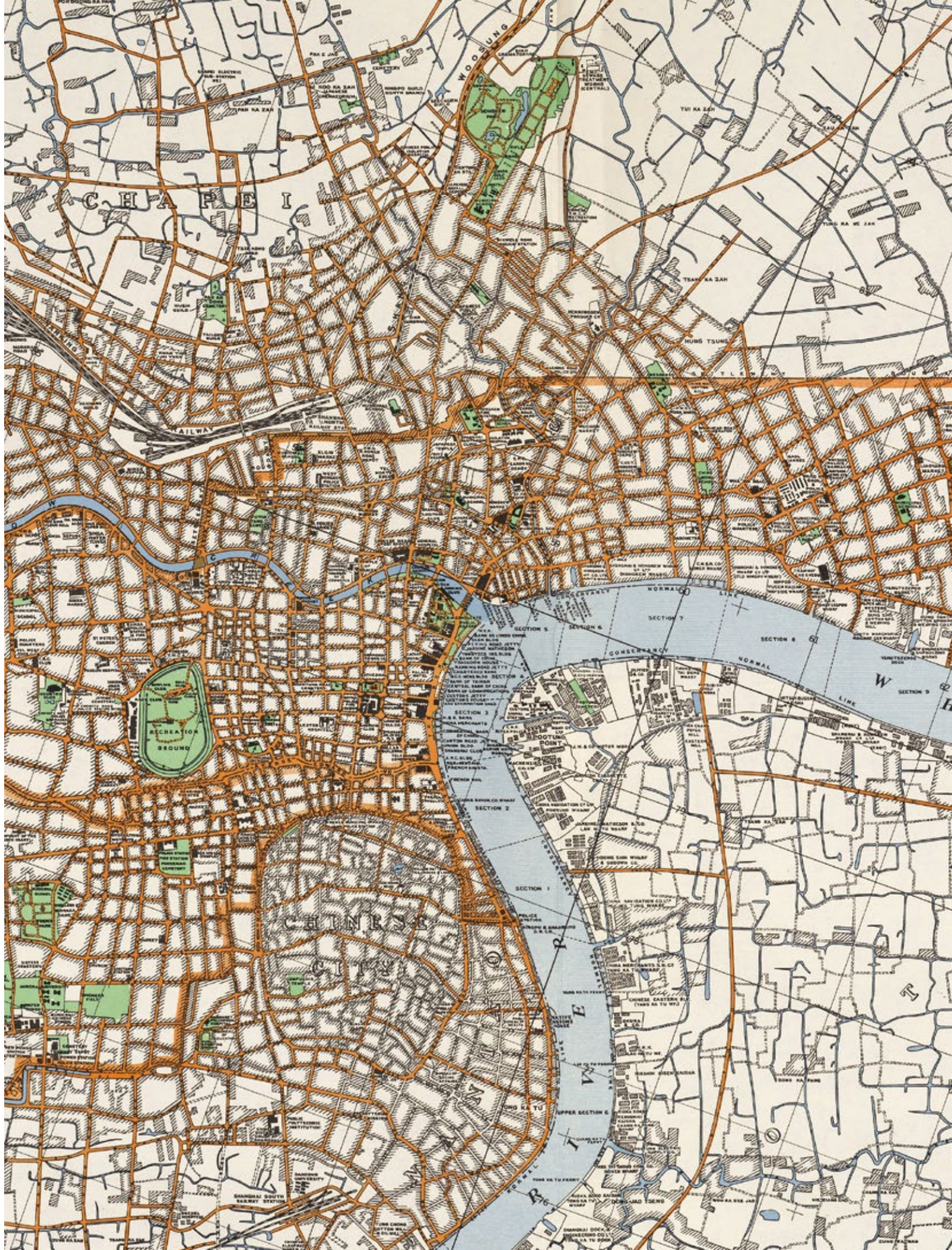
em primeiro lugar, às acções que assume no contexto familiar e na estrutura social da cidade, e que lhe conferem relevância singular na compreensão das relações que se estabeleceram com as comunidades vizinhas no quotidiano de Xangai. Em segundo lugar, centra-se no modo como contribuiu para a fixação e integração social de um grupo com uma identidade cultural resultante de um processo de miscigenação humana e de hibridismo cultural, no seio do qual vão conviver diferentes realidades culturais, no contexto da sociedade xangaiense.

A realidade social da comunidade dos “portugueses de Xangai” é aqui assumida como o conjunto de migrantes que se fixaram nesta cidade ao abrigo da jurisdição portuguesa, que muitos formalizaram com a inscrição no Consulado de Portugal. Esta comunidade inclui, assim, portugueses de diferentes origens geográficas, portadores de passaporte português, aos quais se juntam todos os homens e mulheres que, por via do casamento, integraram uma família portuguesa, passando a constar dos registos consulares.

Como veremos mais adiante, a maior parte dos migrantes portugueses que se fixaram em Xangai eram naturais de Macau o que implica contextualizar o estudo desta comunidade na realidade migratória mais abrangente da diáspora macaense. Neste sentido, é pertinente analisar as origens geográficas e culturais das mulheres que integraram esta comunidade, na medida em que constituem um dado relevante para compreender as relações que foram estabelecendo com outras comunidades, contribuindo assim para o estudo do fenómeno migratório macaense. Por outro lado, abarcando um leque temporal de cerca de cem anos, a presença dos “portugueses de Xangai” conheceu uma evolução que se traduziu na mudança de comportamentos sociais, em particular entre as mulheres migrantes de segunda geração, reveladora dos processos de adaptação a uma nova realidade social com características distintas das que os seus progenitores conheceram nos territórios de origem, em particular, na cidade de Macau.

A mulher da comunidade dos “portugueses de Xangai” ocupa assim um lugar de destaque na compreensão dos processos migratórios e de integração social que fazem parte do património migratório da realidade da diáspora macaense. Esta realidade deve ser

Detalhe de um mapa de Xangai em 1933.



ESTUDOS DE MACAU

MACAO STUDIES

compreendida no longo período temporal que a baliza, conferindo-lhe contornos estruturais no que concerne aos comportamentos sociais e seus impactes na (re) construção da sua identidade cultural.

Importa salientar ainda que a história da comunidade macaense, entendida na sua diversidade étnica, cultural e social, resulta, em grande medida, da história das migrações que contribuíram, quer para a sua formação em Macau, quer para a sua dispersão pelo mundo. Desde a fixação dos portugueses em meados do século XVI que Macau se transformou num território de convergência de variados fluxos migratórios de origens muito diversas: asiáticas e europeias, em primeira mão, mas também americanas e africanas. Em sentido divergente, encontramos os movimentos migratórios que irradiaram de Macau para diferentes destinos, entre os quais se inscreve a emigração macaense. Este é o essencial do património migratório sobre o qual, em grande medida, se formou também o seu património cultural. Assim, desde o século XVI que Macau se constituiu como território de chegada e de partida de populações diversas. No entanto, o ano de 1842 pode ser considerado um momento de viragem na história destas migrações, ano em que se iniciou um movimento migratório macaense dirigido às cidades de Hong Kong e Xangai, dispersando-se por todos os continentes após a II Guerra Mundial. Com a fixação dos portugueses, o contacto permanente com outros povos, asiáticos, europeus e americanos, proporcionou à sociedade macaense, dentro do seu espaço físico exíguo, conhecimentos e experiências que a ajudaram a ultrapassar os seus limites terrestres e marítimos. No reverso desta medalha, encontramos a disponibilidade dos macaenses para partir, procurando em cidades portuárias vizinhas alternativas de vida, quer como opção para estender negócios familiares, quer pela necessidade de acompanhar as estratégias de expansão de casas comerciais pertencentes a terceiros, normalmente britânicos, americanos ou chineses, quer ainda como resposta a períodos de crise económica.⁶

No centro da complexidade desta teia migratória encontramos a cidade de Macau onde se materializou a formação de uma comunidade com uma identidade cultural cuja singularidade resulta de uma permanente (re)construção, fruto (i) das relações que manteve



Aspecto do Bund na década de 1930.

ESTUDOS DE MACAU

MACAO STUDIES

com todos aqueles que convergiram para o seu porto e (ii) dos processos de integração vividos pelas famílias macaenses que, saindo de Macau, viveram nos diferentes territórios de acolhimento, dispersos pelos cinco continentes.

“A posição de Macau no continente asiático forjou uma personalidade própria, feita de uma cultura de mestiçagem, isto é, a condição macaense resulta da emergência de uma consciência cultural autónoma que transcende a mera aglutinação do humanismo cosmopolita português com a milenar civilização chinesa. O filho de Macau não é *ngao* nem china. Ele transporta esse estigma por todo o mundo, e por mais que o queira disfarçar pode dizer-se que é mais fácil tirar um macaense de Macau do que tirar Macau do fundo de um macaense”.⁷

PORTUGUESAS DE XANGAI: AS ORIGENS

As primeiras informações que nos foi possível recolher sobre os migrantes que se fixaram em Xangai resultam de “uma lista dos subditos portugueses residentes em Shanghai segundo o Recenseamento feito em 31 de Dezembro de 1877”⁸ que o cônsul de Portugal em Xangai remeteu ao governador de Macau e das informações contidas num ofício datado de 1883, também remetido pelo consulado português, desta feita para o ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa.⁹

Em 1877, o número de portugueses em Xangai totalizava 300 indivíduos e, em 1883, chegou a 305 pessoas. Centrando a nossa atenção no recenseamento de 1877, que nos oferece uma informação mais detalhada, podem ser sublinhados, em primeiro lugar, duas realidades que merecem destaque.

Entre a população adulta, com mais de 14 anos, encontramos cerca de 75% de homens e 25% de mulheres (percentagem que se mantém em 1883). Este dado revela o peso da emigração masculina nesta fase de constituição do que poderemos designar pelo núcleo fundador da comunidade dos “portugueses de Xangai”.

No entanto, a análise desta realidade deve ser complementada com os dados referentes ao número de crianças recenseadas, conferindo à percentagem de 25% de mulheres adultas o seu pleno significado. De facto, dos 300 nomes que constam do recenseamento de 1877, quase 39% são crianças com idades inferiores a 15 anos.

Assim, considerando a existência de 106 crianças num conjunto de 300 indivíduos¹⁰ podemos avançar com a hipótese de que, para além de esta emigração ter uma forte componente masculina, conheceu também uma importante emigração familiar, com as mulheres a desempenharem um papel fundamental no alicerçar da comunidade na sociedade de acolhimento.

Podemos ainda considerar a forma como os 300 migrantes se encontravam alojados, no que diz respeito ao número de habitantes por fogo. Distribuídos por 138 alojamentos, 95 pessoas viviam sozinhas (1 hab./fogo), dos quais apenas dois eram do sexo feminino. Simultaneamente, encontramos 30 fogos com quatro ou mais habitantes, albergando no total 173 migrantes. Deste modo se confirma a existência de uma emigração masculina que conviveu com uma emigração de características familiares. Esta última implicou a partida de toda a família, reflectindo os comportamentos demográficos da família tradicional macaense, detentora de um elevado número de filhos. A juntar a esta informação podem ser ainda analisados os diferentes núcleos familiares, na medida em que o recenseamento de 1877 apresentou os nomes dos migrantes agrupados por famílias. Contabilizam-se 43 famílias recenseadas: oito famílias formadas por uma única geração (duas formadas por irmãos e seis casais sem filhos); 33 famílias bigeracionais compostas por casais com filhos entre as quais se contam seis famílias monoparentais (quatro masculinas e duas femininas); duas famílias abrangendo três gerações. Considerando estes 43 núcleos familiares, confirma-se a tendência para a formação de famílias numerosas quando se contabiliza uma média de 4,8 pessoas por família.¹¹

Finalmente, falta-nos olhar para o estado civil da população adulta: dos 188 migrantes que indicam o seu estado civil, 53% declararam-se solteiros, 43% casados e 4% viúvos, mas este equilíbrio desfaz-se quando analisamos os dados do recenseamento em função do sexo. Assim, no caso dos homens, 64% eram solteiros e 33% eram casados, o que corrobora a tese da importância que assumiu a emigração de homens solteiros que, sozinhos, deixaram Macau rumo a Xangai. No caso das mulheres inverte-se a situação: em menor número absoluto, a percentagem das mulheres solteiras fica-se pelos 25%, enquanto que as casadas ultrapassam os 67% (com 8% de viúvas), confirmando-se, mais uma vez, o vector familiar da emigração a partir de Macau.

No que se refere à naturalidade dos migrantes recenseados em Xangai pelo cônsul português, 97% indicam que a sua naturalidade era Macau. Apenas três pessoas nasceram nas possessões ultramarinas portuguesas (duas em Goa e uma em África) e uma localiza o seu nascimento nos Açores. Isto é, a origem do núcleo dos “portugueses de Xangai” assenta na emigração dos macaenses, inserida no fenómeno migratório de características mais globais da diáspora macaense, que alimentou a comunidade de Xangai ao longo dos seus cerca de cem anos de existência.

Este foi o núcleo fundador da comunidade dos “portugueses de Xangai”, inscrito na emigração dos macaenses que, na segunda metade do século XIX adquiriu um novo ritmo, uma nova intensidade e ainda uma maior diversidade de destinos, facto que se acentuará no segundo período da diáspora, durante a segunda metade do século XX. No entanto, com a continuidade do fluxo migratório Macau–Xangai durante um tão longo período de tempo, natural será

TABELA 1 – NÚMERO DE MIGRANTES MACAENSES REGISTADOS NO CONSULADO DE PORTUGAL EM XANGAI, POR NATURALIDADE (1880-1952)

Origens	Total	%
Xangai	1953	83,1
Macau	1122	
Hong Kong	471	
China	232	9,0
Japão	109	
Singapura / Tailândia / Filipinas	44	
EUA	66	3,3
Grã- Bretanha	36	
Alemanha /Áustria	30	
França	8	
Portugal	56	2,3
Possessões Portuguesas	44	
Leste Europeu / Rússia / Manchúria	98	2,3
TOTAL	4269	100,0

Fonte: Livros de Matrícula do Consulado de Portugal emXangai (AHD-MNE). Cálculos do autor.

que esta realidade social se complexifique e que outros fluxos migratórios com ele se cruzem, oferecendo à comunidade novas experiências de contacto com outras comunidades, principalmente as que se concretizaram por via do casamento.

Da consulta dos registos do Consulado de Portugal em Xangai (1880-1952) foi possível identificar 4269 migrantes inscritos com indicação da sua naturalidade (ver Tabela 1).¹²

Como se pode constatar pela análise da naturalidade dos “portugueses de Xangai”, mais de 83% dos migrantes presentes nesta cidade tinham origem nas três principais cidades do primeiro período da diáspora: Xangai, Macau e Hong Kong. No que se refere a Macau, encontramos esta cidade como o principal território migratório de origem da comunidade. Hong Kong vem a seguir, referindo-se a migrantes de segunda geração que decidiram partir para Xangai.

No entanto, na totalidade dos inscritos no consulado a naturalidade com o maior número de casos é a própria cidade de Xangai. Este número de 1953 pessoas diz respeito aos filhos da comunidade já nascidos na cidade receptora. No que se refere à sua distribuição por sexo encontramos um certo equilíbrio entre homens (48,7%) e mulheres (51,3%), o qual traduz o que poderemos considerar como o resultado da sua natural evolução demográfica. Situação semelhante ocorre entre os migrantes nascidos em Hong Kong. Tratando-se já de migrantes de segunda geração, a sua experiência migratória e, eventualmente, o maior suporte familiar, habilita-os a concretizar uma emigração de carácter familiar, a qual se traduz num equilíbrio entre homens (53,4%) e mulheres (46,6%). Todavia, deparamo-nos com uma realidade muito diferente quando centramos a nossa atenção nos migrantes naturais de Macau, os quais 72,7% eram homens e 27,3% eram mulheres, voltando a confirmar-se a componente migratória masculina da emigração macaense.¹³

Visto que se trata de mais de 80% da comunidade dos “portugueses de Xangai”, podemos retirar daqui algumas notas conclusivas que nos ajudam a explicar as suas características sociodemográficas e culturais, tendo em conta as suas origens geográficas. Em primeiro lugar, constata-se a necessidade de contextualizar esta comunidade no processo diaspórico macaense, sem o que não é possível compreender esta realidade migratória na sua globalidade e complexidade. Em

ESTUDOS DE MACAU

MACAO STUDIES

segundo lugar, reafirma-se que as diferentes origens territoriais, tendo em conta a variável naturalidade, ofereceram ao fluxo migratório com destino a Xangai a complementaridade de dois tipos de emigração: masculina-singular e núcleos familiares. Uma terceira nota diz respeito ao elevado número de registos de migrantes de segunda geração, quer os naturais de Xangai, quer os naturais de Hong Kong, revelando-nos uma comunidade formada e consolidada num longo período temporal, representada por várias gerações. Finalmente, uma quarta nota a salientar que deriva directamente da anterior: a comunidade dos “portugueses de Xangai”, após a sua fixação em meados do século XIX, foi consolidando a sua presença, ganhando relevância demográfica no conjunto da população estrangeira de Xangai,¹⁴ dando constantes sinais de que apostava em criar raízes, não se considerando uma comunidade migratória provisória ou em trânsito.

Apesar da comunidade dos “portugueses de Xangai” estar representada por cerca de 83% de migrantes cujos territórios de origem são Xangai, Macau e Hong Kong, os restantes 17% não podem ser ignorados sob pena de branquearmos algumas das principais características onde a mulher, em contexto familiar, assume um papel determinante.

No caso dos migrantes com origem noutros territórios asiáticos (9%) todos eles se pautam por um equilíbrio entre homens e mulheres. Em termos quantitativos, o grupo mais importante é o dos migrantes naturais de outras cidades chinesas abertas à presença ocidental como, por exemplo, Cantão, Hankou, Fuzhou, Tianjin, Suzhou e Xiamen. Na sua maioria, eram localidades dispersas, próximas do litoral da China, onde muitos macaenses residiam e nasciam, e que alimentaram a comunidade macaense de Xangai, acompanhando o ritmo do seu crescimento. No mesmo sentido participaram os macaenses naturais do Japão, seguidos daqueles que se encontram agrupados e que nasceram em Singapura, Tailândia e Filipinas, estes a fornecerem os últimos migrantes durante a década de 1940. Este grupo de macaenses manteve um equilíbrio na sua distribuição por sexo com as percentagens de 47% de homens e 53% de mulheres. A ligeira vantagem de migrantes do sexo feminino deve-se aos casamentos realizados em Xangai entre homens macaenses e mulheres naturais daqueles territórios. Só entre os migrantes de “SingTaiFilip” o número de homens

(63,6%) é superior ao de mulheres (36,4%), fazendo supor a existência de uma migração masculina mais significativa entre os migrantes de Xangai de pessoas naturais destes três territórios.¹⁵

A mulher da comunidade dos “portugueses de Xangai” ocupa assim um lugar de destaque na compreensão dos processos migratórios e de integração social que fazem parte do património migratório da realidade da diáspora macaense.

Casos mais singulares ocorrem entre os migrantes registados no Consulado de Portugal em Xangai que indicam serem naturais dos Estados Unidos da América ou de países europeus como a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha/Áustria. Exceptuando este último território, todos os outros são marcados pela forte presença masculina em detrimento da feminina. O número de homens, sempre superior, decorre do facto de se tratar de nomes de cidadãos daqueles países com quem casaram mulheres da comunidade dos “portugueses de Xangai”. Não obstante o seu nome constar dos registos consulares, sabemos que a tendência destas mulheres é a de adoptarem mais tarde a nacionalidade dos maridos. Nestes casos, o casamento das mulheres da comunidade favoreciam o estabelecimento de relações familiares com outras importantes comunidades estrangeiras presentes nas concessões estrangeiras de Xangai, mas tendencialmente davam origem a fenómenos de “saída” da sua comunidade de origem. Situação diferente ocorre com os migrantes naturais da Alemanha e da Áustria com um equilíbrio perfeito (50%) entre homens e mulheres. Vagas sucessivas de judeus chegaram a Xangai, a última das quais refere-se a migrantes da Europa central quando, no final dos anos de 1930, a política anti-semita de Hitler colocou no exílio dezenas de milhar de judeus. Xangai, através das concessões, era um destino muito apetecível, na

medida em que não exigia a apresentação de um visto. A procura de protecção por parte destas populações levou-as a baterem à porta dos Consulados que se encontravam a funcionar em Xangai, e o Consulado de Portugal não foi excepção. O equilíbrio entre homens e mulheres justifica-se pelo facto de se tratar essencialmente de núcleos familiares.

Se o conjunto de migrantes naturais de Portugal e das suas possessões ultramarinas era representado, na sua esmagadora maioria, por uma emigração masculina, em sentido oposto encontramos o grupo de pessoas registadas indicando terem origem em cidades russas ou do leste europeu. Os 98 migrantes deste conjunto de territórios são na sua esmagadora maioria mulheres (86,7%) que integraram as famílias macaenses por via do casamento. Referimo-nos a mulheres da comunidade russa de Xangai que abandonaram o seu país de origem na sequência da revolução bolchevique de 1917 e da guerra civil que se lhe seguiu. As relações de proximidade entre os “portugueses de Xangai” e as mulheres de origem russa que dominam este conjunto de migrantes nasceram do facto de serem duas importantes comunidades que se encontravam presentes nas concessões estrangeiras de Xangai. Mais um exemplo de como esta cidade se transformou num importante ponto de encontro de diferentes fluxos migratórios internacionais. Estas famílias macaenses, normalmente formadas por homens naturais de Macau, Hong Kong ou Xangai e mulheres russas, ilustram bem esta realidade social.¹⁶ Neste caso, as mulheres russas e do leste europeu alimentaram a comunidade dos “portugueses de Xangai”, a qual importou, assim, um grupo cultural diferenciado, oferecendo-lhe novos laços com uma importante comunidade que lhe era vizinha em Xangai.

As “portuguesas de Xangai”, através da análise das suas origens e dos casamentos que realizaram, umas abrindo a porta à sua futura “saída” da comunidade, outras “entrando” na comunidade, desempenharam um importante papel no estabelecimento de relações com outras comunidades, importando lembrar que a comunicação dos macaenses com pessoas de origens muito diversas, através do casamento, era algo já comum no seu principal território de origem, Macau, importando essa mesma dinâmica para o território de chegada, Xangai.

Podemos assim considerar que a família macaense desempenhou um papel fundamental em todo o processo migratório e no enraizamento da comunidade

em Xangai até ao final da década de 1940. Quer pela emigração de núcleos familiares previamente constituídos, quer pela formação de famílias em Xangai, estas constituíram-se como um meio de construção de laços com outras comunidades presentes nas concessões estrangeiras.

Importa ainda salientar a ampla diversidade de origens com as quais a comunidade macaense, através da família, se foi relacionando, registando-se, por um lado, movimentos de transferência de pessoas para outras comunidades e, por outro lado, a integração de migrantes de outras origens no seu seio. Em grande parte, são as mulheres quem protagonizam este movimento, na medida em que são elas que saem ou entram na comunidade: ou porque, casando, assumem a nacionalidade do marido (ingleses, americanos, por exemplo), ou porque grande parte das pessoas que entram são mulheres de outras origens (russas são o caso mais paradigmático). Mesmo no caso de abandono formal da nacionalidade portuguesa, tal não implicava que, no seu quotidiano, essas mulheres rompessem com a comunidade de origem, pois as relações familiares manter-se-iam, acrescentando novos laços, sem que, no essencial, nenhum se perdesse. Por outro lado, a população feminina constituía-se também, no contexto familiar, como um importante guardião e transmissor do quadro cultural macaense, em muitos dos seus domínios. Este movimento de pessoas entre comunidades pode apresentar contornos distintos, mas aquele que sobressai é o das famílias macaenses, da comunidade e do Consulado de Portugal se constituírem em espaços sociais e institucionais de acolhimento a muitos migrantes, mulheres e famílias, que fugiam da adversidade política e social que os seus territórios de origem vivenciaram naquela época (o nazismo alemão, a revolução bolchevique na Rússia ou a II Guerra Mundial). Estes laços entre comunidades, motivados, em parte, por uma função de refúgio que Xangai desde sempre protagonizou, oferecem-nos, no seu reverso, uma imagem de acolhimento e de aceitação do outro por parte da comunidade macaense.¹⁷

PORTUGUESAS DE XANGAI: A INTEGRAÇÃO NA ESTRUTURA PRODUTIVA DE XANGAI

A segunda parte da nossa questão inicial refere-se ao papel que a mulher poderá ter desempenhado na integração da comunidade na sociedade de Xangai.

ESTUDOS DE MACAU

MACAO STUDIES

Reconhecemos que, neste processo de integração, a forma como os migrantes ocupam o seu espaço social no tecido produtivo da cidade tem um lugar de destaque.

No seu conjunto, retomando os dados recolhidos nos livros de registo consular, foi possível identificar as profissões de 3546 migrantes, num total de 5263 inscritos, entre 1880 e 1952 (Tabela 2).¹⁸

Ao ensaiarmos a análise da distribuição dos migrantes por sectores de actividade, o primeiro destaque vai para o elevado número de pessoas (1471, representando 41,5% do total) que indica não estar a desempenhar qualquer actividade produtiva, assumindo-se como desempregados, domésticas ou estudantes.

TABELA 2: SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICO-PROFISSIONAL DA COMUNIDADE MACAENSE DE XANGAI (1880-1952)

Sectores de Actividade	N.º	%
Actividades Comercial-Financeira	1743	84,0
Administração Pública	98	4,7
Serviços Socioculturais	71	3,4
Ofícios Especializados Superiores	62	3,0
Actividades Marítimas	59	2,9
Actividades Industriais	27	1,3
Serviços Pessoais	15	0,7
Subtotal	2075	100,0
Domésticas	794	
Estudantes	647	
Desempregados	30	
Subtotal	1471	
TOTAL	3546	

Fonte: Livros de Matrícula do Consulado de Portugal em Xangai (AHD-MNE). Cálculos do autor.

A distribuição por sexo (Tabela 3) ajuda-nos a explicar a existência destas três situações perante o emprego entre os macaenses de Xangai.¹⁹

Todos os desempregados eram do sexo masculino (com apenas uma excepção), confirmando-se o domínio dos homens no mercado de trabalho, não obstante a crescente presença da mulher a partir dos anos 20. Dos 29 desempregados, 23 dizem respeito a registos datados da década de 1940, época em que a cidade de Xangai viveu as profundas convulsões políticas que abalaram a China e o mundo. O segundo grupo considerado entre as actividades não produtivas diz respeito às “domésticas”, todas elas do sexo feminino porque englobam todas as mulheres que não desempenhavam qualquer profissão fora de casa. O seu crescimento ao longo do tempo que sabemos existir apenas se explica pelo aumento da sua presença nas matrículas do consulado português. Finalmente, no que diz respeito aos “estudantes”, observa-se uma distribuição equilibrada entre sexos pois incide sobre os filhos dos migrantes e a sua composição resulta da evolução demográfica natural da comunidade.

Esta forte presença feminina no grupo de “domésticas” oferece-nos o retrato de uma comunidade onde a mulher continuava a ocupar o lugar tradicional de mãe e dona de casa no seio da família. Todavia, os dados que as matrículas consulares nos oferecem, principalmente tendo em conta a evolução que se regista a partir da década de 1920, permite-nos perceber que este retrato social da mulher não é estático, tendo evoluído ao longo do tempo.

TABELA 3: MACAENSES DESEMPREGADOS, DOMÉSTICAS E ESTUDANTES, REGISTADOS NO CONSULADO PORTUGAL EM XANGAI, POR SEXO (1890-1950)

Situação Profissional	Sexo		Total
	Masc.	Fem.	
Desempregado	29	1	30
Doméstica	0	794	794
Estudante	329	318	647
Total	358	1113	1471

Fonte: Livros de Matrícula do Consulado de Portugal em Xangai (AHD-MNE). Cálculos do autor.

Retomando a Tabela 2, constatamos que o principal sector de actividade dos macaenses incide sobre o mundo comercial e financeiro da cidade. Abrangia todos os empregados de comércio que trabalhavam nas casas estrangeiras das concessões internacionais, assim como os negociantes/proprietários e os funcionários a trabalhar no sistema financeiro. No que diz respeito aos empregados de comércio, estes correspondiam à maioria dos membros da comunidade. Este grupo de profissionais totaliza 80,1% dos 1743 casos considerados. Empregado de comércio era uma profissão predominantemente masculina, como o eram aliás todas as profissões nesta época: dos 1743 casos classificados como “Actividades Comercial e Financeira”, 88,4% referem-se a migrantes do sexo masculino.

Todavia, é neste grupo que assumem maior visibilidade algumas das mudanças sociais que ocorreram na sociedade xangaiense ao longo dos seus cem anos de existência, nomeadamente no que diz respeito ao acesso da mulher ao mercado de trabalho. A modernização da cidade, especialmente a partir da década de 1920, foi acompanhada por mutações no papel social da mulher, assumindo funções em diferentes áreas de actividade, quer na vida social e política, quer nas artes e nas letras, quer ainda no sector produtivo. Para além de se transformar, ao longo da primeira metade do século xx, num importante agente de consumo, a mulher de Xangai, graças às possibilidades de acesso à instrução, ao consumo e ao trabalho, deu passos importantes no seu processo de emancipação.²¹

No caso das mulheres macaenses, podemos observar um aumento do número de mulheres matriculadas no consulado a partir da década de 1920, passando de nove casos registados na década anterior para 49 (Figura 1) e continuando a aumentar nas duas décadas seguintes. Este aumento deve-se, em grande medida, à matrícula das filhas dos imigrantes macaenses

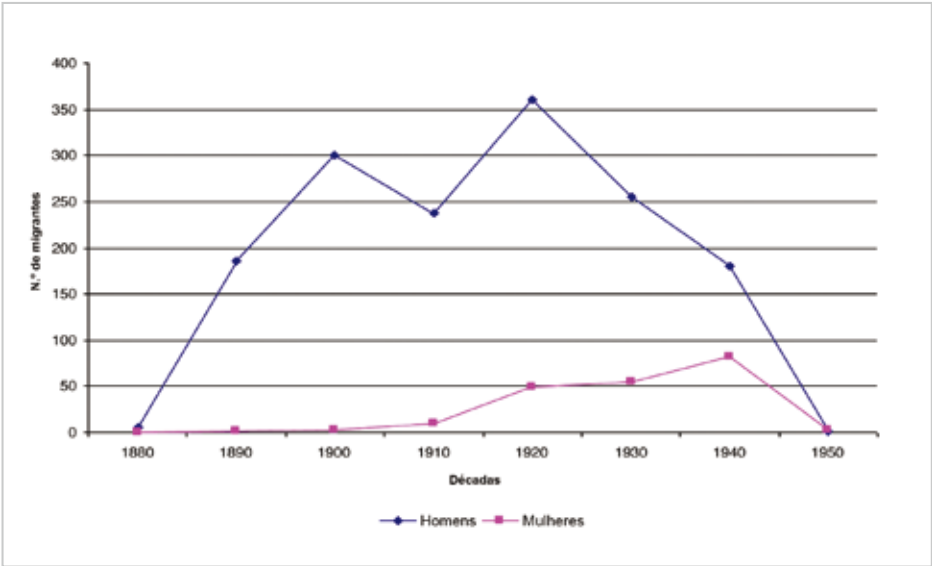


Fig. 1 - Migrantes a exercer profissões nas actividades comercial e financeira, por sexo (1880-1952) .
Fonte: Livros de Matrícula do Consulado de Portugal em Xangai (AHD-MNE). Cálculos do autor.

que, ao efectuarem o seu registo quando completavam os 21 anos de idade informavam exercer uma profissão no sector comercial. Este facto pode ser analisado na perspectiva de dois níveis de integração da comunidade macaense de Xangai: a participação da nova geração de mulheres macaenses que se integra no movimento mais vasto de emancipação da mulher de Xangai; a absorção de uma nova força de trabalho nas casas comerciais estrangeiras, herdeira do espaço funcional que os macaenses da primeira geração ocuparam quando se fixaram em Xangai.²²

Para além das matrículas consulares, foram também analisados os 504 processos de casamento registados no Consulado de Portugal em Xangai, entre 1916 e 1951 (Figura 2).²³

A informação disponível, entre 1916 e 1951, permite-nos conhecer os migrantes e as suas opções de casamento numa fase em que a comunidade já estava consolidada. A sua distribuição no tempo revela-nos a estabilidade sociofamiliar da comunidade macaense que se fixou em Xangai e, em particular, o seu aumento a partir da década de 1920 pode ser o reflexo da existência de uma segunda geração de migrantes. Esta estabilidade do número de casamentos, sempre superior a oitenta nos intervalos de tempo adoptados, retrata também uma comunidade que se manteve socialmente activa, mesmo num contexto adverso como aquele que se viveu durante a década de 1940.

ESTUDOS DE MACAU

MACAO STUDIES

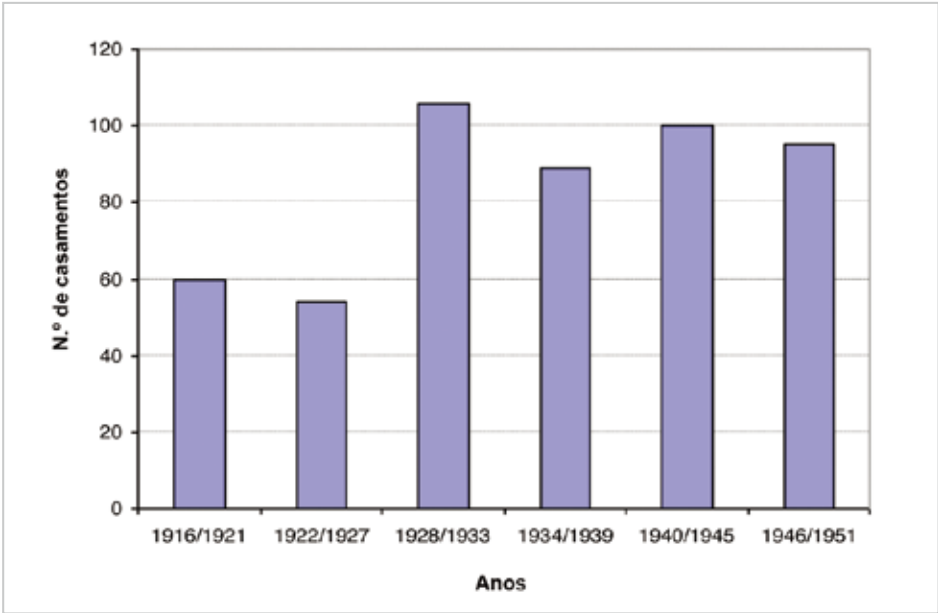


Fig. 2 - Casamentos celebrados no Consulado de Portugal em Xangai (1916-1951).
Fonte: Processos de Casamento do Consulado de Portugal em Xangai (AHD-MNE). Cálculos do autor.

Centrando a nossa atenção nas profissões indicadas pelos noivos nos registos do casamento, de acordo com o seu sexo, confirmamos algumas das ideias já delineadas anteriormente, mas outras podem ser adicionadas.

De um modo geral, as principais actividades profissionais que ocupavam os homens da comunidade macaense continuavam a estar associadas à intensa actividade económica do seu porto e à administração da cidade. Mas não deixa de ser significativo o aparecimento de outros grupos culturais-nacionais associados a profissões que extravasavam a área de actividade tradicionalmente ocupada pelos macaenses. É o caso das profissões de mecânica e engenharia, onde surgem, para além dos naturais de Xangai, Hong Kong e Macau, quatro italianos, um americano, um alemão e, ainda, um homem oriundo da Índia inglesa. Encontramos ainda actividades profissionais associadas às áreas de segurança (militares e polícias), com um total de 11 homens: sendo dois naturais de Xangai, os restantes são americanos (seis), dinamarqueses, ingleses e portugueses europeus (um de cada). Por último, podemos referir a existência de quatro jornalistas: para além de dois, que são naturais de Xangai, encontramos também um inglês e um japonês. Para além deste retrato social coincidir com a estrutura socioeconómica de Xangai, a qual se caracterizava por uma divisão social do trabalho tendo por referência os diferentes grupos culturais-nacionais, atrevemo-nos

também a afirmar que o casamento contribuiu para diversificar os contactos com outras comunidades, em parte alargando as esferas sociais de influência onde a comunidade macaense se movimentava na sociedade xangaiense.²⁴

No que às mulheres diz respeito, continuou a registar-se a falta de indicação de uma actividade profissional, manifestada através de uma simples ausência de informação (16,3%) ou da indicação de “doméstica” (63,3%). Mas esta é agora uma verdade parcial, pois entre os 20% das mulheres que nos

indicam uma profissão, encontramos 15,9% integradas no sector comercial, sendo a sua maioria natural da cidade de Xangai (11,5%), seguindo-se, depois, Hong Kong, China e Macau. Esta presença de mulheres macaenses naturais de Xangai sugere-nos a integração das filhas dos migrantes no sector socioprofissional preferencialmente ocupado pelos seus pais e, ainda, a existência de um processo social emancipatório que as mulheres de Xangai viveram na cidade após a I Guerra Mundial. Relembremos que os registos de casamento começaram a ser realizados em 1916.²⁵

Resta identificar, mesmo tratando-se de casos isolados, as actividades profissionais de algumas mulheres cujas nacionalidades tinham uma presença visível na comunidade dos macaenses de Xangai: as de origem russa tinham profissões na área da saúde, administração e entretenimento (por exemplo, “enfermeira”, “administrativa” e “artista”); entre as inglesas, encontramos duas “jornalistas” e uma “enfermeira”; e, ainda, uma professora francesa e uma contabilista alemã.

NOTAS FINAIS

Com este breve estudo centrado na comunidade dos “portugueses de Xangai” ensaiámos uma análise ao papel que a mulher emigrante desempenhou neste

fluxo migratório que partiu de Macau, alargando-se rapidamente a outros territórios de origem e garantindo, assim, a reforço das suas características interculturais.

Duas linhas de análise foram privilegiadas: por um lado, o casamento foi observado numa perspectiva de prática social facilitadora do estabelecimento de relações com outras comunidades nacionais/culturais; por outro lado, a sua inserção na estrutura produtiva de Xangai foi considerada como um dos vectores que permitem compreender as estratégias de integração social adoptadas pelas famílias que se fixaram na sociedade de acolhimento.

A família surge assim como um referente social de particular relevo no estudo sobre a mulher no seio de uma determinada comunidade, pelo lugar central que ocupou naquele que é considerado “um contexto social decisivo na produção biológica e cultural dos indivíduos”, constituindo-se como “um dos quadros sociais onde, de forma mais intensa e contínua, se partilham recursos e experiências, se formam disposições e projectos, se desenvolvem práticas quotidianas e estratégias de vida”.²⁶

O estabelecimento de laços de parentesco, por via do casamento, com outros grupos sociais alargou, ainda mais, o património cultural herdado pela comunidade no seu território de origem mais próximo – Macau. Através da mulher, facilitaram-se as “saídas” e “entradas” na comunidade mas, fundamentalmente, reforçaram-se as práticas de estabelecer contactos com o “outro”, oferecendo a possibilidade de vivenciar novas experiências num quotidiano multicultural. Deste modo, as redes sociais em que assentou a diáspora macaense foram-se alargando, importando novos processos de (re)configuração cultural.

A evolução que as “portuguesas de Xangai” conheceram quanto ao lugar que ocuparam na estrutura produtiva da sociedade de Xangai deu sinais claros do seu processo de integração social neste território de acolhimento. As mulheres que progressivamente se foram introduzindo no mercado de trabalho deram continuidade à ocupação de nichos étnicos que, desde a origem da comunidade em meados do século XIX, foram ocupados pelos homens macaenses, centrados nas actividades comerciais e financeiras da cidade. **RC**

NOTAS

1

O presente artigo retoma o quadro conceptual e os dados reunidos que estiveram na base da tese de doutoramento. Cf. Alfredo Gomes Dias, *Diáspora Macaense. Macau, Hong Kong, Xangai (1850-1950)* (Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau / Fundação Macau, 2014).

2

Vitorino Magalhães Godinho, *Problematizar a Sociedade* (Lisboa: Quetzal, 2011), p. 25.

3

Maria da Conceição Pereira Ramos, “Mulheres portuguesas na diáspora: Inserção laboral e papel das redes sociais”, in Leonor Diaz de Seabra e Maria Antónia Espadinha (eds.), *A Vez e a Voz da Mulher Portuguesa na Diáspora: Macau e Outros Lugares – Actas do III Congresso Internacional* (Macau: Universidade de Macau, 2009), p. 318.

4

Ibidem, p. 104.

5

Ibidem, p. 105.

6

Cf. Alfredo Gomes Dias, *Diáspora Macaense*, cit., p. 241.

7

Roberto Carneiro citado por Manuela Araújo e Ilda Januário, “Mulheres macaenses no Canadá: *A vida sã assi*”, in Leonor Diaz de Seabra e Maria Antónia Espadinha (eds.), *A Vez e a Voz da Mulher Portuguesa na Diáspora: Macau e Outros Lugares ...*, cit., pp. 98.

8

Ofício N.º 69, de 6 de Maio de 1878, do Cônsul de Portugal em Xangai, para o Governador de Macau (Centro Científico e Cultural de Macau: MCAHM/AC/13/682/A.G12).

9

Cf. ofício N.º 11, de 1 de Junho de 1883, do Cônsul de Portugal em Xangai, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, J. A. Corte-Real. (Centro Científico e Cultural de Macau: MCAHM/AC/24/693/A.G12 – P. 438).

10

No recenseamento de 1877, 27 pessoas não indicam a idade. Cf. Alfredo Gomes Dias, *Diáspora Macaense*, cit., p. 282.

11

Ibidem, p. 284.

12

Ibidem, p. 319.

13

Cf. *ibidem*, p. 321.

14

Cf. *ibidem*.

15

Cf. *ibidem*.

16

Cf. *ibidem*, p. 344.

17

Cf. *ibidem*, p. 355.

18

Ibidem, p. 379.

19

Ibidem, p. 390.

20

Cf. *ibidem*, pp. 389-390.

21

Cf. Marie-Claire Bergère, *Histoire de Shanghai* (Paris: Fayard, 2002) citado em Alfredo Gomes Dias, *Diáspora Macaense*, cit., p. 380. Sobre a liberdade e emancipação da mulher em Macau, ler o texto de Joseph Abraham Levi, “A mulher macaense do novo milénio: pós-colonial e ponte entre culturas”, in Leonor Diaz de Seabra e Maria Antónia Espadinha (eds.), *A Vez e a Voz da Mulher Portuguesa na Diáspora: Macau e Outros Lugares ...*, cit., pp. 47-81.

22

Cf. Alfredo Gomes Dias, *Diáspora Macaense*, cit., pp. 380-381.

23

Processos de Casamentos do Consulado de Portugal em Xangai. M: 70-77, 1916-1951 (Arquivo Histórico-Diplomático-Ministério dos Negócios Estrangeiros). Alfredo Gomes Dias, *Diáspora Macaense*, cit., p. 349.

24

Cf. Marie-Claire Bergère, *Histoire de Shanghai*, citado em Alfredo Gomes Dias, *Diáspora Macaense*, cit., p. 354.

25

Cf. *ibidem*.

26

António Firmino da Costa, *Sociologia* (Lisboa: Quimera, 2009), p. 100.

Macanese woman with the traditional *dó*.
From Filipe Emílio de Paiva,
Um Marinheiro em Macau - 1903.
Álbum de Viagem
(Macao: Museu Marítimo de Macau, 1997).



Macao's Women

Portuguese Women/Macanese Women

LEONOR DIAZ DE SEABRA*



Can we ask ourselves about what women would these be, who accompanied the first Portuguese going to Macao, what fate would their daughters have and what their role was in Macanese society?

We must remember that, in the beginning, the adventurous life of the Portuguese in the South China Seas did not permit them to bring along their wives from the Kingdom.¹

According to the historical sources,² when the Portuguese first settled in Macao, men had, for the most part, temporary residence. Initially, they traded in Macao, and also in the islands of Shangchuan (Sanchoão) and Langbai'ao (Lampacau), building uniquely temporary houses made of hay for the trading of goods, following, at the same time, the diverse points of commerce in other islands. This was particularly due to the implicit recognition and to the approval and economic and personal gains of the local mandarins, both district as well as provincial. The great geographical advantages of Macao and its location as a harbour officially open for trade attracted the foreign traders more and more.³ Thus, from a fishing harbour and haven for trading junks, and small collection of

wooden houses and tents, Macao, from 1557, acquired marketable value, augmented by the hill called Patane.⁴ Macao thus became a base of commercial operations.

Some sources after 1564⁵ estimate that the city was inhabited by 600 Portuguese, plus their slaves and servants.⁶ This number could have been higher and there might have been 1,500 inhabitants of which 800 were European and Luso-Asian.⁷

The difficulty of access to Chinese women and the scarcity of European women brought many soldiers, merchants and political agents, among others, in the final decades of the 16th century, to link with Asian servile female groups through abduction, buying, negotiation and slave rescue.⁸ Since the 1590s,⁹ many women acquired and rescued in specific places in the South China and Southeast Asia seas, Chinese mainland children and young women, were bought or abducted in commercial and maritime actions, many of them marrying Portuguese or staying in their service or brought to the sexual market. At the end of the 16th century, the practice of abduction and the selling of Chinese children and young women, with the approval of local authorities, became more common, with recruitment from both the poorer layers of the population as well as the orphans of the land. This situation created much fear, scandals and criticism, between the Church and the missionary religious orders, especially due to the enormous extension of the female slave trade launching from Macao's harbour.¹⁰

*Associate Professor at the University of Macau. Ph.D. in History from Oporto University, M.A. in Asian-Portuguese Studies from the University of Macau. She published several books and articles in academic journals.

Professora Associada da Universidade de Macau. Doutorada em História pela Universidade do Porto, Mestre em Estudos Luso-Asiáticos pela Universidade de Macau. É autora de vários livros e artigos académicos.

ESTUDOS DE MACAU

MACAO STUDIES

In the 16th century, the Kingdom interfered in the repression of the slave trade in the Orient. This was because, from the markets of the Arabian countries to the famous Goa market, the Portuguese could buy female slaves originating from the most diverse parts of Africa and Asia. This bloated the trade in such a way that, from 1520, it was prohibited by King Manuel to have any slaves brought to Europe, prohibition which was reiterated in 1571 by King Sebastião. In 1595, as a consequence of complaints from the Chinese authorities against the Portuguese, who bought girls of that ethnicity to be their servants and exported them as slaves, sanctions were imposed by the viceroy of India, Matias de Albuquerque.¹¹

*We must remember that,
in the beginning, the
adventurous life of the
Portuguese in the South China
Seas did not permit them
to bring along their wives
from the Kingdom.*

During the 17th century, as well, several prohibitions of Chinese slavery were imposed.¹² To the residents of Macao, at that time, almost all still rich and powerful,¹³ the laws of the Kingdom affected them little, used as they were to being self-governed far from the jurisdiction of Goa, and having at the head of the Senate a group of merchants who were the richest in the city.¹⁴ Along with the ecclesiastical condemnations and pressure from Chinese authorities, the Kingdom continued to impose prohibitions, but without great practical effect.¹⁵

To make a socio-demographic study of the Macanese population, it must be taken into account that the first inhabitants of Macao did not mix with the Chinese population and the women who they lived with were Japanese, Malayan, Indonesian and Indian, many of them being slaves. Some African black women and numerous Timorese female slaves were later imported, and their blood also contributed to the racial mix.¹⁶ The mix of Chinese blood that the Macanese absorbed,

throughout the centuries, is due, for the most part, to the cohabitation of Portuguese and Euro-Asians with their *muitsai* (children abducted or sold by the Chinese to the Westerners).¹⁷

The Chinese female slaves were generally kidnapped when children by local traffickers, or sold by their own parents, then also possibly freed by someone wishing to bring them to their homes as concubines.¹⁸ This practice was normal in China, where the Chinese relied on the skills of courtesans—the *pei-pá-tchâi*¹⁹—who had to train in music, painting and literature, thus becoming pleasant company for men during their evenings.²⁰

During the mid-17th century, with the end of trade with Japan (1639) and the consequent decline of Macao, many Portuguese men left the city and, of these, many abandoned their families, leaving them without economic resources.²¹ At the same time, ruffians and adventurers—people without any scruples—started flowing into Macao, fleeing from Goa. It was the material misery, allied with the ‘harem mentality’ that the Portuguese maintained in the cities of the Orient where they lived, the main motive that led many women, mainly *criações*²² and *escravas forras*,²³ to the dissolute life that all the travellers of the 18th century attributed to them.²⁴

In fact, there are records that refer to the utilisation of women, by those that they depended on, for the gain of profit through prostitution, especially during times of crisis, given that probably many of them subjected themselves voluntarily to a dissolute life because of the moral and material misery into which they fell.²⁵

Thus, Friar José de Jesus Maria, in the 18th century, designated Macao as a ‘city of women’, precisely due to there being a great number of women within its population.²⁶ This high number of women in Macanese society was due, in part, to the existence of Chinese and Timorese female slaves who, despite being free since 1758, remained in the city. There were also frequent shipwrecks that left many women widowed and children or young women fatherless, as confirmed by the request made by the City Hall Senate to the Queen of Portugal, in 1783, asking for

Muitsai (c. 1868). In Kenneth Gaw, *Superior Servants: The Legendary Cantonese Amahs of the Far East* (Singapore: Oxford University Press, 1991).



ESTUDOS DE MACAU

MACAO STUDIES

authorisation for the creation of a Gathering²⁷ for orphan girls and homeless women, many of whom became poor due to the frequent shipwrecks. Aside from that, due to the monsoon season that voyages had to heed, a large number of men were absent from



Macao for long periods, aggravating even more this feminine predominance at certain times of the year.²⁸

This feminine predominance is also associated with the frequent references to the practice of prostitution in the city. At that time, prostitution was attributed by the Chinese authorities only to European women, but there were also witnesses who remarked on the existence of Chinese and Timorese women dedicated to this activity.²⁹

Another characteristic of this feminine population in Macao during this time was, apart from the practice of begging, its inactivity. This was referred to by Friar José de Jesus Maria, surprised by the women not dedicating themselves to spinning and embroidery of cotton and silk or other such activities, saying also that they did nothing.³⁰

This excess of women was also explained by the fact that Chinese mothers of children of the female gender (normally undesired) abandoned them at birth on the streets or gave them directly to the House of the Displaced, or *Roda*.³¹ Since there was no space to harbour them all, the foundlings were given to poor adoptive mothers, who received a small monthly subsidy to take care of the children until they were seven years old.³² After this period, the Holy House of Mercy no longer provided for the foundlings, nor was it any longer interested in their welfare. As a result, the nannies (or adoptive mothers) sent the children to beg for alms, in order to earn their living, ending, almost always, in prostitution.³³

In 1758, a decree by King José I was made, as advised by the Marquis of Pombal, forbidding slavery of Chinese women (*muitsai*), but it was not followed, just like previous prohibitions.³⁴ This situation was only definitively resolved later, through the law of 23 February 1869, that led to the extinction of slavery in all Portuguese domains.³⁵

In the 17th century, it was frequent for the bastard sons of Portuguese nobility to go to Goa, where they married local women, according to the policy of miscegenation implemented by Afonso de Albuquerque, receiving privileges and perks, such as giving land deeds to those who married Asians or Euro-Asians.³⁶

Many would have probably come to Macao and set up roots. The unmarried *reinóis*

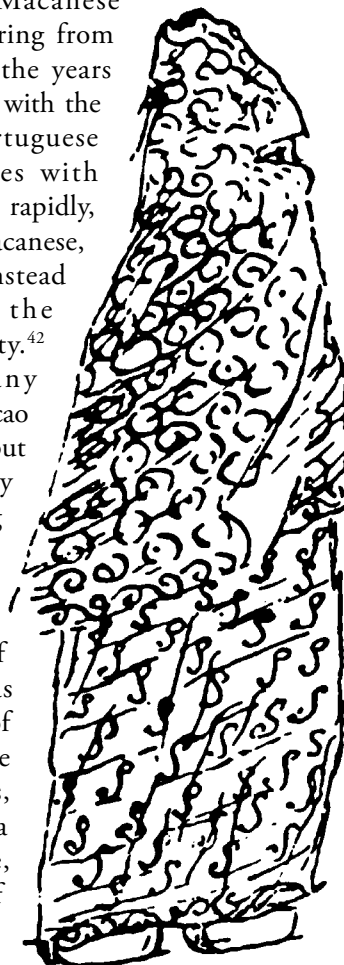
(men of the Kingdom of Portugal) who arrived here did not have difficulties in finding a Euro-Asian bride with a good dowry, since the Portuguese fathers aspired to have their eligible daughters marry a fiancé from the Kingdom, in order to preserve the Portuguese blood, which was socially prestigious at the time.³⁷ Thus, the girls, daughters of families of Portuguese origin, married Europeans, despite many professing to not getting a good option;³⁸ the sons, on the other hand, married within their own ethnic group or even with people of another ethnicity. This social stratification maintained itself from the 16th century to the beginnings of the 20th century.³⁹ This originated a certain ethnic isolation of the Macanese, for they married amongst themselves or with Europeans, being the preferred options, in the higher social classes, the army or navy officers, doctors or senior employees.⁴⁰

Thus, until the end of the 1960s, the Macanese normally married amongst themselves or with Portuguese,⁴¹ with an increase in marriages between Macanese and Portuguese occurring from 1965 until 1974. In the years that followed 25 April, with the departure of the Portuguese troops, the marriages with Portuguese diminished rapidly, and even amongst Macanese, with the Macanese instead marrying outside the Lusophone community.⁴² In the 1980s, many Portuguese came to Macao for government jobs, but the majority were already married, thus causing the Macanese society to open up to marriages with Chinese.⁴³

The life of Macanese women was an idle one in the case of those belonging to the more favoured classes, and Easternised, to a large or small degree, in the inverse ratio of their respective social

classes. The Macanese girls raised in a kind of harem environment in the midst of numerous slave women, could not have, as is evident, similar moral concepts to those of Christian girls from Europe, nor the same view on chastity. In defence of the bad opinion that the Portuguese of the Kingdom and foreigners had of the morals of Macanese women, the socio-economic conditions must be taken into account and also the familial environment in which, since the founding of the City, many of the women had been raised. Not to mention the behaviour expected from the numerous slave women, both before and after being freed. If it is true that the Easternised mentality of Euro-Asian women made them disdain some values of the Judeo-Christian moral of the European bourgeois classes of their time, despite the Portuguese husbands being considered jealous and brutal, the dissolute behaviour of some of them was the fault of the men with whom they lived.⁴⁴ In the mid-19th century, the liberal ideas

that, from Portugal, expanded through the ultramarine cities and, after the founding of Hong Kong, the influence of the Victorian ethic, imprinted a new facet on Macanese society. The familial moral became rigorous in high society, that the definitive abolition of slavery, in 1876, reinforced. The extended families, which corresponded



Chinese depiction of a 'woman from atlantic countries'.
From the scroll 'Portraits of foreigners' (late 18th century).

Macao women. Illustration included in Peter Mundy's Journal. Reproduced from *Seventeenth Century Macau in Contemporary Documents and Illustrations*, edited by C. R. Boxer (Hong Kong/Kuala Lumpur/Singapore: Heinemann-Asia, 1984).

ESTUDOS DE MACAU

MACAO STUDIES



Macanese woman with *saraca*.
From Yin Guangren and Zhang Rulin, *Aomen Jilüe* (18th century).

always to periods of bourgeois expansion, began to disappear and the Macanese girls started to enjoy a bit of independence, especially in regards to marriage, due to the abolition of the dowry.⁴⁵

As for the clothing of the Macanese women, it was, during the first centuries, inspired by Indo-Malayan wear, as these would have been the women that accompanied the first Portuguese who settled in Macao. The Macanese women used the *baju* (light colored cloth blouse, looking like a short kimono) and two *saraças* (printed cotton cloth, like a 'batik'), with one of them being wrapped around the waist and the other used on the head like a veil, covering part of the face. When they went to mass, they substituted the *saraca* that covered their head for a black cloth or headdress (the *dó*).⁴⁷

This more vulgar clothing, composed of two *saraças* and one *baju*, was criticised by the clergy, who wanted to see Macanese women with a skirt and mantle caught at the waist, as was the European style of the time. But, despite the prohibitions of the Church, the Macanese women continued to use the *saraças*, perhaps due to economic reasons, since the fabric used for the mantles was much more expensive than the cotton cloth of the *saraças*, plus they could wear the *baju* and sandals with these, while with the mantle they would have to wear a skirt, blouse (of a more expensive fabric), shoes and matching socks.⁴⁸

At the end of the 18th century and during the 19th century, the *bajus* started to disappear in exchange for long-sleeved white blouses, made of light fabrics; the long skirt made of printed cotton (or other fabric), black, which substituted the *saraca* worn around the waist; and the use of the *dó* (on the head) becoming more common. This change appears to have occurred due to the fact that there was a greater knowledge of European fashion, as well as the arrival in Macao of other Portuguese and European women. And, during the 19th century, the '*dó*' was gradually abandoned, just like black skirts and white blouses, although elderly ladies were still seen clothed like that until the mid-20th century.⁴⁹

But what would have been the origin of this group, the Macanese? This question has generated much controversy among investigators.

Regarding the origin of the Macanese, there are two versions: in the first, the less valued sectors of Chinese society, that is, the prostitutes, were at the heart

of the miscegenation that gave rise to the Macanese; in the second, it is said that the Macanese originated in the miscegenation that occurred in the first centuries since the arrival of the Portuguese to the Orient, among Portuguese men and Malayan, Japanese, Indian, etc. women.⁵⁰

As was seen, in Macao there were always a great number of women.⁵¹ There was a general practice of concubinage, generally with Chinese women, for the Chinese culture easily accepts that a man has legitimised children with several women. To a Chinese woman, being a concubine of a married man was less humiliating than to a woman of Portuguese (Macanese) culture.⁵²

There were also the so-called 'new-Christians', that is, baptised Chinese that thus adopted a Portuguese name, becoming accepted by the Macanese/Portuguese community.⁵³

This excess of women was also explained by the fact that Chinese mothers of children of the female gender (normally undesired) abandoned them at birth on the streets or gave them directly to the House of the Displaced, or Roda.

Traditionally, the Chinese women have a faded role in society, being dominated by a patriarchal power that spans all corners of the globe.⁵⁴ But, starting from the end of the 19th century, the Chinese intellectuals started to rethink the status of the woman in Chinese society, influenced by several Christian churches, namely the Protestant church. Later, with the birth of the Republic (1911), the fight for emancipation of women was assumed by the political power.⁵⁵

In the Chinese society of the first half of the 20th century, women had a highly devalued status.⁵⁶ In the mid-1970s, there came the end of the Cultural

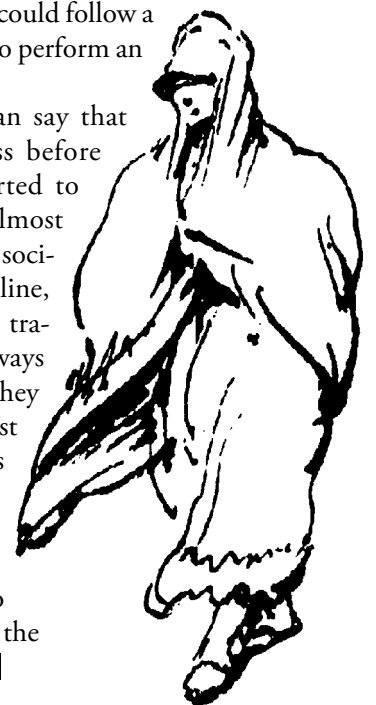
Revolution in China, and the Revolution in Portugal (1974), which resulted in the departure of Portuguese troops from Macao, the entry en mass of new Chinese immigrants and a period of great economic growth.⁵⁷

After the Revolution, the legalisation of divorce allowed women greater freedom.⁵⁸ Also, among the Chinese middle class, women began to have a greater freedom to marry according to their personal choices.⁵⁹

There therefore appear to have been more and more women that dedicated themselves to exterior activities, that is, professionals, decreasing the number of housewives and, simultaneously, increasing the number of those who opt for celibacy. There were also fewer women abandoned to the streets, and concubines had almost disappeared. These women were, however, replaced by other modern forms, for many men in the Chinese upper middle class have many women, but they do not cohabitaten or have the status of concubines, being installed in independent domestic residences.⁶⁰

Women came to attain their place in the work market, acquiring more academic qualifications and performing an ever more relevant role in business, administrative or political careers. However, when it came to work access, Macao followed the tendency of the whole region: women from poorer families dedicated themselves to domestic work (for their own families or others) and those of a more privileged economic situation—whose families started to educate their daughters so that they could follow a professional life—were led to perform an active professional role.⁶¹

In conclusion, we can say that four centuries had to pass before the women of Macao started to free themselves from an almost cultural atavism. But, in a society characteristically masculine, extremely conservative and traditional, women are not always seen well, especially when they reach lofty positions. And just as Cecília Jorge tells us, it is very difficult to eradicate from the Chinese traditionalist mentality the notion that woman is inferior to man and he is 'as distant as the Earth is from Heaven'.⁶² 



Macanese woman with *saraca* and *bioco* (a kind of veil or lacy mantle, used on the head to cover the face). Sketch of George Chinny (1774-1852).

ESTUDOS DE MACAU

MACAO STUDIES

NOTES

1 Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, p. 7.
2 Jordão de Freitas, *Macau, Materiais para a sua História no Século XVI* (Macao: Instituto Cultural de Macau,1988), pp. 15-18. See also Jin Guo Ping, ‘Combates a Piratas e a Fixação Portuguesa em Macau’, *Revista Militar*, n.º 2364, Lisbon, 1999, pp. 199-228.
3 Wu Zhiliang, *Segredos da Sobrevivência: História Política de Macau*, p. 45.
4 Jorge Manuel dos Santos Alves, *Um Porto Entre Dois Impérios: Estudos Sobre Macau e as Relações Luso-Chinesas*, p. 67.
5 Manuel Teixeira, SJ a Leonel de Lima, SJ, *BAC, Cartas do Japão*, vol. 3, fls. 103-103v. (Cantão, 1-XI-1564).
6 Francisco Peres, SJ a Luís Gonçalves, SJ, *Cartas do Japão*, vol. 3 (Carta de 3-XI-1564), in *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* (BEDM), n.º 62, p. 770.
7 Jorge Manuel dos Santos Alves, *Um Porto Entre Dois Impérios*, pp. 66-67. See also Manuel Teixeira, *Macau no Século XVI*. V. ‘Papéis de D. Francisco de Mascarenhas’, Mss. Da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Cod. CXVI/2-5, fls. 226-232.
8 See Leonor Díaz de Seabra, *A Misericórdia de Macau (Séculos XVI a XIX): Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio*.
9 Cf. Bento da França, *Macau e os seus Habitantes: Relações com Timor*.
10 Leonor Díaz de Seabra, *A Misericórdia de Macau ...*, p. 134.
11 Charles R. Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente (1550-1770)*, p. 229. See also Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, pp. 9-10.
12 Charles R. Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente (1550-1770)*, pp. 228-229.
13 See *ibidem*.
14 *Ibidem*, p. 231. Medieval documentation characterises as the richest, the most notable, the most respected heads of family, the most honorable excellent persons within each county. This was the image of Macao: rich bourgeois and the most highly regarded, who monopolised the municipal duties, deciding administrative and economic subjects.
15 Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, p. 11.
16 Charles R. Boxer, *O Senado da Câmara de Macau*, p. 48. Cf. ‘Papéis de D. Francisco de Mascarenhas’, Mss. Da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Cod. CXVI/2-5, fls. 226-232:
17 Tcheong-U-Lam e Ian-Kuong-Iâm, pp. 120-124. See also Manuel Teixeira, *Os Macaenses*.
18 Luís Gonzaga Gomes, *Curiosidades de Macau Antiga*, p. 161.
19 Isabel Nunes, ‘Bailarinas e Cantadeiras: Aspectos da Prostituição em Macau’. *Revista de Cultura*, n.º 15, Jul./Set. (1991), pp. 95-117.
20 Luís Gonzaga Gomes, *Curiosidades de Macau Antiga*, p. 160.
21 V. Charles R. Boxer, *O Grande Navio de Amacau*.
22 *Criações ou crioulas* – slave women of different ethnicities except Chinese.
23 *Escravas forras* – free female slaves.
24 Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, pp. 24-25.
25 Ana Maria Amaro, ‘A Mulher Macaense, essa Desconhecida’. *Revista de Cultura*, n.º 24 (II Série), Jul./Set. 1995, p. 10.
26 Frei José de Jesus Maria, *Ásia Sínica e Japónica*, vol. 2, p. 221.
27 See Leonor Díaz de Seabra, *A Misericórdia de Macau....*

28 Maria de Jesus dos Mártires Lopes, ‘Mendicidade e “maus costumes” em Macau’ e Goa, na segunda metade do século XVIII’, in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz (eds.), *As Relações entre a Índia Portuguesa, A Ásia do Sueste e o Extremo Oriente: Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, p. 74.
29 *Ibidem*, p. 73.
30 José de Jesus Maria, *Ásia Sínica e Japónica*, vol. 2, p. 231.
31 See Leonor Díaz de Seabra, *A Misericórdia de Macau....*
32 Charles R. Boxer, *O Senado da Câmara de Macau*, p. 44.
33 *Ibidem*, p. 45.
34 Charles R. Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente (1550-1770)*, p. 231.
35 Cf. Leonor Díaz de Seabra, *A Misericórdia de Macau...*
36 Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, pp. 17-19.
37 Ana Maria Amaro, pp. 177-178.
38 Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, pp. 20-21.
39 Ana Maria Amaro, *Das Cabanas de Palha às Torres de Betão*, p. 179.
40 Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, p. 24.
41 *Ibidem*, p. 61.
42 *Ibidem*, pp. 128-129.
43 *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense*, p. 130.
44 Ana Maria Amaro, ‘A Mulher macaense, essa desconhecida’. *Revista de Cultura*, n.º 24 (II Série), Jul./Set. 1995, p. 10.
45 Ana Maria Amaro, ‘A mulher de Macau segundo os relatos dos viajantes’. *Revista de Cultura*, n.º 15, Jul./Set. 1991, p. 122. Cf. José Ignácio de Andrade, *Cartas Escriptas da Índia e da China nos Annos de 1815 a 1835*, 2 vols. (Lisbon: Imprensa Nacional, 1843), pp. 123-125.
46 From the Malay *sarásah* or from the Sanskrit *sârasa*, initially it was an imprinted cotton fabric (batik) or silk – brought from India and, later, from Manila – wrapped around the waist, to serve as a skirt, and another, on the head, like a kind of veil or mantle.
47 Ana Maria Amaro, *O Traje da Mulher Macaense*, pp. 115-124.
48 *Ibidem*, p. 125.
49 *Ibidem*, pp. 128-136.
50 João de Pina Cabral e Nelson Lourenço, *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense*, p. 60.
51 *Ibidem*, p. 62.
52 *Ibidem*, p. 64. See also Manuel Teixeira, *Os Macaenses*.
53 João de Pina Cabral e Nelson Lourenço, *Em Terra de Tufões...*, p. 65.
54 Ana Cristina Alves, ‘A mulher chinesa na sociedade contemporânea’, *Administração*, n.º 57, Set. 2002, p. 1015.
55 *Ibidem*, p. 1022.
56 *Ibidem*.
57 João de Pina Cabral e Nelson Lourenço, *Em Terra de Tufões...*, p. 126.
58 *Ibidem*, p. 141.
59 *Ibidem*, p. 150.
60 *Ibidem*, pp. 150-153.
61 *Ibidem*, pp. 145-146.
62 Cecília Jorge e Beltrão Coelho, *A Fénix e o Dragão: Realismo e Mito do Casamento*, p. 50.

BIBLIOGRAPHY

Sources
Francisco Peres, S.J., a Luís Gonçalves, S.J., *Cartas do Japão*, vol. 3 (Carta de 3-XI-1564), in *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* (BEDM), n.º 62, p. 770.
Manuel Teixeira, S.J. a Leonel de Lima, S.J., BAC, *Cartas do Japão*, vol. 3, fls. 103-103v. (Cantão, 1-XI-1564).
‘Papéis de D. Francisco de Mascarenhas’, Mss. da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Cod. CXVI/2-5, fls. 226-232.

Estudos
Alves, Ana Cristina. ‘A mulher chinesa na sociedade contemporânea’, *Administração*, n.º 57, Set. 2002, pp. 1015-1027.
Alves, Jorge Manuel dos Santos. *Um Porto entre Dois Impérios. Estudos Sobre Macau e as Relações Luso-Chinesas*. Macao: Instituto Português do Oriente, 1999.
Amaro, Ana Maria. *Das Cabanas de Palha às Torres de Betão: Assim Cresceu Macau*. Lisbon: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1998.
———. *Filhos da Terra*. Macao: Instituto Cultural de Macau, 1988.
———. ‘A mulher de Macau segundo os relatos dos viajantes’. *Revista de Cultura*, n.º 15, Jul./Set. (1991), pp. 118-124.
———. ‘A mulher macaense, essa desconhecida’. *Revista de Cultura*, n.º 24 (II Série), Julho/Set. 1995, pp. 5-12.
———. *O Traje da Mulher Macaense*. Macao: Instituto Cultural de Macau, 1989.
Andrade, José Ignácio de. *Cartas Escriptas da Índia e da China nos Annos de 1815 a 1835*, 2 vols. Lisbon: Imprensa Nacional, 1843.
Boxer, Charles R. *Estudos para a História de Macau (Séculos XVI a XVIII)*, Obra Completa de Charles R. Boxer, vol. 1. Lisbon: Fundação Oriente, 1991.
———. *Fidalgos no Extremo Oriente (1550-1770)*. Macao: Fundação Oriente / Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990.
———. *O Grande Navio de Amacau*. Lisbon / Macao: Fundação Oriente /Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989.
———. *O Senado da Câmara de Macau*. Macao: Leal Senado de Macau, 1997.
———. (ed. e trad.), *Seventh Century Macau in Contemporary Documents and Illustrations*. Hong Kong / Kuala Lumpur / Singapura: Heinemann, 1984.

Cabral, João de Pina e Lourenço, Nelson. *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense*. Macao: Instituto Cultural de Macau, 1993.
Coates, Timothy. *Degredados e Órfãs: Colonização Dirigida pela Coroa no Império Português,1550-1755*. Lisbon: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
França, Bento da. *Macau e os Seus Habitantes: Relações com Timor*. Lisbon: Imprensa Nacional, 1897.
Gaw, Kenneth. *Superior Servant: The Legendary Cantonese Amahs of the Far East*. Singapore: Oxford University Press, 1991.
Gomes, Luís Gonzaga. *Curiosidades de Macau Antiga*, 2.ª ed. Macao: Instituto Cultural de Macau, 1996.
Jorge, Cecília e Coelho, Beltrão. *A Fénix e o Dragão: Realismo e Mito do Casamento Chinês*. Macao: Instituto Cultural de Macau / Editorial Pública, 1988.
Lopes, Maria de Jesus dos Mártires. “Mendicidade e ‘maus costumes’ em Macau e Goa, na segunda metade do século XVIII”, in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz (eds.), *As Relações entre a Índia Portuguesa, A Ásia do Sueste e o Extremo Oriente: Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Macao /Lisbon: [s.n.], 1993, pp. 65-82.
Maria, Frei José de Jesus. *Ásia Sínica e Japónica*, 2 vols. Anot. Charles Ralph Boxer. Macao: Instituto Cultural de Macau / Centro de Estudos Marítimos, 1988.
Nunes, Isabel. ‘Bailarinas e cantadeiras: Aspectos da prostituição em Macau’. *Revista de Cultura*, n.º 15, Jul./Set. (1991), pp. 95-117.
Seabra, Leonor Díaz de. *A Misericórdia de Macau (Séculos XVI a XIX): Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio*. Macao: Universidade de Macau / Universidade do Porto, 2011.
———. ‘Traços da presença feminina em Macau’. *Campus Social*, n.º 3-4, 2006, pp. 197-208.
Teixeira, Manuel. *Os Macaenses*. Macao: Imprensa Nacional, 1965.
———. *Macau no Século XVI*. Macao: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1981.
Tcheong-Ü-Lâm e Ian-Kuong-Iâm, *Ou-Mun Kei-Leok (Monografia de Macau)*. Transl. Luís Gonzaga Gomes. Macao: Imprensa Nacional, 1950.
Wu Zhiliang. *Segredos da Sobrevivência. História Política de Macau*. Macao: Associação de Adultos de Macau, 1999.

The Hume Scroll of 1772 and the Faces behind the Canton Factories

PAUL A. VAN DYKE*

The Hume scroll (Figure 1) is a unique document of China’s maritime history. The painting was owned by Alexander Hume (1726-1794), chief supercargo (merchant) of the British East India Company’s (EIC)

* Professor in the Department of History, Sun Yat-sen University (Guangzhou, China).
Professor no Departamento de História da Universidade Sun Yat-sen (Guangzhou, China).

Canton factory from 24 September 1770 to the end of February 1774. He repatriated on the EIC ship *Prime*, which left China on 12 March.¹ The scene can be dated to ca. 1772, so Hume probably brought the painting back with him to Britain when he repatriated. It was originally a scroll that was intended to be rolled up. Owing to its large size (91.5 x 276.5 cm) it may have been necessary for the painting to fit into a

smaller place. Not only were officers restricted to the amount of space they could use aboard ship but also a large framed painting of this size ran the risk of being squeezed, twisted and/or knocked about. The painting remained in the family for many years, and was later sold. In 2014, the Martyn Gregory Gallery in London acquired the scroll, and had it restored and framed. In 2015, the Hong Kong Maritime Museum (HKMM)

purchased the painting where it is now part of their permanent collection.² With new data that have recently emerged about the Canton factories and the additional details that are provided on the Hume scroll we can now identify most of the buildings in the painting from 1772 up

Figure 1: The Hume Scroll. Courtesy of Martyn Gregory Gallery, London.



HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY

to the fire of 1 November 1822, when they were all burnt to the ground.³ What this study shows is that the foreign trade at Canton and the Chinese junk trade to Southeast Asia often operated out of the same buildings and were managed by the same people. While this argument is not new, this study provides the first visual representations of the connections and interactions between these two groups, which up until recently were thought to have been completely separate from each other. What this study also shows is that the so-called ‘foreign factories’ were the business homes of Chinese merchants as well, which we sometimes forget.

At the time of the Hume painting, the foreign trade at Canton was administered out of the Waiyang Hang 外洋行, which managed the licensed Hong merchant houses (usually around eight to twelve in operation each year). The trade to Southeast Asia was administered out of the Bengang Hang 本港行, which managed the six-plus Chinese firms that fitted out 30 to 40 junks based in Canton. The Hume scroll shows firms from both administrative bodies, and includes a

few Chinese junks in the river as well, so it gives us a good representation of the interactions between these two groups.

Up until recently, it was thought that the Waiyang and Bengang firms had very minimal interactions between them. This picture comes primarily from the *Yue Haiguan Zhi* 粤海关志 (Gazetteer of Guangdong Maritime Customs), which historians have been using for the past 175 years to define the trade.⁴ We now know that this picture is much too simplistic, as I have explained in another publication.⁵ The divisions that historians claim existed between these administrative bodies are the result of their top-down approaches to history whereby government policies have defined their narratives to the exclusion of practices.⁶ Historians have depended heavily on Chinese gazetteers, edicts and memorials to explain the trade without checking to see the extent to which government policies were put into practice. It has been assumed that whatever top officials ordered was also what happened, which has resulted in a much distorted view of history.⁷

I begin by first establishing a date for the Hume scroll, followed by a brief discussion of each building depicted in the painting. The early history of a few of the factories is still unclear, but I will provide as much information as is presently available. The discussion will begin with the buildings on the far left (west) and move easterly to the right. In Figure 1, I have assigned the same numbers to the buildings as was done in the book *Images of the Canton Factories 1760-1822*.⁸ Because the two buildings on the far left in the Hume scroll do not appear in many paintings, they do not have numbers assigned to them. They will be referred to as the first and second buildings from the left, respectively. After discussing the buildings, I then turn to a brief discussion of the vessels in the river, and conclude with a summary of why understanding the Hume scroll and the changes that took place on the quay over time are important for understanding how the trade operated.

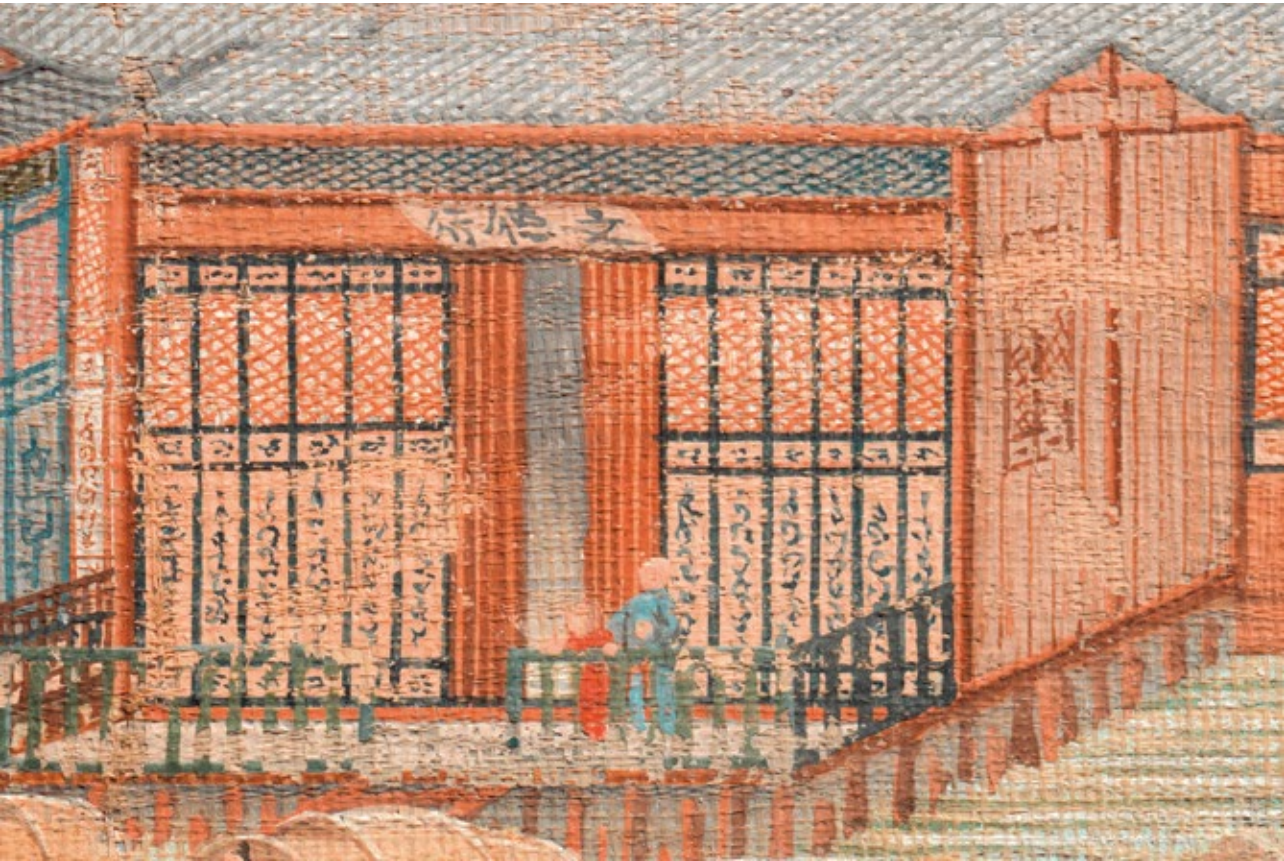
Perhaps it should be pointed out that this is the first time in the history of describing the factory paintings that we have been able to identify most of the buildings and their occupants. Thanks to Morrison and Davis we have known a lot about the owners and occupants of the factories just before the fire of 1822. The late 18th and early 19th century, however, have largely remained anonymous. I begin with establishing an approximate date for the scene.

quay was extended in front of nos. 1 and 2.⁹ The Hume scroll does not show these changes. Thus, the scene fits nicely into autumn 1772, but we can actually narrow that date even further.¹⁰

According to the flags displayed on the painting, the Danes, French, Swedes, British and Dutch were in port at the time. We know that the French were the last to arrive this year on 30 August 1772 and that the Swedes were the first to leave on 2 February 1773.¹¹ Because no. 15 seems to have been rebuilt sometime between December 1772 and January 1773, the painting would have to be before that happened.¹² Thus, by the process of elimination, we are left with a window of September to November 1772. According to the historical data that was the only time all of the factors displayed in the painting were in place.

I will discuss the buildings from left (west) to right (east) and point out what we know about each one up to the fire of 1 November 1822.

Figure 2: Detail of the Mantack Hang (Wende Hang). Courtesy of Rijksmuseum.



FIRST BUILDING FROM THE LEFT

Firm/ building name	Owner/ Manager	From	To
Mantack (Wende Hang)	Tan Giqua	n/a	mid 1770s
Yuanquan Hang	Chowqua and Locqua (Chen Zuguan and Chen Junhua)	mid 1770s	1793
Guangli Hang	Mowqua I and II (Lv Guanheng and Lv Wenjin)	1793	1822

DATING THE HUME SCROLL

With all the new information that has recently emerged about the Canton factories, it is a rather simple task assigning a date to the Hume scroll. According to the architecture the scene is from 1772, which fits with Hume’s biography. The New English factory (no. 14 in Figure 1) has a new verandah in the front which was added in early 1771. Building no. 12 has a new façade and the Swedish factory (no. 11) has a half-moon header above the front door both of which are thought to have been added in early 1772. The Hume painting shows a new façade on building no. 4 which was not there in 1771. The Dutch factory (no. 16) shows its pre-1774 balcony, and the building to the west of it (no. 15) has not yet taken on its new façade, which means the scene is pre-1773. Furthermore, the building to the west of the Danish factory (no. 1) was rebuilt in early 1773 and given a second storey. At the same time, a wall was built between that building and no. 1 and the

The first building on the left is only partially visible in the Hume painting. It was the Mantack Hang (Wende Hang 文德行), which is mentioned in the *Yue Haiguan Zhi* and was one of the firms of the Bengang group.¹³ In the 1760s, it was managed by a merchant named Tan Giqua (Chinese name unknown).¹⁴ A couple of factory paintings from the early 1770s show the name above the door (see Figure 2).¹⁵

HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY

Table 1 shows a list of fifteen junks that operated out of the Mantack Hang from 1762 to 1771. These are not necessarily all the junks that were fitted-out in this firm—they are rather the only ones for which we have data. The years are also not inclusive, because the firm was undoubtedly in operation for many decades before and after this period.

TABLE 1: JUNKS OF THE MANTACK HONG (Wende Hang) 1762-1771

No.	Junk name (Cantonese)	Mandarin	Chinese
1	<i>I-hing</i>		
2	<i>Thaay-gaah</i>		
3	<i>Chongthat</i>	<i>Zhongda</i>	钟达
4	<i>Comm-hing</i>		
5	<i>Ecksun</i>	<i>Yishun</i>	益顺
6	<i>Ecktay</i>	<i>Yitai</i>	益泰
7	<i>Fockhing, Fuck-hing</i>	<i>Fuxing</i>	福兴
8	<i>Ghah-Mau</i>		
9	<i>Gifatkam</i>	<i>Erfajin</i>	二发金
10	<i>Eckli</i>	<i>Yili</i>	亿利
11	<i>Manpack</i>	<i>Wanpo</i>	万珀
12	<i>Sihing, Swehing</i>	<i>Ruixingzhou</i>	瑞兴鹈
13	<i>Tackli</i>	<i>Deli</i>	得利
14	<i>Tioengtay</i>	<i>Changtai</i>	长泰
15	<i>Wansun, Winchong</i>	<i>Yuanshunzhou</i>	源顺鹈

Sources: Nordic Museum Archive, Stockholm. Godegårdsarkivet Archive F17, pp. T1_5145-7; National Archives, The Hague: Canton 72, 1763.02.22, 1763.07.13, 1763.08.21, Canton 73, 1764.01.09, Canton 74, 1765.02.19-03.03, 1765.05.31, 1765.07.06, 1765.09.18, Canton 77, 1768.01.15, 1768.03.08, 1768.07.19, Canton 78, 1769.06.06, 1769.07.14, Canton 127, no. 35, 1765.02.10, Canton 131, doc. no. 32, report dated 1767.12.31, p. 34, Canton 224, p. 3, Canton 227, p. 245, Canton 278, report dated 1763.12.24, p. 8, doc. dated 1764.01.15, Canton 282, 1771.12.15, p. 139 (259), Canton 131, nos. 12-21, 36, 39-41, no. 42, 1767.12.31, Canton 229, 1768.01.01, p. 175-6 (182-3), Canton 320, letter dated 1763.02.21, Canton 321, 1768.03.08, 1769.02.22, VOC 4401, letter dated 1768.03.08, dagregister, 1768.05.15, VOC 4402, letter dated 1768.03.08, VOC 4404, letter dated 1789.12.10, HRB 111, p. 103r-v.

The junks sailed to ports in Southeast Asia each year including Cochin China, Passiak, Cambodia, Palembang, Batavia and Siam. In terms of volume, most of the Canton junks were about 250 tons capacity, which gave a total of 3,750 tons of annual exports. The average size of foreign ships trading at Canton in these years was about 750 tons, which means the carrying capacity of the fifteen junks was equivalent to about five foreign ships. The trade of the Mantack Hang was equivalent to the volume handled by one of the smaller East India companies operating at Canton.

As far as financing is concerned, the voyages of the Mantack Hang junks were sponsored by various people including Chinese junk traders (of the Bengang group), and Hong merchants and foreign investors (of the Waiyang group). In the 1760s, foreign investors included private Europeans and various traders from India.¹⁶ At some point in the mid-1770s the Hong merchant Chowqua (Chen Zuguan 陈祖官) of the Yuanquan Hang 源泉行 purchased this building. It is unclear what happened to the Mantack Hang. We know that the Canton junks continued to operate into the 19th century so the firm probably moved to another building.

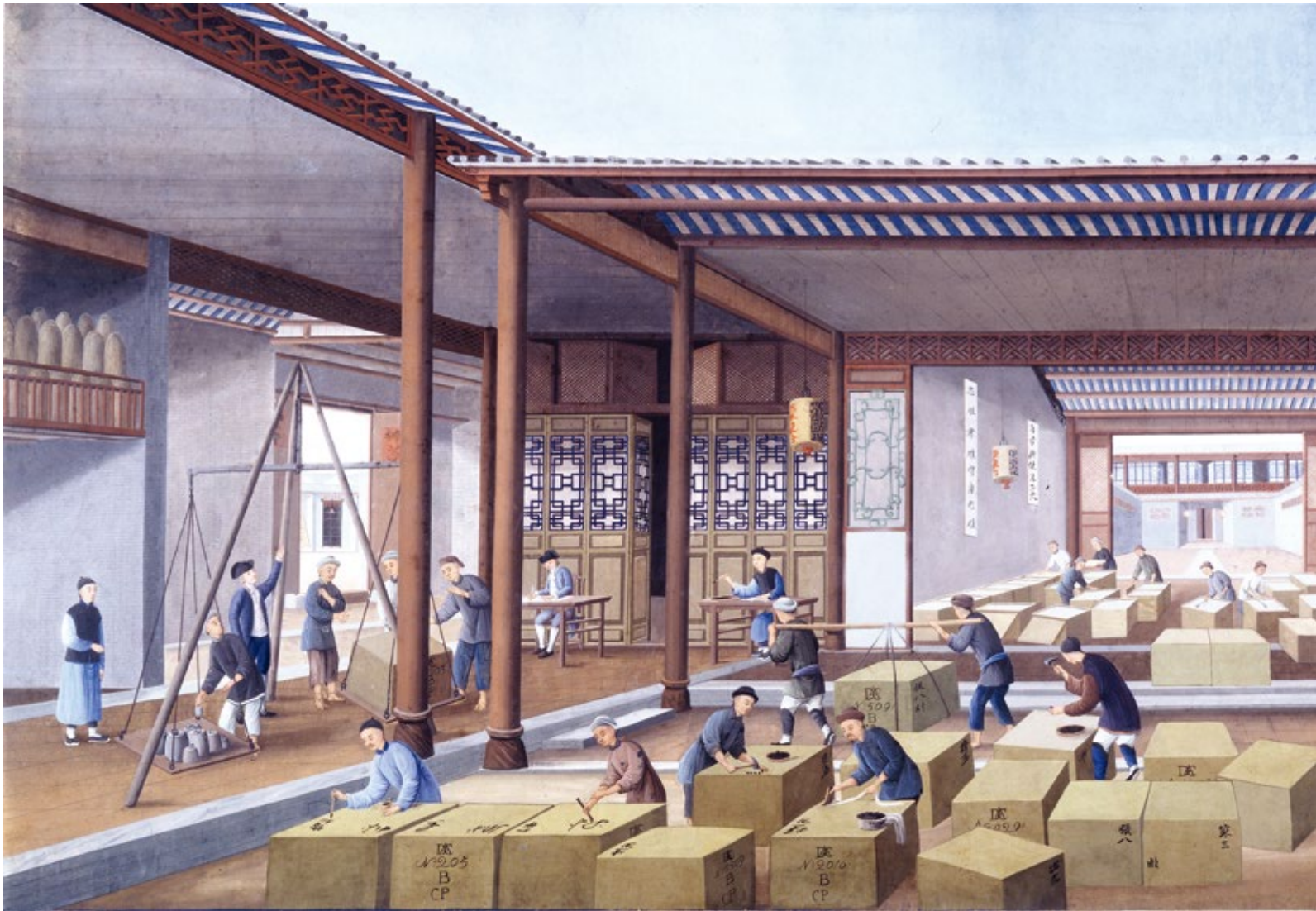
On 8 February 1777 at 3 a.m. a fire broke out near the factory destroying more than 300 houses. The Dutch mentioned that Chowqua was living in the building at the time, which was in much danger, as was the building to the right (Monqua’s factory) and also the Danish factory (no. 1). Although it is not visible in the Hume painting, there was a tollhouse on the west side of Chowqua’s factory which is where the fire was finally stopped with the aid of the foreign fire engines (water pumps).¹⁷

Figure 3 shows the inside of Chowqua’s factory as it appeared in 1783. On the lanterns in the back we can see the name Yuanquan Hang. Chowqua’s men are shown packing Bohea tea for the Danish Asiatic Company (DAC). On the left, we see a couple of Danish officers and Chinese helpers weighing the tea chests. A Danish officer and Chowqua’s clerk are sitting at tables recording the weights of the chests. Information inscribed on the tea chests enables us to determine the exact time this scene took place, which was November/December 1783.¹⁸ In addition to the foreign trade at Canton, Chowqua was also involved with the junk trade to Southeast Asia, which I have discussed in another study.¹⁹

Chowqua died in 1789, and his son Locqua (Chen Junhua 陈钧华) continued the business up until it was declared bankrupt in early 1793. Sometime before September of that year Mowqua I (Lv Guanheng 卢观恒) of the Guangli Hang 广利行 purchased the building and moved his business there. We know this because a fire broke out on 29 September 1793 at 2 a.m. near Locqua’s factory, which, as mentioned, was then Mowqua’s. By 4:30 a.m. the fire had advanced and was threatening Mowqua and Monqua’s buildings as well as the Danish factory. The Danes had no ships or officers in China that year so it was left up to the Chinese and other foreign residents to bring the fire under control. The

Europeans rushed out with their fire engines and continued to spray water on those buildings to keep them from burning. Mowqua’s factory was full of cotton at the time so there was great concern that if it caught fire, it would spread to the neighboring buildings. By 9 a.m., however, the fire was contained, but not before about 120 shops and houses had been destroyed. Mowqua, Monqua and Poankeequa (Pan Zhencheng 潘振承, the owner of the Danish factory and also building no. 2), were very appreciative to the foreigners for their help in putting out the flames.²⁰

Figure 3: View of Chowqua’s (Chen Zuguan) Yuanquan Hang in 1783. Courtesy of Martyn Gregory Gallery, London.



HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY

Mowqua I died on 19 December 1812²¹ and then his son Mowqua II (Lv Wenjin 卢文锦, Figure 4) took over the business.²² According to Hunter, Mowqua II moved the Guangli Hang to the east side of the quay after the fire of 1822.²³

SECOND BUILDING FROM THE LEFT

Firm/ building name	Owner/ Manager	From	To
Fengyuan Hang, renamed Wanhe in early 1780s	Teunqua and Monqua (Cai Yongjie and Cai Shiwen)	ca. 1760	1796
Huilong Hang	Newqua II (Zheng Chongqian)	1797	1810
	A.L. Barreto & Co.	1810	1818
	n/a	1819	1822

The next building to the right (east) was the Fengyuan Hang 逢源行. It was owned by Teunqua (Cai Yongjie 蔡永接) and his son Monqua (Cai Shiwen 蔡世文). The exact year that they moved into this building is unknown. We know that the family sold their Yeeho Hang (no. 17) in 1758/1759 so it is likely that at least by 1760, when the Cohong (Gong Hang 公行) was created, they were living in this building. Teunqua died in the summer of 1761 and then Monqua took over the business.²⁴

On 10 December 1767, Monqua’s storeroom caught fire. The Europeans rushed to the scene with their fire engines, and managed to extinguish the flames. The historical accounts of the fire vary, but it seems that Monqua lost a good deal of Bohea tea and his building was much damaged. The Hong merchant Conqua (Chen Shiji 陈世积) offered him space in his factory so Monqua could complete his tea contracts. In the meantime, the building was repaired.²⁵ As mentioned above, Monqua’s factory was in great danger of fire again in 1777 and 1793, but he survived both of those disasters without damage.

Besides the foreign trade at Canton, Monqua was involved in the Chinese junk trade to Southeast Asia. He and his father and brother were probably

partaking in this trade all along, but we only have data from the 1760s. In those years he sponsored no less than ten Canton junks (Table 2).²⁶ Table 2 shows that two of the junks he helped finance operated out of the Mantack Hang.

Like most of the Hong merchants, Monqua had several warehouses where he kept his stock.²⁷ Because fires were frequent in Canton, the best way to reduce the risks was to keep merchandise in several locations. In early 1773, Monqua rebuilt his factory and added a second storey. He also built a wall between it and the Danish factory that extended out towards the river and the quay was extended in front of nos. 1 and 2. The Hume scroll was drawn a few months before these additions so they do not appear in the painting. Later scenes, however, show all these changes.²⁸

Figure 4: Mowqua II (Lv Wenjin) of the Guangli Hang. Courtesy of Martyn Gregory Gallery, Londo).



TABLE 2: JUNKS SPONSORED BY MONQUA 1764-1768

No.	Canton Junks	Chinese	Hong Name	Chinese	1764	1765	1766	1767	1768
1	<i>Chongthat</i>	钟达	Wende	文德行				X	
2	<i>Eckhing</i>				X				
3	<i>Ecksun</i>	益顺	Wende	文德行		X	X	X	X
4	<i>Fongschyn</i>	丰顺	Fengjin	丰晋行					X
5	<i>Gihing</i>					X	X	X	
6	<i>Hangzaychow</i>	坑仔鵞	Yihe	义和行	X	X	X		
7	<i>Samjeck</i>	三益	Fengjin	丰晋行	X				
8	<i>Samkonghing</i>	三广兴	Dafeng	达丰行		X			X
9	<i>Santay</i>	新泰	Taishun	泰顺行		X	X		
10	<i>Winghing</i>				X	X			

Sources: Nordic Museum Archive, Stockholm. Godegårdsarkivet Archive F17, pp. T1_5145-7 and passim

In the early 1780s, Monqua changed the name of his factory to Wanhe Hang 万和行, and then we hear nothing more about the Fengyuan Hang. It is unclear what triggered this name change. There were several Hong merchant failures from the late 1770s to the early 1790s, which affected Monqua. As was customary in Canton, the remaining Hong merchants were held responsible for paying the arrears of the failed houses. By the early 1790s, Monqua’s business had built up a huge debt which undoubtedly contributed to his depression and ill-health. On 10 April 1796, he committed suicide and shortly thereafter, the Wanhe Hang was closed. The properties were sold to pay the arrears.²⁹

Newqua II (Zheng Chongqian 郑崇谦, also spelled Gnewqua) of the Huilong Hang 会隆行 purchased Monqua’s factory in late 1796 or early 1797. A fire broke out in this building on 5 December 1797, between 8 and 9 o’clock in the morning. Foreigners from every nation rushed to the scene with their fire engines to help put out the flames. Water was sprayed on the Danish factory to keep the fire from spreading. The extent of the damage to Newqua’s factory is unclear. The Danes mentioned that the wall between their building and his was damaged and their balcony also suffered water damage.³⁰

As is discussed below, the wall between these two buildings was replaced sometime in 1801. We have no record of the repairs that were done to Newqua’s factory at this time. There are no obvious changes to that building in paintings that have survived from 1797 to 1801 so the damage may have been restricted to the interior. But it is also possible that he rebuilt the factory according to the previous plan, which means it would not be noticeable in paintings. The repairs were probably done in the spring of 1798. In December of that year, the American consul Samuel Snow rented the front apartment of Newqua’s factory so we know that that part of the building was habitable.³¹

Newqua II inherited a large debt from his father, Newqua I, which continued to affect his solvency. At the time of purchasing the factory, he was said to be upwards of 300,000 taels (ca. \$417,000) in debt.³² We might rightfully ask why he purchased Monqua’s factory if he was in such a poor financial state. As was the case with all Hong merchants, they could not quit their businesses voluntarily or move to another occupation without government approval. He basically had two choices; stop trying to satisfy his creditors and admit bankruptcy, which would immediately end his career and disgrace his family, or continue the business by

HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY

borrowing more money and hope for a windfall in the future. Newqua and the many other Hong merchants who found themselves in this situation undoubtedly knew that the chances of succeeding with the second option were very slim. But at least that choice had some hope, whereas the former option was a certain path to destruction for himself and his family.³³

We need to also keep in mind that the transferring of real estate properties from one Hong merchant to another was not always a voluntary decision. The Hoppos (戶部, customs superintendents), often ordered men to purchase buildings from failed merchants so that the emperor’s duties could be paid. In Newqua’s case, we do not know why he bought the building, but he may have had no choice. Hong merchants were not considered to be insolvent until they could no longer keep creditors at bay. Newqua was making enough payments to keep his debt holders satisfied, so Qing officials treated him no different from any other Hong merchant.³⁴

By the end of 1809, the Dutch reported Newqua to be 1.3 million dollars in debt, and now his creditors were becoming very impatient. As things began to fall apart, Newqua’s partner Ahoy absconded. The Dutch mentioned that half of Newqua’s debt was owed to the EIC and the other half to private traders. The Huilong Hang was declared bankrupt in 1810. Newqua and his writer (secretary), Assing, were banished to Ili (Yining 伊宁 in Xinjiang Province) in August 1811 as punishment for their debt.³⁵ In June 1813, news arrived in Canton that Newqua had died while in exile. His factory, however, continued to retain the name Huilong Hang up to the fire of 1822.³⁶

The Barreto family from Macao took over the Huilong Hang after Newqua failed.³⁷ It is unclear whether they actually owned the building or just took possession of it. They were one of Newqua’s largest private creditors so when he failed they may have gained possession of the premises as collateral for the debt. Whatever the case may have been, the building became known as the Barreto factory after Newqua moved out.³⁸

Luis and Ant3nio Louren3o Barreto were both born in Bombay, and later became naturalized Portuguese citizens in Goa. They established a residence in Macao in 1797.³⁹ According to the EIC, the Barretos were British subjects, because they were born in Bombay and had also resided in Calcutta. In

1805 the Company tried to expel them from China. Their Portuguese citizenship, however, gave them a legitimate reason to remain.⁴⁰ Besides loaning money to Chinese merchants, the Barretos were also agents for the Bengal Insurance Company. In 1803, the Dutch mentioned that the two men had insured all of the English and Portuguese ships operating in China that year. For inter-Asian voyages they insured up to 50,000 Spanish mats (dollars) per ship at 10 percent premium. For Asia-Europe voyages the premium was 12 percent and there was no upward limit on the amount they would insure.⁴¹

As far back as 1788, Joseph and/or Luis Barreto had been loaning money to the EIC to help finance its China trade.⁴² Some of the Barretos went back and forth to India to take care of business, while other members of the family remained in Macao or Canton.⁴³ There were a number of Barretos involved in the trade at Macao, but it is not always clear whether they were all from the same family.⁴⁴ The Barretos also invested in real estate. In 1814, for example, they purchased the house that the Dutch normally rented in Macao.⁴⁵

Other Barretos who were involved in the family business include John, Jos3, Francisco and Bartholomew. From 1803 to 1818, there are many references in the Dutch records showing various members of the Barreto family going back and forth to Canton each year. In 1818, A.L. Barreto & Co. was declared bankrupt, but several of the Barretos continued to be involved in the trade thereafter.⁴⁶ As far as Newqua’s factory is concerned, it is unclear whether the Barretos continued to occupy it after 1818. In a letter dated 21 February 1820, the Dutch included A.L., Francisco and Bartholomew Barreto among the foreigners who were residing in China. The Dutch also considered them to be non-natives of Macao because otherwise they would not have listed them as ‘foreigners’. Unfortunately, the authors of that letter did not specify whether the Barretos were still going back and forth to Canton, as before, or were remaining in Macao.⁴⁷

In the 1820s, references emerge showing Luis Barreto trading in opium. After purchasing the drug in the lower delta, he helped smugglers obtain rice from Manila so they could go upriver and enter Whampoa as a rice ship which greatly reduced the amount they had to pay in port fees. The opium smugglers could then trade legally for tea, porcelain, silk and other products,

which they carried back to India and exchanged for more opium.⁴⁸ We know from these examples that Luis was operating out of Macao and Lintin Island at that time.⁴⁹ It is unclear whether the Barretos kept their factory in Canton after 1818 so we do not know who occupied the building after that year.

BUILDING NO. 1

Firm/ building name	Owner/ Manager	From	To
Danish factory Huangqi Hang	Beaukeequa (Li Kaiguan)	1752	1758
	Swetia and Ingsia (Yan Ruishe and Yan Yingshe)	1758	1766
	Poankeequa I and II (Pan Zhencheng and Pan Youdu)	1766	post 1806
	Conseequa (Pan Changyao)	post 1806	1820
	Mr. French	1821	1822

The Danish factory is perhaps the second best-documented building on the quay, with the Dutch factory (no. 16) being the first. The Danes kept very detailed records, and most of them have survived. As is the case with all the buildings on the quay, it is difficult to document the exact location where foreigners lived in the first five decades of the 18th century. By 1760, however, we have a fairly good idea of where each company was located, although information about private traders is still far from complete.

The DAC rented a factory almost every year from 1734 onwards. In the early 18th century they often rented two buildings, which makes it even more difficult to establish their locations. There was a fire on 7-8 December 1743, when the Danish and Swedish factories, as well as several other buildings, were burnt to the ground. We do not know if the building the Danes were staying in was rebuilt after the fire, or whether they just moved into another building the following year.⁵⁰

In a report dated 22 March 1750, the Dutch mentioned that there had been a fire on the east end of

the quay that year, but did not specify the exact day that it took place. The Danes left Canton in late December 1749 and made no mention of this fire so it presumably happened sometime in early 1750. While the Dutch did not mention the Danish factory specifically, they said that the customs house was destroyed by the fire, and that it threatened Texia and Tan Tinqu’s factories.⁵¹ These buildings were all located on the east end of the quay, where the Danes normally resided, but it is unknown whether their building suffered damage this year.

The evidence suggests that the Danes were occupying building no. 1 from at least 1752. In that year, they rented a new factory that had just been built by the Hong merchant Beaukeequa (Li Kaiguan 黎开官). In 1753, the Danes made a special contract with him to rent the building for six years, which guaranteed their occupation up to and including 1758.⁵² On 11 September of the latter year Beaukeequa died insolvent. The particulars surrounding his estate are unclear except that we know his properties were confiscated by the Qing government and sold (see no. 13 below). One of Beaukeequa’s partners, Swetia (Yan Ruishe 颜瑞舍), became responsible for repaying part of Beaukeequa’s arrears. Circumstantial evidence suggests that Swetia may have purchased the Danish factory at that time—the proceeds of which would have been applied to the outstanding debt.

In August 1758, the Danes mentioned that they were staying in the same building that they had been renting previously, which was Beaukeequa’s building.⁵³ After Beaukeequa died, an arrangement had to be worked out with the new owner. I have found no references to the Danes moving out of Beaukeequa’s factory after his death so I assume that the rent they paid to Swetia in 1758 was for the same building that they had been renting since 1752. We know that the Danes continued to rent their main factory from Swetia and his brother Ingsia (Yan Yingshe 颜瑛舍) from 1758 to 1765. Thus, the evidence suggests that Swetia may have purchased the Danish factory from Beaukeequa’s estate, and then continued to rent it out to the Danes. If this is true, then the Danish factory that we see in the Hume painting was originally built in the spring of 1752. It was renovated in late 1769 or early 1770 and given a new façade with a balcony on the second level, both of which appear in the Hume painting.⁵⁴

HISTORIOGRAPHY

The Danes stayed in no. 1 every year up to and including 1806. In that year, the DAC ceased sending ships to China, but then later sent five more ships from 1820 to 1833. In at least a couple of those latter years, they rented space in no. 1 again. From at least the early 1750s to the fire of 1822, no. 1 was called the Danish factory. In Chinese it was known as the Yellow Flag Hong (Huangqi Hang 黄旗行).⁵⁵ The Danes did not have a yellow flag so it is unknown where that nickname came from.⁵⁶

In March 1763, Swetia died and then ownership of no. 1 passed to his brother Ingsia. At some point before autumn 1766, Poankeequa I purchased the building. Poankeequa died in 1788, and then no. 1 passed to his successor, Poankeequa II, who continued to own it up to at least 1806, when the Danes left the trade. In the interim, the Americans William Magee and Peter Dobell took over parts of the building and opened an inn and a tavern, respectively.⁵⁷

When the Danes returned to Canton in 1820, Poankeequa II's cousin, Conseequa (Pan Changyao 潘长耀), owned no. 1. This transfer of ownership obviously took place sometime between 1806 and 1820. In 1821, an American by the name of Mr. French rebuilt the factory at his own expense. He rebuilt it again after the fire of 1822. The Danish factory was rebuilt several times from 1769 to 1806 all of which is documented in Van Dyke and Mok's book.⁵⁸

BUILDING NO. 2

Firm/ building name	Owner/ Manager	From	To
Tongwe Hang, renamed Tongfu Hang in mid-1810s	Poankeequa I, II & III (Pan Zhencheng, Pan Youdu and Pan Zhengwei)	1760	1822

If we look closely at the Hume painting, we can see the remains of the characters Tongwen 同文 on the lanterns hanging in front of no. 2. Another painting from 1772 and one from 1782 also show lanterns in front with these characters on them.⁵⁹ The Tongwen Hang 同文行 was Poankeequa I's factory, which he established in 1760. Before that year, he traded out of the Dafeng Hang 达丰行, which was

located a block north of the factories.⁶⁰ When the Cohong was created in 1760, many changes were made to the quay. The Dutch mentioned that there were several new factories added this year, which probably included nos. 2 and 4 and maybe several others (see below).⁶¹

Poankeequa often traded under the name *xianpu yuanji* 暹圃源记 or *xianpu hao* 暹圃号, which he stamped on many of his contracts.⁶² Figure 5 shows a document that accompanied one of Poankeequa's shipments of Congo tea to a Danish ship in ca. 1779, and it has the stamp *xianpu hao*. There is also a painting in the Musée des Beaux-Arts, Rennes, showing a warehouse full of *xianpu* 暹圃 tea, which would be Poankeequa's factory (and could very well be representing the inside of no. 2).⁶³ Even though Poankeequa packed and shipped his tea through the Tongwen Hang (no. 2) at that time he often labeled his tea with the name *xianpu*.

Besides the foreign trade, the Pan family had been involved in the junk trade to Southeast Asia for many decades. The family was originally from Fujian Province. Poankeequa gained his language skills (he was fluent in Spanish) and early business experience from the trade between Xiamen and Manila. The family settled in Guangzhou sometime around the 1730s. From the 1740s to 1760, Poankeequa did all of his business (foreign, Southeast Asian and Manila trade) out of the Dafeng Hang, which was managed by a branch of the Chen family. He had relatives managing the trade between Manila and China. In 1760 the Tongwen Hang was created and then most of the foreign trade was channeled through that firm. But Poankeequa continued to be involved in sponsoring the Dafeng Hang junks and in handling the Manila trade.⁶⁴ (see Table 3)

It was a tradition for the main suppliers of the Portuguese and Spanish cargos to provide those men with accommodation each year.⁶⁵ Poankeequa's family was the main supplier of the Spanish cargos throughout the 18th and early 19th century. Before 1760, the Spaniards would have stayed in the Dafeng Hang, north of the quay. From 1760 to 1777, the Spaniards stayed in his Tongwen Hang (no. 2). As is explained below (no. 3), they later established their own factory, but the Pans continued to be their main supplier.⁶⁶ From 1785 onwards, there were also Spanish ships anchoring at Whampoa almost every year.

Figure 5: Shipping document stamped with *xianpu yuanji*. (RAC: Ask ;1066). Courtesy of Danish National Archives.

HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY

Poankeequa was the head of the Hong merchants from 1760 to his death in 1788. His son Pan Youdu 潘有度 (Poankeequa II) succeeded him in business, but Monqua then became head merchant. The Pans supplied many of the exports of not only the Spaniards, but also the Swedes, French and British. Most of those cargos would have passed through building no. 2. At some point in the mid-1810s, Youdu renamed the factory Tongfu Hang 同孚行, which it retained up to the fire of 1822.⁶⁷ Poankeequa II died in 1820, and then Poankeequa III took over the firm.⁶⁸

No. 2 was not rebuilt after the fire. Instead, Poankeequa III donated the land to the establishment of New China Street in 1823. In honour of the founder (Poankeequa I), the street was named Tongwen Jie 同文街.⁶⁹

BUILDING NO. 3

Firm/ building name	Owner/ Manager	From	To
n/a	n/a		1788
Spanish factory, Lvsong Hang	n/a	1788	1822

I do not have any information about no. 3 before 1788. A painting from 1782 shows lanterns hanging in front of that building, but the characters on them are illegible.⁷⁰ No. 3 appears to have kept a similar façade from at least the late 1760s to 1787.⁷¹ As is mentioned above, some of the buildings in this

area were constructed in 1760, when the Cohong was created, but it is uncertain whether this included no. 3. The building appears in a scene from 1769 so it was clearly in existence by that year.⁷²

In the spring of 1788, the Spaniards renovated no. 3 and gave it a French-style façade. They moved into it later that year and then on 24 August raised their flag in front for the first time.⁷³ From 1788 to the fire of 1822, no. 3 was called the Lvsong Hang 吕宋行 by the Chinese (because the Spaniards were from Luzon in the Philippines) and known as the Spanish factory by foreigners.

Poankeequa had lived in Manila where he became fluent in Spanish so it was logical that the Spaniards would have most of their dealings with him.⁷⁴ In 1778, the Spaniards decided that they needed a separate

accommodation and moved out of Poankeequa’s factory.⁷⁵ It is unclear which building they occupied from 1778 to 1787, but it may have been no. 3. It was not until 1785 that the Royal Company of the Philippines was established and Spanish ships began a regular trade at Whampoa. The number of Spanish ships arriving in China (Whampoa and Macao) began to increase thereafter, and by 1788, the Spaniards felt that they needed to have a factory of their own. From that year forward there was a Spanish flag displayed on the quay each year up to the 1820s.⁷⁶

Figure 6 shows a plan of the Spanish factory in 1789, which gives an idea of how the rooms were arranged. The top of the image is the south side facing the river and the bottom is the back of the factory that ran up to Thirteen Hong Street (Shisan Hang Jie 十三行街). Each room is numbered with a corresponding key and a brief description. Unfortunately, the key does not include descriptions for numbers 1 to 15 or 37 to 50 so it is left to our imagination as to what those rooms were intended for. There is a central walkway running through the entire length of the first floor, with rooms on each side. Some of these areas would have been storerooms.

Figure 6 is not entirely clear, but the Spanish factory appears to have had about six sections (or blocks) with stairs going up to the second level in only three of them. The plan shows a small third floor in the fourth block with four rooms. There appears to have been no back door, and because the building butted up to the adjacent factories on each side, there are no windows. Thus, in the event of a fire, the occupants would need to exit through the front door, front windows, or go to the roof and climb to an adjacent building.

Because there are no side or rear openings, if a fire started near the back of the factory, it would be very difficult to get water to the flames. The front doors and windows appear to be the only entrance, which means it is also the only exit for smoke. There were probably air vents in the roof that are not shown in Figure 6, but one can still imagine that the factory would likely fill up with fumes very quickly during a fire. The enclosed nature of these buildings meant that even if perishable goods such as fabrics and tea managed to survive the

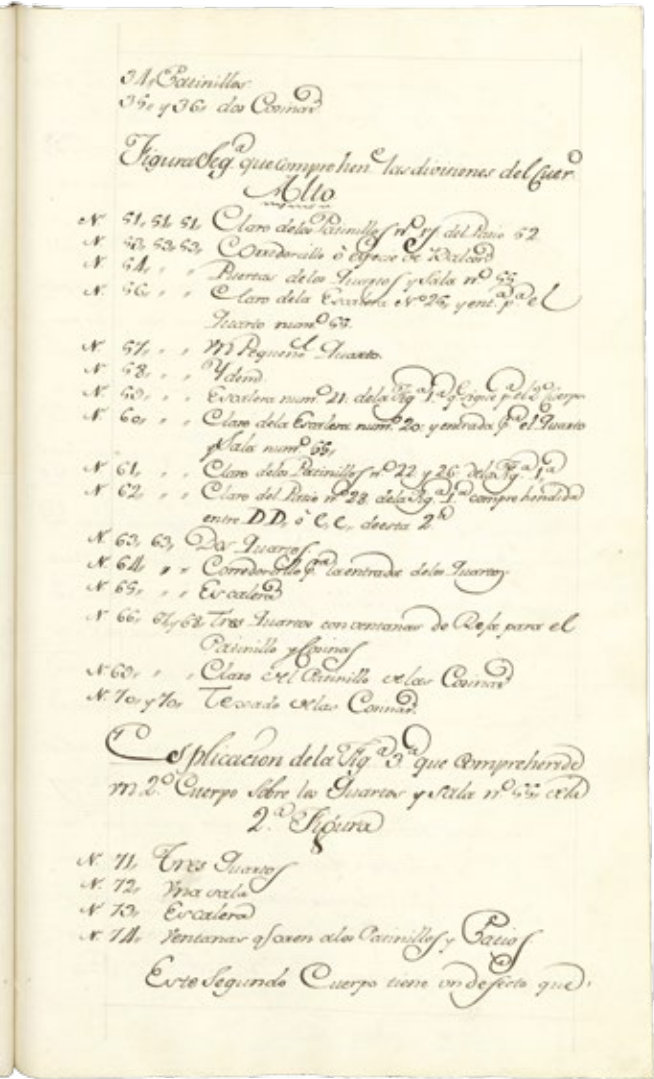
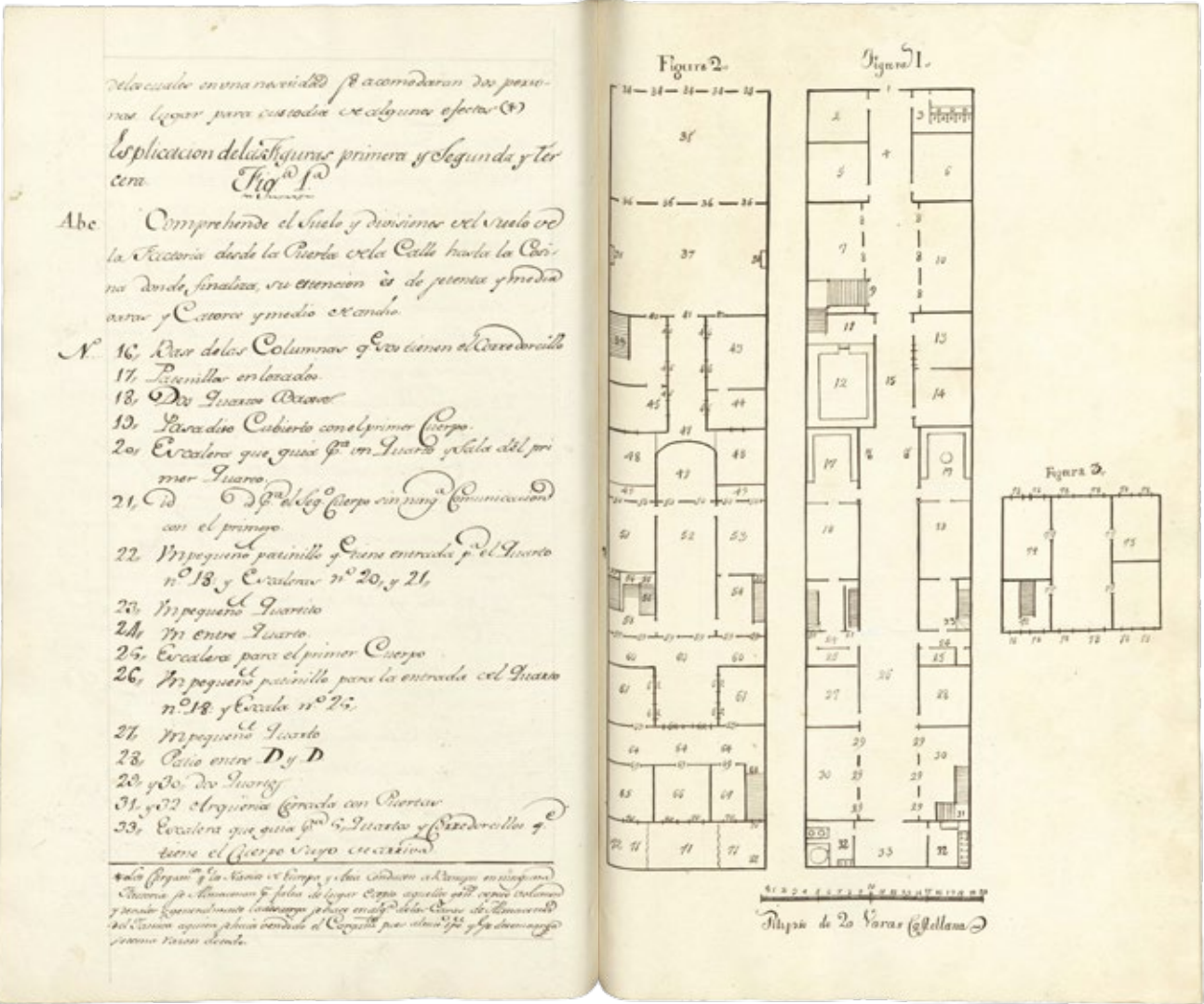


Figure 6: Plan of the Spanish Factory in 1789 (Untzi Museoa-Museo Naval, Fondo Manuel de Agote, Diary R631, p. 95) <http://untzimuseoa.eus/es/colecciones/fondo-manuel-de-agote> [accessed 2016.01.21].

HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY

flames, they were still subject to smoke damage. Once the smell of smoke permeated these commodities they would have been very difficult to sell.

BUILDING NO. 4

Firm/ building name	Owner/ Manager	From	To
Gong Hang	Gong Hang	1760	1771
Yuyuan Hang	Kousia (Zhang Tianqiu)	1772	1780
n/a	n/a	1780	1789
French factory, Jiu Gong Hang	n/a	1789	1822

No. 4 may have been one of the new buildings constructed in 1760.⁷⁷ A painting from 1769 shows the name Gong Hang (in reverse order) written above the front door, and we know that that organisation began in 1760. The front of the building in that painting appears to be under construction, and the front windows have not yet been installed. They were apparently adding new rooms to the factory, which are completed in the Hume painting.⁷⁸

No. 4 was used as a warehouse for the Cohong. In the late 1760s, there was a severe shortage of apartments for rent in the foreign quarter which led to more rooms being added. In September 1769, the Cohong was ordered by the governor general to make room in their building to house a foreign captain who could not find accommodation. This reference is very likely talking about no. 4.⁷⁹

In February 1771, the Cohong was disbanded, and the building was sold to Kousia (Zhang Tianqiu张天球, also known as Kewshaw) of the Yuyuan Hang 裕源行. Kousia also owned the Baoshun Hang 宝顺行 (no. 9 below), but he seems to have done most of his trade out of the Yuyuan Hang. Kousia often traded in partnership with Shy Kinqa (Shi Mengjing 石梦鲸, of no. 13).⁸⁰

As the Hume painting shows, in the spring (off-season) of 1772, no. 4 was given a new façade. The second-floor terrace or balcony was also enclosed with a new roof. Earlier paintings do not show these additions.⁸¹

These changes were probably done by Kousia after he purchased the building from the Cohong. They may have just been completed at the time of the Hume painting, because it does not show the lanterns of the Yuyuan Hang in the front. In a later painting that is believed to represent late 1772 or early 1773—a couple of months after the Hume scroll—the Yuyuan Hang lanterns are shown.⁸² We know this painting is chronologically after the Hume scroll because it shows a rebuilt no. 15. That painting is also before the 1773 season, because the building to the left of no. 1 has not yet been rebuilt with a second storey which is believed to have been done in the spring of that year. Thus, the Hume scroll and this other painting would have to fall within the same year, but a couple of months apart.

By 1779, the Yuyuan Hang was bankrupt, and Kousia was exiled to Ili along with his neighbor Ingsia (owner of no. 5). The Zhang properties were sold and the proceeds were applied to the arrears. It is unclear who purchased no. 4 after Kousia failed. A panorama of Canton in the British Library which has recently been dated to 1782 shows a new set of lanterns hanging in the front of no. 4. The characters on the lanterns are not legible, but it is clear that they are not those of the Yuyuan Hang or Gong Hang.⁸³ Another merchant must have purchased the building.

Private foreign traders continued to rent apartments in no. 4 from time to time. In 1782, an additional blind seems to have been added to the openings in the upper level balcony. The basic structure of the building, however, remained essentially the same from the late 1760s to 1788.⁸⁴ In the latter year, or at some point before, the French moved from no. 7 to no. 4. In early 1789, they gave no. 4 a new façade.

From 1789 to the fire of 1822, foreigners called no. 4 the French factory. The Chinese name, however, changed back to ‘Cohong’ but with the adjective ‘Old’ added to the front (Jiu Gong Hang 旧公行). The French occupied this building up to and including 1792, but then abandoned the trade. The French flag briefly returned to no. 4 in 1803 and 1804, but that flag was then absent from the quay until December 1832.⁸⁵ After the French moved out, private traders occupied no. 4 again.

In 1799, the Americans rented no. 4 and raised their flag in front, for the first time. They had probably rented apartments in this building in previous years, but 1799 and possibly early 1800 were the only times

that the American flag was displayed in front. In later years, the building continued to be called the French factory by foreigners and the Old Cohong by Chinese, up to the fire of 1822.⁸⁶

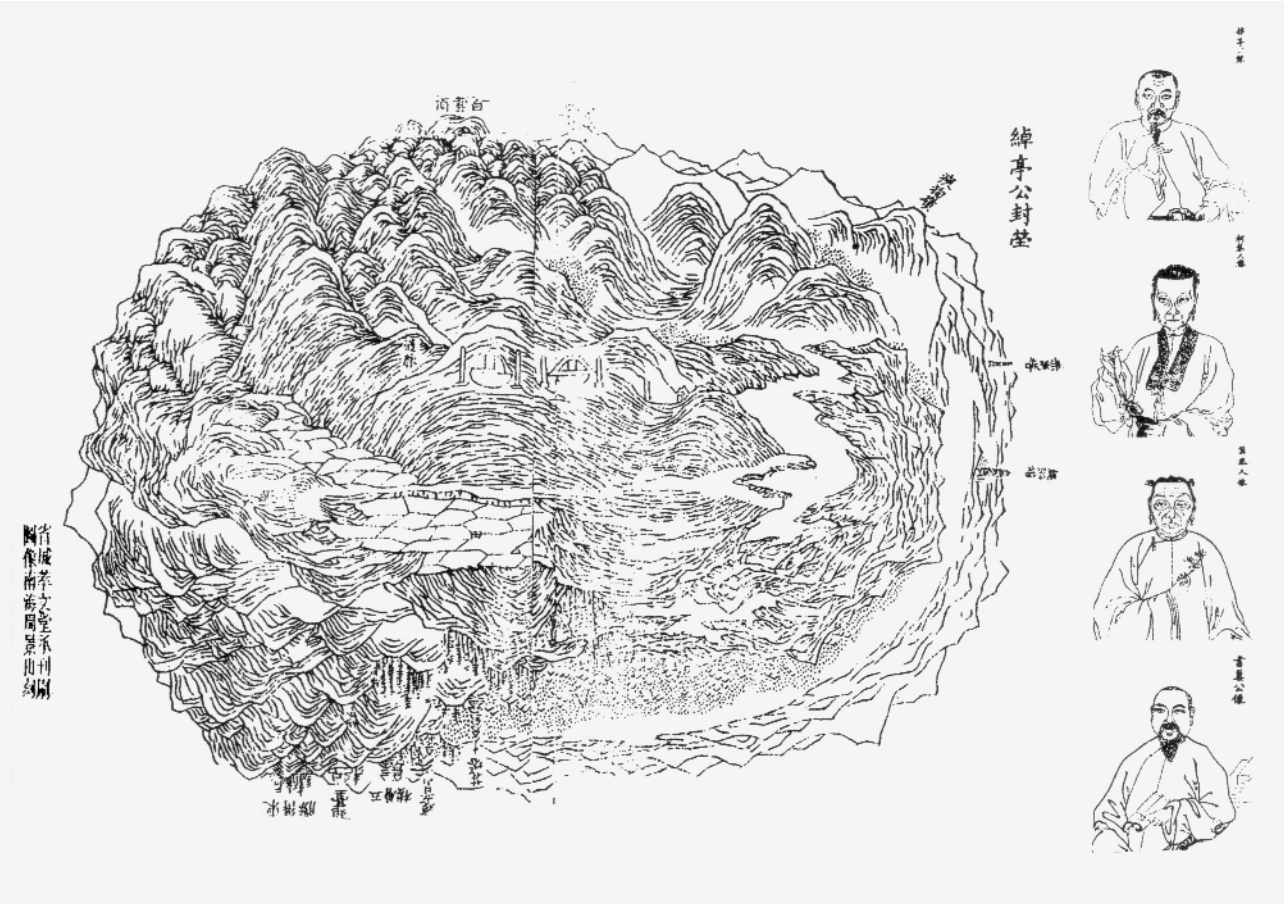
BUILDING NO. 5

Firm/ building name	Owner/ Manager	From	To
Taihe Hang	Texia, Swetia and Ingsia (Yan Ruishe, Yan Deshe and Yan Yingshe)	n/a	1779
n/a	n/a	1780	ca. 1790s
Dongsheng Hang	Chunqua (Liu Dezhang)	ca. 1790s	1822

If we look closely at the Hume painting, we can see the characters Taihe 泰和 on the lanterns hanging in front of no. 5.⁸⁷ The Taihe Hang 泰和行 was owned by the famous Yan family. Texia (Yan Deshe 颜德舍, top sketch in Figure 7) founded the firm in 1734. His eldest son Swetia (bottom sketch in Figure 7) took over the firm in 1751, after his father died. Swetia died in 1763, and then his brother Ingsia (Yan Yingshe, also spelled Yngshaw) succeeded him.

At the time of the Hume painting, Ingsia was running the Taihe Hang. On 11 December 1772, he led a funeral procession up to the White Cloud Mountains north of Canton in honour of reburying his father. There were about 15,000 people in the procession, with 1,000 palanquins. The Dutch mentioned that the funeral cost Ingsia upwards of 10,000 taels. Figure 7 shows a drawing of Texia (top), his two wives (centre),

Figure 7: Yan Family Gravesite White Cloud Mountains (Yan shi jia pu 颜氏家谱).



HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY

Swetia (bottom) and the family gravesite. This event marked the height of the Yan family trade and influence in Canton.⁸⁸

In addition to owning a factory to conduct business, most of the prominent Hong merchants owned an estate where their children and womenfolk stayed. These places were often referred to by foreigners as their ‘women’s house’. Figure 8 shows the Yan family memorial hall which was probably located near their women’s house. Unfortunately, the building was consumed in the fire of 1822 and, as far as I know, was never rebuilt.

Besides the foreign trade, the Yan family was also deeply involved in the junk trade to Southeast Asia. One of the family members, Hongsia (Yan Xiangshe 颜享舍), was a prominent financier of the Canton junks. He helped to finance about half of the 30 or 40 junks that were dispatched each year. Another Yan,

Lipsia (Yan Lishe 颜立舍), was captain of the Junk *Eckthay* (*Yitai* 益泰) which Hongsia sponsored and which sailed from Canton to Batavia each year in the late 1760s (Figure 9). Hongsia worked very closely with his relatives in the Taihe Hang and helped in the foreign trade on occasion as well. Even though he was technically part of the Bengang Hang (junk trade) and not a member of the Waiyang Hang (foreign trade), he communicated directly with foreigners in Canton and conducted some trade with them.⁸⁹

In the late 1770s, the Taihe Hang suffered considerable setbacks until it eventually failed in 1779. Shortly thereafter Ingsia was exiled to Ili as punishment for his debts. As far as the records reveal, he seems to have spent the remaining twelve years of his life cutting grass for the emperor’s horses.⁹⁰ His younger brother Limsia (Yan Linshe 颜林舍) continued trading, for a couple years thereafter, but then also failed.



Figure 9: Canton Junk *Eckthay* (*Yitai*) (courtesy of Uppsala Auktions).

Today, the Yans are almost completely forgotten. All that remains is an ally named after them, called the Yanjia Xiang 颜家巷 (Figure 10). In the mid-18th century, however, they were one of the most wealthy and influential families in the city.⁹¹

At some point after 1779, no. 5 was sold to pay the duties that Ingsia owed to the emperor. It is unclear who purchased the building in the early 1780s. A painting from 1782 shows lanterns in front of the building. It is obvious that the characters on them are not Taihe, but they are not clear enough to make out.⁹²

Chunqua (Liu Dezhang 刘德章 of the Dongsheng Hang 东生行) later bought no. 5. As Figure 11 shows, he was also known as Liu Dongsheng 刘东生. He occupied no. 5 up to the fire of 1822. Chunqua became a Hong merchant sometime around 1792 so he may have purchased the building after that appointment.⁹³

BUILDING NO. 6

Firm/ building name	Owner/ Manager	From	To
n/a	n/a	n/a	ca. 1790s
Yanzichao	Chunqua (Liu Dongsheng)	ca. 1790s	1822

I do not have any textual references to no. 6 from the 18th century. Almost everything we know about that building comes from paintings. The Hume scroll shows a two-storied block that appears to be attached at the rear to a long shorter building, which forms the west side of China Street. This long structure is where the shops were located. An earlier view of the factories from the mid-1760s, and other paintings from around this same year, agree with this arrangement.⁹⁴

Figure 10: Yanjia Xiang 颜家巷. Photo by author.



Figure 8: Yan Family Memorial Hall (*Yan shi jia pu*).



HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY

Other paintings from this period, however, show no. 6 as a series of five or six two-storeyed inter-connected blocks, running from the front all the way to Thirteen Hong Street at the rear. They show the shops in China Street butting up to the side of these blocks, rather than being part of them.⁹⁵ Most of the paintings show a similar façade, doors and windows on no. 6, and agree that it was a two-storeyed structure, but the rear sections might differ. At some point after 1774 and before 1778, no. 6 was rebuilt, with a new façade and windows on the second level. A second two-storeyed block was added at the rear that ran up to the entrance of China Street. A door with windows on each side was added to the east side of the building.⁹⁶

If we compare all of the paintings from this period, what seems to have been the case is that the rear blocks of no. 6, were actually not connected to the front part of that building. Those rear blocks appear to have been used as shops. If this was the case, then no. 6 may have been only one or two blocks in depth.⁹⁷

By the early 1820s, and possibly much earlier, this building was owned by Chunqua (Liu Dongsheng, Figure 11). It was called the Yanzichao 燕子巢. As mentioned above, Chunqua also owned no. 5. He may have purchased no. 6 sometime after 1792, when he was appointed Hong merchant. In 1821, a bell tower was added in front, which seems to have been intended as a fire alarm.⁹⁸

CHINA STREET

Name	From	To
China Street (Jingyuan Jie), New Street (Xin Jie), Porcelain Street	1760	1822

As Van Dyke and Mok have recently shown, China Street was created in 1760. Previous to that study, it was commonly believed that the avenue was always there. After its creation, it was called by several names, including China Street, Porcelain Street and New Street. The first two names came from the chinaware dealers being moved there in 1760. Prior to that year they had been located on an east-west street a couple of blocks north of the quay. Some of the dealers were also located on Thirteen Hong Street.⁹⁹

In Chinese, China Street was usually called Jingyuan Jie 靖远街 or Xin Jie 新街 (New Street), but Jingyuan Jie and Qingyuan Jie 清远街 also appear in Chinese sources. Because Thirteen Hong Street was sometimes called China Street, after Jingyuan Jie was created in 1760, the former street became known as Old China Street. After the fire of 1822, a new north south street was added between buildings nos. 1 and 3 (see no. 2 above). That avenue was called New China Street, and Jingyuan Jie then became Old China Street. Thirteen Hong Street continued to be called Thirteen

Figure 11: Chunqua (Liu Dongsheng).
Courtesy of Martyn Gregory Gallery, London.



Hong Street and was no longer referred to as Old China Street. These name changes can be confusing, but they are explained in Van Dyke and Mok.¹⁰⁰

The walkway in front of the factories was also added in 1760. Although it is not clear in the Hume painting, the walkway was in fact a wooden platform that was built on piles. If we look closely, we can see the wooden planks lining the face of the platform down to the water. If those planks were removed, we would be able to see the piles underneath. Prior to 1760, foreigners entered their factories from their boats, which ran right up to the front door. Earth was added several years after the Hume scroll was painted and then the wooden platforms were removed.¹⁰¹

BUILDING NO. 7

Firm/ building name	Owner/ Manager	From	To
Guangyuan Hang	Consentia Giqua and son Tiauqua (Ye Yiguan and Ye Chaoguan)	n/a	1775
	n/a	1775	1800
American factory, Huaqi Hang	American investors	1801	1822

No. 7 was the Guangyuan Hang 广源行 which was founded by Consentia Giqua (Ye Yiguan 叶义官). Giqua traded in Canton from 1729 to his death in April 1765. The name Guangyuan, however, does not begin to appear in the records until the early 1750s. It is unclear when Giqua moved into no. 7. After his death, his son Tiauqua (Ye Chaoguan 叶朝官) took over the firm until he died insolvent in 1775. The business was closed, but the building retained its name. It was probably rented out to private traders after that.¹⁰²

In 1782, the French took over no. 7. At some point between 1786 and 1788 they moved from there to no. 4, and then no. 7 was again rented out to private traders, including Americans. In early 1792, the building was given a new façade that resembled the French factory.¹⁰³

In early 1800, the Americans made a special arrangement with the landlord to raze no. 7, and construct an entirely new factory from the ground up. The construction was paid for by American investors, including Consul Samuel Snow. They ran the building like a hotel, and rented out apartments to other Americans and whoever needed accommodation. On 2 January 1801, Consul Snow raised the American flag in front of the building for the first time. From this time, up to the fire of 1822, foreigners referred to the building as the American factory. Chinese continued to call it the Guangyuan Hang or the Flowery Flag factory (Huaqi Hang 花旗行, after the colours of the American flag).

In August of 1807, the Hong merchants Mowqua and Conseequa took possession of no. 7, and its six blocks, as collateral for the \$30,000 that the American firm Snow and Munro owed them.¹⁰⁴ The two Hong merchants intended to retain possession of the factory until the debt was paid. I have not found a follow-up document to this affair, but apparently the debt was in some way settled, because Americans continued to occupy this building up to the fire of 1822.

In 1821, no. 7 was given another face lift, with a new appearance, similar to the French style, which was destroyed in the fire the following year.¹⁰⁵

BUILDING NO. 8

Firm/ building name	Owner/ Manager	From	To
n/a	n/a	n/a	early 1800s
Wanyuan Hang	Fatqua (Li Xiefa)	early 1800s	1822

Not much is known about the early years of no. 8. Chinese merchants operated out of this building from at least the 1760s onward. As we can see from the Hume painting, no. 8 was a very narrow single-storeyed building. In late 1788 or early 1789, it was given a second storey.¹⁰⁶ The new upper storey had one large rectangular opening. Around 1806, the large upper window was divided into two smaller windows. It retained this appearance up to the fire of 1822.¹⁰⁷

Fatqua (Li Xiefa 李协发) of the Wanyuan Hang 万源行 purchased the building sometime in

HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY

the early 1800s (maybe when the new façade was added in 1806?). He became a Hong merchant in 1809. Unfortunately, we do not know the name of the building before Fatqua owned it. He died in April 1822 and then his son (Fatqua II) took over the business. Both Fatqua I and II were plagued with debts, but the latter man continued to be involved in the trade after the fire of 1822, until he finally failed in 1835.¹⁰⁸

BUILDING NO. 9

Firm/ building name	Owner/ Manager	From	To
Baoshun Hang	Foutia and Kousia (Zhang Foutia and Zhang Tianqiu)	ca. 1752	1779
	n/a	1780	1822

No. 9 was owned by the Hong merchants Foutia (Zhang Foutia 张富舍) and brother Kousia (Zhang Tianqiu. The name of the building was the Baoshun Hang. From 1772 to 1779, the Zhangs also owned no. 4. It is unclear which building they lived in themselves. In 1752/53, for example, Foutia (also spelled Foqua) conducted his trade with the Swedes out of the Baoshun Hang, which suggests he might have been living in that building at the time.¹⁰⁹ Later entries, however, show him and Kousia trading out of the Yuyuan Hang (no. 4).¹¹⁰ Foutia died in early 1761 and then Kousia took over the business. As noted above, Kousia often traded with Shy Kinqua (no. 13).

On the evening of 7 February 1773, a fire broke out in no. 9, which threatened the French, Swedish and two British factories. The fire burned for ten-and-a-half hours and completely consumed the Baoshun Hang, no. 13 and many of the shops in Hog Lane before it was finally brought under control. The French and Swedish factories also caught fire, but they were saved.¹¹¹ Kousia apparently reconstructed the building using the same plan as before, which probably accounts for there being no noticeable difference with later paintings.

Kousia failed in 1779, his properties were confiscated, and he was exiled to Ili. It is unknown who purchased no. 9 thereafter, but it kept the name Baoshun Hang up until the fire of 1822.¹¹²

BUILDING NO. 10

Firm/ building name	Owner/ Manager	From	To
French factory, Folanxi Hang	Tan Tinqu	1750	1782
Imperial factory, Shuangying or Maying Hang	n/a	1782	1822

No. 10 was owned by the Hong merchant Tan Tinqu. In the early 18th century, there were at least three Hong merchants who went by this name, so it is not always clear which one it refers to. The two most likely candidates are Chen Dengguan 陈澄观 (d. 1775) or Chen Zhenguan 陈镇官 (d. 1770), but in the early 1730s, two other merchants named Tinqu appear in the records, Chen Tengguan 陈腾观 and Chen Tingguan 陈汀官.¹¹³ Unfortunately, the name Tinqu is used so often in the foreign records, without clear distinctions as to which man was being referred to, that for many of these entries it is impossible to distinguish them.

In 1773, the French officers mentioned that they had been renting no. 10 from Tinqu (spelled Tinkoa) since 1750.¹¹⁴ They continued to rent it up to 1782. During this time the building was called the French factory. In Chinese, it was referred to as the Folanxi Hang 佛兰西行 (Folanxi being a common term used for the French at that time).¹¹⁵

On 5 November 1760 at 7 p.m., a fire broke out in the foreign quarter. The Dutch mentioned that the French factory was in great danger. The Europeans rushed to the sites with their fire engines. The Dutch did not take any chances and removed all their records and money from their factory, and sent the remainder of their crew to help the French fight the flames. By 10 p.m. the fire was extinguished.¹¹⁶ There is no mention of the damage caused by this incident. At some point before or after the event, no. 10 was given a new façade. It was the first building on the quay to take on a distinctly foreign appearance.¹¹⁷

In 1767, more westernising was done to the face of no. 10 including a balustrade added to the second floor.¹¹⁸ It became the prototype that was copied on other buildings. By 1800, many of the factories on the quay adopted a similar appearance. In the late 1770s and early 1780s, the French officers were suffering from

a severe shortage of capital. In order to reduce their costs, they sub-let part of the factory to the Imperial Company.¹¹⁹ From 1779 to September 1782, there were two flagstuffs and flags displayed in front of this building, French and Imperial.

Around October 1782, the French moved out of no. 10 and rented no. 7 instead. The Imperial Company then took over no. 10.¹²⁰ The French flagstaff and flag were of course also moved at this time leaving only one flagstaff in front of no. 10. For a couple of years, no. 10 was called both the Old French factory and the Imperial factory. The Imperial Company had a flag with a double-headed eagle so the building became known in Chinese as the Shuangying Hang 双鹰行 or Maying Hang 孖鹰行 (both referring to two eagles).

By early 1786, the Imperial Company was broke and the Hoppo ordered those officers to cease trading under that name and to remove the flag from the quay. For a good part of 1786 and 1787, the front part of no. 10 remained empty, but some of the rear apartments were rented to Americans. Because there was a severe draught in these years causing the price of rice to raise, local Mandarins set up a distribution centre in the front of no. 10 where rice was handed out to the poor. In 1788, the Prussian Company took over the building. It was rumored that the Prussian flag was going to be raised in front of no. 10 that year. That may have been the only year the Prussian flag was raised, because it does not appear in later paintings—despite a continual presence of Prussian agents in Canton.¹²¹

Even though Imperial ships ceased their voyages to China in later years, the building continued to be called the Imperial factory or Shuangying and Maying Hang in Chinese, up to the fire of 1822.

BUILDING NO. 11

Firm/ building name	Owner/ Manager	From	To
Swedish factory, Rui Hang, Ruihe Hang or Xiuhe Hang	Tan Suqua and Chetqua (Chen Shouguan and Chen Jieguan)	ca. 1752	late-1770s
	Poankeequa II (Pan Youdu)	1804 and maybe before	1804 and maybe after

It is unclear when the Swedes began renting no. 11. They were trading in Canton since 1732, but in the early years they lived in different buildings. A Swedish map from 1748, for example, shows them having a separate factory for each of their two ships. They rented out the front apartments in no. 12 and also had a building on the other side of the creek east of the quay.¹²² In 1751, Pehr Osbeck mentioned that it was common to have a separate factory for each ship, but the Swedes rented one factory that year for their two ships. Unfortunately, Osbeck did not elaborate as to which building it was.¹²³

We know that the Swedes rented a building from Suqua (Chen Shouguan 陈寿观) in 1752, and again from 1754 to 1757. In 1752, the Swedish ship *Hoppet* laid over in China an entire year, because there was not enough cargo available in Canton to load it.¹²⁴ Consequently, the Swedes stayed in the same building from August 1752 to December 1753. They referred to the building as the ‘Sackhå hang’, which was probably a corruption of the Cantonese pronunciation.¹²⁵

In January 1758, the Dutch mentioned that the Swedes were living in the building named Sjeew Hoo (Cantonese for Ruihe 瑞和), which was situated next to the French factory.¹²⁶ Thus, what seems to have happened is that from about 1752 to 1805 the Swedes rented no. 11. They had the same landlord from that year forward, and we know that the building was located next to the French factory (no. 10). From the mid-18th century forward, no. 11 was known as the Swedish factory by foreigners and transliterated to Sjeew Hoo (Ruihe) by Chinese. Davis mentioned that the name Xiuhe Hang 修和行 was also used, which in Cantonese is about the same pronunciation as Ruihe Hang 瑞和行.¹²⁷

Suqua died in March 1760, and then his son Chetqua (Chen Jieguan 陈捷官) took over the Guangshun Hang 广顺行, which was located east of the quay. The Swedes continued to rent no. 11 from Chetqua up to at least 1769. In 1768 and 1769, the building was renovated and given the façade that appears in the Hume scroll. The Swedes also emulated the French style. They had installed a triangular pediment above the front door, like the one above the door on no. 10, but for some reason it was replaced with a half-moon shaped header in early 1772.¹²⁸

HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY

We have no information about the owners of no. 11 from 1770 to 1803. The Guangshun Hang (Suqua and Chetqua’s firm) went broke in 1778 and their properties were confiscated and sold.¹²⁹ In 1804, the Swedes paid rent to Poankeequa II so at some point before then the Pan merchants purchased the building.¹³⁰

Even though the Swedish East India Company (SOIC) sent no more ships to China after 1805, the Swedes continued to go to Canton almost every year up to at least 1829. There were a few private Swedish ships that arrived in the 1810s, but for the most part, the Swedes seemed to have run no. 11 more like a hotel at that time, renting apartments out to whomsoever needed one. And they conducted private trade on the side.¹³¹

BUILDING NO. 12

Firm/ building name	Owner/ Manager	From	To
Longshun Hang, Old English factory	Tan Tinqua (Chen Zhenguan)	1720s	1770
	Poankeequa II (Pan Youdu)	n/a	1810
	EIC, but nominally owned by Conseequa (Pan Changyao)	1810	1822

Beginning sometime in the mid-18th century, no. 12 became known as the Old English factory. In Cantonese it was called the Lunsoon Hong 隆顺行 (also spelled Longhing Hong). In Mandarin it was called the Longshun Hang, and was owned by the Hong merchant Tan Tinqua (Chen Zhenguan, the same man discussed in no. 10 above). It is uncertain when the British began renting this building. We know for certain that they occupied it from 1755 onwards. There are references, however, showing the EIC renting a factory from a landlord named ‘Tinqua’ as far back as 1724.¹³²

There is no doubt that Chen Zhenguan owned the Longshun Hang, because we have numerous references to this from the 1740s to the 1750s in

Chinese.¹³³ There is one reference in the EIC records, however, that suggests Ton Suqua (Chen Shouguan) was the owner of no. 12. In 1755, the British officers wrote, ‘Agreed with Ton Suqua for Long-hing Hong for our Factory 800 Tales’.¹³⁴

As references above and below show, the Long-hing Hong was indeed the Longshun Hang. We know that the EIC rented a building from Suqua and his son Chetqua off and on from at least 1721 to the early 1760s. In the latter years, however, we discover that the building they rented was the Poho Hong (no. 14). Suqua and Chetqua owned several properties, but as far as we know, no. 12 was not one of them. If the reference above is correct, then half-a-dozen other contemporary references to Tan Tinqua owning no. 12 are mistakes. Perhaps what happened was the writer of the entry got the two factories mixed up and wrote Long-hing when it should have been Poho. Whatever the case may have been, that entry appears to be an anomaly so I have disregarded it.

Chen Zhenguan often went by the name ‘Tan Tinqua alias Jeangrie’ or ‘Tinqua Jeangrie’ (with various spellings). This name appears in the foreign records as far back as 1724. A contract from the year 1744/1745 shows his name in Chinese, and we know that he was trading long before he signed that document.¹³⁵ Thus, it is plausible that the British were renting a building from him many years before 1755.¹³⁶

For most of the years from 1720 to the end of the EIC’s China voyages in 1833, the British rented at least two buildings. In the early 18th century, however, they did not necessarily rent the same buildings each year. In some years before 1750, they rented the building known as the ‘French factory’. In 1759, they also rented the ‘Dutch factory’ (see no. 16 below). The Chinese names of their buildings that appear in the EIC records include Tising Hong (1738), Chunghou Hong (1740), Hongying Hong (1742), Capfong Hong (1750), Kemfong Hong (1750), Longhing Hong (1755), and Yeeho Hong (1756, 1759, 1760).¹³⁷ As mentioned above, the Longhing Hong was no. 12, and as mentioned below, the Yeeho Hong was no. 17. The other names have not been identified.

From about 1761 onward, the British had settled into building nos. 12 and 14. Number 12 was where the ships’ people stayed when they were

in Canton and no. 14 was where the supercargos and their assistants lived. The EIC continued to occupy these factories up to the fire of 1822. There is some evidence to suggest that the British may have raised their flag in front of no. 12 in the early years (which means the supercargos would have lived there at that time). By the late 1760s, however, the flag always appears in paintings in front of no. 14 (see nos. 14 and 17 below for further discussion).¹³⁸

Chen Zhenguan (Tan Tinqua) died in 1770, and, as far as we know, his firm did not continue.¹³⁹ The Old British factory, however, continued to be called the Longshun Hang up to the fire of 1822. It is unknown who owned the building in 1772, when the Hume scroll was painted.

In January 1772, a fire broke out in no. 13, and the flames spread to one of the EIC factories. The references do not tell us exactly which British factory was damaged, but circumstantial evidence suggests that it might have been no. 12. According to the factory paintings, no. 12 was given its new façade in early 1772 (as appears in the Hume scroll), and fire damage would have been a good reason to undertake those changes. Before 1772, no. 12 looked very much like no. 13.¹⁴⁰

It is interesting to note that no. 12 also adopted the French appearance. At this time, foreigners were usually paying for at least part of their renovations which gave them the freedom to make changes that they desired. If the British did not want a French façade they could have requested something different, which suggests that this may have been their choice. In 1815, for example, they rebuilt no. 12 from the ground up and gave it a very elaborate Palladian façade.¹⁴¹

Although the records are not explicit, the fact that the British tore down and rebuilt no. 12 from the ground up in 1815, strongly suggests that they were now the ‘unofficial’ owners of the building. As is discussed below in no. 14, circumstantial evidence suggests that the EIC took over ownership of no. 12 from Poankeequa II. If this assumption is correct, then at some point before 1810 Poankeequa purchased no. 12. He may have taken it over after Tinqua died. In 1810, the ownership of the building was then ‘nominally’ transferred to Conseequa, but in reality was owned by the EIC (see no. 14 below for further discussion).

BUILDING NO. 13

Firm/ building name	Owner/ Manager	From	To
Ziyuan Hang	Beaukeequa (Li Kaiguan)	1748	1758
	n/a	1758	ca. early 1770s
Ziyuan Hang, Moors factory	Shy Kinqa (Shi Mengjing)	ca. early 1770s	1780s
Moors factory, Parsee factory, Chow Chow factory, Fengtai Hang	Sinqa and Iqua (Wu and Wu Zhaoping)	1780s	1790
	n/a	1790	1822

The early history of no. 13 is unknown, but from at least 1748, the Hong merchant Beaukeequa occupied this building.¹⁴² The name of his business was the Ziyuan Hang 资元行. Beaukeequa was in fact involved in the foreign trade much earlier. He shows up in the foreign records as a Hong merchant from 1726 to 1734. In the latter year, he left Canton and returned to his home in Quanzhou. The reasons for his departure are unclear—he seems to have fallen out of favour with the local authorities—but the particulars are ambiguous.¹⁴³

From 1734 to 1747 there are no clear references showing Beaukeequa being active in the trade at Canton. He owned a pawnshop in Quanzhou which seems to have kept him busy during this time. When he returned to Canton around 1748, he purchased no. 13, and entered into the foreign trade again. As mentioned above, he also owned the Danish factory from 1752 to 1758. The reasons for his move back to Canton are just as vague as the reasons for his departure in 1734, but he clearly had substantial credit and capital when he made his re-entry. I have no information about no. 13 before 1748.¹⁴⁴

Beaukeequa quickly emerged as one of the top six Hong merchants in Canton which distinction he held until his death in September 1758. Shortly after he died it was discovered that he had accumulated a substantial debt, and was behind in his state taxes. His

HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY

poor financial status was probably owing—at least partially—to the huge decline in the trade in these years which went steadily downwards from 27 ships in 1754 to 7 ships in 1757.¹⁴⁵ After his death, his properties were seized by the government and sold to pay the arrears.¹⁴⁶ Unfortunately, I have no specific references to no. 13 at that time so it is unclear who owned the building after Beaukeequa.¹⁴⁷

At the time of the Hume scroll, the merchant Shy Kinqa (Shi Mengjing) owned no. 13. The name of his business was the Eryi Hang 而益行, but the building continued to be called the Ziyuan Hang. As late as 1781, a Chinese document shows the building being called Ziyuan yi guan 资元夷馆 (Ziyuan foreign factory).¹⁴⁸ In 1773, the Dutch referred to the building as being both a Chinese hong (a place where a Chinese merchant lived) and the Moors factory (a place where the Muslim traders from India resided).¹⁴⁹ It retained the name Moors factory into the early 19th century (see below). Muslim traders had been active in the trade at Canton since the late 17th century, and continued to be involved in the trade into the 19th century.¹⁵⁰ No. 13 seems to have been their residence of choice.

Shy Kinqa did not become a Hong merchant until 1778, but he was already trading with foreigners before then in partnership with Kousia (see no. 9 above). In 1765, the Dutch mentioned that Shy Kinqa was a cousin to the Yan family merchants so he had a couple of different ways to become involved in the trade without having a Hong merchant license.¹⁵¹ He sold tea to the EIC as far back as 1761. The exact year when he took possession of no. 13 is unknown, but we know that he was living in the building at the time of the fire on 22 January 1772 (see no. 12 above).¹⁵² He may have moved there several years earlier.¹⁵³

On 7 February 1773, another fire broke out in no. 13 and this time it ‘was entirely consumed’. Shy Kinqa had provided accommodation for some inland merchants at the time so they may have suffered loss as well. Besides no. 13, about 430 houses were consumed in the flames so it was not a localised fire, but spread throughout a good part of the vicinity including some of the shops in Hog Lane.¹⁵⁴

Shy Kinqa rebuilt the factory in the spring (off-season) of 1773. He seems to have used the same design as before because the building looks similar to the previous one in paintings. The half-roof on the second-floor balcony was also rebuilt, but seems to have been

removed in 1779, because it does not appear that year or in later paintings.¹⁵⁵

Shy Kinqa died in mid-September 1790, and then his son Gonqua (Shi Zhonghe 石中和) took over the Eryi Hang. By 1795, Gonqua had built up a substantial debt. In order to pacify his inland creditors, he handed them the title deeds to his properties, but unfortunately there is again no specific mention of no. 13. His European creditors were unhappy with that arrangement because they wanted those properties as collateral for the money he owed them.¹⁵⁶

There is a strong possibility that Shy Kinqa may have sold no. 13 much earlier. At some point the building took on the name Fengtai Hang 丰泰行, which was the firm of Sinqa (Wu 吴) and his son Iqua (Wu Zhaoping 吴昭平). They were in business from about 1782 to 1790. Iqua was declared bankrupt in the latter year, arrested and banished to Ili as punishment for his debts.¹⁵⁷ Thus, it seems likely that Shy Kinqa may have sold 13 to the Wus while they were still trading in Canton, which would account for that building being called Fengtai Hang in later years.¹⁵⁸ Another circumstance that supports this assumption is that Iqua had become deeply indebted to Parsees from India, and we know that those persons were regularly living in this building along with the Muslim traders (see below). Sinqa also traded in opium, which some of the Parsees were smuggling into China.¹⁵⁹ Even though we do not know exactly when no. 13 was sold, we do know that it retained the name Fengtai Hang up to the fire of 1822. Parsees continued living in this building so it is also possible that they might have taken it over as collateral for the debts owed to them.

At some point around 1798 or early 1799, no. 13 was given a new façade which also adopted the French style. This was the time when there was a huge influx of private traders in Canton and no. 13 was becoming known as a place where a variety of them stayed, including Parsees, Muslims and numerous others. This was also the time when private traders were taking over some of the buildings, rebuilding them at their own expense, and running them like a hotel, such as we saw with no. 7 above.¹⁶⁰

On 21 December 1801, a fire broke out in no. 13, which the Dutch again referred to as the ‘Moorse Factory’.¹⁶¹ The fire was put out with the aid of the European fire engines. No. 13 is where the Russians (who imported themselves as a different nationality)

stayed in 1805.¹⁶² Because of the diversity of people who regularly stayed in no. 13, most of whom were from India, foreigners began calling it the Parsee and/or Chow Chow factory, which it retained up to the fire of 1822. Chow chow was a common word in use in Canton referring to something that was various, diverse, or miscellaneous, etc. The last shipment that was sent to the ships just before they left China, for example, was called the chow chow chop (*sao cang* 扫舱 in Chinese).¹⁶³ That shipment contained the personal items of the officers which included luggage, gifts, presents, furniture, paintings, and boxes of private trade goods, etc.

HOG LANE

Name	From	To
Hog Lane, (Xin) Doulan Jie	pre 1748	1822

Hog Lane (新)荳栏街 was the earliest shopping street in the foreign quarter. It is mentioned on a 1748 Swedish map so we know it already existed by that year.¹⁶⁴ It is unknown where the name Hog Lane came from, but it was renowned as a filthy place of the lowest order. In Chinese, it was called Doulan Jie 荳栏街 (bean column or bean fence street), and the origin of that name is also unknown. I have found no earlier references to this street, but it very likely had been there for decades before 1748. It was a place where foreign sailors went to eat, drink and enjoy themselves, and where they could buy knickknacks, trinkets and souvenirs. There were guards placed at both ends of the lane in order to keep the peace. As can be imagined, it was a place where many fights and brawls broke out among foreign sailors and between foreigners and Chinese.

There is evidence to show that Hog Lane was also called New Doulan Jie 新荳栏街 from at least the early 1760s onwards. There are numerous references to Doulan Jie before 1822, but only recently has references to New Doulan Jie emerged. This raises the question as to why it was sometimes called New (Xin 新). As noted above, we know that the alley existed already by 1748, and perhaps the new adjective was attached to it when it was first created. It is also possible that it might have been rebuilt in 1760 along with the establishment of the Cohong and the creation of China Street that year. Unfortunately, the answer remains ambiguous.¹⁶⁵

As mentioned in no. 13 above, there was a fire in this location on 7 February 1773. Many of the shops were damaged and had to be rebuilt. The only buildings that we can see in paintings are those that are near the entrance to Hog Lane. Some paintings show single-storeyed structures at the entrance, whereas others show one and a half stories. In the off-season (spring) of 1822, a large two-storeyed building was constructed at the entrance, which of course was destroyed in the fire.¹⁶⁶

BUILDING NO. 14

Firm/ building name	Owner/ Manager	From	To
New English factory, Baohe Hang	Chetqua (Chen Jieguan)	n/a	ca. 1768
	Poankeequa I and II (Pan Zhencheng and Pan Youdu)	ca. 1768	1810
	EIC, but nominally owned by Conseequa (Pan Changyao)	1810	1822

The Cantonese name for no. 14 was the Poho Hong, which in Mandarin was Baohe Hang 保和行. Foreigners referred to it as the New British factory. As mentioned above in no. 12, we do not know the exact year when the British took over this building. But by 1760 and up until the fire of 1822, the British occupied no. 14 every year. It was the main factory where the British supercargos lived and where all the meetings and business transactions were undertaken. It was also where the British flag was usually displayed.

Prior to 1771, there was an enclosed structure that protruded out from the face of the building towards the river. In early 1771, it was removed and an open single-width verandah was built in its place as is shown in the Hume painting. In early 1778, the verandah was widened. In 1782, trimming was added to the upper part of the lower level of the verandah.¹⁶⁷

The British officers recorded the name of their landlords only infrequently, so for many years, we do not know who they were. As is mentioned above in no. 12, Tan Suqua and his son Chetqua rented a factory to the English off and on for many years. In the early

HISTORIOGRAFIA

1760s, we find out that the building they were renting from Chetqua was no. 14. By 1768, however, they were paying rent to Poankeequa for the same building. Later entries confirm this (see below) which means that Poankeequa must have purchased no. 14 sometime before the 1768 entry.¹⁶⁸

As noted above, Poankeequa I and II also owned the Danish factory, no. 2, and later, no. 12. In 1805, the EIC tried to purchase no. 14 from Poankeequa II. However, because foreigners were ‘on paper’ forbidden to own property, he refused to sell. As noted above, foreigners did indeed own some of the buildings in Canton, even though it was contrary to Chinese law. In 1810, the British made an arrangement with him and his cousin Conseequa to purchase the building. Conseequa was indebted to the EIC, so the English officers credited Conseequa with 66,520 taels, and then Poankeequa transferred the title deed to him. Although the records are vague, the amount seems to have included both nos. 12 and 14. Poankeequa transferred the titles to Conseequa, but the EIC held the deeds to them. From this point forward, the British basically owned nos. 12 and 14 and made whatever changes they wanted to them.¹⁶⁹

In 1810, the EIC purchased no. 15 from the Armenians for 5,040 taels, and then in 1815, they rebuilt all their factories from the ground up.¹⁷⁰ No. 14 was merged together with no. 15, which reduced the number of factories on the quay to sixteen. They remained that way up to the fire of 1822.

BUILDING NO. 15

Firm/ building name	Owner/ Manager	From	To
Jiyi Hang	Semqua (Qiu Kun) and Ong Tsanqua	n/a	ca. 1772
	n/a	ca. 1772	1780s
	Armenians	1780s	1810
	EIC	1810	1815
New English factory, Baohe Hang	EIC, no. 15 was rebuilt in 1815 by the British and joined together with no. 14	1815	1822

The Cantonese name for no. 15 was the Chappgi Hong, which in Mandarin was Jiyi Hang 集义行. It was part of the Bengang Hang group, but was actually owned by one of the Hong merchants of the Waiyang Hang, Semqua (Qiu Kun 邱昆) and his partner Ong Tsanqua. They fitted-out junks there for voyages to Southeast Asia.¹⁷¹ Junks from Siam and Cochin China (Vietnam) also traded out of the Jiyi Hang.¹⁷² In November 1763, there were insufficient apartments available to rent in Canton so Semqua was ordered to make room in his building for some English private traders.¹⁷³

Semqua was also the owner of the Yifeng Hang 义丰行, which he managed with his partner Cai Hunqua (Cai Huangguan 蔡煌官). Hunqua died in 1770, and the financial status of the Yifeng Hang quickly deteriorated. By 1772, the firm was carrying a large debt. In 1774, Semqua transferred the rights of the Yifeng Hang to one of Hunqua’s sons. Semqua and Ong Tsanqua were ordered to hand over all their properties to the government so that they could be sold and the proceeds applied to the arrears.¹⁷⁴

The Hume painting shows the same front on no. 15 as it had in 1769, and probably much earlier. After this painting was made and before the trading season began in the autumn of 1773, no. 15 was given a new façade. It is doubtful that Semqua would have paid for this construction because he was suffering serious financial difficulties at that time. Thus, circumstantial evidence suggests that he may have sold the building before 1774 in order to raise funds to pay creditors, but it is unknown who purchased it.

At some point before 1794, the Armenians purchased no. 15. We know this because the prominent Armenian Mattheus Joannes died there on 10 December of that year.¹⁷⁵ As noted above in no. 14, the Armenians sold the building to the EIC in 1810 for 5,040 taels.¹⁷⁶ In 1815, the British rebuilt their factories and merged nos. 14 and 15 together into one. It remained under their control up to the fire of 1822.

After the merger of those two buildings, the Dutch factory (no. 16) took on the name Jiyi Hang. It is unclear when, how or why this happened.



BUILDING NO. 16

Firm/ building name	Owner/ Manager	From	To
Tsiwao Hang Ruifeng Hang Quanghã Hang	n/a	1734	1737
	Tan Conqua (died insolvent in 1749) and brother Xantqua	1738	1751
	Chemqua	ca. 1751	1753
	Swequa and Tjobqua (Cai Ruiguan and Cai Yuguan)	1753	1762
Dutch Factory at some point (maybe in 1815) the building took on the name Jiyi Hang	Swetia and Ingsia (Yan Ruishe and Yan Yingshe)	1763	1779
	Tsjonqua (Cai Xiangguan)	1780	1783
	Pinqua (Yang Bingguan)	1783	1791
	Locqua (Chen Junhua)	1791	1793
	Geowqua (Wu Qiaoguan), Puiqua (Wu Bingjun) and Houqua (Wu Bingjian)	1793	1822

The Dutch factory is the best documented of all the buildings on the quay. Not only do we know most of the owners, but also most of the repairs, changes and additions that were done to the building each year. In a document dated 18 February 1818, the Dutch listed all the repairs that were needed to the factory, and they mentioned that they had been renting this building since 1734.¹⁷⁷ We know that Tan Conqua and his brother Xantqua owned the building from at

least 1738 to 1751.¹⁷⁸ From the 1730s to the 1750s, the Dutch often rented two or more buildings each year, with no. 16 being one of them.¹⁷⁹

The Dutch did not record the name of their landlord every year, but we know that they rented a building from Tan Conqua and his brother in 1742 and 1743¹⁸⁰ and from 1747 to 1751.¹⁸¹ In 1747, the Dutch described Conqua as an old man who lived in an upper apartment of their factory. The Chinese name of the building at this time was said to be Tsiwao.¹⁸² In their trade report dated 22 March 1750 the Dutch mentioned that Conqua had died insolvent and that his brother Xantqua had taken over managing the factory.¹⁸³ The Dutch rented the building from Xantqua in 1750 and 1751. At some point after Conqua’s death, the name of the building was changed to the Ruifeng Hang 瑞丰行.¹⁸⁴

In 1752 and 1753, the Dutch rented the building from Chemqua. It is unclear whether this name is another spelling for Xantqua, or a different person.¹⁸⁵ In 1753, Chemqua sold the building to the Hong merchant Swequa (Cai Ruiguan 蔡瑞官).¹⁸⁶ In 1752 and 1753, the Dutch made many repairs to the building including painting and refurbishing the balcony.¹⁸⁷ This information tells us that by this time the balcony in front that appears in the Hume painting had already been added. In 1753, the Swedes in Canton mentioned that the Dutch factory was now called the Quanghã Hang, so it apparently changed names again.¹⁸⁸

Because of the uncertainty of whether or not a building might be available from one year to the next, and because the residents had to pay for all repairs and did not want others to enjoy the benefits of those improvements, the Dutch tried a couple of times to purchase no. 16. In 1744 and again in 1754, they offered 10,000 taels (ca. \$13,900 Spanish) for the building. In both cases, they were unsuccessful, because at that time government officials were still enforcing the policy that foreigners could not own buildings.¹⁸⁹ As we have seen in the discussion of building nos. 1, 7, 12, 14 and 15, by the early 19th century, Qing officials were overlooking this restriction and ‘unofficially’ allowing foreigners to purchase and build factories themselves—despite it being illegal.

The Dutch continued to live in no. 16 up to and including 1758. In 1759, Swequa rented the building to the English instead and the Dutch had to find other accommodation. The Dutch regained possession of

HISTORIOGRAPHY

HISTORIOGRAPHY

no. 16 in 1760, and then occupied it every year up to the fire of 1822.¹⁹⁰ During that time they usually only leased one factory.

In 1761, Swequa died and his brother Tjobqua (Cai Yuguan 蔡玉官) took over management of no. 16. In 1762, Tjobqua sold the building to Swetia of the Yan family (owner of building no. 5) for \$12,000 Spanish (ca. 8,640 taels). Swetia took possession of the building the following year. The Yans owned the Dutch factory until 1779, when their firm was declared bankrupt. No. 16 was then sold to the Hong merchant Tsjonqua (Cai Xiangguan 蔡相官).¹⁹¹

In 1783, Tsjonqua was on the verge of bankruptcy and was ordered by the Hoppo to sell the building to pay the duties he owed. The Hong merchant Pinqua (Yang Bingguan 杨丙官) purchased it for 16,600 taels (ca. \$23,000 Spanish).¹⁹² By April 1791, Pinqua was also suffering financial difficulties so Locqua purchased the building from him.¹⁹³ By 1793, Locqua was bankrupt and sold the building to Geowqua (Wu Qiaoguan 伍乔官).¹⁹⁴ No. 16 remained in possession of the Wu 伍 merchants (Geowqua, Puiqua and Houqua) up to the fire of 1822.¹⁹⁵

As shown in Figure 12, the Dutch continued to pay rent each year and maintained the building at their expense. There are many lists of repairs in the Dutch East India Company (VOC) archive which detail all of the changes and maintenance they did to the building.¹⁹⁶ As Van Dyke and Mok have pointed out, the Dutch added a long two-storeyed verandah in early 1774, which means the Hume scroll would definitely be dated before that year.¹⁹⁷

Although it is not usually clear in paintings, Dutch records from the late 1770s to the late 1780s show that they painted the legs of their verandah in front, white. Records from the 1760s to the 1780s show that they painted the outside of the building, Spanish green. In 1770, the Dutch also mentioned that the upper portion of the balcony was painted with a blue lime.¹⁹⁸

The Hume painting shows the legs of the balcony to be white with black supports at the bottom of each column. If one looks closely at the legs, the upper portions appear to be marble, placed on black wooden supports.¹⁹⁹ I have not been able to confirm this assumption. In 1774 the balcony was rebuilt with wooden columns and they were indeed painted white, as the records show. Thus it is possible that the white

columns that appear in the Hume scroll may have been marble. The upper portion of the balcony in the Hume painting does indeed appear to be a shade of blue, but the colour of the factory is unclear. It looks more bluish than greenish but that could be the result of aging.

We know that Houqua (Wu Bingjian 伍秉鉴) owned the Dutch factory from 1801 until the fire of 1822. He inherited it from his predecessor Puiqua (Wu Bingjun 伍秉钧), and Puiqua, in turn, inherited the building from his cousin Geowqua.²⁰⁰ Figure 12 is a rent contract with Houqua for the Dutch factory in 1805. There are many other contracts like this from Houqua up to the early 1820s.

As mentioned above, at some point before 1822, the Dutch factory took on the Chinese name Jiye Hang, which was previously the name of no. 15. This change may have happened after nos. 14 and 15 were merged together in 1815, but it is unclear.

BUILDING NO. 17

Firm/ building name	Owner/ Manager	From	To
Creek factory, Yihe Hang	Teunqua (Cai Yongjie)	n/a	1758/9
	Tan Tinqu (Chen Zhenguan) and Wonsamye	1758/9	ca. 1770
	n/a	ca. 1770	ca. early 1780s
	Pinqua (Yang Bingguan)	ca. early 1780s	1793
	n/a	1793	1822

The Yihe Hang 义和行 was part of the Bengang Hang group. The building was often referred to by foreigners as the Creek factory, because it was located next to the creek. These names (Creek and Yihe) remained the same up to the fire of 1822. Several junks were fitted-out in this building each year for voyages to Southeast Asia. In the 1760s, Namqua was the manager of this firm.²⁰¹ Three of the junks that traded out of the

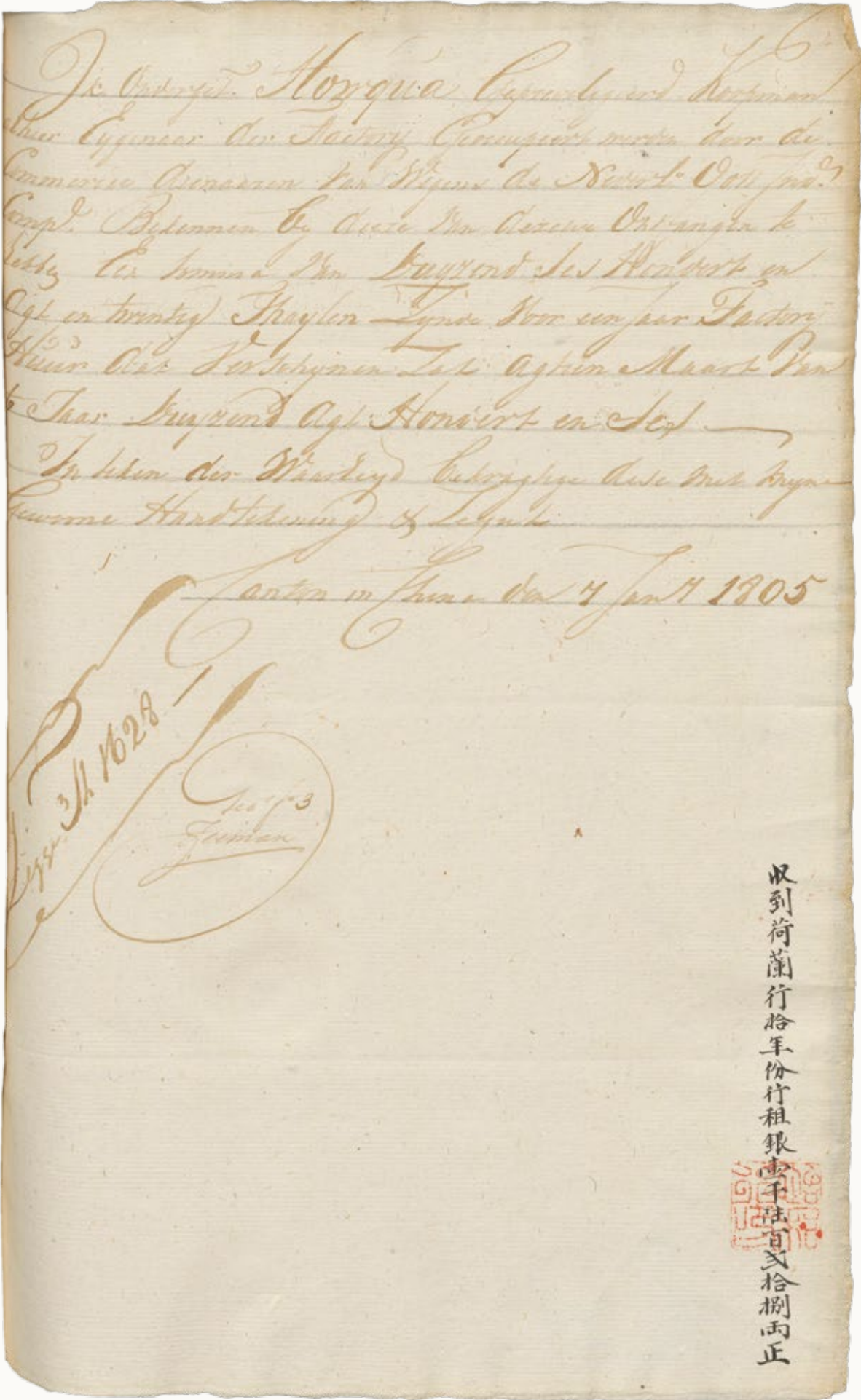


Figure 12: Rent Contract with Houqua for the Dutch factory in 1805 (NAH; RAB 141). Courtesy of Dutch National Archives.

HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY

Yihe Hang were *Hangzaychow* (*Kengzaizhou* 坑仔鵞), *Hipsching* (*Xiesheng* 协盛), and *Maantay* (*Wantai* 万泰). A merchant by the name of Hu Pingzui 胡平最 was also connected to the Yihe Hang in the 1760s.²⁰² Foreign traders regularly rented apartments in this building.

TABLE 3: JUNKS SPONSORED BY POANKEEQUA IN THE 1760S

No.	Canton Junk	Chinese	Hong Name	Chinese
1	<i>Chantongchow</i>	山东鵞	Dafeng	达丰行
2	<i>Honka</i>	黄仔	Dafeng	达丰行
3	<i>Quongjeck</i>	广亿	Dafeng	达丰行
4	<i>Quongli</i>	广利	Dafeng	达丰行
5	<i>Samkonghing</i>	三广兴	Dafeng	达丰行
6	<i>Tengfuychou</i>	钉灰鵞	Dafeng	达丰行
7	<i>Quim Contay</i>		Xieshun Gongsi	达丰行

Sources: Nordic Museum Archive, Stockholm. Godegårdsarkivet Archive F17, pp. T1_5145-7 and passim.

In 1759, the British mentioned that Teunqua (Monqua’s father and owner of the ‘second building from the left’ above) owned the Yeeho Hang. In that year, Tan Tinqu (Chen Zhenguan mentioned above) and his partner Wonsamye (an inland tea merchant) purchased the building and the proceeds from the sale were applied to the debt that Teunqua’s family owed. The EIC held the mortgage on the Yeeho Hong from 1756 to 1759 as collateral for a debt. We know that the EIC occupied part of the Yeeho Hang in 1756, 1759, and 1760, and it is likely that there were Englishmen living there in 1757 and 1758 as well.²⁰³ In references to the factories from the early 1820s, the Cantonese pronunciation of Yihe was transliterated as ‘E-wo’ or ‘E-ho’, which is essentially the same pronunciation as Yeeho.²⁰⁴

In a letter dated 19 January 1758, the Dutch mentioned that the building that was next to theirs, on the east, and between the Dutch factory and the creek, was owned by the merchant Wan Tang Ju. This entry presents a problem because this owner’s name does not match with Teunqua or any of his family members. Teunqua also shows up in the Dutch records at this time, but his name was usually spelled Thee Ongqua, Theonqua, or something similar.

In 1758, the Dutch were considering renting Wan Tang Ju’s factory (no. 17) for 1,200 Spanish dollars so he was clearly the owner. The entry also mentions that the Hong merchant Swequa had been renting an apartment in Wan Tang Ju’s building for many years. Swequa had the same last name as Teunqua, but as far as we know, the two families were not related. Around 1760, Swequa moved out of this building and into an apartment in the back of the Dutch factory (which Swequa owned at the time).²⁰⁵

There is no doubt that these Dutch entries are referring to no. 17. The entries to Yeeho in the EIC records also appear to be referring to no. 17 so how do we resolve these differences? I think Wan Tang Ju might be a reference to Wonsamye. The ‘J’ in the name is pronounced like a ‘Y’ in Dutch so it would be Wantanyu. ‘T’ and ‘S’ often look alike in the foreign records, which means Wantanyu could be Wansanyu, which is very close to Wonsamye. If any of this is true, then what might have happened is that Tan Tinqu and Wonsamye purchased the building a year earlier, but then the English did not record it until 1759. If Wan Tan Ju was indeed a different person from Wansamye, then the Yeeho entries in the EIC records could not be referring to no. 17. This outcome is plausible, but unlikely. For example, in July 1760, the EIC rented part of the Yeeho Hong from Tinqu and Wonsamye for 600 taels, which suggests that the Yeeho Hong that is referred to in earlier years was probably the same building.²⁰⁶ All of the factors seem to be too similar to be just coincidences. Until a better explanation comes forth, I am inclined to believe that the references to Yeeho in the EIC records are referring to no. 17 and that Wan Tan Ju and Wonsamye was probably different spellings for the same person.

The information that is available about the English and Dutch factories prior to 1760 is inconclusive, but suggests the following: the EIC rented nos. 16 and 17 (the Dutch factory and Yeeho Hong) in 1759 and nos.

14 and 17 (the New British Factory and Yeeho Hong) in 1760. They seem to have also rented no. 12 in these years, giving them three factories (see no. 12 above), or perhaps more correctly, two factories (nos. 12 and 14) along with some apartments in no. 17.

From 1761 onwards, the British settled permanently into no. 14 and continued to rent no. 12 as they had been doing all along. The British had rented nos. 12 and 14 before 1761, but not necessarily every year. The Dutch occupied another building in 1759—possibly no. 15.

On 10 November 1785, the Dutch mentioned that a fire broke out in the junk factory that was next to theirs. This is very likely a reference to no. 17. The fire was put out before major damage was done.²⁰⁷ In early 1790, No. 17 was given a new façade that resembled the French model. The façade remained the same up to the fire of 1822.²⁰⁸ From about the early 1780s to probably 1793, the Hong merchant Pinqua seems to have owned the Creek factory.²⁰⁹ Pinqua was declared bankrupt in 1793 and it is unclear who took it over after him. But we know that the building retained its names, Creek factory and Yihe Hang, up to the fire of 1822.

VESSELS IN THE RIVER

Besides the buildings in the Hume painting, there are a number of vessels in the picture that deserve some discussion. On the far left is the boat of the Hanlin Academy (Hanlin Yuan 翰林院). The name is on the flag overhead, on the lanterns at the stern, and on a sign board near the front entrance. Officials in this boat were responsible for organising the Imperial Exams, which were held in Guangzhou every three years. This vessel was apparently the Academy’s private pleasure boat that was used to get around Guangzhou and the vicinity.

There are several other pleasure boats shown in the painting anchored in front of the factories. The ones without lanterns, flags, or banners may have been boats for hire (such as the flower boats). Pleasure boats that were owned by Hong merchants or government officials such as the governor general and Hoppo usually had flags and/or banners displayed identifying who they were. There are two pleasure boats to the right of the painting that have flags displayed. These craft were not open to the public, but privately owned.

Pleasure boats for hire such as the Canton flower boats (*hua ting* 花艇 or *hua fang* 花舫) did not usually

display banners or flags, but rather had their name engraved above the front door. A few of these can be seen lying in the river. They catered to the wealthy Chinese and were very popular in Canton. Foreigners were forbidden to board them.

Flower boats could be hired for a couple of hours, for dinner, or for an entire evening to entertain important guests. If a local merchant wanted to land a contract for a batch of tea that one of the inland dealers had brought to Canton, or if a local Mandarin wanted to impress a visiting official from another city, they might hire a flower boat to entertain them for an evening. They could order any cuisine they wanted, whatever music they preferred, entertainment, comfort women, and virtually anything else they might desire. Figure 13 shows a gathering in a flower boat. These pleasure boats for hire played a very important role in the trade that has often been overlooked in the history books. By the early 19th century, the Canton flower boats gained the reputation of being the most beautiful boats in the world.²¹⁰

To the right of the Hanlin Academy boat are two chop boats (*da ting* 大艇 or *xi gua bian chuan* 西瓜扁船) which appear to be loaded.²¹¹ The chop boats were one of the most versatile craft in the river. Practically everything could be removed from them down to the hull. The mast served a dual purpose as yardarm, which could hoist heavy objects into the vessel. When empty, the half-circle panels were stacked on top of the owner’s cabin at the stern. The boats were loaded starting from the back (stern). As each section was completed, the panels were put in place above the cargo to protect it from the weather. When unloading, the panels were again stacked up one onto the other at the stern, and then the boat went to procure another load. In the centre of the Hume painting we see two smaller empty chop boats returning after unloading their cargo.

The smaller boats in the river were called a variety of names including sampans, egg boats, slipper boats, watermelon boats (owing to their similarity to those objects), etc. As was the case with most of the boats in the river, the owners and/or operators actually lived in the vessels. This was true with the pleasure boats, chop boats, and egg boats. Many of these operators raised their families and lived on their vessels their entire lives. The egg boats were about the cheapest transport in the river, and could be hired by Chinese to ferry people, goods, or whatever small items needed to be

HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY

moved from one place to another, Foreigners were not supposed to hire or travel in Chinese boats without permission from the local authorities, but sometimes they did anyway.²¹²

In the centre foreground of the Hume painting, we see two large ocean-going junks, with their names on the stern. The one on the left is the Mingyang 明洋 and the one on the right, the Sanguangxing 三广兴 (*Samkonghing* in Cantonese). As mentioned above, there were 30 to 40 or more junks that were based in Canton and they sailed to Southeast Asia each year. Most of them were around 250 tons capacity and could hold a cargo of 2,000 to 4,000 piculs.²¹³

There are two other junks on the far right of the painting that are anchored closer to the factories. One appears to have a green or blue head, whereas the three other junks in the river have a red head. The red head indicates that the junk was from Guangdong Province, and a green headed junk was from Fujian Province.

Many Fujian junks stopped at Canton on their way to or from Southeast Asia. They were a very common sight in the river, which is also shown in paintings. On the stern of most ocean-going junks an osprey was painted, which we can see on the rear of the Mingyang. Junks were also painted with a face in the front and an eye on each side of the bow.

Unlike western vessels, Chinese junks had no keel, but used their huge rudders to keep them going in the desired direction. Note that the junks in the Hume scroll are shown with anchor cables front and back, which of course was necessary to keep them from drifting away in the stream. Many Canton artists failed to insert the anchor cables in their paintings, but the artist of the Hume scroll paid more attention to getting everything right.

I have collected more than 100 names of junks that frequented Canton in the 18th and early 19th century, but I have not found the name Mingyang,

and so know nothing about it. *Samkonghing*, on the other hand, shows up in many of the Canton records. Although the paintings show these two junks anchored in the river, we know that the *Samkonghing* was in fact not in port at this time. From at least 1750 to 1772, that junk sailed to Cochin China and/or Batavia each year. In the years when it went to Batavia, it carried merchandise for the VOC, which is why it frequently shows up in those records. The *Samkonghing* was fitted-out in the Dafeng Hang (see Table 3), which was run by Poankeequa (owner of no. 2) and his Chen family partners. The Dafeng Hang was one of the firms in the Bengang group, and as noted above, was the firm that Poankeequa traded out of before 1760. He was also involved with the Dafeng Hang after 1760 as well.²¹⁴

Other sponsors of the *Samkonghing* include Hongsia (Yan Deshe, no. 5), Monqua (‘second building from the left’), and a merchant by the name of Ma Guohu 马国护.²¹⁵ Normally, the *Samkonghing* would have been in port at the time the Hume scroll was painted (September to November). The junks usually left Canton in February or March for their voyages to Southeast Asia, and then returned in July or August. However, 1772 was an exception. On 30 November of that year, the Swedes learned that the *Samkonghing* was lost at sea. They had been investing in this junk so they had an interest in keeping track of its movements each year.²¹⁶ Thus, at the time of drawing the Hume scroll, the artist would not have been aware that the *Samkonghing* was lost at sea and so painted the name on the stern as it would normally have appeared. In the past, we have thought that the names of junks on paintings were just randomly inserted without reference to reality. We know now that many of these vessels actually existed at the time they were painted.²¹⁸

Art enthusiasts and scholars have been enjoying, examining and explaining these factory paintings for more than one hundred years. The content of those conversations, however, have been largely restricted to the foreigners depicted in the scenes (according to the flags), the local river-borne environment as represented by the vessels in the river, and/or the methods and materials used to paint them. Because the artists rarely signed any of these paintings, nothing more could be done than to discuss the vantage points and techniques that the artists used, and to speculate why they chose this or that medium or included this or that object. Owing to a lack of information about the foreign quarter, it was not possible to go deeper into the historical significance of the individual buildings or the importance of the scene as a whole. In the past, even the names on vessels and other objects in the paintings were thought to have been imaginary insertions that artists included to make the paintings more attractive and saleable.

Van Dyke and Mok’s recent study on the *Images of the Canton Factories* has shown how accurate these scenes really are and that all the little inscriptions and insertions were often concurrent with the time. With all the new information that we now have, we can look at these paintings in a very different light. As far as the Hume scroll is concerned, it reveals some of the main actors in both the Waiyang and Bengang Hang trades. Not only can we show that some of the same men were managing both groups, but also that they conducted their businesses out of the same buildings.

The Wende, Dafeng, Jiyi and Yihe Hangs were part of the Bengang group, but were receiving sponsorship from Hong merchants of the Waiyang group. Those firms were also housing foreigners from the Waiyang trade. All of this can be clearly visualised in the Hume scroll. The Hong merchants Chowqua, Monqua, Poankeequa, Ingsia and Semqua were all part of the Waiyang group, but were also involved in fitting-out and sponsoring junks of the Bengang group.

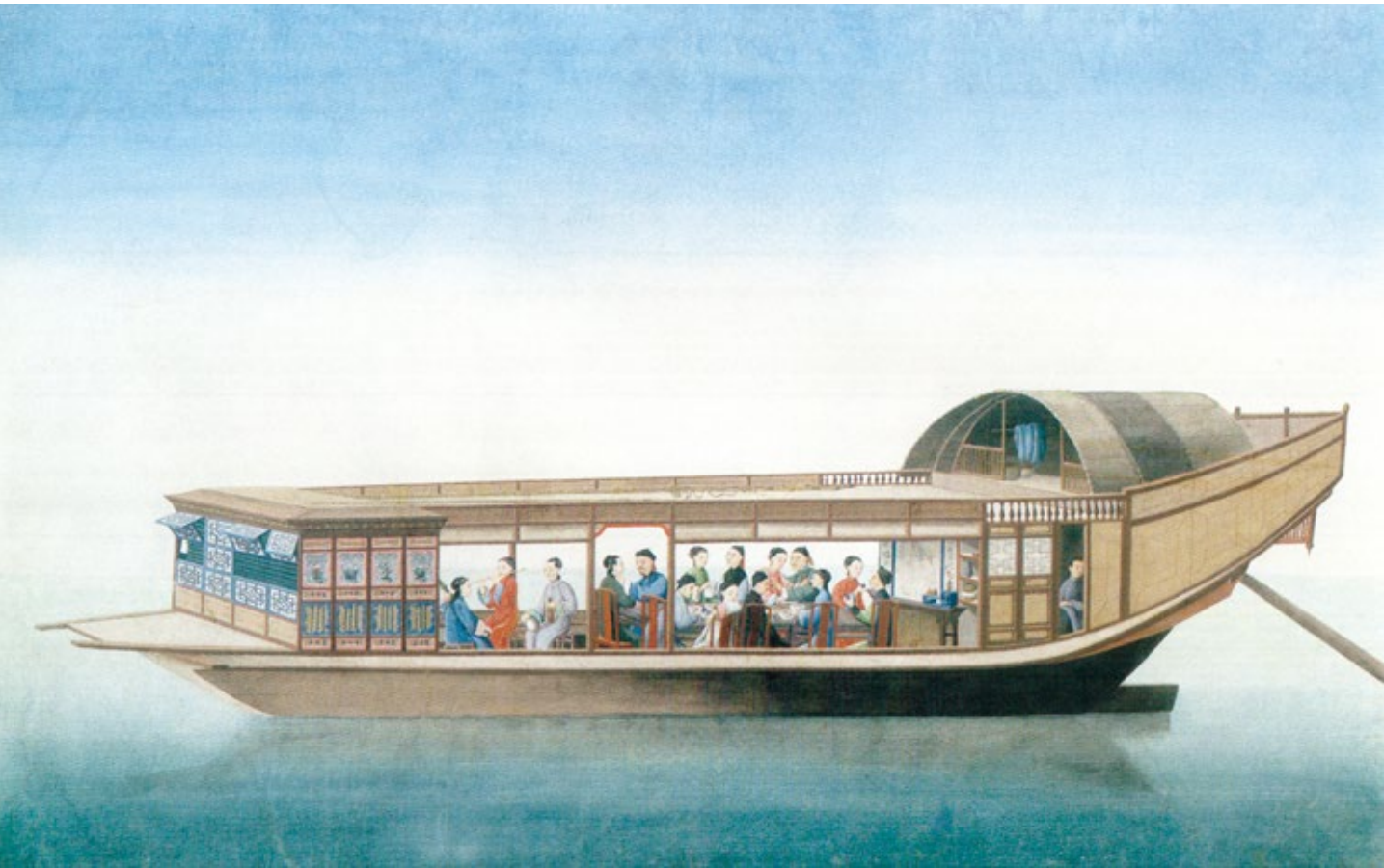
The historical data that are contained in these factory paintings have not been taken seriously in the past because scholars did not realise that much of the information they hold is historically correct. With the aid of paintings like the Hume scroll, we can now visualise the faces behind the Canton factories like we have never been able to do before.

While scenes of the seventeen buildings on the quay are representative of the trade as a whole, they

CONCLUSION

The Hume scroll is an important historical document that has helped unlock some of the mysteries of the past. The information provided on the painting, combined with the incredible detail of the scene, enables us to identify—for the first time—most of the buildings and owners. Although new data that emerged in the past ten years about the Thirteen Hongs was also very important for this research, it was only after the Hume scroll became known to the public that these pieces began to fall into place.

Figure 13: Painting showing a party in a Flower Boat. Courtesy of Martyn Gregory Gallery, London.



HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY

are not all-inclusive. Other important and prominent merchants had factories that were located east of the quay, but they are not included in the Hume scroll or most other factory paintings. And even when we talk about the seventeen buildings, we often leave people out such as the Portuguese, Parsees, Armenians, Muslims, and Spanish (before 1788), etc. Those nationals did

not display their national flags so they are not visible in paintings. Even though Chinese junks are present in many of the paintings, they have also eluded mention in the history books. With all the new information that we now have about these previously hidden and ignored factors, it is time that we bring these forgotten faces more clearly into the main discussion of the trade. **RC**

NOTES

1 Hume left Britain on the EIC ship *Resolution*, which left Downs on 6 February 1770. When they reached the Sunda Strait, Hume transferred to the EIC ship *Latham*, which arrived at Whampoa on 24 September 1770. Anthony Farrington, *Catalogue of East India Company Ships' Journals and Logs 1600-1834* (London: British Library, 1999); and National Archives, The Hague (NAH), Canton 232, Ship List for 1770, p. 178. Hume signed a document in Canton on 15 February 1774 so we know he was still operating as chief of the EIC factory up until that day. British Library (BL), India Office Records (IOR) R/10/9, 1774.02.15, p. 207. At some point between 15 February and 12 March 1774, Hume left Canton and boarded the EIC ship *Prime*, which was anchored downriver at the Second Bar. BL, IOR L/MAR/B/509A.

2 For more information about the Hume family and the provenance of this painting, see Martyn Gregory, *China Observed. Historical Pictures by Chinese and Western Artists 1750-1970*. Cat. 94 (London: Martyn Gregory Gallery, 2015-2016), no. 74, p. 64.

3 For an explanation of the changes in the architecture at this time, see Paul A. Van Dyke and Maria Kar-wing Mok, *Images of the Canton Factories 1760-1822* (Hong Kong: Hong Kong University Press, 2015) (hereafter referred to as ICF), pp. 9-15 and Plates P4 and P5.

4 Liang Tingnan 梁廷楠, *Yue Haiguan Zhi* 粤海关志 (Gazetteer of Guangdong Maritime Customs) (1839. Reprint, Guangzhou: Guangzhou Renmin Chubanshe, 2001) (hereafter referred to as YHGZ). The Bengang 本港 and Waiyang Hang 外洋行 firms are listed on pp. 496-497, but the names shown are not inclusive because there were other firms besides these.

5 For a detailed discussion of the junks that were being sponsored and managed by the Hong merchants, see Chapters 4 and 9 in Paul A. Van Dyke, *Merchants of Canton and Macao: Politics and Strategies in Eighteenth-Century Chinese Trade*. Vol. 1 (Hong Kong: Hong Kong University Press, 2011); and Paul A. Van Dyke, *Merchants of Canton and Macao: Success and Failure in Eighteenth-Century Chinese Trade*. Vol. 2 (Hong Kong: Hong Kong University Press, 2016), pp. xvii and xxi-xxii. Hereafter, these two volumes will be referred to as MCM 1 and MCM 2.

6 MCM 2, Preface.

7 For a few English language examples of this dependence on policies in defining the Canton trade to the exclusion of practices, see Ann Bolbach White, 'The Hong Merchants of Canton' (Ph.D. diss., Dept. of History, University of Pennsylvania, 1967), p. 54; Sarasin Viraphol, *Tribute and Profit: Sino-Siamese Trade, 1652-1853* (Cambridge: Harvard University Press, 1977), pp. 131-319; Ch'en Kuo-tung Anthony 陈国栋, *The Insolency of the Chinese Hong Merchants, 1760-1843*. 2 vols. (Taipei: Academia Sinica, 1990), pp. 3-12;

Jennifer Wayne Cushman, *Fields from the Sea: Chinese Junk Trade with Siam during the Late Eighteenth and Early Nineteenth Centuries* (Ithaca: Cornell Southeast Asia Publications, 1993. Reprint, 2000), pp. 29-31 and 106-108; Frederic D. Grant, Jr. *The Chinese Cornerstone of Modern Banking: The Canton Guaranty System and the Origins of Bank Deposit Insurance 1780-1933* (Leiden: Brill, 2014), pp. 37, 63; and Ch'en Kuo-tung Anthony. *Qing dai qian qi de yue hai guan yu shi san hang* 清代前期的粤海关与十三行 (Maritime Customs of Early Qing Dynasty and the Thirteen Hongs) (Guangzhou: Guangdong Renmin Chubanshe, 2014).

8 ICF.

9 ICF, Plate P7.

10 ICF, pp. 9-15. The Hume painting would fall in between Plates P4 and P5.

11 NAH, Canton 81, 1772.08.30-1, Canton 82, 1773.02.02; and BL, IOR R/10/9, 1773.02.02, p. 191.

12 ICF, pp. 9-15. We have dated Plate P5 to 1772, but it is clearly later than the Hume painting because it shows no. 15 with a new façade.

13 YHGZ, p. 496.

14 For a partial list of the junks in the Bengang firms, and their managers, see Paul A. Van Dyke, *The Canton Trade: Life and Enterprise on the China Coast* (Hong Kong: Hong Kong University Press, 2005), Plate 12.

15 For another painting showing the Wende Hang 文德行, see ICF, Plate P5.

16 MCM 1, Chapter 4; Van Dyke, *The Canton Trade*, pp. 145-150; and Paul A. Van Dyke, 'A Reassessment of the China Trade: The Canton Junk Trade as Revealed in Dutch and Swedish Records of the 1750s to the 1770s'. In *Maritime China in Transition 1750-1850*, edited by Wang Gungwu and Ng Chin-keong, pp. 151-167 (Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2004), pp. 153-154.

17 NAH, Canton 86, 1777.02.08; Rigsarkivet (National Archives), Copenhagen (RAC), Ask 1177, 1777.02.08, p. 38r and Ask 1178, 1777.02.08, p. 40v. For Chowqua's story, see MCM 1, Chapter 10. At the time of writing that chapter, I did not know where Chowqua's factory was located—only that it was near the Danish factory.

18 MCM 1, pp. 176-177 and Plates 10.09-11. The painting in Figure 5 was purchased in 2015 by the Danish National Maritime Museum in Elsinore.

19 MCM 1, Chapter 10.

20 NAH, VOC 4577, *dagregister*, 1793.09.29-30, pp. 41-42.

21 NAH, Canton 100, 1812.12.22.

22 Ch'en, *Insolvency*, pp. 13-21.

23 William Hunter, *Bits of Old China* (London: Kegan Paul, Trench, & Co., 1885), plan of the factory between pp. 220 and 221. Davis and

other references mentioned above show clearly that Mowqua's Guangli Hang 广利行 was located on the quay and, more specifically, west of the Danish factory. J.F. Davis, *A Commercial Vocabulary. Containing Chinese Words and Phrases Peculiar to Canton and Macau, and to the Trade of Those Places; Together with Titles and Address of all the Officers of Government, Hong Merchants, &c. &c.* (Macao: Honorable Company's Press, 1824), p. 32.

24 For Teunqua and Monqua's story, see MCM 2, Chapter 2. At the time of writing that chapter, I did not know where Monqua's factory was located—only that it was close to the Danish factory.

25 RAC, Ask 1158-60, 1767.12.10-13.

26 For more information about the junks Monqua sponsored, and their destinations, see MCM 2, Appendix 2E.

27 For a painting of Monqua's off-site warehouse, see MCM 2, Plate 08.11.

28 ICF, Plate P7 and after.

29 For Monqua's story, see MCM 2, Chapter 2 and Grant, *Cornerstone*, pp. 139-141.

30 BL, IOR G/12/105, 1793.10.04, p. 55; RAC, Ask 1211, 1797.12.05, p. 80v and Ask 1212, 1798.10.04, p. 53r-v; ICF, pp. 68-69; and Ch'en, *Insolvency*, pp. 327-328.

31 ICF, p. 35.

32 Ch'en, *Insolvency*, p. 327.

33 For many other examples of Hong merchants borrowing money to keep their businesses going, see MCM 1 and 2.

34 For several other examples of Chinese merchant insolvencies and Qing policies therewith, see MCM 2.

35 NAH, Canton 100, 1809.12.11, 1810.06.27, 1810.07.11, 1810.09.02 and 1811.08.07.

36 BL, IOR G/12/185, 1813.06.09, p. 54; Hosea Ballou Morse, *The Chronicles of the East India Company Trading to China, 1635-1834*. 5 vols. (Cambridge: Harvard University Press, 1926. Reprint, Taipei: Ch'eng-wen Publishing Co., 1966) 3, p. 192; and Ch'en, *Insolvency*, pp. 327-328. For other references to Newqua II (also spelled Gnewqua) occupying this building in the late 1790s and to the building retaining the name Huilong Hang 会隆行 up to the fire of 1822, see ICF, 'Newqua' in the index and Table 5.

37 ICF, Plate P59 and index to the plate on page 86.

38 NAH, Canton 100, 1809.12.11; and ICF, Plate P59 and index to the plate on page 86.

39 Jorge Forjaz, *Familias Macaenses*. 3 vols. (Macao: Fundação Oriente, Instituto Cultural de Macau, 1996) 1, p. 399; and NAH, Canton 267, report dated 1803.12.31, paragraph 25.

40 BL, IOR G/12/150, entry dated 1805.03.06 and letter from A.L. Barreto dated 1805.02.12, p. 28. In the entry dated 1805.03.14, p. 30, the British listed A.L. and L. Barreto as private 'English' merchants.

41 NAH, Canton 267, report dated 1803.12.31, paragraph 25.

42 BL, IOR G/12/89, 1788.09.12, p. 80, G/12/103, 1792.09.28, p. 67, G/12/117, 'List of Certificates' for 1796, p. 8, G/12/120, 'List of Bills' and 'List of Certificates' for 1797, pp. 3-5.

43 In July 1813, for example, A.L. Barreto arrived at Macao as passenger aboard the Portuguese ship *Mercurio*. NAH, Canton 100, 1813.07.04. In October 1814, Fancisco Barreto arrived as a passenger from Bombay aboard the private English ship *Milford*. NAH, Canton 101, 1814.10.06.

44 An entry in NAH, Canton 100, dated 1812.01.04 states that Vict. de Vascon los Baretto was captain of the ship *Diana*, which left Macao for Timor on this day.

45 NAH, Canton 101, 1814.07.23.

46 NAH, Canton 273, letter dated 1818.06.12; and ICM, Plate P59 and index to the plate on page 86.

47 NAH, Canton 274, letter dated 1820.02.21, section entitled 'Vreemde Natien bevinden zig alhier'.

48 Massachusetts Historical Society (MHS), John & Thomas Perkins papers, opium invoice dated 1825.04.09, consigned to L. Barreto; and Rhode Island Historical Society (RIHS), Carrington papers, Box 190, letter from Russel and Co. dated 1825.12.18. For a discussion of smuggling in the Pearl River Delta and the connections between the opium trade and rice, see Van Dyke, *The Canton Trade*, Chapter 7; Paul A. Van Dyke, 'Smuggling Networks of the Pearl River Delta before 1842: Implications for Macau and the American China Trade', in *Americans and Macao: Trade, Smuggling, and Diplomacy on the South China Coast.*, edited by Paul A. Van Dyke (Hong Kong: Hong Kong University Press, 2012), pp. 49-72; and Paul A. Van Dyke, 'Macao, Hawaii, and Sino-American Trade: Some Historical Observations, Interactions, and Consequences', in *Macao and Sino-U.S. Relations*, edited by Yufan Hao and Jianwei Wang (Lanham, Maryland: Lexington Books, 2011), pp. 71-96.

49 For references to these Barreto merchants operating in Macao in the 1810s and 1820s, see Macao Archives (MA), Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), nos. 1364, 1483, 1485, 1493, 1518, 1543, 1591, 1600, 1614, 1687 and 2471.

50 Paul A. Van Dyke, 'Fires and the Risks of Trade in Canton 1730s-1840s', in *Canton and Nagasaki Compared 1730-1830. Dutch Chinese, Japanese Relations*, edited by Evert Groenendijk, Cynthia Viallé and Leonard Blussé. *Intercontinenta* no. 26 (Leiden: Institute for the History of European Expansion, 2009), pp. 171-202.

51 NAH, VOC 8721, report dated 1750.03.22, p. 154.

52 MCM 1, pp. 143 and 467 n. 20.

53 RAC, Ask 1138, 1758.08.10.

54 ICF, pp. 4-5.

55 Chinese notes that were written into some of the Swedish records from 1752/53 show the Danes being referred to as the yellow flag people. Gothenburg Landsarkivet (Provincial Archive, GL). Öijareds säteris arkiv A406. Later references show that their building was called the Yellow Flag Factory.

56 ICF, p. xx. Denmark was also known as *lianguo* 噠国. Lau Fong 刘芳 and Zhang Wenqin 章文钦, eds. *Qingdai Aomen Zhongwen Dang'an Huibian* 清代澳门中文档案汇编 (A Collection of Qing Chinese Documents Concerning Macau). 2 vols. Macao: Aomen Jijin Hui, 1999), doc. nos. 1326, 1332, and other documents, see 噠国 in the index.

57 ICF, pp. 73-75.

58 ICF, p. 75 and for pictures of the various rebuilding of the Danish factory, see Plates 14a-d. There is extensive discussion throughout this book of the various changes to no. 1.

59 ICF, Plates P5 and P20.

60 ICF, p. 83 and Figure F27.

61 NAH, VOC 4384, report dated 1761.01.11, pp. 65-66, and VOC 4386, *dagregister*, 1760.08.02, p. 9.

62 MCM 2, p. 63 and Plates 03.03-06, 03.08-09, 03.17.

63 René Estienne, ed. *Les Compagnies des Indes* (Paris: Gallimard, 2013), p. 174.

64 MCM 2, Chapter 3.

65 At the time of the Hume painting, Tan Suqua's (Chen Shouguan 陈寿观) family was the main supplier of the Portuguese cargos. Their Guangshun Hang 广顺行 was located east of the quay so it does not appear in the painting. MCM 1, pp. 87-88 and 90-91. A Portuguese document from Macao dated 1770.10.27 shows their Romanised names to be Xequa, Siqua and Tequa, which were Tan Suqua, and his sons Cherqua and Tinqua, respectively. Tan Suqua died in 1760, but his name continued to appear for many years thereafter because he was the founder of the firm. AHU, Macau cx. 6, no. 18, 1770.10.27 'Rezumo particular do Commercio da China com as Naçoens Europeas'. MCM 2, Chapter 3.

67 The name Tongwen Hang 同文行 was still being used as late as 1814 and 1815. Xing Yongfu 邢永福 et al., eds. *Qing Gong Guangzhou*

HISTORIOGRAFIA

Shisan Hang Dang'an Jingxuan 清宫广州十三行档案精选 (A Selection of Qing Imperial Documents of the Guangzhou Shisan Hang) (Guangzhou: Guangdong Jingji Chubanshe, 2002), doc. no. 66, dated 1814.12.30, p. 179; and *Qinggong Yue Gang Ao Shangmao Dang'an Quanji* 清官粤港澳商贸档案全集 (Collection of Qing Dynasty Trade-related Documents Concerning Hong Kong and Macao), edited by Zhongguo Diyi Lishi Danganguan, Zhongguo Guji Zhengli Yanjiuhui 中国第一历史档案馆中国古籍整理研究会, 10 vols. (Beijing: Zhongguo Shudian, 2002), pp. 3948 and 3979. But Tongfu Hang 同孚行 seems to have come into use by this time as well. *Qing Dai Guangzhou Shisan Hang Jilue* 清代广州十三行纪略 (Chronicle of the Hong Merchants in Canton during the Qing Dynasty), edited by Li Guorong 李国荣 and Lin Weisen 林伟森, eds. (Guangzhou: Guangdong Renmin Chubanshe, 2006), p. 86. There may have been a couple years when both names were used.

68 NAH, Canton 274, report dated 1821.02.20.

69 See ICF, Chapter 9 for a more detailed explanation of the establishment of New China Street. For Poankeequa I's story, see MCM 2, Chapter 3.

70 ICF, Plate P20.

71 See the colour plates in ICF.

72 ICF, Plate P2a.

73 ICF, pp. 37-39.

74 For a summary of Poankeequa's trade with the Spaniards, see MCM 2, pp. 75-83.

75 BL, IOR R/10/8, doc. no. 63, letter to Court of Directors dated 1779.01.21, p. 116.

76 For a brief summary of the Spanish trade with Canton at this time, see ICF pp. 37-38 and 58.

77 NAH, VOC 4384, report dated 1761.01.11, pp. 65-66.

78 ICF, Plate P2a. The bowl is in the Amsterdam Maritime Museum, and there is a duplicate in the Peabody Essex Museum.

79 NAH, Canton 78, 1769.09.18; and ICF, p. 6.

80 MCM 1, Appendixes 12B and 12C, pp. 420-423.

81 See ICF, Plates P4 and P5.

82 See ICF, Plate P5. A high resolution image of this painting clearly shows the Yuyuan Hang lanterns. Gothenburg City Musueum, Inv. no. GM 13239.

83 ICF, Plate P20; and BL, Maps.K.Top.116.23. Even with a very high resolution image of the painting, the characters were illegible.

84 ICF, see Plates P18 to P25 and P27 to P28.

85 ICF, pp. 59-61, 69 and 80-81.

86 ICF, Plate P2a, pp. 6, 32, 83-84 and passim.

87 Another painting from 1772 also shows lanterns in front of no. 5 with Taihe 泰和 written on them. ICF, Plate P5.

88 MCM 1, p. 157.

89 MCM 1, Chapter 9.

90 NAH, Canton 89, 1780.10.18.

91 For the story of the Yan family, see MCM, 1, Chapter 9.

92 ICF, Plate P20; and BL, Maps.K.Top.116.23. Even with a high resolution image, the characters were illegible.

93 ICF, Tables 4, 5 and 6, pp. 90-91, and 98. For Chunqua's story, see Ch'en, *Insolvency*, pp. 352-359. Ch'en says that 'He acquired the Hong-merchant status in the season of 1793-1794', which is an approximate guess based on information contained in the EIC records. Ch'en, *Insolvency*, p. 352 and p. 443 n. 407. For Chunqua's status as a Hong merchant in 1792, see Untzi Museoa-Museo Naval (UM), Fondo Manuel de Agote (FMA), R630-638 Manuel de Agote Diarios 1787-1796. The diary calls Chunqua (Chunkua) a 'Janista' (Hong merchant) in 1792, so he was apparently appointed sometime that year.

94 ICF, Plates P1a-b and P5.

95 ICF, Plates P6a, P7 and P8a.

96 ICF, compare Plates P10 with P11, P12b and P20.

97 This arrangement can be seen more clearly in ICF, Plates P10, P11, P12b and P17.

98 ICF, Tables 4, 5 and 6, pp. 90-91, and 98; and Ch'en, *Insolvency*, pp. 352-359.

99 ICF, Chapter 9.

100 ICF, Chapter 9.

101 A detailed explanation of the creation of the shopping streets can be found in ICF, Chapter 9.

102 For Consentia Giqua and Tiauqua's stories, see MCM 1, Chapter 11.

103 Philippe de Vargas, ed., *Récit de Trois Voyages a la Chine (1779-1793) par Charles de Constant* (Pekin: University Yenching, 1939), image between pp. 38 and 39. The painting of the factories on this page shows a rebuilt no. 7. Vargas has dated the painting to 1791, but it is more likely depicting 1792, which is explained in ICF, p. 59

104 Brown University, John Carter Brown Library (JCB), Brown Papers B.497 F.7, letter dated 1808.08.14.

105 ICF, p. 82.

106 ICF, p. 40.

107 ICF, Plates P28 and P57.

108 For Fatqua's story, see Ch'en, *Insolvency*, pp. 363-364.

109 GL, Öjareds säteris arkiv A406.

110 MCM 1, Appendixes 12B and 12C, pp. 420-423.

111 NAH, Canton 82, 1773.02.07; and BL, IOR R/10/9, 1773.02.08, pp. 197-198.

112 For Foutia and Kousia's stories, see MCM, 1, Chapter 12.

113 MCM 1, see Index p. 539 for references to the first three Tan Tinquas. For a reference to Chen Tinguan 陈汀官 in 1732, see *Qing gong Yue Gang Ao shang mao dang an quan ji* 清官粤港澳商贸档案全集 Zhongguo di yi li shi dang an guan中国第一历史档案馆, Zhongguo gu ji zheng li yan jiu hui bian 中国古籍整理研究会编. 10 vols. (Beijing: Zhongguo shu dian, 2002) (hereafter referred to as QGY), pp. 488-489.

114 ICF, p. 16.

115 Lau, *Qing dai Aomen*, no. 1377. See other references to the French being referred to as *Folanxi* in GL, Öjareds säteris arkiv A406.

116 NAH, VOC 4386, 1760.11.05, pp. 101-102.

117 ICF, 2 and Plates P1a-b.

118 ICF, pp. 2-3.

119 Susan E. Schopp, 'The French as Architectural Trendsetters in Canton, 1767-1820', *Review of Culture*, International Edition, no. 45 (2014), pp. 79-87.

120 ICF, p. 32.

121 ICF, pp. 38-39.

122 The 1748 Swedish map is reproduced in ICF, Figure F27, p. 93. Another Swedish map of Canton from 1748 can be seen in Bertil S. Olsson and Karl-Magnus Johansson, eds. *Sverige och svenskarna I den ostindiska handeln – I. Perspektiv från arkivaliska och arkeologiska fynd* (Gothenburg: Riksarkivet Landsarkivet I Göteborg, 2016), p. 183.

123 John Reinhold Forster, trans. *A Voyage to China and the East Indies, by Peter Osbeck. Together with a Voyage to Suratte, by Olof Torren, and An Account of Chinese Husbandry, by Captain Charles Gustavus Ekeberg*. 2 vols. Translated from the 1765 German ed. (London: Benjamin White, 1771), 1, p. 204.

124 Gothenburg Universitets Bibliotek (University Library) (GUB), SOIC H22.1 *Hoppet* Brevkopiebok.

125 GL, Öjareds säteris arkiv A406, page entitled *Factoriernes Namn*.

126 NAH, VOC 4381, report dated 1758.01.19, pp. 221r and 281v. Other references show that the Swedish factory was also called Xiu He 修和, which in Cantonese corresponds to 'Sjeew Hoo'. ICF, Tables 4, 5 and 6, pp. 90-91 and 98.

127 Davis, *A Commercial Vocabulary*, pp. 25-26.

128 ICF, p. 5.

129 MCM 1, Chapter 5.

130 Stockholm, Riksarkivet (National Archive, RAS), Ostindiska Kompagnier, vol. 55 1800-1813, list of expenses, see entries dated September and 6 December 1804.

131 ICF, pp. 72-78. The list of foreigners in China in BL, IOR G/12/242, dated 1829.03.15, pp. 6-8 shows Sir A. Ljungstedt, Ullman, and J. Ullman in resident. The Swedes do not appear in the 1830 list of residents in BL, IOR G/12/244, 1830.04.05, pp. 1-3. Ljungstedt died in 1835 in Macao, but it is unknown whether he and/or his colleagues went to Canton in the early 1830s.

132 BL, IOR G/12/8, 1724.07.26, p. 1448 and G/12/25, 1724.07.26, p. 4.

133 A contract from 1744/1745 showing Tinqa (Chen Zhenguan 陈镇官) trading out of the Longshun Hang is reproduced in Van Dyke, *The Canton Trade*, Plate 18. Chinese documents also mention him in 1756 and 1759. QGY, pp. 1428-1429 and 1862. The biography of Hoppo Tan Ying 唐英 (1750/1751) also mentions Tinqa and his Longshun Hang. *Tang Ying Quan Ji* 唐英全集.

134 Morse, *Chronicles*, 5, p. 22.

135 Van Dyke, *The Canton Trade*, Plate 18.

136 A Tinqa who went by the alias 'Jan Kerie' traded with the Ostend General India Company (GIC) from 1724 to 1732. References to Tinqa in 1724 can be found in the Stadsarchief, Antwerp (SAA), IC: 5684 and 5740; and Plantin-Maretus Museum (PMA), no. 479. The Tinqa that appears in these records is identified in later years with his alias, which makes it possible to connect the entries to Chen Zhenguan.

137 BL, IOR G/12/44, 1738.08.06, p. 12, G/12/48, 1740.08.16, p. 11, G/12/51, 1742.07.14, p. 24, G/12/54, 1750.09.10, p. 7, 1750.12.31, p. 58, R/10/4, 1755.08.10, p. 34, 1759.11.03, p. 133, 1760.07.30, p. 37; and Morse, *Chronicles*, 5, p. 48.

138 ICF, Plate 1b has a strange flag in front of no. 12. Although the colors are incorrect, a British flag is the mostly likely candidate, because they were staying in this building at the time this painting was made.

139 MCM 2, pp. 100-101.

140 ICF, pp. 13-14.

141 ICF, Plates P4, P5, P60 and pp. 13 and 78.

142 Beaukeequa's factory is shown on a Swedish map from 1748. ICF, Figure 37, p. 93.

143 MCM 1, pp. 140-141.

144 MCM 1, pp. 140-147.

145 MCM 2, Table 2.1, p. 4.

146 Fu Lo-Shu, ed., *A Documentary Chronicle of Sino-Western Relations (1644-1820)* (Tucson: University of Arizona Press, 1966), pp. 217-218.

147 For Beaukeequa's story, see MCM 1, Chapter 8.

148 QGY, p. 2767.

149 NAH, Canton 82, 1773.02.07.

150 Carl T. Smith and Paul A. Van Dyke. 'Muslims in the Pearl River Delta, 1700 to 1930', *Review of Culture*, International Edition no. 10 (April 2004), pp. 6-15.

151 NAH, Canton 28, resolution nos. 16 and 17, dated 1765.12.06 and 1765.12.16.

152 'She Kinqua in partnership with Cowshaw [Kousia], the late Fowshaw's [Foutia] Brother, He is sensible enterprizing, & at present I believe honest and support'd by his Uncle, one of the Emperor's salt merchants, a man of character & a violent enemy of the Cong Hong'. BL, IOR R/10/5, 1761.07.21, p. 10.

153 ICF, p. 13.

154 Ibid.

155 ICF, pp. 13-14 and Plates P5, P7 and P13.

156 BL, IOR G/12/108, 1794.04.01-11, pp. 267-269. For Shy Kinqua and Gonqua's stories, see Ch'en, *Insolvency*, pp. 297-307.

157 Fu Lo-Shu, ed., *A Documentary Chronicle*, pp. 317-318.

158 For Sinqua and Iqua's (Eequa) stories, see Ch'en, *Insolvency*, pp. 283-291.

159 For a brief history of Sinqua and son, see ibid.

160 See ICF, Chapters 6 and 7.

161 NAH, Canton 98, 1801.10.21.

162 Victory Joan Moessner, trans. *First Russian Voyage Around the World. The Journal of Hermann Ludwig von Lowenstern, 1803-1806* (Fairbanks: University of Alaska Press, 2003), p. 388. The Russian Captain Krusenstiern had been to Canton in 1779 and knew that he could not import himself as a Russian as that nation was not allowed to trade at Canton.

163 Davis, *A Commercial Vocabulary*, 1, p. 5.

164 ICF, Figure 37, p. 93.

165 For a reference to Xin Doulan Jie 新荳栏街 in 1764, see Nordic Museum Archive, Stockholm. Godegårdsarkivet Archive F17 (hereafter referred to as NM, F17), digital p. T1_02307. For a reference to Xin Doulan Jie in ca. 1810, see British National Archive (BNA), FO 1048.10-4 part 1 (1810).

166 ICF, p. 82.

167 ICF, Plates P1a to P21.

168 For the EIC rent entries in the 1760s, see BL, IOR R/10/4, 1760.08.09, p. 45, 1760.12.12, p. 124, R/10/5, 1761.09.14, p. 36 and R/10/6, 1769.02.04, p. 58.

169 Morse, *Chronicles*, 3, pp. 6 and 136.

170 ICF, pp. 72 and 78-79.

171 I have only found one of the junks operating out of the Jiyi Hang, named Muntingchew. Van Dyke, *The Canton Trade*, Plate 12. But we know there were other junks being fitted-out by this firm.

172 QGY, pp. 2180-2182; Viraphol, *Tribute and Profit*, p. 134

173 MCM 1, p. 125.

174 For Semqua and Cai Hunqua's stories, see MCM 1, Chapter 7.

175 NAH, OIC 195, *dagregister*, 1794.12.11, p. 100.

176 ICF, pp. 72 and 78-79.

177 NAH, Canton 273, doc. dated 1818.02.18.

178 NAH, VOC 2438, *dagregister*, 1738.07.30, *resolutie*, 1738.07.30, pp. 89-90, report dated 1739.01.04, pp. 49 and 53. Jörg mentions that the Dutch may have occupied this same building since possibly 1731, which is plausible. Christiaan J. A. Jörg, *Porcelain and the Dutch China Trade*, (The Hague: Nijhoff, 1982), p. 58; and NAH, Canton 19. I have not been able to confirm the exact location of the buildings that the Dutch rented in this early period, but there are many VOC records that I have not consulted.

179 In 1733, for example, the Dutch rented three buildings. Jörg, *Porcelain and the Dutch China Trade*, p. 56.

180 NAH, Canton 191, report dated 1743.03.09, Canton 192, report dated 1744.03.14. Unfortunately, these two reports have no page or paragraph numbers.

181 NAH, VOC 8719, *resolutie*, 1747.03.22, pp. 284-287, VOC 8721, report dated 1749.11.30, p. 18, *resolutie*, 1750.01.14, pp. 258-261, 312, 317-319, report dated 1750.03.22, pp. 117, 312-313 and 318-319.

182 NAH, Canton 276, letter at Batavia dated 1747.06.02.

183 NAH, VOC 8721, report dated 1750.03.22, pp. 97-98.

184 Fu Lo-Shu, ed. *A Documentary Chronicle*, pp. 189 and 674.

185 When I wrote MCM 2, the sources I consulted suggested that Xantqua and Chemqua was the same person. MCM 2, p. 20. However, after reviewing the sources again, I am not as convinced as I was then. Chemqua refurbished and enlarged the factory in 1752 and 1753, which would have cost quite a bit of money. Jörg, *Porcelain and the Dutch China Trade*, p. 58. It is not likely that Xantqua would have had the funds to make these changes, because of the past debts from his deceased brother.

186 MCM 2, p. 20; and Jörg, *Porcelain and the Dutch China Trade*, p. 58.

HISTORIOGRAPHY

HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY

187 NAH, Canton 207, report dated 1752.02.24, Canton 210, report dated 1753.06.25 and Jörg, *Porcelain and the Dutch China Trade*, p. 58.

188 GL, Öijareds säteris arkiv A406; and Jörg, *Porcelain and the Dutch China Trade*, p. 56.

189 NAH, Canton 193, report for 1744 (there are no page numbers or date on this document), Canton 215, report dated 1755.02.22; and Jörg, *Porcelain and the Dutch China Trade*, p. 56.

190 NAH, VOC 4384, rent contract dated 1760.08.01, pp. 473-474 (also reproduced in MCM 2, Plate 01.06), VOC 4386, *dagregister*, 1760.08.01, pp. 3-4; BL, IOR R/10/3, 1759.09.05, p. 107; and Morse, *Chronicles*, 5, pp. 73-74.

191 MCM 1, p. 157; and MCM 2, p. 29.

192 BL, IOR G/12/77, 1783.02.21, pp. 19-20; and MCM 1, pp. 133-134.

193 Ghent Universiteits Bibliotheek (GHL), Ms 1985, *dagregister*, 1791.04.01, pp. 41-42.

194 NAH, VOC 4577, *dagregister*, 1793.09.11, pp. 28-29. In this reference, the person who is said to have sold the Dutch factory in 1793 was ‘Pinqua’s partner’. This reference: GHL, Ms 1985, *dagregister*, 1791.04.01, pp. 41-42 shows that Locqua had purchased the building in 1791. Other entries in the Dutch records show that they paid rent to Locqua in 1791 and 1792 so he was apparently ‘Pinqua’s partner’.

195 NAH, Canton 378, rent contracts. See also MCM 1, pp. 116, 121, 134; and Morse, *Chronicles*, 2, p. 92.

196 The repairs that the Dutch did to no. 16 in 1789 are reproduced in Paul A. Van Dyke, ‘Port Canton and the Pearl River Delta, 1690-1845’ (Ph.D. diss., Department of History, University of Southern California, 2002), Table 11.

197 ICF, pp. 9-11.

198 See the *Onkosten Extra Ordinair* for 1768, 1770, 1781 and 1789 in NAH, VOC 4403, 4406, 4423 and 4444, respectively.

199 I thank Maria Mok for pointing out the marble columns to me. I looked through the Dutch records, but did not find mention to marble columns so I have not been able to confirm this assumption.

200 MCM 2, Chapter 5.

201 The list of Canton junks in Van Dyke, *The Canton Trade*, Plate 12, shows three junks operating out of the Yihe Hang. However, there were other junks operating out of some of these houses that are not mentioned in that document. Table 1 in this study, for example, shows fifteen junks operating out of the Mantack hang, but Plate 12 in *The Canton Trade*, shows only ten junks.

202 NM, F17, pp. T1_02307 and T1_5145-7

203 BL, IOR R/10/4, 1759.11.03, p. 133, 1760.07.30, p. 37; and Morse, *Chronicles*, 5, p. 48.

204 ICF, pp. 90-91 and 97.

205 NAH, VOC 4381, letter dated 1758.01.19; and MCM 2, pp. 20, 27 and 239. For Teunqua and Swequa’s stories, see MCM 2, Chapters 1 and 2.

206 Morse, *Chronicles*, 5, p. 87.

207 NAH, Canton 91, 1785.11.10-11, pp. 83-84.

208 ICF, p. 59.

209 NAH, Canton 91, 1785.02.02, pp. 1-4, 1785.10.08, pp. 49-50, 1785.11.10, pp. 83-84; and Jörg, *Porcelain and the Dutch China Trade*, p. 61.

210 Paul A. Van Dyke, ‘Floating Brothels and the Canton Flower Boats 1750-1930’. *Review of Culture*, International Edition no. 37 (January 2011), pp. 112-142.

211 Davis, *A Commercial Vocabulary*, p. 15.

212 For an example of foreigners travelling in Chinese boats illegally, see Van Dyke, ‘Port Canton’, pp. 493-495.

213 For a discussion of the Canton junks, see MCM 1, Chapter 4.

214 For Poankeequa, his Chen partners, and the Dafeng Hang’s story, see MCM 2, Chapter 3.

215 MCM 1, Appendix 9G, pp. 366-368.

216 NM, F17 p. T1_02040.

217 For other paintings of Canton junks, see MCM 1, Plates 04.11 and 04.12; and MCM 2, Plates 03.01, 03.02, 08.08, and 08.09.

Trading with Traders The Wonders of Cantonese Shopkeepers

MARIA KAR-WING MOK*

INTRODUCTION

If one word is sought to describe the work of a foreign trader in 18th and 19th century Canton, that word might well be ‘shopping’. They were, to be more precise, there to conduct trade, and to buy and sell, but most of the time their main mission was to load their ships with staple commodities such as spices, tea, silk and porcelain, among other goods, for their market at home, in the West. The interest in trading with China went back to the Han and Tang dynasties, but massive endeavours to establish commercial contact with China were launched a few centuries later, via the sea, when marine technology permitted European powers to explore maritime routes. Also, determined by navigation conditions largely submissive to the direction of the monsoons in the days when ships were powered by the wind, the entry into China had to be from the South China coast. In 1757, along with the change of policy of the Qing government, an Imperial decree prohibited all foreign trade other than that conducted at Canton. As the city officially became

the centre of foreign trade and activity, it also became the hub where foreign traders could enjoy a stable and safe stay to conduct business. Hence, this is where our discussion begins.

Foreign traders were not the only westerners in Canton; there were also military officers, diplomats, ambassadors, surgeons, and missionaries, etc. But when it comes to shopping, traders were no doubt conducting the largest sales transactions. They were there to shop in bulk, either for the large trading companies bearing such household names such as the English, Dutch, Danish or Swedish East India companies (EIC, VOC, DAC or SOIC, respectively), or, in the case of private traders, for private companies and individual investors. These shopping activities formed the core business of the China trade. At the same time, the traders also made personal purchases, on a much smaller scale, of items for personal use for friends and family, or for sale upon their return home.

The shopping list of Benjamin Shreve of Salem serves as a sample of what could have been the personal orders of a trader: ‘1 lady’s parasol, 6 mother-of-pearl spoons, 10 tin saucers for Mandarin cups, 2 ‘teeth’ brush cases with covers, 2 ‘conscience’ cups (material of the cup unknown), 2 tubs of sugar candy, and several jars of dried candy and preserves for which his wife had requested.’¹ Besides this personal list, he also bought silverware, tortoiseshell combs, lacquerware, silks, china and nankeens for his wife and his investors.² What Shreve had been doing was what many other western traders were doing, that is, besides making bulk purchases in China trade commodities, they spent days in and out of the shops at Canton buying

* Ph.D. candidate at Sun Yat-sen University, Guangzhou and Curator (Modern Art) at the Hong Kong Museum of Art. In the past several years, she has been responsible for research, curating, publication, and acquisition of the Historical Pictures Collection at the Hong Kong Museum of Art. Her research focuses on the dating and authentication of Cantonese export paintings and the special nature of commodity art in China trade. She co-authored *Images of the Canton Factories 1760-1822: Reading History in Art* (2015) with Paul A. Van Dyke.

Candidata a doutoramento na Universidade Sun Yat-sen, Cantão, e curadora no Museu de Arte de Hong Kong, onde foi responsável pela pesquisa, curadoria, publicações e aquisições da Coleção de Pintura Históricas. Publica regularmente artigos sobre a datação e a natureza especial dessas pinturas e é co-autora da obra Images of the Canton Factories 1760-1822: Reading History in Art (2015) com Paul A. Van Dyke.

HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY

small orders of locally-produced arts and crafts and also tea, and wine and food in small quantities for personal use. These items were, just as Sir John Francis Davis generalised, ‘smaller articles not restricted to Hong merchants’.³ Most of these items were export ware, but there were exceptions. Antique shops along Curiosity Street offered Chinese antiques that were not necessarily export ware. Antique vases were much more expensive than the current ones (most export porcelain was described as ‘modern’) in these large, handsome museum-like shops.⁴

Traders were not the only foreigners walking around Canton spending days on personal shopping; they were joined by many other foreigners, who also wrote about the shops and their shopping experiences. According to a mid-19th century narrative on shopping in Canton, a ‘stranger in China may go from one store to another every day in the year ... Men, none but men, he sees at every turn’.⁵ Although the author was in fact noting the awkwardness of never meeting any ladies in the shops, where they would normally be found in the West (foreign women were not allowed in the city), rather than describing shops packed with men, we could still catch a glimpse of the narrow streets packed with busy foreign shoppers.

SHOPPING IN CANTON WAS DISAGREEABLE?

While this last imagery of foreign men in the hustle and bustle of shopping suggests the popularity of the activity, another account presents a contradicting scenario. John Francis Davis was particularly descriptive about the unsatisfactory conditions of shopping in China Street:

These (foreigners) are attracted to the several shops by inscriptions, in the European character, which sometimes promise more than they perform; as when the dauber of truculent likenesses calls himself a ‘handsome-face painter’, &c. The shops, instead of being set out with the showy and sometimes expensive front of an English or French boutique, are closed in by gloomy black shutters, and very ill lit by a small skylight, or rather a hole in the roof. The inmates, instead of showing the civility and alacrity of shopkeepers in London or Paris, and anticipating demands of their customers in the display of their

goods, slowly, and sometimes sullenly, produce the articles from their cases and cupboards as they may be asked for; so that shopping at Canton is far from being an agreeable pastime.⁶

Next he went onto describe Hog Lane, a well-known alley, where evil prevailed, or so it seems:

nothing so narrow or so filthy exists in a European town. The hovels by which it is lined are occupied by abandoned Chinese, who supply the poor ignorant sailors with spirits, medicated to their taste with stimulating or stupefying drugs; and, when the wretched men have been reduced to a bestial state by these poisonous liquors, they are frequently set upon by their wily seducers, and robbed as well as beaten ... the Chinese at length made their singularly unreasonable demand for payment, as, perhaps, a few *dollars* for what might be worth a few *pence*.⁷

To recapitulate Davis’ observation, there were at least a few very prominent characteristics that made shopping in Canton ‘far from being an agreeable pastime’, first of which would be boastful advertisements; secondly, unattractive display; then unenthusiastic shopkeepers, followed by those who literally plundered and cheated their customers.

In fact, if Davis’ portrayal was the only reference we had, then we would easily think that the shopping experience in Canton was indeed unbearable: there were nothing more than a couple of narrow dirty streets lined with tiny gloomy shops run by nasty Chinese proprietors. Yet, many other accounts present a very different picture and contradict Davis’ view in every respect. First, Davis only talked about two streets. It is unclear whether he was only referring to what he witnessed in these two streets, when there were in fact more shopping streets in the vicinity of the factories. He mentioned other streets in other parts of the book.⁸ But in reference to shopping, he only referred to China Street and Hog Lane, which does not present a complete picture.

During the 18th and 19th century, Canton was one of the greatest shopping centres in Asia, where foreign traders, or shoppers, had access to a cluster of shops and streets within and beyond the foreign factories in the south-western suburb of Canton.⁹ Within the factory quarters, the shopping streets most frequented by the westerners were Old China Street and New China Street.¹⁰ A third street, Hog Lane, was indeed mostly

where sailors went for liquor and small souvenirs, with many shops being of often substandard quality.¹¹

There were other shops and more choices if one went beyond the factories. Even though officials forbade foreigners from wandering outside of the foreign quarter, they did so anyway.¹² They were often seen on Lunehing Street—a north-south street that was positioned to the west of the factories.¹³ They also wandered to the north of the factory area on a street that ran perpendicular to the factories and parallel to Thirteen Factory Street. This avenue was known by westerners as ‘Curiosity Street’, as well as other names.¹⁴ To the northeast of the factories, they visited a place known as Carpenter Square. It lay to the east of Thirteen Factory Street beyond the Creek. The shops were laid out in this area in the form of a parallelogram, which is probably why it was called a square.¹⁵

Another popular stop was Picture Street, but its exact location is unclear. It nonetheless left quite an impression on those who ventured there, because it was full of shops specialising in glass manufacturing, where glass paintings ‘in extremely brilliant hues’ were displayed for sale.¹⁶ Foreign shoppers even ventured across the river to Honam Island. Honam was a popular shopping centre in the third quarter of the 19th century; its shopping streets were described as similar to those in the ‘old’ factories. Shops exclusively for Europeans were to be found in several streets. Unfortunately, the Chinese names of these streets and their location were not identified. Among them, Club Street was better known and was said to be close to the Red Fort. Nearby there were shops for cheap European goods and provisions.¹⁷

Most streets were grouped according to their specialty; this was some kind of a custom in Canton, where each branch of trade had its distinct and separate locality. Charles Lockyer, who was in China in 1704, noted such business patterns. While the mercers had the whole street to themselves, they were not the only merchants who occupied an entire district. ‘The Bamboo Cap-makers, Laquer-men, Smiths, and others, have some part or other in the Town...for their Trades’.¹⁸ From then on and all the way to the 19th century, the local custom of allotting each trade to particular streets was upheld. Bryan Tilden recorded in his 1818-1819 journal that he saw ‘shoe makers in one street, and tailor etc etc. in another’.¹⁹ Those who came later also remarked that it was customary to see,

on each side of a certain street, rows of shops in which commodities of one and the same kind were offered for sale. The shops of other streets would have items from another industry.²⁰ Davis also mentioned that ‘several streets are commonly devoted to distinct trades... Curiosity-street (as the English call it) is devoted to the sale of antiques... Apothecary-street is full of druggists’ shops’,²¹ but he also remembered an exception: China Street contained shops which dealt in ‘carved and lackered [*sic*] ware, silks, and other articles in common demand by strangers’.²² As a different addition to local custom, the arrangement of gathering different trades on one street at the heart of the foreigners’ living quarters offered immediate convenience.

This part of Davis’ recollection coincides with what other travellers remembered, such as James Wathen, who concurred that ‘the streets within the factory quarters sold all for convenience’.²³ Unlike the streets or districts that were restricted to one particular trade, the streets within the foreign quarter had shops of all kinds of goods for sale. On the two China Streets, Osmond Tiffany from Baltimore recalled that a customer could find almost everything produced in China, and the variety was just ‘too numerous to mention’. In his recollection, there were shops that sold porcelain, silverware, jewellery and ivory on these two streets.²⁴ Other shoppers also remembered the ivory shops on China Street where one could buy the best ivory.²⁵ A black and gilt lacquer folding fan in the Hong Kong Museum of Art collection came from Houqua Lacquered Ware at No. 15 New China Street,²⁶ next to Tinquá’s famous painting studio at No. 16.²⁷ Other records indicate that further down the street at shop No. 17 was another lacquerware man named Hipqua.²⁸ Clearly, these streets inside the factory quarter were not dedicated to a single commodity but were lined with different shops, offering a wide variety of merchandise.

DARK GLOOMY SHOPS?

Davis opined that shops in Canton were no match for those in London or Paris, but other visitors’ accounts disagree with this picture. A French visitor was so impressed with the shops and the animated streets that he thought he was strolling in Paris.²⁹ The charm of shops and shopping in Canton, and its entertaining and colourful nature was most vividly captured in a mid-19th century memoir:

HISTORIOGRAPHY

... a European feels in the situation of a child, taken, for the first time in his life, into a large toy-shop containing what he considers a world of wonders.... One object after another is taken up and examined and thought well worthy of bearing home, but is quickly eclipsed by the next thing which comes to hand. On the first visit to these shops, scarcely any purchase is made, because you feel a desire to possess the whole.³⁰

This is not the only description of the 'toy-shop' fascination; there are others. The shopping alleys near the factories and the streets along the periphery were lined with shops providing a staggering selection of goods and crafts made in China exclusively for the foreign clientele. One of the highlights of shopping in Canton was no doubt the stupefying experience of finding oneself in a treasure trove of ingeniously designed and finely executed products, nicely captured by the colourful portrayal of the wonderful display quoted earlier. The displays aimed to overwhelm, to create a sense of awe. To ensure an impressive effect, one strategy was to fill a relatively small space with a large number of items. Another tactic was to please the eye; for instance, vases of enormous size would be displayed to show the richness of their colour and to attract attention. Items that required specific skills to make would also be showcased. These included porcelain pagodas, fountains, and waterfalls that were admired for the ingenuity of their construction.³¹ In fact, the intelligently designed displays were meant to manipulate and were undoubtedly proven over time to be successful, accounting for almost all shops adopting a similar approach. The effectiveness of the strategy was aptly recapped by a traveller: 'The Cantonese take great pains to make their goods strike the eye, and sell well'.³²

The visual impact of the shops and the attractiveness of their displays have created lasting memories, 'The display of rich silks at the mercers, gave us equal pleasure and astonishment'.³³ In fact, paintings adopting a shop as its subject matter became a genre by itself in Chinese export painting (Fig. 1). This painting clearly shows that the subject matter, and thus the selling point, is the magnificent display inside the shop. The British Museum has in its collection a series of drawings, possibly a repertoire of templates of this

genre.³⁴ The emergence of this genre as memorabilia confirms that the display of the shop was a phenomenal experience in Canton.

Attractive displays might contribute to an enjoyable visit but were certainly not the most essential part of shopping itself. No matter how sensational, or how carefully engineered, shop display would only be a decor if there was no-one to conduct the sales. The maestro of the shop was the shopkeeper, and sometimes also the proprietor. What were these men like?

HALFHEARTED SHOPKEEPERS?

As mentioned earlier, shopping in Canton was not fun for Davis, partly because the shopkeepers were not eager at all. Some went so far as to drugging, robbing and overcharging their customers. One of the worst experiences William Hickey, a young EIC cadet, had during his stay was being tricked by a shopkeeper and paying double for some silk stockings.³⁵

As far as eagerness was concerned, it could be true that some shopkeepers did manifest extreme contrast in enthusiasm. Tiffany vividly caricatured the bipolar behaviour of one of them. This shopkeeper did not bother to move or open any showcase for those who looked around. But when a customer showed intention to buy, he darted out 'like lightning', dived 'to the very darkest corners of his cases' and showed his goods 'with the greatest good humour ten thousand times'.³⁶

The fervent behaviour of this shopkeeper at the occasion of a possible deal—laughable as it may seem—contradicts the half-hearted image portrayed by Davis. In fact, Tiffany himself recalled another incident when the purser of Cumchong's porcelain shop on Old China Street assiduously took down every piece of chinaware on the shelves for anyone who seemed interested.³⁷ The impressions that other foreign customers had of these shopkeepers were often characterised with pressing eagerness and enthusiasm. In his 1811-1812 journal, James Wathen remembered the shopkeepers as 'extremely attentive and obliging'.³⁸ Toogood Downing's 1836 memoir noted that the shopkeepers took the greatest pain to please, and were always eager to serve, even when the customer had no intention to purchase.³⁹ Dr Melchior Yvan, surgeon to the French Embassy of 1844-1846, remembered that on both New and Old China Streets, 'as soon as a European heel resounds on the granite, every door



Fig. 1. A Lacquer Shop, Guangzhou, 19th century. Guan Lianchang (active mid-19th century). Gouache on paper. 57 x 45 cm. Hong Kong Museum of Art. (AH1975.0002).

HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY

exhibits a Chinaman with a naked head and a flat face, lighted up with an assumed smile, which is intended to tempt a customer to his shop’.⁴⁰

Apart from drive and determination, the shopkeepers were also remembered as shrewd dealers, more or less honest, but certainly well-qualified for their business. Some shopkeepers were of course equipped with common tricks, such as loose referrals to places of origin to help complete a sale. Whenever these salesmen tried to convince, they would say the products came from Nanking, ‘when they have a mind to praise their goods, they say that they come from Nanking, viz., Nanking silk, Nanking ink, Nanking fans, and even Nanking hams’.⁴¹ Or in another case, ‘Any thing rather out of the common way these shrewd shopkeepers will insist comes from Nanking . . . while any thing absolutely unique and scarce comes from Souchow, that being the Mecca of Chinese imagination’.⁴² Another known trick was exclusivity. They would not hesitate to claim that they were selling the exclusive, with a good deal of dramatic flair, to the point where they would actually shut the street-door to ‘prevent the neighbours spoiling the market’, before they let their customer examined the ‘treasure’.⁴³ Knowing the power of word-of-mouth and that customers were more likely to return if they got a good bargain, shopkeepers did what they could to make it an enjoyable experience. No one should ‘lose face’ in China, especially not a customer, so the shopkeeper would always complain that they did not make any profit.⁴⁴ Depictions of these practices give us a vivacious image of these smart businessmen.

OUTRAGEOUS PRICES?

These tricks of the salesman were not exclusive to 18th and 19th century Canton. Shopkeepers of all times and periods and in all locations throughout the world adopt similar tactics to lure a customer and win a sale. In fact, employing a few tricks is indeed good business so long as the customer is satisfied. Davis’ remarks seem a bit exaggerated and certainly do not represent the majority of western patrons’ opinions. While he accused the Chinese shopkeepers for overcharging their customers, many other shoppers in Canton remarked how reasonable the prices were, which was obviously necessary in order to carry on a competitive business.

When it came to shopping, most visitors turned into keen traders, and became highly sensitive to quality. Many records show customers constantly comparing the quality of different products, and meticulously noting down minute differences so that they could make the best judgment as to which one to buy. Their sensitivity to quality was shown by the fact that they were not just interested in local Chinese products when they simply wanted the best. Cotton fabrics from Madras and other cities in India, for example, were known for their dexterity and long-lasting colours. Madras linen and handkerchiefs were supplied by the English ships, and could be conveniently bought in Canton.⁴⁵ When the traders found goods of better quality, they would not restrict their purchase to Chinese products.

This was what happened with export ware. Just like any other goods, export art was closely examined by the scrutinising customers. Chinese lacquerware, for example, was considered inferior to Japanese lacquerware by many foreigners.⁴⁶ Chinese ivory, on the other hand, was considered ‘far superior to any to be found elsewhere’.⁴⁷ Porcelain, by the early 19th century, began to show a decline in popularity in the face of European competition, ‘There was nothing to attract the particular notice of an Englishman in their porcelain—our own manufactories producing ware infinitely superior in elegance, taste, and materials’.⁴⁸ Silverware was still regarded as worth the price due to fine craftsmanship.⁴⁹ As for paintings, flowers and insects, or flowers-and-bird genre paintings were thought of as ‘bien supérieures’ (much better) than those in Europe.⁵⁰ Gold was considered far purer than what could be found in Europe.⁵¹

With a good idea of the type and the quality of goods in the market, foreign customers were also very sensitive to prices. Many of them made meticulous notations about prices and quality of all sorts of products, even those minor items meant for personal use.⁵² What matters most, for this discussion, is not the actual prices themselves, but whether those figures represented ‘value for money’. A comment on export paintings on pith paper certainly justified a satisfied customer: ‘They cost, for the usual class of excellence, from one to two dollars a dozen; which is not high, when we consider their truth, the time spent upon them, and the variety of colours employed’.⁵³ Upon utmost appreciation of the intricateness of the ivory ball, John Barrow who visited China on the 1792-1794

Macartney Mission, commented that ‘A very small sum of money is the price of one of these difficult trifles ... and other trinkets and trifles, are executed in a neater manner and for less money in China than in any other part of the world’.⁵⁴ Comparison between markets were also noteworthy, a set of ivory chess pieces which cost in the 19th century ‘twenty or thirty dollars in the United States, may be obtained in China for eight or ten [dollars]’.⁵⁵ The Cantonese shops were aware that low prices, or below-market prices, gave them a niche in the market. With workmanship of superior quality, Canton products were often found to be much cheaper than in foreign countries, which many satisfied customers attributed to the cheapness of labour in China.⁵⁶

No other example would testify to such awareness better than that of Lamqua, who sold his paintings at a price significantly undercutting that of George Chinnery, the only European professional painter on the China Coast,⁵⁷ by charging 80% less. A physical comparison (Fig. 2a and 2b) not only

shows that the two artists must have been serious rivals; it also testifies that Lamqua’s work was worth every single (Spanish) dollar. Competitive pricing was crucial to business in view of the level of sensitivity of customers in examining and determining which item was the best value for their money. Being competitive was how the shopkeepers stayed in business, and not by overcharging and mistreating customers as Davis’ comments suggest.

BOASTFUL IN QUALITY?

Price was important, which meant cheap labour was also important. But an over-emphasis on these concerns might jeopardise quality, which was not good for business. Quality was often of utmost importance to foreign consumers. Davis mentioned that the shopkeepers ‘sometimes promise more than they perform’, but other visitors reported otherwise. Very often, it was simply outstanding Chinese craftsmanship,

Fig. 2a. Self-Portrait. c. 1840. George Chinnery (1774-1852). Oil on canvas. 23.5 x 18.4 cm. Collection of the Peabody Essex Museum, Salem, Massachusetts. Gift of the Friends and Fellows of the Peabody Essex Museum, 1962 (M11510).



Fig. 2b. Portrait of George Chinnery. Mid-19th century. Lamqua (active 1825-1860). Oil on canvas. 24.7 x 19 cm. Hong Kong Museum of Art (AH1991.0003).



HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY

or how it was performed, that impressed these visitors. Charles Gutzlaff highly complimented Cantonese crafts and their quality: ‘When a foreigner for the first time arrives in Canton, he is struck with the ingenuity of the Chinese artisans [*sic*]. They possess considerable skill in working ivory, mother-o’-pearl, and tortoise-shell; in manufacturing trinkets, furniture, and silk piece-goods’.⁵⁸ These were the types of goods that were sold in the shops. They were popular not only because they were cheap, but because they were of excellent quality. Today, many such items are kept in the collections of museums all over the world because they exemplified the high artistic and technical level of Chinese export art.

Quality was often seen not just in craftsmanship but in service as well. This sensitivity was mirrored in tailor-made products and services. The customers were often pampered by the shopkeepers. The acclaimed success of the *Guangcai* ware in the export porcelain business testifies to the success of this strategy. By setting up workshops in Canton to take over the decorative processes of Jingdezhen, the porcelain dealers found the perfect means of catering to their customers’ needs. Not only was porcelain painted to order, but customers even chose the patterns or combination of patterns on the spot, and in the workshops.⁵⁹ They added European designs as well, such as cyphers and coats of arms. Barrow was referring to the special service of *Guangcai* ware when he noted that ‘Great quantities of porcelain are sent from the potteries to Canton; perfectly white, that the purchaser may have them painted in his own pattern’.⁶⁰

Products by commission or special order were also offered in other businesses. In the Natural History Museum, London, is a collection of watercolours commissioned by English naturalist John Reeves. Reeves was appointed Inspector of Tea for the EIC in 1808, and was sent to Canton from 1812 to 1831, where he engaged a few Chinese artists to paint, under his supervision, over two thousand Chinese natural history watercolours.⁶¹ These paintings are realistic and naturally rendered and do not exhibit any of the gaudiness often seen in typical Chinese export botanical paintings. They are meant to be accurate pictorial documents of the botanical specimens Reeves collected.⁶² They are examples of paintings by specific order. Artists were eager to cater to other special requests. Pehr Osbeck, for example, mentioned that

the Europeans often brought glass to Canton to have it painted with roses and flowers by Chinese artists.⁶³ Almost any type of product could be ordered from the Canton shops.

Another type of special order that these Chinese export artists were so famous for was to make copies or duplicates on demand. Carl Crossman, former curator of the Peabody Museum, remarked that oil paintings based on western prints were very popular and were produced in large numbers. He discovered that certain examples in the Peabody collection are extremely faithful to their originals, so faithful that it is difficult to distinguish that they are copies. He further notes that some of them have passed for western works.⁶⁴ The quality of the Cantonese copies was well-known at the time. Soon after George Washington sat for Gilbert Stuart for a portrait in 1795, numerous copies were made across the ocean in Canton and brought back to America. Gilbert was deeply troubled by the competition between him and these excellent copies to the point where he took legal action to prevent their sales in America.⁶⁵ This is mirrored by Barrow’s comment, ‘The coloured prints of Europe, that are carried out to Canton, are copied here with wonderful fidelity’.⁶⁶ To date, many extant examples testify to these copies.⁶⁷ Sometimes the customers would bring their own work to Canton to be copied. Wathen requested the artist Tanqua to make copies of his own sketches, which were executed to his satisfaction.⁶⁸

It is uncertain how many items were specially ordered each year, but judging from Benjamin Shreve’s list, some foreign customers were quite fussy. In one letter, the requester drew out the sizes and designs of the four types of tortoiseshell combs he wished Shreve would acquire for him. Another request was also quite specific: ‘The waiters of the oval form, extended like those at your house, the common ovals hold much less than yours’, and a diagram accompanied this note.⁶⁹ Such minute attention was part of large company orders as well. Company officers would pass the specific details to the Hong merchants, who in turn had the items made. The individual traders often simply went to a shop to place their orders, and found the keepers just as accommodating to their demands. Shoppers of both large and small quantities were all very well taken care of.

Many items have survived from the trade and testify to the great attention that Canton artisans paid

to individual interests. One such typical feature was a crest or a cartouche pattern that provides a ground for initials or monograms to be added. While the fan in Fig. 3 might have been made during the off-season months (February to June), the monograms would have been added when the customers sent them the required initials to be inscribed on the items. The customers might even wait on site themselves for the items to be finished. This very common feature epitomises the customer-oriented mentality that characterises Cantonese shops.

STILL FAR FROM AN AGREEABLE PASTIME?

Other marketing tactics testify to the fact that the Cantonese shops went to extraordinary measures to ensure that their customers had a truly enjoyable experience. They offered behind-the-scenes tours. Many of these shops, except those selling antiques, were hybrid workshops, combining sales with fabrication. To have products made in the shops seems to have been a common Cantonese, if not Chinese, mode of business. Many examples in the above-mentioned British Museum collection of line drawings of shops show actual manufacturing in the shops.⁷⁰ Osbeck visited a workshop on the second floor of a vault inside a shop where a famous ‘face-maker’ was at work, making figures for customers.⁷¹ Wathen noted on ‘China Street, as well as all the others which we were permitted to see . . . The ground-floor of every house is a shop, and the upper stories workshops and lodgings’.⁷² The painting shop-studio of Lamqua best exemplified this combination of a shop and a workshop. The combination was a very effective marketing strategy; it offered a demonstration of the manufacturing process, which was a major customer attraction, together with the convenience of onsite purchase of the final products after the customer enjoyed the demonstration. It is a strategy used by many shops nowadays.

Most of the shops in the factory area offered such a demonstration tour. Hickey remembered very well his visits in 1769 to a chinaware workshop, the work place of fan makers, workers in ivory, japanners, jewellers, and all the various artificers of Canton. He recalled equally well watching celebrated painters working upon glass.⁷³ On another occasion, he and his friend Pott went to watch a Chinese who made portrait figurines in clay

at his shop near the factories.⁷⁴ Staunton witnessed the manufacture of Chinaware and Chinese looking glass, probably mirrors.⁷⁵

Many other shops had their own workshops close by, very often at Honam, and frequently arranged for customers to visit. Some of these workshops were offsite venues or warehouses. Tiffany was led by the owner of a lacquerware shop on China Street to visit his workshop in ‘a different part of the suburbs up the river’.⁷⁶

These behind-the-scenes visits were usually an agreeable experience for the bored and stressed western traders, which is why they were often recorded in diaries and memoirs. These tours and demonstrations were more than simply entertainment; they were undoubtedly given in order to entice the customers to purchase something. After visiting a lacquerware workshop and overseeing the production, Tiffany was so impressed by the excellence of craftsmanship, particularly appreciating the time taken—six entire weeks—to paint a lacquer fan, that he bought the fan.⁷⁷ Thus the visit reinforced the ‘value for money’ notion; a notion well-recognised by these foreign customers, as discussed above. For instance, when visiting the artist Sanhing, Wathen saw his pupils copying some English prints with a great deal of devotion and effort to the point that the visitor worried for them, ‘Their progress was very slow; and unless they had high prices for their copies, they would never make their fortune by their labour’.⁷⁸ From our earlier discussion of prices, we can see that these artists would not likely charge high prices for their copies, as that would discourage the customers from returning and others from coming. The painstaking efforts that were employed behind the scenes in making the items reconfirmed to the customer that they were getting value for their money.

Of all the workshop visits, one shop which seemed to have offered the most intriguing and most popular behind-the-scenes tours was Lamqua’s export painting shop-cum-workshop. Its popularity was unquestionable; the following is what one visitor recalled:

Those who have been at Canton of late years, cannot fail to recollect the shop of Lamquoi (Lamqua) the painter. His house is the resort of all those who wish to pass away an hour in a pleasant and agreeable manner . . . a stranger has access to any part where he may choose to wander, and different branches of the business are transacted on each of the floors.⁷⁹

HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY



Fig. 3. Black and Gilt Lacquer Folding Fan Decorated with Floral Design. 19th century. 26 x 43.5 cm. Hong Kong Museum of Art. (C1999.0012).

Not only were customers allowed to freely wander about and look around, but they would be offered information and explanations. ‘The Chinese are not at all discomposed by the presence of strangers . . . and show the greatest willingness to answer any question’.⁸⁰ This direct contact is a feature worth noting. Lamqua was certainly not only a master in his profession of art, but he was also a master in marketing. Visitors to his studio would find him often communicating directly and personally with his customers. ‘The painter himself stands at his easel, generally incommoded by the numerous visitors . . . who cram in to watch his proceedings’.⁸¹ He would be conversing with them in English.⁸² He was even as eloquent as to extend his conversation to non-art subjects. Arthur Cynynghame remembered very well discussing politics with him.⁸³ Apparently, a visit to Lamqua’s studio-cum-shop was far more memorable for Cynynghame than an ordinary shopping trip. No wonder his shop was a resort to

those who wished ‘to pass away an hour in a pleasant and agreeable manner’. It epitomised the strength of the Canton shops and the shopkeepers who ran them, defying with its success adverse opinions, such as those from Davis, of the profession.

CONCLUSION

The foreign community in Canton was not easy to please. Most of them were capable businessmen and top-notch negotiators, with specific and fussy demands. Even in this environment, many of them seemed to enjoy the experience and held a high regard for the service and the products provided by the Canton shops. We have read about disappointments, highlighted somewhat by Davis’ rather negative commentary, criticising the use of boastful advertisements, unattractive displays, and the misconduct of shopkeepers. Other visitors, however, recounted the extraordinary shopping experience they

had had in Canton. They are representative of the success of the shopkeepers to please their customers. As a result, many other foreigners were attracted to Canton as well. Convenience was a key factor in making the shopping experience a pleasant one. Not only were the shops located within the foreign factory compound, but there were shopping streets in close proximity to where foreign customers came to visit on a daily basis. As soon as they passed the shops, the overwhelming displays drew them in, and ensured that they would at least have a look inside. The extraordinary display of high quality and fascinating items were all the enticement many visitors needed to make the next step through the door. While they were being dazzled by the splendour of the items on the shelves, the next and most important factor—the shopkeeper—entered on stage, with all his mastery in manipulation and bargaining, which many traders warned about in their memoirs. And those who had heard of shopkeepers who cheated, they might be relieved to find lots of top quality goods often supplemented with tailor-made service at below-market prices, instead of dishonest shopkeepers.

One last argument against the prejudiced statement denoting that shopping in Canton was disagreeable could be the enjoyment shared by many during the special site visits and behind-the-scenes tours where the manufacturing process was put on display. These bonus events often impressed and induced potential customers to buy by showing the strenuous task behind the making of a product. The experience was inherently local in the sense that it tallied with the operation mode of these Cantonese shops; they were often a combination of a shop and a workshop, with retailing and manufacturing under one roof, or if not, the workshop would be close by. Judging from illustrative narratives by impressed customers, shopping must have been an agreeable and entertaining event, a colourful interval in a somewhat ‘laborious, monotonous, contemplative’ sojourn.⁸⁴ **RC**

Author’s Note:
This paper is part of the author’s doctoral thesis.

NOTES

1 Benjamin Shreve came to China as supercargo and captain of the *Governor Endicott* in 1819, but also sailed to China in 1815, 1816, 1817, and again in 1820 on the *Coronet*. The quoted list was of his voyage in 1819/20, extracted from the Shreve papers in the Peabody Museum, see Carl L. Crossman, *The Decorative Arts of The China Trade: Paintings, Furnishings and Exotic Curiosities* (Suffolk: Antique Collectors’ Club, 1991), pp. 21, 31, 33.

2 Crossman, *The Decorative Arts of The China Trade: Paintings, Furnishings and Exotic Curiosities*, pp. 21-33.

3 John Francis Davis, *The Chinese: A General Description of China and its Inhabitants* (London: Charles Knight, 1840), II, p. 10.

4 Osmond Tiffany Jr., *The Canton Chinese, or The American Sojourn in the Celestial Empire* (Boston: James Munroe, 1849), p. 90.

5 *Ibid.*, II, p. 59.

6 Davis, *The Chinese: A General Description of China and its Inhabitants*, II, p. 24.

7 *Ibid.*, II, pp. 24-25.

8 *Ibid.*, II, p. 9. He described Carpenter Street, Curiosity Street and Apothecary Street and the business conducted in these streets.

9 For a comprehensive description of the location of the streets and on what they sold, see Patrick Conner, *The Hongs of Canton* (London: English Art Book, 2009), pp. 75-88.

10 The origins of the name of these two well-known streets has been debunked. It is a common belief that there was three shopping street in Canton: New China Street, China or Old China Street and Hog Lane. Recent research has found that there was only Hog Lane before 1760, and New China Street was only created after the 1822 fire, see Chapter 9 in Paul A. Van Dyke and Maria Kar-wing Mok, *Images of the Canton Factories 1760-1822: Reading History in Art* (Hong Kong: Hong Kong University Press, 2015).

11 See Alfred Spencer, ed., *Memoirs of William Hickey (1749-1775)* (London: Hurst & Blackett, 1913), p. 226; Tiffany, *The Canton Chinese, or The American Sojourn in the Celestial Empire*, p. 60; Melchior Yvan, *Inside Canton* (London: Henry Vizetelly, 1858), p. 41.

12 For issues on restrictions in access for westerners in Canton, see Maria Mok, ‘Some Restrictions on Westerners in Canton in the First Half of the 19th Century. A Study based on the Hong Kong Museum of Art Collection’, *Arts of Asia* 41: 4 (2011), pp. 102-115.

13 Like many names of people and places in China trade histories, multiple spelling was used for this street; it was also known as Leuenhing Keae, or Lunehing Kai, and 联兴街 in Chinese. It was a very busy street: ‘As you pass along the street, you will see on your right and left, and sometimes almost blocking up the way, priests, necromances, workers in iron, brass, wood, etc; apothecaries, victualers, changers of money, and retailers of almost an endless variety of commodities’. See *The Chinese Repository*, 1835, Vol. 4, May 1835-Apr. 1836, p. 535.

14 The exact location of the Curio Street, also called Physic Street, and in Chinese Tsiang Lan Kai 柴栏街, is noted in N.B. Dennys, Wm. Fred

HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAPHY

15

Ibid.

16

Tiffany, *The Canton Chinese, or The American Sojourn's in the Celestial Empire*, p. 104. This may also be Looking-glass Street that Benjamin Ball visited in 1848, see Conner, *The Hongs of Canton*, p. 88, note 31.

17

See Dennys et al., *The Treaty Ports of China and Japan*, pp. 181-182.

18

Charles Lockyer, *Account of the Trade in India* (London: S. Crouch, 1711), p. 163.

19

Bryant P. Tilden MH-219 Journals (Typscript) 1815-1837, p. 192.

20

John Henry Gray, *Walks in the City of Canton* (Hong Kong: De Souza, 1875), p. 20.

21

Davis, *The Chinese: A General Description of China and its Inhabitants*, II, p. 9.

22

Ibid., II, p. 24.

23

James Wathen, *Journal of a Voyage in 1811 & 1812 to Madras and China* (London: J. Nichols, Son, and Bentley, 1814), pp. 192-193.

24

For colourful details of shops, see Tiffany, *The Canton Chinese, or The American Sojourn's in the Celestial Empire*, pp. 68-75.

25

Félix Renouard de Sainte-Croix, *Voyage commercial et politique aux Indes Orientales* (Paris: Archives du Droit Français, 1810), III, p. 191.

26

This fan (Accession no. C1991.0001) entered the museum collection with a box that still carries a label with name and address of the shop.

27

The address of Tingqua's studio is inscribed with the date of the 4th year of Xianfeng period (1854) on the cover page of an album in the collection of the Hong Kong Museum of Art (Accession no. AH1975.0001).

28

Hipqua's lacquer shop at 17 New China Street was noted by Crossman, see Crossman, *The Decorative Arts of The China Trade: Paintings, Furnishings and Exotic Curiosities*, p. 336. Another address was: the first shop on Club Street, See Dennys et al., *The Treaty Ports of China and Japan*, p. 182. This shows that these shops might moved to different locations.

29

P.C. Briand, *Les jeunes voyageurs en Asie, ou Description raisonnée des divers pays compris dans cette belle partie du monde* (Paris: Chez Hivert, 1829), p. 10.

30

C. Toogood Downing, *The Fan-qui in China in 1836-1837* (London: Henry Colburn, 1838), II, pp. 49-50.

31

Ibid., II, pp. 74-75.

32

Remark made by Olof Toreen who was in China from 1750 to 1752, in Pehr Osbeck, *A Voyage to China and the East Indies* (London: Printed for Benjamin White, 1771), II, pp. 244.

33

Wathen, *Journal of a Voyage in 1811 & 1812 to Madras and China*, p. 189.

34

The author is grateful to Prof. Paul van Dyke and Dr. Susan Schopp for bringing the said collection to her attention. There are at least 230 pieces of drawings, ink on paper, bound in 4 folders, in the British Museum collection.

35

Spencer, ed., *Memoirs of William Hickey (1749-1775)*, p. 226.

36

Tiffany, *The Canton Chinese, or The American Sojourn's in the Celestial Empire*, pp. 61-62.

37

Ibid., p. 69.

38

Wathen, *Journal of a Voyage in 1811 & 1812 to Madras and China*, p. 187.

39

Downing, *The Fan-qui in China in 1836-1837*, II, p.54.

40

Yvan, *Inside Canton*, p. 51.

41

Olof Toreen in Pehr Osbeck, *A Voyage to China and the East Indies*, II, p. 244.

42

Tiffany, *The Canton Chinese, or The American Sojourn's in the Celestial Empire*, p. 64.

43

Downing, *The Fan-qui in China in 1836-1837*, II, pp. 63-64.

44

Tiffany, *The Canton Chinese, or The American Sojourn's in the Celestial Empire*, p. 64.

45

Pehr Osbeck, *A Voyage to China and the East Indies*, I, p. 242.

46

Sainte-Croix, *Voyage commercial et politique aux Indes Orientales*, III, p. 193. Also in Charles Gutzlaff, *China Opened* (London: Smith, Elder and Co., 1838), II, p. 146, where he commented 'Chinese lacquered ware is inferior to the Japanese'.

47

Wathen, *Journal of a Voyage in 1811 & 1812 to Madras and China*, p. 188.

48

Ibid. Gutzlaff's also made similar comments, 'In regard to porcelain manufactures, the Chinese have been entirely outdone by foreigners. Foreigners buy it at present, merely as a matter of curiosity', Gutzlaff, *China Opened*, II, p. 146

49

Sainte-Croix, *Voyage commercial et politique aux Indes Orientales*, III, p. 198.

50

Ibid., p. 199.

51

Tiffany, *The Canton Chinese or The American Sojourn in the Celestial Empire*, p. 73.

52

On ivory fans, first class was noted at 20 piastres, second-class at 7 piastres, and third-class at 5, see Sainte-Croix, *Voyage commercial et politique aux Indes Orientales*, III, p. 191.

53

Tiffany, *The Canton Chinese or The American Sojourn in the Celestial Empire*, p. 84.

54

John Barrow, *Travels in China from Peking to Canton* (London: Cadwell & W. Davies, 1806), p. 206.

55

Tiffany, *The Canton Chinese or The American Sojourn in the Celestial Empire*, p. 75.

56

Ibid., pp. 73, 89.

57

The price of a work by Lamqua is about five times cheaper than one by Chinnery. Patrick Conner quoted the following entries in James Matheson's personal account dated 1840-1841: \$34 and \$60 to Lamqua, and \$150 and \$250 to Chinnery, and in March 1842: Lamqua \$18.50, G. Chinnery \$100. Patrick Conner, *The China Trade, 1600-1860* (Brighton: The Royal Pavilion, Art Gallery & Museums, 1986), p. 54.

58

Gutzlaff continued in length his discussion of the quality of each type of these goods, see Gutzlaff, *China Opened*, II, pp. 142-147.

59

C. J. A. Jörg, *Porcelain and the Dutch China Trade* (The Hague: Martinus Nijhoff, 1982), p. 126.

60

Barrow, *Travels in China from Peking to Canton*, 218.

61

Conner, *The China Trade, 1600-1860*, p. 68.

62

Images of the collection can be browsed at the Natural History Museum website at <http://www.nhm.ac.uk>.

63

Osbeck, *A Voyage to China and the East Indies*, I, p. 233.

64

Crossman, *The Decorative Arts of The China Trade: Paintings, Furnishings and Exotic Curiosities*, pp. 162, 167, 170.

65

Patrick Conner and Anthony Hardy, *Paintings of the China Trade: The Sze Yuan Tang Collection of Historic Paintings* (Hong Kong: Hong Kong Maritime Museum Ltd, 2013), plate 109, p. 124.

66

Barrow, *Travels in China from Peking to Canton*, p. 219.

67

There is a highly convincing reverse-glass painting of King George III now in a private collection in Hong Kong. The painting is by Chinese hands, based on a mezzotint engraving of the 1760s. See Patrick Conner and Anthony Hardy, *Paintings of the China Trade: The Sze Yuan Tang Collection of Historic Paintings*, plate 110, p. 125.

68

Wathen, *Journal of a Voyage in 1811 & 1812 to Madras and China*, p. 188.

69

Crossman, *The Decorative Arts of The China Trade: Paintings, Furnishings and Exotic Curiosities*, p. 24.

70

One excellent example in the British Museum collection is found in an album entitled: Occupation. Trades and Shops, c.1800-1831, painted on paper, museum registration number: 1877,0714,0.501.

71

Osbeck, *A Voyage to China and the East Indies*, I, pp. 220-221.

72

Wathen, *Journal of a Voyage in 1811 & 1812 to Madras and China*, p. 188.

73

Spencer, ed., *Memoirs of William Hickey (1749-1775)*, p. 210.

74

Ibid., p. 227.

75

Staunton, *Staunton's Diary*, pp. 227-230.

76

Tiffany, *The Canton Chinese or The American Sojourn in the Celestial Empire*, p. 80.

77

Ibid., pp. 80-82.

78

Wathen, *Journal of a Voyage in 1811 & 1812 to Madras and China*, p. 188.

79

Downing, *The Fan-qui in China in 1836-1837*, II, pp. 90-96.

80

Ibid., II, pp. 95-96.

81

Ibid., II, p. 114.

82

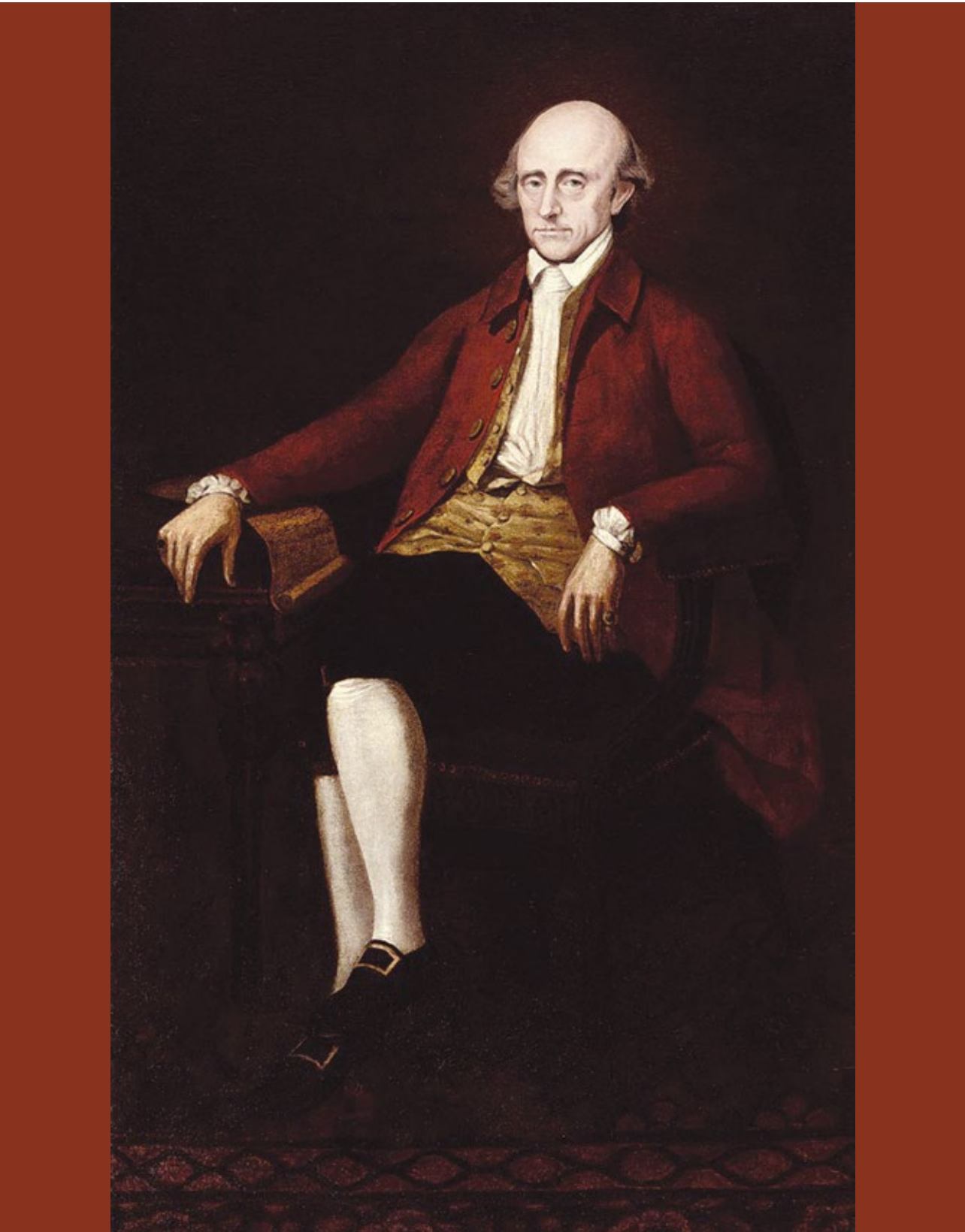
M. La Vollée, 'L'Artiste. Revue de Paris', *The Bulletin of the American Art Union* (1850), p. 119.

83

Arthur Cunynghame, *An Aide-de-camp's Recollections of Service in China* (London: Saunders-Otely, 1844) 2, pp. 98, 237.

84

Melchoir Yvan summed up life in Canton with these words to describe the western male community who according to him was either confined on the ship or in the small tract of land within the factories, while deprived of female companions, see Yvan, *Inside Canton*, p. 48.



Warren Hastings (1732-1818).

À Espera de Emigrar

O Ensino da Língua Inglesa em Goa e Macau (Século XIX)

RUI SIMÕES*



O quadro da diversidade linguística na Ásia, no século XIX, cruza de forma singular a presença das línguas locais e regionais com as línguas dos países colonizadores. As línguas portuguesa e inglesa, nomeadamente, tiveram percursos diversos de apropriação e integração junto das populações locais e acompanharam, no seu conhecimento, uso efectivo e propriedade, os modelos de integração das entidades colonizadoras ou administradoras, tanto nas práticas quotidianas como no universo simbólico das sociedades colonizadas ou sob protectorado.

O paralelo que pretendemos estabelecer para o universo da presença portuguesa na Ásia decorre da progressiva importância da língua inglesa na escolarização, pública e privada, no decurso do século XIX, para as populações de Goa e Macau, decorrente da crescente necessidade de emigrar, tanto para a Índia inglesa – sobretudo para contextos urbanos como Bombaim, Calcutá, Madrasta e Benares – e os restantes destinos da Ásia do Sudeste, como para os chamados Portos do Tratado, em particular Hong Kong.

Embora com enquadramentos distintos para os dois casos, como veremos adiante, não é indiferente a este desenvolvimento um conjunto de causas semelhantes na sua estrutura – a despeito de não ser evidente postular a uniformidade de um padrão de colonização britânico – que tanto dinamizam como condicionam os fluxos migratórios, como não é indiferente o facto de se tratar de territórios que proporcionaram, entre si, continuidades de interesses associados a rotas comerciais e a fluxos financeiros.

A abordagem dos estudos coloniais e pós-coloniais tende a incidir sobre as relações de poder entre potências colonizadoras e populações colonizadas, mitigando por vezes a atenção sobre as dimensões estratégicas e as recomposições sociais das populações locais, que decorrem da emergência de novos actores e de novos mecanismos de regulação de interesses. A leitura que daqui resulta articula atitudes tutelares, que vão de um marcado paternalismo ao estrito interesse económico, com a afirmação de alguns protagonistas locais, como parece decorrer na adopção da língua inglesa como língua veicular.

Os processos de globalização – ou mundialização – inscritos nas abordagens do colonialismo no século XIX, dão conta da existência de uma actividade financeira que associa as actividades bancárias e empresarial domiciliadas na Europa e na Ásia¹ e que tomam como palco dos seus investimentos a actividade produtiva de cidades como Singapura, Calcutá, Hong Kong ou Xangai, sem que daí decorra

* Licenciado em Antropologia [FCSH-UNL], pós-graduado em Psicologia Educacional [ISPA], mestre em Sociologia [FCSH-UNL], e doutorado em Ciências da Educação [FCSH-UNL]. Actualmente lecciona na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa. Os seus principais temas de pesquisa são sobre o “corpo e jogos tradicionais”, os “soft powers”, a “comunicação intercultural” e a “educação de matriz portuguesa na Ásia”.

Degree in Anthropology; M.A. in Sociology [FCSH-UNL]; postgraduate degree in Educational Psychology [ISPA] and a Ph.D. in Educational Sciences [FCSH-UNL]. He currently works at the School of Communication and Media Studies of the Lisbon Polytechnic Institute. His main research topics are the body and traditional games, soft powers, intercultural communication and Portuguese education in Asia.

EDUCAÇÃO

EDUCATION

uma intervenção visível dos poderes soberanos, que ora reforçam ora subvertem. Os actores privilegiados da colocação destes investimentos estão bem longe de ser exclusivamente europeus ou americanos, abarcando também um conjunto de negociantes e capitalistas de múltiplas origens²: arménios, judeus sefarditas, parsis, muçulmanos e chineses, definidos sobretudo pela sua condição plutocrática mas invocando, também, a sua etnicidade ou afinidade confessional.

As estruturas administrativas coloniais – preenchidas por quadros metropolitanos, deslocados, com condições e prerrogativas substanciais – tornaram o provimento dos seus cargos particularmente apetecido às populações locais, tanto pelas compensações (ainda que muito mitigadas em relação aos primeiros) como pela proximidade à gestão da coisa pública, pela posição de mediação obtida e pelo prestígio correspondente. Mas o aumento de envergadura das administrações coloniais, como ocorreu na Índia britânica e em Hong Kong, impôs uma cooptação de funcionários locais, pela combinação da redução dos custos e da maior eficiência, o que comportou o duplo papel de gerar uma recomposição social na população local e de, com isso, mitigar surtos migratórios mais qualificados. E é na educação, nas suas línguas veiculares, no seu projecto curricular e na sua acreditação que reside, afinal, o agenciamento deste processo.

Situado essencialmente no século XIX, o artigo procura detalhar, num primeiro passo, o contexto da adopção, na Índia britânica, da língua inglesa como língua veicular preferencial, pela combinação das modalidades de comparticipação dadas pela administração ao sistema de ensino e da abertura de cargos públicos às figuras locais assim habilitadas, procurando clarificar o impacto dessas disposições no sistema educativo da Índia portuguesa, nomeadamente em Goa; num segundo passo e algumas décadas mais tarde, procura recapitular as semelhanças do processo desenvolvido em Hong Kong, e dar conta, por seu turno, do seu impacto em Macau.

II. O nosso percurso inicia-se na Índia colonial britânica e acompanha o período de estabilização do *Raj*, a East India Company (EIC), cujo monopólio comercial, atribuído pela Coroa britânica em 1600, se configura na administração do território a partir de 1757 e se faz acompanhar por uma progressiva ocupação de territórios na Ásia, sobrepondo-se

às soberanias regionais e rebatendo os interesses portugueses, espanhóis e holandeses. Para além da actividade económica, ao longo dos séculos XVII e XVIII a EIC preocupa-se fundamentalmente com os conflitos mantidos com os potentados locais e com outras tentativas europeias de disputar a sua hegemonia. O conflito com os franceses é ultrapassado em 1760 e a Companhia domina praticamente a região, clarificando o seu papel face à Coroa Britânica entre 1784 e 1786. Após este período e até à sublevação de 1857, na Índia, a EIC renova – e revê a cada duas décadas – as condições do seu poder administrante na Índia, mesmo depois de ter perdido o monopólio do trato, em 1833.³

Ao longo do século XIX, a manutenção da estrutura administrativa e militar da EIC configura um encargo considerável, com a formação de quadros realizada em território britânico, no EIC Military Seminary, em Addiscombe (1809-1861) e no East India College, em Hertfordshire (1806-1858), dinamizado por Charles Grant). Os custos desta estrutura crescem com a efectiva penetração e abrangência da actividade colonial: a actividade administrativa e a aplicação do sistema fiscal e de licenciamentos, a regulação da ordem pública e da justiça, a instalação de um sistema de saúde de matriz ocidental e a dinamização do sistema de transportes, terrestres – nomeadamente o comboio – e marítimos, requerem um volume de funcionários que, a mimar a própria administração inglesa, fará crescer os encargos de forma geométrica. Na formação dos funcionários civis, para além das matérias específicas, os *curricula* incluíam o sânscrito, o bengali, o télugo, o hindi, o marata, o árabe e o persa e, nos militares, o urdu. A diversidade de formação linguística cumpria a filosofia dominante na Companhia – até às primeiras décadas do século XIX – de que a comunicação, a administração e os negócios deveriam ser conduzidas nas línguas locais.

Não é, pois, estranho que a possível formação de elementos da população local seja seriamente equacionada, diante da avaliação do custo efectivo destes quadros. Por seu turno, os recrutados locais recebem salários substancialmente mais baixos e dominam à partida as línguas vernáculas, integrando a sociedade indiana e a sua estrutura – nomeadamente na comunidade hindu, organizada em *varnas* e castas – onde se articulam os interesses privados de matriz local com as actividades da EIC, fruto de um conhecimento privilegiado dos seus “usos e costumes”. De resto, a tentação frequente de alguns dos quadros britânicos

migrarem para empresas próprias, pouco depois de chegar à Índia, implicava uma fórmula contratual, nem sempre eficaz, na qual esses mesmos quadros prescindiam de exercer actividade privada.⁴

Até ao *India Charter Act* de 1813, a EIC pouco se interessa pelo desenvolvimento da educação local ou orientada para os locais. Warren Hastings tinha, no século XVIII, manifestado apoio ao estudo do Persa, suportando a criação da madraça de Calcutá (1781) e Jonathan Duncan dinamiza o Sanskrit College em Benares⁵ (1791). Estas escolas, embora de iniciativa avulsa, procuram, entre outros objectivos, o provimento de magistrados em tribunais corânicos e hindus. A valorização das línguas e costumes locais foi, de modo simétrico, proporcionada aos quadros coloniais europeus na Índia através da criação do Fort William College (1800),⁶ em Calcutá. Esta posição dominante de tolerância e apoio ao ensino das línguas locais, articula-se com o estímulo à sua aprendizagem junto dos quadros britânicos e configura a perspectiva designada por *orientalista*.

As figuras que arvoram o discurso orientalista e se revêm nas suas disposições, encontram-se mais facilmente no contexto académico ou em sociedades científicas como a Asiatic Society (Calcutá, 1784) ou a Literary Society of Bombay, fundada no início do século e que, com a criação da Royal Asiatic Society (Londres, 1824), se torna a Bombay Branch of the Royal Asiatic Society (1830). Para estes, a tradução associa-se a um conhecimento profundo das línguas locais,⁷ englobando o ensino em persi, sânscrito e numa multiplicidade de *prakritos* (como o hindi, o guzerate ou o marata). Distinguem-se, também, por reconhecerem o valor das tradições éticas locais,⁸ como ocorre com John Tytler,⁹ que virá, de forma porventura tímida, a contrapor as suas ideias com Macaulay, ou Horace H. Wilson, autor de várias traduções de sânscrito para inglês, ambos defensores activos da recuperação das línguas vernáculas para a educação local. A deslocação de Wilson para Oxford, para leccionar sânscrito, dá lugar à nomeação, pelo governador William Bentinck, de um fervoroso anglicista, Charles Trevelyan, que, uma vez nomeado, tenta reverter o apoio aos colégios com *curricula* orientalistas.¹⁰ Trevelyan fornece, pois, o discurso que Bentinck recupera por razões bem mais concretas – tinha, afinal, recebido instruções, na sua partida para a Índia, para reduzir radicalmente os custos com os quadros expatriados¹¹ – o que garante



Thomas Babington Macaulay (1800-1859).

a inclusão, no *Charter Act* de 1833, de uma cláusula que qualifica para os postos no governo qualquer pessoa, sem discriminação de religião, nascimento, descendência ou cor; abertura que, tal como veremos em Hong Kong, limita cautelosamente, na prática, a chegada aos lugares de topo da administração.

A possibilidade da formação de quadros indianos desperta, de forma geral, uma forte desconfiança por parte dos europeus, quer pelas diferenças confessionais – anglicistas ou orientalistas, os europeus presentes advogam a superioridade do Cristianismo – quer pela imputação às populações locais de níveis de corrupção dramáticos e de uma tendência incontroável para o não cumprimento de normas. Contudo, se o Islão e o Hinduísmo, por razões distintas, são associados a um grau inferior de civilização por anglicistas e orientalistas, os últimos mantêm o interesse pelo seu estudo e não deixam de sublinhar o paradoxo de formar Indianos apenas em língua inglesa, desperdiçando nesses potenciais quadros a vantagem do seu conhecimento da cultura local.

Com o *Charter Act* de 6 Setembro de 1813, a renovação do monopólio da EIC comporta a condição

EDUCAÇÃO

EDUCATION

de que a educação local disponha de um *lakh* de rupias, quantia avultada que desperta uma acesa disputa: os *orientalistas* propõem o reforço da educação nas línguas locais e no parsi, língua administrativa da oligarquia muçulmana, dominante à chegada dos ingleses, e os *anglicistas* reforçam, por seu turno, os argumentos para a formação exclusivamente em língua inglesa; ainda desta vez, a cláusula 43 do *Charter Act* mantém o seu apoio à educação local,¹² sem que se faça qualquer menção selectiva à língua inglesa.

Note-se que o inglês era já, ao longo do século XVIII e início do século XIX, curricular na educação missionária. Contudo, é-o com o estatuto de segunda língua e com o propósito instrumental da propagação do Cristianismo por missionários locais; por outro lado, a EIC não parece nutrir, até então, uma especial empatia pela acção missionária. A emergência da perspectiva *anglicista* corresponde, pois, a uma viragem importante. O desenvolvimento das teses anglicistas é, geralmente, atribuído a Thomas Babington Macaulay, através da *Minute on Indian Education*, apresentada ao parlamento Britânico em 1835. O documento, eivado de uma retórica utilitarista e evangélica,¹³ não deixa de considerar o projecto educativo público, curiosamente, como secular; e isso porque – ao contrário do que ocorria em Inglaterra – a marca de uma educação confessional pública estava afastada pelas disposições constitucionais aplicáveis á Índia.¹⁴ Nessa perspectiva, Macaulay afasta do projecto uma pedagogia islâmica ou hindu tão só porque elas se inscrevem numa “retórica de falsidade”; para ele, como para Trevelyan e outros anglicistas,¹⁵ o conhecimento, a fé e a sociedade são conceitos agregados, noção recuperada faticamente em Macaulay.

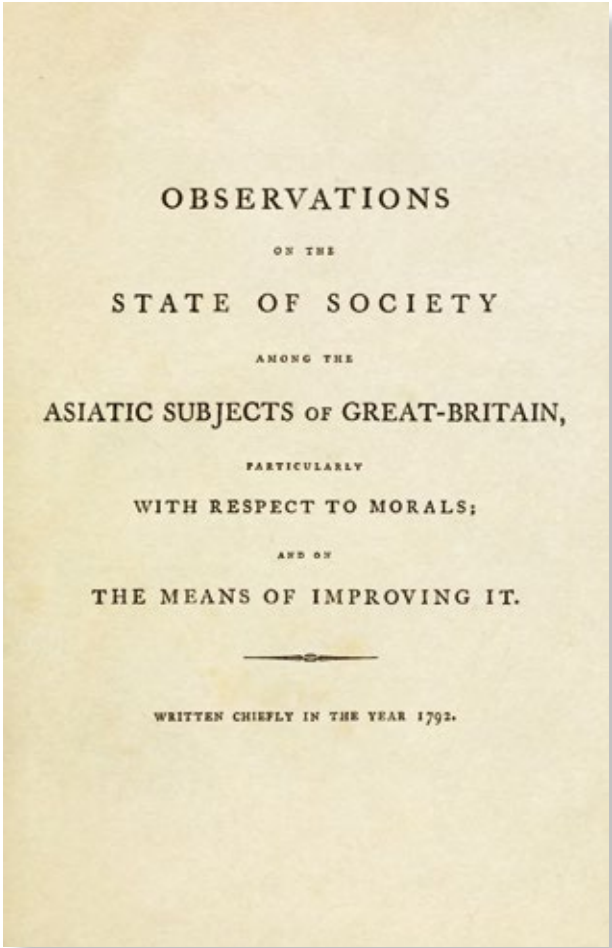
O discurso de Macaulay é, contudo, precedido – em cores fortes e por várias décadas – pelas *Observations on the State of Society among the Asiatic Subjects of Great Britain* (1792), documento pensado para a renovação do acordo com a EIC em 1793, mas que apenas tem projecção efectiva duas décadas mais tarde, na renovação de 1813, para garantir a aceitação do apoio da actividade missionária.¹⁶ Este envolvimento desencadeia, na prática, a colocação das estratégias educativas orientalistas e anglicistas em alternativa,¹⁷ sem que contudo se tenha expurgado a perspectiva orientalista, uma vez que o documento, como já vimos, mantém o apoio à aprendizagem em línguas vernáculas. Será só com Macaulay, e pela confirmação produzida em 1841 e,

sobretudo, em 1854, através do “Wood’s Dispatch on Education”, que a proposta anglicista se instalará definitivamente com a criação, no ano seguinte (1855), do primeiro departamento de Instrução Pública da Índia.¹⁸

O documento de Grant não deixa margem para dúvidas: “A verdadeira cura para a escuridão, é a introdução da luz. Os hindus erram, porque são ignorantes e os seus erros nunca lhes foram colocados. A comunicação da nossa luz e do nosso conhecimento provaria ser o melhor remédio para as suas perturbações; e este remédio é proposto com a plena convicção de que, se for criteriosa e pacientemente aplicado, terá grandes e felizes efeitos sobre eles, efeitos honrosos e vantajosas para nós ...”.¹⁹ O texto desenvolve-se ao longo de oito pontos, realçando o suposto atavismo e a resistência bramânica aos projectos de mudança.

No 4.º ponto, com o objectivo de salvaguardar a língua inglesa como panaceia moral, alonga-se numa curiosa caracterização da comunidade portuguesa: “os Portugueses da Índia, muitos dos quais falam inglês, são, contudo, ainda uma raça cruel e desprezível. Estes homens, descendentes dos soldados portugueses [...] e das mais baixas mulheres bengali [...] dispersos sob governos que lhe são estrangeiros, rejeitados pelas restantes classes, comummente sem educação, retendo apenas os erros da ‘persuasão’ Católica romana, crescem na ignorância, imoralidade e superstição [...]; e se eles sabem a língua inglesa, é apenas imperfeita e coloquialmente. Eles não podem ser referidos como espécimes dos efeitos do Cristianismo, [pois não] possuem quase nada dele além do nome”. Se a catilinária, fundada numa evidente aversão aos católicos tem, para Grant, o propósito essencial de suportar a predisposição local à conversão, dá-nos um curioso retrato da diversidade da presença portuguesa, ao prosseguir: “mas há outra descrição de pessoas sob a denominação geral de portugueses, mais respeitáveis; pessoas com alguma educação, que são funcionários, negociantes ou mercadores. Estes são, muitas vezes, homens com vidas decentes e de tolerável formação; são, em algum grau, um conjunto melhorado de pessoas que claramente souberam lucrar com o conhecimento e as relações com os europeus, em particular com os Ingleses”²⁰ no que parece reportar-se ao goeses católicos que se deslocam para a Índia, sobretudo na sequência da presença militar britânica em Goa.

No 6.º ponto refuta à ideia de que “basta uma administração que garanta a ordem e a paz social aos



súbditos asiáticos” sustentando que “um punhado de estrangeiros a dirigir um muito numeroso [conjunto de] pessoas, extremamente corruptas, e reforçados na sua corrupção pelas suas próprias instituições” e no 8.º, precede uma questão que adivinha nos seus interlocutores: “Se a língua inglesa e as opiniões dos ingleses são introduzidas nas nossas possessões asiáticas [...] se o Cristianismo é introduzido [...] não irão os indivíduos aprender a desejar a liberdade inglesa e a forma inglesa de governar? [...] não irá o exército [...] comandado por nativos da Índia, [ficar] sem apego ao estado soberano?”²¹ argumento que resolverá, mais adiante, postulando que o “cristianismo busca o bem moral e a felicidade geral. Não se trata, na busca desses objectos, de construir um sistema político peculiar”.²²

Na sua *Minute on Indian Education* (1835), Macaulay funda a demonstração anglicista em exemplos, de que destacamos dois: a superioridade dos

indicadores de venda dos livros em inglês face às obras em sânscrito e a referência a uma petição de ex-alunos do Sanskrit College, que pedem meios de sustento por se sentirem sem oportunidades face ao mercado de trabalho. A língua inglesa emerge, neste discurso, como desejada e com valor instrumental, junto das populações nativas, e Macaulay retoma a Grant, no final, a condição irreconciliável das línguas locais com a verdade, a fé e o conhecimento.²³

Embora se atribua a Macaulay a implementação definitiva da língua inglesa como língua de instrução, como sublinha Ghosh,²⁴ é pela mão de Bentinck²⁵ que, em Dezembro de 1834, Macaulay é nomeado Presidente do Committee of Public Instruction e é também ele que, poucas semanas depois da apresentação do memorando, promulga a sua efectiva aplicação.²⁶ Em 7 de Março de 1835, Bentinck assegura, antes de se retirar, que se concretize definitivamente a colocação da língua inglesa no ensino público, embora com alguma tolerância por projectos e escolas em línguas vernáculas.²⁷ Mas o projecto anglicista é marcadamente elitista²⁸ e as almas a salvar são, de preferência, as mais abastadas, dados os elevados custos dos colégios, ganhando o processo os matizes de alguma democratização apenas no século XX, com a administração do lorde Curzon (1899-1905).

A formalização do despacho de Charles Wood, em 1854²⁹ representa, finalmente, a subalternização das línguas locais ao propósito da divulgação dos conhecimentos europeus; este poderia ser divulgado às massas nas línguas vernáculas, mas apenas em língua inglesa para os níveis mais elevados.³⁰ É de assinalar que esse modelo de política educativa colonial britânica prosseguirá, na Índia, até ao fim do Império. O projecto, estritamente secular – tolerando embora o ensino confessional extra curricular – regula-se por um planeamento de atribuição de *grants-in-aid*, cujos exames estão a cargo das universidades que presidem a cada região. É a amplitude de implementação do Wood’s Education Dispatch que lhe traz um impacto mais significativo, supervisionado pelo Department of Public Instruction, criado no ano seguinte (1855). Ainda no século XIX, a Indian Education Commission, criada em 1882, enfatiza a intervenção no ensino superior; um ano mais tarde, um processo de avaliação dirigido por W. W. Hunter é apresentado à Administração, com quatro propostas: a prioridade à educação básica, a criação de duas modalidades de ensino secundário – vocacional e preparatório para o

EDUCAÇÃO

EDUCATION

percurso universitário – a privatização do sistema de ensino, apoiado parcialmente pelas *grant-in-aid*, e o estímulo à educação feminina.³¹

O cosmopolitismo dos centros financeiros emergentes na Índia colonial – Bombaim, Calcutá, Madrasta, Benares – é dominado pelos interesses centrados nas rotas formadas ao longo dos portos e mercados mantidos pelo Império Britânico, desde o trato na Ásia do Sudeste ao Extremo Oriente – nomeadamente com a China – e com a própria Europa. Daqui resulta uma visão pragmática da procura educativa, que reconhece a língua inglesa como *língua franca* e, com isso, um recurso imediato tanto para as oportunidades de negócio como para a integração no funcionalismo, amplamente compensadores.

É já sensível, neste período, que o diferendo orientalismo/anglicismo não se articula entre indianos e simpatizantes da cultura asiática *versus* europeus e anglófonos; figuras locais, como Ram Mohan Roy, dão voz ao desejo de difundir junto da população indiana a educação em língua veicular inglesa,³² tendo presente uma leitura pragmática, que colhe o interesse local, de forma imediata, tanto pelas oportunidades de provimento de cargos no funcionalismo público por indianos – a perspectiva porventura mais apetecida – como pela transversalidade do inglês na concretização de negócios ao longo das rotas comerciais do Império; e, também, pela utilidade de aceder directamente a outros conhecimentos científicos e tecnológicos.

Pennycock argumenta que a “perspectiva anglicista nunca eliminou a perspectiva orientalista; segundo, que ambos os discursos continuaram, sob diversas formas, até o presente; e que, em terceiro lugar, [ambas foram] igualmente cúmplices com o colonialismo”.³³ Se bem que o anglicismo possa ter vingado como tese oficial, na Índia como em Hong Kong o valor das línguas locais marcou sempre a agenda educativa, mesmo gerindo a sua subordinação formal à língua inglesa.

O balanço da polémica entre anglicistas e orientalistas levanta várias questões: (1) o peso de uma afirmação política e confessional de matriz evangélica, britânica, que procura ganhar terreno na actividade missionária, ao longo do século XIX; (2) uma articulação entre a educação em língua inglesa e duas ordens de questões: a missionária, relativa à relação preferencial entre a língua e a verdade cristã, e a pragmática, para prover o serviço do Império

com quadros locais; (3) O posicionamento das elites locais, em formação, valoriza a língua para lá destas motivações, encontrando no inglês o suporte para as oportunidades de negócio e mediação nas rotas do espaço colonial britânico; (4) ao longo dos territórios do império britânico deparamos com formas diversas de anglicismo, conciliadas em alguns dos seus passos com preocupações de conhecimento sobre as línguas autóctones; (5) por último, como destaca P. Nayar, é possível identificar no debate quatro temas centrais no discurso colonial sobre educação: a responsabilidade sobre dar uma educação europeia aos nativos, a rejeição das fórmulas educativas nativas, a necessidade de educar raparigas e o papel dos indianos de educação europeia no Império.³⁴

III. No século XIX, em Goa, a situação linguística é complexa. A língua nativa local é o concani, que não comparece geralmente sob a forma escrita, em devanagárico; o marata, língua do estado limítrofe, é o prácrito mais estudado. O português, língua oficial do território, é essencial nos actos de justiça e de administração, mas muito díspar no seu uso, o que acompanha a irregularidade da literacia local, promovida pela administração e pela Igreja. A replicação da escolarização metropolitana, localmente, favorecerá a aprendizagem do latim (nos Seminários) e, no ensino liceal, do francês e do inglês.

O percurso do nosso artigo procura interrogar os efeitos da reorientação anglicista da administração colonial britânica nos modelos de escolarização dos territórios de administração portuguesa. A anterioridade da presença portuguesa em Goa face à presença dos ingleses na Índia, não escapa à envergadura do desenvolvimento económico e às oportunidades de trabalho e investimento que motivam a deslocação de goeses para a Índia inglesa. Os fluxos migratórios entre o território de Goa e a Índia britânica, ao longo do século XIX e já dentro do século XX, manifestam origens e destinos recorrentes, ainda que não sejam a única fonte da presença portuguesa, ou assumida como de origem portuguesa, cabe notar, dado que um amplo conjunto de descendentes de portugueses, ou, para ser mais correcto, de católicos que assumem a identidade portuguesa, são arrolados como tal na Índia britânica.³⁵

O padrão educativo praticado em Goa, no período anterior ao século XIX, está preferencialmente ligado às ordens religiosas e aos processos de conversão,

abrangendo preferencialmente, por isso mesmo, os católicos. Goa sofre, em 1772, os efeitos da decisão de Pombal de expulsar os jesuítas e encerrar os seminários. Dado o impacto da Companhia de Jesus no sistema educativo, o quadro docente tem que se recompor com o recurso a professores laicos, os mestres de “ler, escrever e contar”. Em 1835, com a extinção das ordens religiosas e a aplicação das leis de Aguiar, o sistema aguarda reformas, que apenas surgirão em 1844 (decreto de 20 de Setembro), com um primeiro grau que abarca ler, escrever e contar, Aritmética, História e Geografia e um segundo grau com Filosofia, História e Geografia, mas também a Economia e Mecânica industriais e as línguas inglesa e francesa, mas só nas capitais de distrito. Mas a construção de uma educação laica, em particular no que respeita à língua veicular, está mais preocupada em eliminar a contaminação entre o concani e o nível de desempenho na língua portuguesa que na proficiência em língua inglesa.

As disposições do barão do Candal, em 1840, determinando que “os mestres de Canto das paróquias se abstenham de ensinar a ler e escrever (português), para o que não são idóneos por falta de exame”³⁶ dão lugar a um descontentamento nas administrações de Concelho e reflectem, afinal, um ensino público insuficiente, que se complementa com oferta privada; “em 1854 foram também criadas mais duas aulas de latim, uma em Salcete e outra em Bardez, e uma de inglês neste último Concelho, dada a crescente emigração para os domínios britânicos da Índia e a intensidade das nossas relações económicas com o mesmo vizinho império. [...] em 1869 [foi aberta] uma [Escola] de inglês em Margão”.³⁷

O interesse pela língua inglesa terá sido estimulado pela presença britânica, em 1779 com a permanência da marinha inglesa em Goa e, mais tarde, “durante as Guerras Napoleónicas, cerca de 16 anos, [quando] Goa foi ocupada pelas tropas inglesas com o pretexto da prevenção de um possível ataque francês. A maior parte das Forças Britânicas da Índia deixou Goa em 1813”,³⁸ associando-se-lhe a deslocação de alguns goeses ao serviço dos britânicos, sobretudo para Bombaim. A construção do Caminho de Ferro entre Goa e a Índia, em 1881, só aumenta as condições para este fluxo,³⁹ que se torna, na viragem do século, relevante nas remessas proporcionadas pelo emigrantes. Para a Índia britânica “os Goses migraram em primeiro lugar para Bombaim, Karachi, Calcutá e Puna [...] Em 1880,

cerca de 29 216 Goses, provenientes sobretudo das Velhas Conquistas, deixaram Goa. Em 1910 o número ascendia a 47 334”.⁴⁰

O tratamento diferenciado, pela administração, das comunidades católica e hindu, num padrão que persiste no século XIX, em Goa, remetia os católicos de “castas mais elevadas para a educação secular promovida pelo Estado em Panjim e Margão, dependendo os pobres das Escolas Paroquiais. Os hindus de castas altas traziam panditas da Índia britânica para [ensinar as crianças]”,⁴¹ dependendo os restantes, em grande parte, do mecenato local. É, contudo, na comunidade católica que mais se estimula a preparação para a migração e, com ela, o ensino da língua inglesa; mas a oferta continua a parecer insuficiente e pouco eficaz, tanto no ensino laico como na formação eclesiástica. Em finais do século XIX, o Pe. Caetano de Souza reitera a necessidade de instruir os seminaristas de Rachol “nas linguas dos paizes para onde seriam mandados, e particularmente na lingua ingleza, cujo conhecimento [...], é em particular ao clero de Goa, de mais ingente necessidade. Mas aprender uns elementos da grammatica ingleza, leitura e traducção em portuguez, não é seguramente adquirir conhecimentos d’essa lingua a ponto de poder affirmar-se que o nosso padre está a altura de satisfazer ás necessidades das missões que ainda temos em todas as principaes cidades da India britanica”.⁴²

O ensino público elementar de matriz portuguesa não se norteava, pois, para a emigração, preocupando-se essencialmente em salvaguardar os padrões da escolarização metropolitana. Nesses termos, a construção de *curricula* adequados à emigração figuram como situações marginais, para as autoridades, tendo sido difícil obter patrocínios para as escolas em língua inglesa, secundarizados os reportórios linguísticos noutros idiomas a um padrão veicular em língua portuguesa. O ensino particular foi, pois, ao longo da segunda metade do século XIX, o campo de negociação desta procura, dimensionando-se aos fluxos migratórios e também, à concentração regional da procura, como ocorre em Bardez, onde vingaram as escolas do “Padre” Lyons.⁴³ Sem propor uma data para o início do ensino e o estudo do inglês em Goa, o Pe. Correia-Afonso assinala a data de edição do primeiro jornal local em língua inglesa, o *Times of Goa*, em 1885, como testemunho plausível da banalização da língua.

Mas se o ensino da língua inglesa cresce com a emigração, as fórmulas de coesão das comunidades, em

EDUCAÇÃO

EDUCATION

particular no destino, dão lugar a uma preocupação crescente com a fragilização da sua afirmação identitária, referida como “desnacionalização”, que encontra no associativismo a resposta, tanto em manifestações folclorizantes – dança, música, teatro, gastronomia e outras modalidades de envolvimento ritual e convivial – como em projectos de ensino do português, consistentes com a circulação, ao longo do século XIX, de imprensa periódica em língua portuguesa.⁴⁴ Sem questionar o brio patriótico que lhes possa estar subjacente, estas manifestações confirmam, sobretudo, afinidades, organizam processos de solidariedade e de culto, reiteram as lideranças locais e dão substância à actividade consular, com a formulação de um reportório, em língua portuguesa – tornada uma *heritage language* – actualizado em contexto doméstico, associativo e confessional.

Goa mantém desde 1842 a Escola Médico-Cirúrgica, onde se formam não só os médicos locais mas se fornecem também os quadros de saúde ultramarinos, nomeadamente em Macau, Timor, mas também para Moçambique e, inevitavelmente, para a Índia inglesa, criando uma cota de emigração qualificada; também para a Índia britânica, mas no quadro diocesano, são enviados missionários, em particular para acompanharem as populações ligadas ao Padroado Português do Oriente.

A imprensa reflecte, em Goa, o discurso sobre a as sequelas deste processo: “É um facto incontestável que a instrução em Goa é um dos factores mais importantes de desnacionalização dos filhos deste país. Não fantasiemos. Olhem para as escolas inglesas espalhadas por todo o Estado da Índia Portuguesa: prósperas, populosas e progressivas./ E vejam o ensino nacional: cabisbaixo, em ruínas, quase morto./ Como combater este mal? Repreensivamente? Nunca. Deixem viver as escolas inglesas que elas são necessárias... Não se pode obrigar a ter fome aos que podem sair e fartar-se. O meio é outro: são escolas bem organizadas... que possam competir e vencer pela proficuidade do ensino e perfeição do seu sistema”.⁴⁵

A utilização recorrente da língua inglesa traz consigo uma maior familiaridade com a escrita e a cultura anglo-saxónica junto das elites goesas, o que se patenteia, de resto, na sua produção literária e académica. Nesses termos, o uso e a propriedade da língua inglesa inscrevem-se na diáspora como elo efectivo de ligação progressivamente mais importante.

IV. Com a ocupação britânica de Hong Kong, em 1841, pouco antes dos tratados que consagram a sua ocupação, o terçar de armas entre os orientistas e anglicistas tinha tido o seu desfecho há cerca de uma década. Hong Kong apresenta um cosmopolitismo emergente: a população, maioritariamente chinesa, ora tem o território como destino, ora como etapa, em trânsito para outros destinos do Sudeste Asiático ou para o continente americano. Num desenho que nos é já familiar, a administração britânica não está especialmente interessada, no início, em interferir na educação da maioria chinesa ou das restantes populações presentes, que dinamizam pela via privada a sua própria escolarização. O enquadramento gerado, sem uma padronização, leva a que no território se multipliquem as fórmulas curriculares e as línguas veiculares. Ao contrário da Índia, Hong Kong cresce com uma rápida ocupação, centrado na vida portuária, e marcadamente cosmopolita desde o primeiro momento. Ao território inicial, ocupado em 1841, acrescenta-se a península de Kowloon em 1860 e os Novos Territórios, em 1898.

As academias e escolas chinesas pré Hong Kong tinham a sua actividade em curso, tendo vários candidatos ao mandarinato tido aprovação, nos exames imperiais, para os graus de *juren* e de *jinsbi*. O inventário feito em 1819⁴⁶ dá-nos conta de um percurso no processo de escolarização de matriz chinesa, que prossegue para lá da instalação da soberania inglesa.

Nos primeiros momentos da instalação de europeus e luso-asiáticos em Hong Kong a população cresce por causas sobretudo exógenas. Entre 1841 e 1860 a população passa de cerca de 5 600 pessoas para aproximadamente 120 000. A par com comerciantes provenientes da Europa e dos EUA, os anos 50 do século XIX trazem também alguns chineses prósperos e vários letrados, em fuga à sublevação dos Taipings. Este estatuto de “santuário” face às sucessivas diatribes políticas do continente manter-se-á ao longo dos Qing, nas várias feições da República e mesmo depois de 1949, desenhando-se um carácter estratégico a este acolhimento às figuras em contraciclo com a vida política chinesa. Daí decorre, também, uma incorporação de população chinesa diferenciada.

As iniciativas educativas missionárias – protestantes e católicas – são precoces na ocupação do território e o número de escolas deve mais à desenvoltura missionária ou a algumas iniciativas laicas, comunitárias, que à



Igreja e Seminário de Rachol em finais do século XIX.

iniciativa do Governo, que no essencial enquadra a escolarização através do Education Comitee. A lentidão da intervenção do Governo na educação não é conforme à constatação, precoce, de que o zelo missionário não cobria a totalidade dos interesses da educação pública.

Pelo caminho, sabemos que as primeiras aulas em português em 1844 e, no mesmo ano, em Inglês, tem lugar numa escola “dirigida por um senhor Caine”. Em 1848, o ensino em inglês dirigido a portugueses é acompanhado por uma aula de língua portuguesa, na Anglo-Portuguese School. Em 1949 “R. Freire abre outra escola para rapazes portugueses” e, em 1850, “fundaram-se mais duas [escolas para portugueses], uma dirigido por J. A Pereira, e outra, por J. J. Souza Nessas escolas ensinava-se inglês, mas algumas lições de português elementar eram também ministradas aos estudantes”.⁴⁷

A abertura de escolas católicas enquadra progressivamente a população portuguesa a viver em

Hong Kong, garantindo a manutenção do espaço confessional mas assinalando uma rápida progressão para o inglês como língua veicular, tanto mais que estas escolas – como a St. Andrews, criada em 1855 – acolhem crianças de diversas nacionalidades;⁴⁸ a St. Andrews evolui para albergar fundamentalmente alunos portugueses (sobretudo macaenses) e chineses,⁴⁹ recebendo esporadicamente alunos de outras nacionalidades.

Em Maio de 1860, a acompanhar a criação do Education Comitee, tem lugar uma avaliação do ensino público e a criação de três escolas femininas católicas, Canossianas, em Caine Road, em simetria com a criação de escolas femininas protestantes e de uma escola católica para rapazes europeus, em Staunton Street, antecessora do St. Saviour’s College. Criado em Setembro de 1865, o St. Saviour’s resulta da unificação do ensino orientado pela Missão Católica, com aulas de português para principiantes. Situado em Wellington Street, mantinha secções inglesa e portuguesa. Em

EDUCAÇÃO

EDUCATION

1874, o St. Saviour’s College é orientado pelos irmãos das Escolas Cristás, que se transfere para Caine Road com o nome de St Joseph’s College.⁵⁰

O Ying Wa (Anglo-Chinese) College, criado em 1844 sob a tutela de James Legge para a formação de missionários protestantes chineses, encerra em 1856. Propondo a formação em inglês e chinês, revela um maior interesse dos alunos chineses pelo bilinguismo como instrumento nos negócios que na propagação da fé. Legge, como outros missionários protestantes, tornam-se adeptos de uma secularização de ensino do Inglês, vindo a propor a criação de escolas públicas abertas à população chinesa, paralela à formação confessional. O lastro confessional do Education Comitee leva a que a proposta seja recusada em 1845, só sendo repescada em 1860, num novo Board of Education – liderado de resto pelo próprio Legge, que aí permanecerá até 1865, ano em que é substituído pelo Education Department, sob a direcção de Frederic Stewart.

A iniciativa de criação de uma escola pública, em Hong Kong, recai sobre a Central School, criada em 1862 e dirigida por Frederick Stewart; como escola masculina, integra o ensino primário e secundário, com a expectativa de que os alunos chineses frequentassem aulas de inglês e os alunos europeus aprendessem, por seu turno, a língua chinesa. A escola muda sucessivamente o seu nome para Victoria School em 1889 e, no final do século, para Queen’s College (1894), tornando-se, amiúde, objecto de polémica, mas servindo para balizar as modalidades de apoio para as restantes. A versão feminina da Central School é instalada em 1890, com o apoio de Emanuel Belilios, um próspero negociante judeu radicado em Hong Kong.

É com Frederick Stewart, em 1873, que se retoma à experiência educacional britânica o principal instrumento de regulação do sistema de ensino pelo Governo, as *grant-in-aid*, que estabelecem o financiamento para cada ano em função dos resultados obtidos em exames – sobre temas seculares⁵¹ – curricularmente prescritos pelo própria Administração. Nos primeiros anos, o apoio irá privilegiar os colégios protestantes, alargando-se aos católicos com o governador Hennessy, em 1880, um católico irlandês casado com uma euro-asiática. A figura de John Pope Hennessy representa uma importante viragem política em Hong Kong. Pouco estimado pelos residentes britânicos, promove a formação de cadetes para o acesso aos quadros superiores do funcionalismo – tendo como

quesito a formação em Chinês, de resto – e anuncia a abertura do funcionalismo a funcionários chineses.

A abertura da administração às escolas católicas, para efeitos de concurso leva a que, até final do século, de uma escola com 110 alunos até 1879 se passe a cerca de 22 escolas com 1840 alunos; o sucesso deve-se à combinação de dois factores: a percepção do inglês como *língua franca* e a implementação dos *Local Oxford Examinations*, em 1889, que J. M. Braga atribui ao cuidado do governador Hennessy e que franqueiam o acesso à função pública⁵² através dos concursos para o Civil Service, no quadro do despacho da Coroa britânica, de Julho de 1870.

Mas esta abertura desencadeia, por seu turno, uma corrida de alunos chineses aos postos da administração, o que torna bem mais difícil o provimento de cargos pela população proveniente de Macau. O valor que os exames adquirem para a comunidade chinesa reforça a procura, por estes, dos colégios do território que pelo ranking proporciona melhor acesso às *grant-in-aid*.⁵³ A admissão precoce de alunos chineses está na origem da criação de uma classe média chinesa, qualificada e anglófona, que compete directamente com o espaço procurado pela comunidade macaense.

No decurso da avaliação de desempenho (1894) do Queens College, como Inspector of Schools, E. J. Eitel sublinha a incapacidade dos alunos chineses dominarem a oralidade como dominam a escrita e a aritmética; e prossegue “na minha opinião, é realmente necessário fazermos tudo o que pudermos para promover o conhecimento da língua inglesa falada nesta Colónia, em particular para libertar o comércio local, os negócios e a indústria da escravidão dos comerciantes intermediários e dos *compradores* que governarão enquanto as pessoas comuns não conseguirem falar e entender o inglês”; num segundo argumento sobre a aprendizagem do inglês, Eitel acrescenta: “sem o conhecimento de inglês falado, as pessoas permanecem chinesas por completo, e há entre a civilização europeia e a semi-barbárie chinesa, que só por graça é chamada civilização, um abismo que não pode ser ultrapassado”. Com este argumento, acrescenta “que o Governo, se ninguém mais o fizer, deve fomentar a procura pelas meninas chinesas de uma educação em inglês, para que [se tornem mais tarde esposas falantes da língua inglesa e para que possamos ter, mais tarde] crianças que falem Inglês desde a infância”.⁵⁴ Se a fluência e a precocidade na língua inglesa são os argumentos principais, a

aprendizagem do chinês não é questionada, pelo menos na sua visão instrumental.

O tratamento discriminatório dos euro-asiáticos, em Hong Kong, mesmo que mitigado, suscita uma viva reacção de alguns elementos da comunidade. Abrangidos por uma conotação condescendente, os “portuguese clerks” recebem salários inferiores aos europeus e dificilmente acedem a postos bem remunerados e prestigiantes. J. P. Braga publica *The Right of Aliens* (1895),⁵⁵ inventariando elementos de imprensa diária que manifestam essa discriminação.

O fluxo migratório proveniente de Macau, ao longo do século XIX, acompanha as geração de portugueses já nascidos na colónia britânica; os quotidianos destas gerações operacionalizam-se entre um conhecimento oral da língua cantonense, da língua portuguesa – ligada ao contexto doméstico e, cerimonialmente, ao associativo – e da língua inglesa, presente no contexto escolar e no profissional; se situarmos ainda, para esta maioria luso-asiática, a herança do patoá, lidamos com uma paleta linguística bem variada. Os níveis de competência linguística variam não só com os níveis de literacia, mas também com a distância geracional da vinda da família de Macau. Mas se estes macaenses cumprissem a visão proposta pelos líderes da comunidade, sobretudo no último quartel do século XIX, em Macau, juntar-se-ia ainda o mandarim e, caso tivessem seguido o currículo proposto para o Seminário-Liceu (1881), o latim e o francês. Contudo, nem os alunos nem as escolas procuravam garantir este desiderato, seja em Macau seja em Hong Kong.

Na defesa veemente da necessidade de aprender o inglês, o chinês e manter o português, invocavam-se sucessivamente os requisitos para a migração, para a tradução – tornado um problema emergente com a escolarização de chineses em língua inglesa, em Hong Kong – e o português, dado como referente identitário.

O associativismo constitui o principal suporte institucional para a agregação dos portugueses residentes em Hong Kong, cumprindo múltiplas funções: internamente, de solidariedade, previdência e de regulação das lideranças; de partilha e assistência no plano confessional; e de representação nacionalista junto, nomeadamente, da Administração e do Cônsul; por fim, de uma afirmação de paridade face às restantes comunidades.

Em Macau, a Escola de Instrução Primária do sexo masculino é fundada em 1847, com uma verba

deixada pelo empresário britânico James Matheson; que se anexa em 1859 ao Seminário; este, retomado pelos Jesuítas, torna-se a escola com maior procura local (150 alunos externos) até que, mais uma vez, os jesuítas estrangeiros são novamente expulsos, em 1871. A Nova Escola Macaense, criada em 1862, convida em Portugal dois professores e, de Inglaterra um professor inglês”,⁵⁶ este último católico e natural de Londres, “para poder ensinar com perfeição e verdadeira pronuncia a língua inglesa”.⁵⁷

O padrão educativo praticado em Goa, no período anterior ao século XIX, está preferencialmente ligado às ordens religiosas e aos processos de conversão, abrangendo preferencialmente, por isso mesmo, os católicos.

A tentativa de reorganizar o ensino leva à criação de duas escolas femininas, em 1871, e uma masculina. Neste mesmo ano é fundada a Associação Promotora da Instrução dos Macaenses, que vem a promover cursos em língua veicular inglesa e o reforço – visando a competição directa com os chineses do território vizinho – da aprendizagem da língua chinesa. No intervalo que decorre entre 1884 e 1912, Pedro Nolasco da Silva assina 15 manuais de ensino da língua chinesa, a que acrescem mais dois, da autoria de J. V. Jorge e de Carlos Assumpção. Os três, tradutores-intérpretes, antecipam a necessidade de uma formação precoce na língua chinesa e inglesa – ainda em Macau – para garantir uma adequada qualificação dos jovens migrantes.

Estamos no último quartel do século XIX e as principais tendências do sistema de ensino de matriz portuguesa cumprem três projectos distintos: a proposta curricular da Escola Comercial procura assegurar o ensino do português, do inglês e do chinês, paralelamente ao ensino da Aritmética, Álgebra, História e Geografia, Ciências Naturais, da Escrituração Comercial e da Caligrafia. Este projecto incluirá a contratação de William Pereira e Hartt Milner, do último dos quais se

EDUCAÇÃO

EDUCATION

espera a edição de manuais de História, mas também de manuais para a actividade comercial. Um manual de *book keeping*, em língua inglesa, da autoria de Milner, é editado em Hong Kong, com numerosos exemplos de empresas locais, reais ou confabuladas constrói uma verosímil antecipação, para os alunos, da actividade comercial no destino. O Seminário, embora em compromisso com alguns projectos migratórios, toma como figura privilegiada a formação missionária para fazer face às sucessivas, e caprichosas, configurações da Diocese de Macau. O Liceu percorreu, desde 1894 (criado em 1893), um percurso de rigorosa simetria aos programas da Metrópole, inscrevendo-se num outro projecto migratório, entre o retorno de metropolitanos e a procura de formação superior dos filhos das famílias macaenses mais prósperas.

A língua portuguesa, face ao surto migratório e ao processo de antecipação desenhado, refuncionaliza-se como *‘heritage language’*, um traço de união, muito embora os modelos pedagógicos da época o defendam como uma língua veicular útil: “conhecer o nosso idioma, para melhor compreensão das prelecções dos professores e dos compêndios por onde estudam”.⁵⁸

No próprio Tratado de Tianjin (1858) é assinalada a prevalência da interpretação suportada na versão em língua inglesa sobre a versão em língua chinesa;⁵⁹ sendo embora uma marcação de posição diplomática entre vencedores e vencidos e, enquanto tal, pouco mais do que um detalhe para a população do território, inscreve a língua inglesa nas decisões finais, na diplomacia como nos negócios, clarificando-se nela a visão do poder. A propriedade em língua inglesa é, pois, a proximidade ao poder, à arbitragem e à decisão e o conhecimento da língua chinesa um instrumento para operar, no *front office* das transacções; até se banalizar, a diglossia de uma fracção da sociedade é, pois, uma condição de privilégio.

Foi esse o papel privilegiado dos euro-asiáticos, em Hong Kong. Até à emergência de uma população chinesa que domina a língua inglesa, serão figuras fundamentais para garantir a mediação; e é neste quadro que se compreende o enorme esforço feito para a promoção da aprendizagem escrita da língua chinesa junto dos filhos da terra – projecto que não terá alcançado os seus objectivos.

Duas ordens de questões animam o contraste entre a Índia britânica e Hong Kong – para além da escala – e regulam as estratégias de ensino.

A população indiana, a despeito da sua mobilidade interna, estabiliza-se face à presença britânica que tem, sobre ela, um poder administrativo de facto. É na Índia que se desenvolve uma parcela relevante do processo produtivo sobre o qual se arbitra a aplicação de taxas e o poder britânico regula directamente as regras do modelo financeiro. Por seu turno, Hong Kong é, sobretudo, um espaço de mediação onde o governo administra os súbditos presentes, no território – mas não na China, o principal território da sua actividade económica – e onde tem uma capacidade limitada, a despeito dos Tratados, de regular no terreno a prática do trato. A emergência de algumas formas de criouliização a envolver um uso mais ou menos eficiente do inglês reflecte estratégias locais e práticas negociais que confirmam o seu estatuto como *língua franca* mas que o retiram de uma tutela educativa britânica.

A circulação entre os capitais chineses ultramarinos e o continente que, com o passar dos anos, aí se vão sediando, vêm a constituir Hong Kong, já no último quartel do século XIX, como um relevante contexto de investimento. O peso e a colocação desses capitais não é regulado pela administração britânica; parece ver-se aí uma razão para equacionar a presença de membros da comunidade no aparelho administrativo e, mais tarde, decisório, do território.

O processo de satelização económica das colónias portuguesas na Ásia, face ao espaço colonial britânico, deve ser entendido pela diferença de escala e pelos corredores financeiros que assegura, nomeadamente entre o Sudeste asiático, a Índia e a China; nesses termos, não se assiste apenas a uma fuga em busca de emprego mas, em algumas situações, à procura de melhores condições de aplicação de competências ou de investimento, o que diversifica a população inscrita neste processo.

Em Goa, como em Macau, a antecipação do processo migratório, tornado estrutural, situa a competência em língua inglesa num patamar fundamental para as colocações no destino; nesses termos, a relutância do ensino de matriz metropolitana em servir essa finalidade favorece a criação de um número crescente de ofertas no ensino particular, irremediavelmente orientadas por padrões curriculares anglo-saxónicos.

Outra das regularidades que se verifica nos modelos de associativismo que acompanham os fluxos migratórios, resulta nos discursos sobre a “desnacionalização”,

crescentes na imprensa local. Incorporando uma disposição nostálgica e geracional, que incide sobre o domínio e o uso da língua portuguesa – tornada *heritage language* face ao recurso crescente da língua inglesa – têm lugar práticas folclorizantes e ritualizadas, com o aparente paradoxo de uma migração que conduz ao abandono da língua dada como materna, na origem, mas que se inscreve numa trama de solidariedades que a ela recorre como elo de ligação, no destino.

O fenómeno de recomposição social instaurado pela relação colonial, nomeadamente o seu agenciamento através do acesso de figuras locais às

carreiras do funcionalismo público e pela adopção dos modelos de literacia britânicos, parece corresponder ao *empowerment* de algumas parcelas da população, vindo a ser, para os migrantes originários dos territórios portugueses, uma forma evidente de competição.

O desempenho em língua inglesa – apesar do radicalismo anglicista, associado inevitavelmente a uma língua vernácula – coloca-se como uma alavanca para a promoção de funcionários locais e, inevitavelmente, um instrumento para a afirmação e os consumos, inscritos nas trajectórias cosmopolitas das elites indianas ou chinesas, em Bombaim ou em Hong Kong. 

NOTAS

1 Sobre a complexidade e a interdependência da actividade financeira entre Londres e a Índia, cf. A. Webster, “The Strategies and Limits of Gentlemanly Capitalism”. *Economic History Review*, 59 (4), 2006, pp. 743-764.

2 “The books of the Company are open at all times for the admission of British subjects and foreigners: no distinction exists as to religion, profession, or sex”, in P. Auber, *An Analysis of the Constitution of the East-India Company* (Londres:1826), p. 349, *apud* H. Bowen, *The Business of Empire: The East India Company and Imperial Britain, 1756-1833* (Cambridge: Cambridge University Press, 2006), pp. 84-85. A indústria indiana, bem como a exportação para a China, é, frequentemente, de capitais locais: “A great deal of the export trade in raw cotton and opium, primarily to China, and the re-export trade of British products throughout Asia was handled by Indian merchants in Bombay either on their own or in partnership with, or as agents for, British firms”, in M. Morris, “The Growth of Large-Scale Industry to 1947”, in D. Kumar (ed.), *The Cambridge Economic History of India*, vol. 2: *c.1751-c.1970* (Cambridge: Cambridge University Press), p. 574; cf. igualmente C. Markovitz, *The Global World of Indian Merchants, 1750-1947* (Cambridge: Cambridge University Press, 2000), em especial cap. 7, “The politics of merchant networks”, pp. 212-248; regista-se um interesse, nesses capitais “nativos”, de constituir empreendimentos mistos, como refere A. Webster, “Building Intra-Asian and Transcontinental Mercantile Networks in the Age of the British East India Company: The Rise and Fall of the House of John Palmer”, in U. Bosma & A. Webster (eds.), *Commodities, Ports and Asian Maritime Trade Since 1750* (Londres: Palgrave Macmillan, 2015), p. 157, onde, a propósito de algumas falências de empresários europeus, regista “a considerable appetite among Indian merchants for collaboration with European entrepreneurs.”

3 Sobre o papel da EIC como entidade administrante, na Índia, e a sua relação com a Coroa britânica, cf. N. Robins, *The Corporation that Changed the World* (Londres: Pluto Press, 2006), cap. 6: “Regulating the Company”, pp. 99-116 e J. Wilson, *The Dominance of Strangers: Modern Governance in Eastern India, 1780-1835* (Londres: Palgrave Macmillan, 2008), cap. 3: “Crisis, Anxiety and the Making of a New Order”, pp. 45-74; G. M. Anderson, R. E. McCormick & R. D. Tollison, destacam a complexidade e a especialização da EIC, atribuindo-lhe uma precoce multidivisionalidade: “by virtue of its trading monopoly, the Company was necessarily large in a time when the costs of communication, organization and control dictated that efficient firm-size be small. This point is bolstered by the fact that the Company’s

shareholder-to-director ratio was incredibly small by modern standards [...] the low ratio [...] was necessitated by the very high organization costs and the need to monitor the affairs of the firm closely and frequently”, “The economic organization of the English East India Company”. Journal of Economic Behavior & Organization, 4 (2-3), 1983 pp. 237-238.

4 “from 1787, the vast majority of Company servants were prohibited from involvement in private trade on their own account. in compensation, they were paid higher salaries and promised better opportunities for promotion through merit rather than patronage.” cf. A. Webster, *The Richest East India Merchant: The Life and Business of John Palmer of Calcutta, 1767-1836* (Rochester: Boydell Press, 2007), p. 9.

5 Como refere S. Pollock, “a British-sponsored system of panditic education was initiated with the founding in 1791 of the Sanskrit College in Banaras”, “Deep Orientalism? Notes on Sanskrit and Power Beyond the Raj”, in C. Breckenridge & P. Van der Veer, eds., *Orientalism and the Post-Colonial Predicament* (Philadelphia: University of Pennsylvania, 1993) p. 239; ainda sobre o Sanskrit College of Benares, cf. C. Bayly, “Orientalists, Informants and Critics in Benares, 1790-1860”, in J. Malik, ed., *Perspectives of Mutual Encounters in South Asian History, 1760-1860* (Leiden: Brill, 2000), pp. 97-127, em particular sobre os orientalistas europeus dedicados à tradução dos clássicos, Wilfor e Ballantine.

6 “Lord Wellesley established the Fort William College in 1800 for the training of the Civil Servants of the company in the language and customs of India. These were only personal initiatives of individuals. The Company was not interested in them.”, in D. Chand, “Education System in Pre-Independence India”. *International Journal of Applied Research*, 1 (2), 2015, p. 110.

7 Como descreve T. Allender “so called ‘orientalists’ who believed in teaching in the local languages of India and who were mostly Europeans receptive to the knowledge of the East as an important part of any government-devised curriculum”. “William Arnold and Experimental Education in North India, 1855-1859: An Innovative Model of State Schooling”. *Historical Studies in Education*, 16 (1), 2004, pp. 66.

8 “Early orientalist thought was born out of the political need to conciliate. As part of Warren Hasting’s strategy to keep the ‘literate classes’ loyal, section 43 of the 1813 India Charter Act deferred to ‘ancient’ learning via traditional methods, and it declared a respect for Sanscritic ethics”. *Ibidem*, p. 68.

9 “As a man of obvious literary talents, competent in Sanskrit, Arabic and Hindustani, and having been in charge of native students at three different institutions, Tytler spoke with authority on the character of native languages as well as that of native students. Tytler emphasized the

EDUCAÇÃO

EDUCATION

practical benefits of translations, which allowed the translator to filter out information unnecessary for the recipient culture and to introduce extra information where required. In his words, translation was a pedagogical strategy that created the effects of dialogue while enabling a transformation”, in I. Pande, *Medicine, Race and Liberalism in British Bengal: Symptoms of Empire* (Londres: Routledge, 2010), p. 77.

10 “Trevelyan immediately set about attacking the Oriental colleges, which, he described, perhaps with good reason [...], as ‘sleepy, sluggish, inanimate machines’ [...], and the Orientalist faction on the GCPI, whom he characterized as a group of self-interested antiquaries representative of uselessness and the ivory tower”. In S. Evans, *The Introduction and Spread of English language Education in Hong Kong (1842-1913): A Study of Language Policies and Practices in British Colonial Education* (Edinburgh: University of Edinburgh, 2003), p. 57. Ph.D. Dissertation.

11 *Ibidem*, pp. 58-59.

12 “a sum of not less than one lac of rupees in each year shall be set apart and applied to the revival and improvement of literature, and the encouragement of the learned natives of India, and for the introduction and promotion of a knowledge of the sciences among the inhabitants of the British territories in India and that any schools, public lectures, or other institutions for the purposes aforesaid, which shall be founded at the presidencies of Fort William, Fort St. George, or Bombay, or in any other parts of the British territories in India”. In *Minutes of Evidence taken before the Select Committee on the Affairs of the East India Company (1832)* (Londres: The House of Commons), p. 486: (4.) Extract letter, in the Public Department, to Bengal: 6 September 1813.

13 “There is much in that Minute about religion that scholars have ignored in favour of the cultural angle, but religion was far more crucial in shaping the substantive policies. As Macaulay put it, direct state proselytization in Christianity would remain barred, but, at the same time, Sanskrit and Arabic could no longer receive patronage from public funds, simply for being the language of Hindu and Muslim religious texts. It could not be expected that public funds would be used to teach false history, false astronomy and false medicine, even though these had religious validity (for Indians)”. In N. Chatterjee, *The Making of Indian Secularism: Empire, Law and Christianity, 1830-1960* (Londres: Palgrave Macmillan, 2011), p. 30.

14 “The answer to that question is that they did not; just because the scope of religious education is severely restricted by constitutional provisions in India, it does not follow that this was what British statesmen were out to create in the early nineteenth century”. *Ibidem*, p. 26.

15 “Language was identified as a particularly important realm in need of liberation; hence, Trevelyan, convinced of the right of people to be governed in their ‘own’ language, would have the monopolized elite languages of Sanskrit, Arabic and Persian replaced by popular education in English and the ‘national vernaculars’. To his mind, knowledge, faith and society were parts of a total system; hence, pulling out the epistemological carpet would undermine the corrupt religious specialists, and it was his privately expressed belief that this would lead Indians from false religions to Christianity (Protestantism).” *Ibidem*, p. 30.

“The government had endorsed the evangelical principle that it had a duty to support English education as means of bringing about the moral regeneration of India. Trevelyan had been a determined advocate of that principle for ten years, confident that the government, by supporting English, would further the conversion of India to Christianity”, J. Hilliker, “Charles Edward Trevelyan as an Educational Reformer in India 1827-1838”. *Canadian Journal of History*, 9 (3), 1974, pp. 291. Cf., ainda, C. Trevelyan, *On the Education of the People of India* (Paternoster-Row: Orme, Brown, Green, & Longmans, 1838), pp. 170-185, Inserida no cap. VI, a nota sobre “the establishment of a comprehensive system of public instruction for the whole of British India urgently required”.

16 “In his pamphlet, Grant argued that Britain had an obligation to attend to the happiness, general welfare, and moral improvement of the people under its rule in India, and that the only way to do this was to accept that empire must legitimate itself through Christian principles, and by seeking to promote those principles through education and conversion.” In N. Dirks, *The Scandal of Empire: India and the Creation of Imperial Britain* (Cambridge: Harvard University Press, 2006), p. 300.

17 “This began to change with the 1813 East India Company charter which gave the company responsibility for education, and encouraged missionary activity. Although sometimes different in emphasis, missionary education can be regarded as broadly ‘colonial’ in practical and epistemological terms. This 1813 change began a trend away from accommodation of indigenous culture and beliefs, usually associated with the ‘Orientalists’, and a more determined effort by some individuals to impose ‘progressive’ Western education and corresponding social reform – the ‘Anglicist’ camp”. C. Ellis, “Education for All: Reassessing the Historiography of Education in Colonial India”. *History Compass*, 7 (2), 2009, p. 364.

18 O Department of Public Instruction, em 1855, substituiu os Committee of Public Instruction e o Council of Education, passando não só a assumir a tutela como também a ser responsável pela difusão do ensino. “The dispatch was to form the basis for all future legislation regarding the spread of education in India. Almost all the proposals in wood’s dispatch were implemented”. In D. Chand, “Education System ...”, cit., p. 113.

19 *Report from the Select Committee on the Affairs of the East India Company: With minutes of evidence in six parts (1832.08.16)* (Londres: The House of Commons), General Appendix: p. 60. Trad. livre.

20 *Ibidem*, p. 66.

21 *Ibidem*, p. 72.

22 *Ibidem*, p. 75.

23 “We are to teach false history, false astronomy, false medicine, because we find them in company with a false religion. We abstain, and I trust shall always abstain, from giving any public encouragement to those who are engaged in the work of converting the natives to Christianity”. “Minute recorded in the General Department by Thomas Babington Macaulay [...] dated 2 February 1835”. In L. Zastoupil, & M. Moir, eds., *The Great Indian Education Debate: Documents relating to the Orientalist-Anglicist Controversy, 1781-1843* (Londres: Routledge, 1999), p. 166.

24 Cf. S. Ghosh, “Bentinck, Macaulay and the Introduction of English Education in India”. *History of Education*, 24 (1), 1995, p. 21.

25 Lord William Bentinck, governador-geral da Índia entre 1828 e 1835.

26 “His Lordship-in-Council is of the opinion that the great object of the British Government ought to be the promotion of European literature and science among the natives of India, and that all funds appropriated for the purpose of education would be best employed on English education alone. His Lordship-in-Council directs that all the funds which these reforms will leave at the disposal of the Committee be henceforth employed in imparting to the Native population knowledge of English literature and science through the medium of the English language”. In S. Ghosh, “Bentinck, Macaulay...”, cit., p. 21.

27 “The “Court of Directors’ 1841 dispatch [...] represented a ‘victory’ for the Anglicists since it confirmed that the primary goal of British policy in India was the dissemination of European literature and science. However, the directors’ recommendation that Western learning be imparted by means of either the vernacular languages or English would have found favour with moderates in both parties, since the development of vernacular education was an important long-term objective of both the Anglicists and the Orientalists”. Cf. S. Evans, “Macaulay’s Minute Revisited: Colonial Language Policy in Nineteenth-century India”. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 23 (4), 2002, p. 275.

28 “The main priority was the education of the elite in the hope that the benefits would gradually filter down to the masses but not change the social structure”. In C. Ellis, “Education for All: Reassessing the Historiography of Education in Colonial India”. *History Compass*, 7 (2), 2009, p. 364.

29 Cf. C. Whitehead, “The Concept of British Education Policy in the Colonies 1850-1960”. *Journal of Educational Administration and History*, 39 (2), 2007, p. 163.

30 “We have declared that our object is to extend European knowledge throughout all classes of the people. We have shown that this object must be effected by means of the English language in the higher branches of institution, and by that of the vernacular languages of India to the great mass of the people.” In J. A. Richey, ed., *Selections from Educational Records, Part II: 1840-1859* (Calcutá: Superintendent of Government Printing, 1922, p. 392), *apud* S. Evans “Macaulay’s Minute Revisited...”, cit. p. 276.

31 Cf. D. Chand, “Education System ...”, cit., pp. 111-112.

32 “The scale in favour of English language and Western literature was main economic factor – Indians wanted a system of education which could help them to earn their livelihood. Progressive Indian elements also favoured the spread of Western learning and English education. Raja Ram Mohan Roy protested against Government proposals to strengthen the Madras, Calcutta and Banaras Sanskrit colleges and establishment of more oriental colleges in Bengal”. *Ibidem*, p. 110.

33 In A. Pennycook, *English and the Discourses of Colonialism*. Londres: Routledge, 1998, p. 80

34 Cf. P. K. Nayar, *Colonial Voices: The Discourses of Empire* (Malden: Wiley-Blackwell, 2012), p. 175.

35 Cf. nota 19.

36 In L. M. Bragança, “A educação e o ensino na Índia Portuguesa”. *A Índia Portuguesa* (vol. 2) (Nova Goa: Imprensa Nacional, 1923), pp. 19-20.

37 *Ibidem*, p. 87.

38 In J. Correia-Afonso, S. J. , “Sociedade Goesa e Língua Inglesa”. *Povos e Culturas* (5), 1996, p. 355.

39 “A construção do caminho de ferro deu incremento à emigração goesa, de duas maneiras. Em primeiro lugar, facilitou a saída da população de Salcete, a qual se foi estabelecendo em Húbli, Belgão e outras regiões de Karnataka, assim como em Pooona e Bombaim. Em segundo lugar, imprimiu um novo carácter à emigração bardezana, fechando a Bardês os mercados dos Gates, que em grande parte eram providos de peixe, sal e pimenta e ainda de outros artigos variados, pelos pequenos negociantes de Camorlim, Colvale, Assegão, Anjuna, Tivim e Assonora”, in A. C. Fernandes, *Emigração Indo-Portuguesa*, (Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1938) *apud* J. Correia-Afonso, S. J., *Povos e Culturas* (5), cit., p. 356.

40 In F. Gracías, “Goans away from Goa: Migration to the Middle East”. *Lusotopie* 7, 2000, p. 425; a autora assinala a prevalência de residentes de Bardês, por dispoem de um mais elevado nível de literacia [nota 10].

41 In M. A. Couto, *Goa: A Daughter’s Story* (Londres: Penguin, 2005), p. 223; acrescenta a autora: “however, towards the end of the 19th century, the impetus to introduce English education came from the Christian laity”.

42 In Pe. C. F de Souza, *Instituições Portuguezas de Educação e Instrução no Oriente. Estudos Históricos e Archeológicos* (Bombaim: Job Printing, Press, 1890), p. 150.

43 “Não sendo Goês nem sacerdote – embora tivesse frequentado o seminário – o ‘Padre’ Lyons (1846-1925) iniciou aulas de Ingles, primeiro em Siolim (1881) e depois em Arpora (1886), onde fundou a St. Joseph’s High Shcool”. J. Correia-Afonso, S. J. , *Povos e Culturas* (5), cit., p. 358.

44 São cerca de três dezenas os periódicos editados em Bombaim no século XIX, em língua portuguesa ou com secções em língua portuguesa, iniciando-se com o *Messenger Bombaynense* (1831-1832), e entre as quais se destacam o *Pregoeiro da Liberdade* (1838-1846), a *Abelha de Bombaim* (1841-1861) e a *A India Catholica* (1874-1885); mais de metade dos títulos inicia a sua publicação, efêmera, na última década, com excepções como *O Povo Goano* (1892-1895), *A Luz* (1894-1918) ou *The Echo* (1897-1922). Esta aparente profusão editorial, envolvendo projectos noticiosos, políticos, literários e confessionais, é ocupada de modo crescente pelas secções em inglês (e em concani) e, na sua maior parte, tem como destino de distribuição Goa, o que se poderá dever tanto às condições proporcionadas pelas tipografias em Bombaim como pela ultrapassagem da censura em Goa. Cf. A. M. Costa, *Dicionário de Literatura Goesa* (Macau: Instituto Cultural de Macau, 1997); Silva Leal, *Jornaes Indo-Portugueses* (Lisboa: Libânio da Silva, 1898) e A. Mártires Lopes, *Imprensa de Goa* (Lisboa: Commissariado do Governo para os Assuntos do Estado da Índia, 1971).

45 Citando o *Heraldo* de 21.10.1904, *apud* A. H.Carneiro, *O Ensino do Estado da Índia*, cit., vol. 1, p. 288.

46 In A. Sweeting, *Education in Hong Kong Pre-1841 to 1941: Fact and Opinion* (Hong Kong: Hong Kong University Press, 1990), p. 91.

47 “There were hardly any children of British, Portuguese or other foreign parentage in Hongkong during the first two or three years of the Colony’s existence, when living conditions in the settlement were notoriously unwholesome and unhealthy. However, as early as 1844 the Catholic Mission opened its first school in Hongkong, designed to provide some instruction in the English language, principally for boys of Portuguese parentage.”. In J. P. Braga, “The Portuguese in Hongkong and China: Their beginning, settlement and progress during one hundred years”. *Boletim do Instituto Luís de Camões*, 12 (1-2), pp. 169-171, 1978 [1944]).

48 “St. Andrew’s School was established, after a public meeting on 6 March, by prominent local residents (mostly Europeans) who disliked the religious character of missionary schools and the schools under the Education Committee. Prominent at the public meeting was Mr Andrew Shortrede, Editor of the China Mail, who declared that ‘it was not very creditable to Hongkong that, though it had existed for twelve years as a British Colony, it was without a Public School for instruction in English, so that the children of our countrymen were less cared for, growing up in greater ignorance, than the Chinese. St. Andrew’s School, financed from public subscriptions, offered instruction in English to over 100 children of 10 nationalities. The school was supported, at first enthusiastically, by voluntary contributions. It closed in 1861.” In A. Sweeting, *Education in Hong Kong...*, cit., p. 148.

49 “the principal attendants at this School are Portuguese and Chinese, besides some Parsees and children belonging to other countries”. In E. J. Eitel, “Materials for a History of Education in Hong Kong”. *The China Review*, 5, (1890-1891) p. 339.

50 “o St. Joseph’s College, como então se chamava, abriu com 165 alunos, quase todos rapazes portugueses e com cinco professores”. In J. M. Braga, *O Ensino da Língua Portuguesa em Hong Kong: Algumas Notas sobre a sua História* (Macau: Imprensa Nacional, 1969), p. 88.

51 Cf. A. Sweeting, *Education in Hong Kong...*, cit., p. 209.

52 In J. P. Braga, *The Rights of Aliens in Hong Kong* (Hong Kong: Noronha & C.º, 1895), pp. XXIII recapitula as palavras do Governador: “No prize of material prosperity, social rank, or office so high that it is not open to any British subject in this Colony possessed of a thorough knowledge of English”.

53 Cf. Fok K. C., *Lectures on Hong Kong History: Hong Kong role in Modern Chinese History* (Hong Kong: The Commercial Press, 1990), p. 17.

54 Report of the Committee appointed by His Excellency Sir William Robinson [...] to enquire into the expenditure of the Colony and to suggest what economies can be effected therein without sacrifice of efficiency in the public service ... (1894). Hong Kong: Noronha & C.º, p. 86.

55 Cf. J. P. Braga (1895). *The rights of aliens in Hongkong: being a record of the discussion carried on through the medium of the public press as to the employment of aliens in the colony*. Hong Kong : Noronha & Co. *Ibidem*, pp. 68-69.

56 In *Echo do Povo*, 01.05.1862, p. 3.

58 *Ibidem*, p. 2.

59 Como refere B. K. Tsou: “The unequal status of the two languages was clearly reflected in Article 50, which set the stage for the growth in importance of English in Hong Kong [...] and established the basis for English to be the only official language in Hong Kong for much of its history” (“Aspects of the Two Language System and Three Language Problem in the Changing Society of Hong Kong”). In Sue Wright, ed., *One Country. Two Systems. Three Languages* (Bristol: Multilingual Matters, 1997), pp. 22-23.

Os Três Prefácios da *Classificação dos Poetas*, por Zhong Rong

Tradução, Notas e Comentário

GIORGIO SINEDINO*

INTRODUÇÃO

A *Classificação dos Poetas* (*Shipin* 詩品) de Zhong Rong 鍾嶸 (468?-518?), cujos prefácios traduzimos pioneiramente e na íntegra para o português, é hoje considerado como o primeiro texto chinês a analisar e classificar autores sistematicamente. Mais do que isso, contudo, interessa-nos o esboço de história da poesia chinesa, da dinastia Han (202 a.C- 220 d.C.) à dinastia do Sul Liang (502-557), que nos oferece, em larga medida lúcido e objectivo. Neste contexto, enfatizaremos o pano de fundo sociocultural da arte poética chinesa, tentando entender como eventos políticos e a estrutura social exercem um papel determinante sobre o gosto e a criação artística naquele país. Membro de uma linhagem sem grande expressão política na dinastia Liang, a *Classificação* trai a amargura de seu autor por não ter sido recebido nos mais altos círculos da elite, o que motiva também as partes menos interessantes do texto,

* Mestre em História das Ideias pelo Departamento de Filosofia e Religião da Universidade de Pequim, prepara o doutoramento em História da Religião Chinesa na Academia de Filosofia da Universidade Renmin da China. A sua tradução comentada dos *Analectos* e a do *Dao De Jing* de Laozi foram publicadas pela Editora da Universidade Estadual Paulista (2012 e 2016). Actualmente está a preparar uma edição crítica dos *Ensaíos do Mestre Zhuang*. Ensina tradução chinês-português no Instituto Politécnico de Macau.

M.A. in History of Chinese Ideas, Peking University (Department of Philosophy); Ph.D. candidate in History of Chinese Religion, Renmin University (Academy of Philosophy). He has translated and commented the Analects (Universidade Estadual Paulista Press, 2012) and Laozi's Dao De Jing (Universidade Estadual Paulista Press, 2016). He is currently preparing a critical edition of The Essays of Master Zhuang. He teaches Chinese-Portuguese translation at Macao Polytechnic Institute.

com a crítica parcial de vogas poéticas e críticas que se revelaram permanentes para a tradição chinesa. Deve-se reconhecer, contudo, que também foi permanente a contribuição desta obra de Zhong Rong, pois passados séculos seus pontos de vista adquiriram uma certa autoridade, em particular a sua visão histórica.

Os manuscritos da *Classificação dos Poetas* normalmente vêm divididos em três “rolos” (os “tomos” da bibliologia chinesa). Cada rolo corresponde a uma classe de poetas (superior, intermediária, inferior), cujos integrantes vêm dispostos cronologicamente, na primeira classe, e por sucessão cronológica de linhagens (grupos de poetas) nas outras duas. Há apenas 12 “poetas” na classe superior, o primeiro dos quais é um termo colectivo indicando um tipo particular de composição (os chamados “poemas antigos”). Nas outras duas classes, Zhong classifica ao todo 110 (ou 111) autores. Antes de discutir resumidamente a obra de cada um dos poetas, todavia, Zhong Rong apôs considerações gerais sobre a arte poética em cada um dos três rolos. Esses são os textos que estudaremos abaixo. Apesar de utilizarmos a expressão “três prefácios”, não há relação directa entre os textos e as classificações a que antecedem. Modernamente, há quem sugira que esses textos devem ser lidos como uma única obra corrida. De facto, é essa a abordagem que adoptamos, conscientes de algumas incongruências (e incoerências) estruturais. Feita a ressalva, também invertemos a ordem tradicional dos prefácios, dispondo o texto do segundo rolo em primeiro lugar, por estabelecer uma linha de raciocínio mais clara.

PREFÁCIO II

COMENTÁRIO INICIAL: Dos três prefácios, é o segundo que descreve os aspectos formais da *Classificação dos Poetas*, de maneira que o editamos em primeiro lugar. Nas cinco secções abaixo, Zhong Rong (1) explica a estrutura da compilação; (2) tece distinções sumárias entre os diversos géneros literários, realçando a primazia da arte poética; (3) critica a poesia do seu tempo, o que introduz o problema historiográfico que a *Classificação* se propõe resolver e debater em detalhe no Prefácio I; (4) descreve as razões para compor a sua obra, comparando-a com textos correlatos; (5) detalha o processo de escolha e classificação dos poetas.

(一) 一品之中，略以世代為先後，不以優劣為詮次。又其人既往，其文克定。今所寓言，不錄存者。

1. Em cada uma [das três] classes [que defini,] tento listar [os poetas] conforme a sua ordem cronológica. Não existe, [dentro de cada uma das classes,] qualquer julgamento sobre os méritos relativos [dos poetas nela incluídos]. A propósito, somente quando um poeta não está mais entre nós é que podemos avaliar o seu [valor] literário com segurança; com efeito, as anotações que se seguem não se dirigem a autores ainda vivos.

COMENTÁRIO: Zhong Rong trata apenas de autores já falecidos, uma medida de grande sensatez política, dado o profundo senso de hierarquia que animava (e anima) a sociedade chinesa. Isso não significa, contudo, que Zhong Rong não tenha pago um preço pela ousadia (temeridade?) que era formalizar um *ranking* entre figuras que, como as nossas breves anotações biográficas demonstrarão, tinham tido um papel tão central para a cultura recente. Nos séculos seguintes, Zhong Rong sofreu ataques pessoais (“um crítico de poetas que não sabe criar poesia”) e a sua obra viu-se fadada ao esquecimento, até que, protegida pela antiguidade que acumulou, começou a ser venerada por intelectuais e poetas.

(二) 夫屬詞比事，乃為通談。若乃經國文符，應資博古；撰德駁奏，宜窮往烈。至乎吟詠情性，亦何貴於用事？「思君如流水」，既是即目。

「高臺多悲風」，亦惟所見；「清晨登隴首」，羌無故實；「明月照積雪」，詎出經史。觀古今勝語，多非補假，皆由直尋。

2. [Qualquer texto pressupõe] a organização de um conjunto articulado de períodos, [em que] se dispõe factos e verdades [numa ordem determinada. Há, contudo, especificidades para cada espécie de composição]. Nos textos oficiais, vocacionados ao governo do país, cumpre fundamentá-los com abundantes referências à Antiguidade; nas réplicas a memoriais, em que se descrevem acções virtuosas, é preciso dar expressão cabal às grandes façanhas de antanho. E, quando declamamos as nossas emoções, recitando [expressões] da nossa natureza, o que é mais precioso do [que um amplo manancial] de expressões clássicas? “Penso em ti, meu senhor, como corre o rio”,¹ [tão poderosa a expressão deste verso,] parece que [o amado] está diante dos olhos. “Alto eirado, que tristes ventos sopras”,² [toda a beleza está na sugestão,] pois o verso só refere o que vê o poeta. “Madrugo para o alto pico, que degrau a degrau me chama”,³ [não deixa de ser bom por] carecer de alusões tradicionais. “Flocos de neve parecem estrelas: é a lua clara a brilhar no céu”,⁴ [descreve uma bela cena com singeleza,] terá saído de algum dos Clássicos ou Histórias Oficiais? [Na verdade,] ao passarmos em revista as “belas sentenças” de todos os tempos, [temos que reconhecer que] muitas não são decalques de [grandes criações do passado], mas descrições poéticas originais.

COMENTÁRIO: “Literatura”, para os chineses antigos, incluía toda a gama de textos produzidos pela burocracia e obras de ocasião, tais como memoriais ao imperador, pareceres, despachos, eulogias, epitáfios, etc. Neste sentido, não havia diferença de fundo entre um poema e uma carta para um parente, pois o tipo de linguagem e de acabamento literário que se exigia de ambos era basicamente o mesmo. Na retórica chinesa, era muito importante demonstrar conhecimento de obras clássicas, que não apenas incluía o cânone ortodoxo e as obras dos mestres, mas também as narrativas das crónicas históricas oficiais e as colectâneas literárias mais famosas (seja pela autoridade da pessoa seja pelos seus dotes literários). Zhong Rong digladiava-se com um lugar comum da literatura chinesa (ainda mais grave em épocas de maior formalismo): o uso de *loci classici*. Tenta argumentar,

AS DIMENSÕES DO CÂNONE / Crítica Literária

THE DIMENSIONS OF THE CANON / Literary Criticism

embora tortuosamente, que a linguagem poética pode prescindir do (abuso) de citações clássicas. Essa é uma das teses fundamentais da *Classificação*, que o autor seguirá com certa fidelidade.

(三) 顏延、謝莊，尤為繁密。於時化之。故大明、泰始中，文章殆同書抄。近任昉、王元長等，辭不貴奇，競須新事。爾來作者，寢以成俗。遂乃句無虛語，語無虛字，拘攣補衲，蠹文已甚。但自然英旨，罕值其人。詞既失高，則宜加事義，雖謝天才，且表學問，亦一理乎！

3. [As obras de] Yan Yan[zhi] 顏延[之] e Xie Zhuang 謝莊⁵ (421-466), por outro lado, são excepcionalmente carregadas de referências eruditas – tendo profunda influência sobre a sua época, a tal ponto que a literatura produzida nas eras Daming 大明 (457- 464) e Taishi 泰始 (465-471) mais parece um pastiche de expressões clássicas. Ultimamente, [escritores como] Ren Fang 任昉 (460-508) e [Wang Rong 王融 (466-493),] o Yuanchang 元長,⁶ não têm demonstrado apreço pela frase rara, disputando, sim, quem é capaz de criar novas elocuções. Esses literatos de hoje em dia conseguiram, pouco a pouco, criar novos hábitos. E, desta forma, não faltam agora alusões [preciosas] em cada verso, nem termos [abstrusos] para cada alusão. [Some-se] o rebuscamento nas emendas do texto – vê-se que grandes foram os danos à arte literária. Como é difícil de encontrar um autor com belas ideias e expressão espontânea! Mas já que perda está a grandeza, só resta buscar [compensá-la] com mais erudição... Afinal, se causam decepção em termos de genialidade, ostentar erudição não deixa de ser um motivo [para que continuem a escrever seus poemetos...]

COMENTÁRIO: Não apenas o pensamento e as instituições, também a arte chinesa é profundamente conservadora. Por razões pessoais ou por uma antipatia inata ao homem de letras chinês – quando alijado do aplauso de quem está acima de si –, Zhong Rong critica a literatura do seu tempo. Com efeito, onze dos doze autores incluídos na classe superior pertencem à época em que o Norte estava sob controle “chinês”, isto é, antes da invasão dos povos nômadas de fala não chinesa em 317. Esse tema será desenvolvido largamente no Prefácio I, *infra*.

(四) 陸機 《文賦》通而無貶；李充《翰林》，疏而不切；王微《鴻寶》，密而無裁；顏延論文，精而難曉；摯虞《文志》詳而博瞻，頗曰知言。觀斯數家，皆就談文體，而不顯優劣。至於謝客集詩，逢詩輒取；張鷟《文士》，逢文即書。諸英志錄，並義在文，曾無品第。

4. O *Ensaio sobre Criações Literárias e Discurso Poético* (*Wenfu* 文賦) de Lu Ji 陸機 (261-303) apresenta uma descrição geral [do processo de escrita,] sem [pormenorizar] crítica ou elogio [a autores em particular]. A *Floresta de Pincéis* (*Han lin* 漢林), obra [sobre formas literárias] de Li Chong 李充, é demasiado genérica e imprecisa. [Por outro lado,] Wang Wei 王微 escreveu *O Grande Tesouro* (*Hong bao* 鴻寶), um texto [excessivamente] denso e sem foco. Os ensaios de Yan Yanzhi são burilados [demais, e, portanto,] de difícil compreensão. Zhi Yu 摯虞⁷ compôs um *Tratado sobre Composições Literárias* (*Wenzhi* 文志), obra detalhada, profunda, rica; pode-se dizer que sabe do que está a falar. Contudo, vejo que estes diversos autores igualmente se cingem a uma discussão das formas literárias, sem se ocuparem com uma classificação [dos diferentes autores]. Ao compilar as *Poesias Reunidas do Viajante Xie* (*Xieke shiji* 謝客詩集), bastava a Xie Lingyun 謝靈運 (385-433) [encontrar um texto novo] para que tomasse notas. O mesmo com Wang Zhi 王銍 e o seu [poema] “Cavaleiro Erudito” (*Wen shi* 文士); encontrando uma boa ideia para a obra, anotava-a. Todos os tratados e notas organizados [pelos diversos] talentos [de Tudo sob o Céu] orientam-se meramente a produzir literatura, não a fazer uma crítica da qualidade dos textos.

COMENTÁRIO: Das obras citadas nesta passagem, somente nos chegou o *Ensaio* de Lu Ji.⁸ Uma comparação perfunctória deste à *Classificação* de Zhong Rong revela que são dois textos substancialmente diferentes. Lu Ji discorre sobre o processo de criação literária, dividindo-o em duas partes principais – a elaboração da obra e a sua execução. Uma leitura crítica permite utilizar as ideias de Lu como vetores de crítica literária: avaliando se um texto é ou não coerente com um tema central; se configura ou não uma malha de conceitos; se é ou não expressivo além de seu contexto histórico e da situação que o ensejou. No plano formal, Lu Ji disserta sobre a noção virtudes e defeitos formais, incluindo variações rítmicas e tonais – já que

o autor tinha em mente a composição de poemas e narrativas *fu* 賦. A obra de Zhong Rong, ao contrário, é historicizante. Embora não vá ao fundo na crítica dos gêneros, formas e temáticas da literatura, chama a nossa atenção para vogas e oferece um relato confiável das diversas etapas em que a poesia se desenvolveu a partir da dinastia Han. Porém, é inegável que podemos encontrar lacunas, e mesmo contradições, na concepção geral da *Classificação*. Para vermos um bom exemplo, passemos à próxima secção.

(五) 嶸今所錄，止乎五言。雖然，網羅今古，詞文殆集，輕欲辨彰清濁，揜利病，凡百二十人。預此宗流者，便稱才子。至斯三品升降，差非定制，方申變裁，請寄知者爾。

5. [Ressalvo, porém, que] nestas minhas anotações tratarei apenas dos pentassílabos. Dito isto, [a minha obra] abarca [um grande número de autores] de todas as épocas [e creio] que [nos meus estudos preparatórios] consegui reunir [todas] as composições [disponíveis]. O meu intento, [como revelara,] é distinguir com clareza o bom escritor do mau, indicando os seus méritos e fraquezas. [Cerca de] cento e vinte autores vêm comentados neste texto. Indiferentemente à forma como vierem arrolados nas linhagens [delineadas na minha obra, todo e qualquer autor] deve ser considerado um literato de erudição e talento. Não há consenso, além disso, sobre quem deve vir acima ou abaixo nas três classes que defini. Caso alguém [sinta necessidade] de alterar [o meu entendimento,] que esse trabalho seja confiado a quem sabe do assunto.

COMENTÁRIO: Zhong Rong propõe que sua obra se resume à crítica dos pentassílabos, mas há autores incluídos cujas especialidades eram outras formas ou mesmo outros gêneros poéticos. Há autores, inclusive, cujos pentassílabos nem sequer foram transmitidos ao nosso tempo. A crítica de Zhong também é deficiente por não diferenciar a métrica em sentido estrito da forma literária. Na experiência chinesa, há a eterna dificuldade de não contarmos com uma tipologia teoricamente madura. Deparamos-nos sempre com listagens que podem ser exaustivas, mas que não encaram os fenômenos analisados com um verdadeiro espírito taxonómico, por assim dizer. Por exemplo, os

diversos tipos de cantigas e ritmos populares que são chamados colectivamente de *yuefu* 樂府 (*xing* 行, *qiu* 曲, *cao* 操, *nong* 弄, *yin* 吟, etc.) pela simples razão de que eram compilados para conhecimento da corte, com uma finalidade precipuamente política. O interesse estético ou artístico surgiu depois, deduzo, à medida que os falares e folclores do império se infiltraram como modismos e exotismos por meio dos membros neófitos da elite.

Dito isso, tentar resumir a história da poética chinesa à escrita com versos regulares, tomando os pentassílabos como forma principal, é uma tarefa árdua. Os pentassílabos têm uma história complexa, cuja chave parece estar, justamente, em composições populares, cuja questão autoral é insolúvel – facto reconhecido por Zhong Rong. A tradição historiográfica chinesa significa o problema, argumentando que os dois tipos básicos, “tetra” e “pentassílabos”, são inspirados, de um lado, por dois tipos de composição (formas poéticas) do *Clássico dos Poemas* (*Shijing* 詩經) e, de outro, pelos *Cantos de Chu* (*Chuci* 楚辭). Contudo, primeiro vemos que as formas poéticas em causa não são regulares, contendo versos ora longos, ora curtos; segundo, elas não são capazes de antecipar os desenvolvimentos futuros, que certamente são inspirados por formas vindas de outras fontes – as quais não são reconhecidas pelo dualismo Poemas/Cantos.

PREFÁCIO I

COMENTÁRIO INICIAL: O Prefácio I contem as principais ideias de Zhong Rong, sendo, portanto, o de leitura mais proveitosa. Dos dezassete parágrafos da edição de Cao Xu 曹旭, que sigo fielmente, organizei cinco secções temáticas: (1) Prelúdio cosmológico-filosófico, em que Zhong Rong emprega categorias e noções tradicionais do pensamento chinês para vincular a poesia à cosmologia tradicional (parágrafo 1). (2) História das tradições poéticas, o conteúdo mais importante de todos os prefácios, em que Zhong Rong distingue as diversas vogas poéticas que consegue integrar teoricamente segundo o padrão de “permanente declínio”, o que considero uma derivação da doutrina dos ciclos dinásticos (parágrafos 2 - 8). (Vale a pena ressaltar que aproveitei a divisão em gerações poéticas de Zhong para destacar o perfil socioeconómico de cada poeta no seu ambiente histórico e político. Disso haurimos interessantes perspectivas sobre a poesia

AS DIMENSÕES DO CÂNONE / Crítica Literária

THE DIMENSIONS OF THE CANON / Literary Criticism

como prática social, sobre a sua relação com a vida político-burocrática e a importância da elite governante como patrocinadora e público). Além disso, Zhong Rong viu-se obrigado a dedicar um parágrafo, o 9.º a explicar por que diminuiu o estatuto dos tetrassílabos na sua narrativa. (3) Fundamentos da arte poética e de sua crítica: Zhong Rong repassa sinteticamente os conceitos básicos da composição poética e da sua apreciação, destacando um número de temáticas que se consolidaram como *topoi*, os quais, na minha opinião, podem ser tratados como uma categoria de formas poéticas. (4) Ao explicar por que uma classificação dos poetas se torna necessária, o autor permite-nos um breve relance da escrita poética como prática social no seu tempo, além de nos confirmar que a obsessão com classificações que hoje vemos na China é um atavismo profundamente assentado na psique desse povo. (5) Outro atavismo incorrigível, Zhong Rong reserva um parágrafo para, sêdula (e servilmente?) elogiar o seu soberano e a era em que vive.

1. PRELÚDIO COSMOLÓGICO-FILOSÓFICO

(一) 氣之動物，物之感人，故搖蕩性情，行諸舞詠。照燭三才，暉麗萬有，靈祇待之以致饗，幽微藉之以昭告；動天地，感鬼神，莫近於詩。

1. A energia vital (*qi* 氣) move as coisas; estas, por seu turno, contagiam os homens. É por tal razão que a natureza humana e as suas emoções se agitam [por dentro], manifestando-se como canto e dança [por fora]. Com o seu brilho ilumina [o Céu, a Terra e o Homem, as chamadas] Três Potências (*sancai* 三才) e com o seu raiar destaca a beleza das Dez Miríades [de seres que] há [no mundo]; disso dependem os espíritos celestes e telúricos para se alimentarem das oferendas sacrificais; nisso se amparam os [fantasmas na] escuridão e os [seres] subtrís para comunicarem [com as instâncias superiores. Dentre todas as coisas capazes de] fazerem o Céu e a Terra se moverem, ou de contagiarem fantasmas e espíritos, não há nada que sequer chegue perto dos poemas *shi* 詩.

COMENTÁRIO: Nesta primeira passagem, Zhong Rong utiliza a cosmologia chinesa como pano de fundo para a poesia. A correlação, para aquele povo, é óbvia e inconteste. O pensamento clássico chinês é

holista e “materialista”. Holista, porque concebe tudo o que existe ou que acontece, seja na natureza, seja na sociedade, como mutuamente integrado a uma única ordem – o *dao* 道. “Materialista”, porque entende que tudo é concebido e composto por um tipo de substância subtil chamada de *qi*, que traduzo por “energia vital”. Desta forma, enquanto se nega uma diferença de fundo entre os fenómenos naturais e a vida humana, afirma-se a identidade entre o macrocosmo e o microcosmo, pois o que se passa no interior do homem está vinculado ao grande ciclo do mundo. Os poemas, segundo esse entendimento, cumprem um papel místico e religioso, o que trai seu papel xamanístico em tempos mais remotos.

No que se refere ao texto ora discutido, contudo, o quadro cosmológico é mais uma profissão de fé na ortodoxia dos cânones confucianos do que uma doutrina a ser meticulosamente levada às últimas consequências. Isso ficará claro com o desenrolar dos prefácios a seguir. As principais ideias utilizadas por Zhong são esboçadas no “Grande Intróito” aos *Poemas do Senhor Mao* (*Maoshi Zhengyi* 毛詩正義) e nos *Apontamentos sobre Música* (*Yueji* 樂記).⁹ Certamente, são noções elementares empregadas largamente nos grandes textos chineses sobre as artes, de que servem como exemplos, no caso das letras, o *Discurso sobre a Literatura* (*Lunwen* 論文), de Cao Pi 曹丕 (187-226), o *Ensaio sobre Criações Literárias e Discurso Poético*, de Lu Ji ou o grande tratado o *Espírito Literário e o Esculpir de Dragões* (*Wenxin diaolong* 文心雕龍) de Liu Xie 劉勰 (465-522?), contemporâneo de Zhong Rong.

2. HISTÓRIA DAS TRADIÇÕES POÉTICAS

(二) 昔《南風》之詞，《卿雲》之頌，厥義夙矣。夏歌曰：「鬱陶乎予心。」楚謠曰：「名余曰正則。」雖詩體未全，然是五言之濫觴也。

2. Do passado, [recebemos a] letra [da música] “Ventos do Sul”¹⁰ e o elogio [do cântico] “Auspiciosa Nuvem”¹¹: como é profunda sua significância! Há uma canção dos tempos dos Xia que diz “preocupações incham o meu peito”¹² e uma cantiga de Chu diz “deu-me o nome ‘de rectos escrúpulos’”¹³: mesmo que a escansão não seja a mesma do início ao fim, pode ser considerada a rasa nascente de onde fluíram, caudalosos, os pentassílabos.

COMENTÁRIO: Nas secções 2 – 8, Zhong Rong apresenta uma narrativa histórica do desenvolvimento da poesia chinesa, nominalmente da perspectiva dos pentassílabos, a partir dos seus primórdios até às primeiras décadas do século VI, ou seja, até ao final da primeira metade das dinastias do Sul (420-589). Vale a pena enfatizar que a *Classificação* reconhece os pentassílabos como *mainstream* da poesia chinesa, apesar de , por séculos, os poetas fazerem vénia à tradição segundo a qual as obras recolhidas no *Clássico dos Poemas*, tetrassilábicas por natureza, eram a expressão mais elevada da arte poética. Zhong é cuidadoso, contudo, em maquilhar o seu entendimento, buscando em outros clássicos confucianos – e na obra de Qu Yuan 屈原 – a autoridade para contrapesar quaisquer acusações de “blasfêmia” contra o cânone. Não obstante, os exemplos citados não servem à causa dos pentassílabos. A obra de Qu Yuan, embora não utilize a métrica de quatro sílabas, que encontramos em composições dos *Poemas*, possui versos de extensão variável.

(三) 逮漢李陵，始著五言之目矣。古詩眇邈，人世難詳，推其文體，固是炎漢之製，非衰周之倡也。

3. Com o aparecimento de Li Ling 李陵¹⁴ (134 a.C.?-72 a.C) dos Han, [contudo,] é que [os pentassílabos] começaram a serem concebidos como um metro formal. Os “poemas *shi* arcaicos” (*gushi* 古詩)¹⁵ [tem origens] remotíssimas, algo que uma vida de estudos não basta para esclarecer. [Entretanto,] se especularmos [exclusivamente] sobre a sua forma literária, [saberemos que] de facto é uma criação dos Han, cuja virtude era ígnea¹⁶ – e não um cantar dos tempos de quando a casa de Zhou estava moribunda...

COMENTÁRIO: Como esta secção o ilustra, Zhong estava plenamente atento à fragilidade das autoridades em que se sustentava e apressa-se em reconhecer que o amadurecimento dos pentassílabos deu-se com os Han. Também é digno de atenção que, muito embora quase tudo que há nas artes chinesas surja de um processo de criação colectiva – diferentemente da tradição ocidental, em que o indivíduo possui um papel muito mais pronunciado – o chinês invariavelmente precisa atribuir qualquer tipo de inovação a um “patriarca”. Se, por um lado, Zhong Rong sabe que um grupo de

“poemas antigos”, de tempos “remotíssimos”, está à mão como primeiro exemplo maduro da forma poética em causa, ele singulariza Li Ling como o primeiro grande mestre. Não obstante, hoje vê-se em Li Ling um *topos* poético e, nas suas composições, exemplos consagrados de exercícios de criação prosopopeica (isto é, os poemas que são escritos da perspectiva de terceiras pessoas, especialmente imitando o seu “estilo”).

(四) 自王、揚、枚、馬之徒，詞賦競爽，而吟詠靡聞。從李都尉迄班婕妤，將百年間，有婦人焉，一人而已。詩人之風，頓已缺喪。東京二百載中，惟有班固《詠史》，質木無文。

4. Desde [o florescimento de grandes poetas como] Wang Bao 王褒 (90 a.C.?-51 a.C.?), Yang Xiong 楊雄¹⁷ (53 a.C.-18 a.C.), Mei Sheng 枚乘¹⁸ (? -140 a.C.), Sima Xiangru 司馬相如¹⁹ (179 a.C. ?-117 a.C.), as rapsódias *fu* disputavam a evidência, enquanto as cantigas populares caíam em desuso. Nos quase cem anos entre o *duwei* 都尉 Li [Ling] até à *jieyu* 班婕妤²⁰ (48 a.C. ?-2 d.C.), além desta, não há mais nenhuma poetisa [de renome. A partir daí,] a voga da poesia desapareceu repentinamente. Nos duzentos anos em que a capital esteve sediada no leste (25-220), talvez só [seja digno de menção] o “Lamento do Cronista” (*Yong shi* 詠史)²¹ de Ban Gu 班固²² (32-92) – um poema austero [moralmente] e sem requinte [literário].

COMENTÁRIO: O leitor atencioso deve ter percebido que, para enfocar a importância dos pentassílabos face às outras formas poéticas, Zhong Rong parece ter sido obrigado a dar um passo atrás, em termos cronológicos, com o objectivo de discutir as rapsódias *fu*. Contudo, o autor aparentemente não enxerga nenhuma inconsistência ao fazê-lo. A razão para tanto é que, de certa forma, Zhong Rong está a sugerir que a história das formas poéticas na China divide-se em duas tradições semi-independentes: os poemas *shi*, representados pelos “Ventos” e “Odes Elegantes”, dois tipos de composição do *Clássico dos Poemas*, e os poemas *fu*, representados pela colectânea *Cantos de Chu*. Objectivamente, as duas obras são distintas, tanto no que respeita a forma e composição, como a temática e vocabulário, como, ainda, a idioma e cultura regionais. Logo, a postura de Zhong é defensável. Sob esse pressuposto, ao revermos o texto, vemos que Zhong parece estar a dirigir-se, primeiro,

AS DIMENSÕES DO CÂNONE / Crítica Literária

THE DIMENSIONS OF THE CANON / Literary Criticism

às composições sob tutela dos *Poemas*, enquanto as rapsódias *fū* recebem um tratamento diferenciado, vinculadas geneologicamente às *Cantos*. Com efeito, percebemos que os primeiros autores citados nesta passagem, sem exceção, são apreciadores e imitadores do estilo de Qu Yuan.

É interessante perguntarmos por que Zhong Rong critica a segunda metade da dinastia Han como poeticamente estéril. Sabe-se que os Han possuíam um gabinete específico para reunir as canções populares *yuefu*, que aliás levam o nome desse departamento, e também que a quantidade de obras coligidas não é pequena. Sabemos, além do mais, que essas composições não apenas possuíam um grande número de subgêneros, mas que fecundaram a produção de autores importantes, desde a primeira metade da dinastia Han, quando foi instituído o gabinete, alcançando seu apogeu com os famosos poetas da dinastia Tang.

（五）降及建安，曹公父子篤好斯文，平原兄弟鬱為文棟；劉楨、王粲為其羽翼。次有攀龍托鳳，自致於屬車者，蓋將百計。彬彬之盛，大備於時矣。

5. Ao chegarmos à era de Jia'an 建安 (196-219), os senhores Cao [Cao] 曹[操] (155-220) e Cao Pi, pai e filho,²³ [demonstraram] autêntico apreço por *esta nossa tradição literária*; os irmãos nobres de Pingyuan [, Cao Zhi 曹植 (192-232) e Cao Biao 曹彪 (195-251)]²⁴ consolidaram-se como dois fortes pilares da criação [poética]; Liu Zhen 劉楨²⁵ (186-217) e Wang Can 王粲²⁶ (177-217) deram-lhe arrimo. A seguir vierem aqueles que, [conforme o provérbio,] montaram no dragão e se agarraram à fénix, conseguindo integrar-se ao cortejo [dessa nobreza iluminada] – o que fez com que [bons poetas em actividade] contassem às centenas. Ah, [o ideal de que “Naturalidade” e “Refinamento”,] meio a meio, [criam o literato perfeito]... que vulto adquiriu, que abundância manifestou nessa época!

COMENTÁRIO: Neste parágrafo, encontramos a China numa transição política e cultural. A casa dos Liu estava nos seus estertores finais, o império Han e os seus referenciais clássicos caíram em descrença, em parte por não mais conciliarem os interesses das elites regionais, garantindo-lhes um fórum para composição de conflitos e luta não violenta pelo poder. Por outro lado, Cao Cao, o lorde protector do último imperador

dos Han a preparar o alvorecer de uma nova dinastia, tinha um perfil bastante diferente do ideal de homem nobre apregoado no confucionismo. Belicoso, adepto dos prazeres da vida, Cao Cao pôs à terra a velha ordem, sacramentada pela antiguidade, e substituiu-a com um novo regime, conhecido por Jian'an. Através dele, anunciava-se um tipo de vida intelectual mais presa à cultura regional e popular, processo que em linhas gerais chegaria à maturidade no período Jin e nas dinastias do Sul.

É importante percebermos aqui que uma mudança no modelo de patrocínio – eis o que a ascensão de Cao Cao também significava – se desdobra numa nova dinâmica cultural. Por conseguinte, como a redacção de Zhong o sugere, a literatura de Jian'an estava irremediavelmente presa à figura maior do seu fundador, Cao Cao, e de três dos seus filhos, Pi, Zhi e Biao. Atente-se para o facto de que Liu Zhen e Wang Can, os únicos citados que não possuem nome de família Cao, são funcionários da máquina burocrática de Wei e agregados pessoais do clã. Os demais, Zhong explica com um provérbio clássico, são como pessoas que tentam montar o dragão e agarrar-se à fénix, metáforas que indicam colocar-se ao serviço pessoal de homens que detêm poder e influência. Eis uma chave para se compreender o sistema cultural chinês.

A passagem termina com uma explicação falsamente classizante para o sucesso da literatura de Jian'an. Zhong Rong tem em mente uma série de passagens dos *Analectos* (*Lun Yu* 論語) em que Confúcio discorre sobre a “Naturalidade” e o “Refinamento”, especialmente 6.16, quando o Mestre diz que o homem ideal deve possuir esses dois atributos em quantidades iguais. No contexto original, vaticinava-se que o erudito confuciano deveria dar igual importância à prática dos Ritos – os precedentes sagrados da tradição de Zhou, regras fundamentais do convívio humano e funcionamento da família e do Estado – e à Música, cuja ênfase está nas emoções e sensibilidade do indivíduo, um espaço onde é livre das amarras sociais. Zhong Rong claramente reinterpreta esse entendimento de modo solto, indicando que “Naturalidade” é sinónimo de expressão espontânea da personalidade e “Refinamento” se assemelha a erudição e domínio da expressividade poética.

（六）爾後陵遲衰微，迄於有晉。太康中，三張、二陸、兩潘、一左，勃爾復興，踵武前王，風流未沫，亦文章之中興也。

6. Desde então, como se descendo de uma colina, apequenou-se, até chegarmos aos Jin (266-420). Na era de Taikang 太康 (280-289), os três Zhang [, Zhang Zai 張載, Zhang Xie 張協, Zhang Kang 張亢²⁷ (ativos até a primeira década do século IV?)], os dois Lu [, Lu Ji e Lu Yun 陸雲²⁸ (262-303)], os dois Pan [, Pan Yue 潘岳 (247-300) e Pan Ni 潘尼²⁹ (250?-311?)] e um Zuo [, Zuo Si 左思³⁰ (250?-305)] subitamente calcaram as pegadas dos reis de Jian'an]. Ora, os bons hábitos literários não se foram por completo; [em meio da lenta decadência,] a escrita e criação medraram.

COMENTÁRIO: A casa de Wei caiu sob a influência dos clã dos Sima. O patriarca Sima Yi 司馬懿 fora um importante conselheiro e servo de Cao Cao que, após a morte do caudilho, continuou a comandar as suas forças e a coordenar a estratégia de formar colónias militares. Sima Yi tornou-se uma personagem imprescindível em Wei, colocando membros do seu clã em posições importantes, eventualmente assumindo a regência do filho de Cao Pi e, finalmente, lançando um golpe palaciano e aniquilando o clã Cao para fundar a sua própria dinastia, Jin. Concomitantemente a esse processo, o “espírito literário” de Jian'an minguou.

Os chineses antigos subscreviam-se à teoria de que a “história” segue o mesmo ritmo dos ciclos dinásticos. Isso é inquestionável, se considerarmos a natureza do poder político e das instituições existentes nesse país. Interessante, porém, é percebermos como a vida cultural se relaciona com a formação e dissolução de grandes impérios territoriais centralizados. A perspectiva de Zhong Rong deveria ser peculiar, pelo facto de ter vivido durante os quase quatrocentos anos de fragmentação, em que o Estado “chinês” foi reelaborado pelo afluxo de povos nómadas de cultura não-confuciana, pela perda das terras ancestrais na planície do rio Amarelo e consequente êxodo da elite chinesa para um novo território no Sul, pela proliferação de grandes propriedades agrícolas semiautónomas e pela revisão do cânone cultural, com o elevado estatuto da literatura taoista e com a nova doutrinação do budismo.

Apesar de Zhong ter estado exposto a esses elementos, o que, todavia, vemos neste texto é uma tentativa de “salvar as aparências”, redefinindo o presente no quadro de alguns preconceitos sacramentados pela tradição. O passadismo de Zhong é evidente mais uma vez, quando aqui descreve a história da poesia

em geral e dos pentassílabos em particular, não como um processo de evolução e aperfeiçoamento, mas como uma história de lenta decadência após uma era dourada, romantizada para todos os efeitos. Neste trecho, Zhong utiliza a expressão *zhong xing* 中興, que ecoa a historiografia tradicional dos ciclos dinásticos. Difícil de traduzir, significa um novo florescimento no meio de uma movimento geral de decadência. Ou seja, para além da efectiva periodização de tendências culturais e literárias – que é preciosa para nós – devemos também estar atentos para o *leitmotiv* de contínua decadência cultural, um lugar-comum no pensamento chinês.

（七）永嘉時，貴黃、老，稍尚虛談。於時篇什，理過其辭，淡乎寡味。爰及江表，微波尚傳，孫綽、許詢、桓、庾諸公詩，皆平典似《道德論》，建安風力盡矣。

7. Na era Yongjia 永嘉 (307-312), os seguidores de Huanglao 黃老 tinham um certo gosto pelas “Conversações [Puras” (*Qing tan* 清談)], com o seu palavreado] profundo; nas criações poéticas da época, colocava-se a exploração dos *princípios* à frente do rebuscamento, [dando origem a obras] insossas, de pobre sabor. A seguir, [com a mudança da capital] para leste do rio Yangzé (317), ainda chegavam às suas margens as últimas marolas [da moda das “Conversações”]. Toda a poesia composta por sumidades como Sun Chuo 孫綽³¹ (314-371), Xu Xun 許詢³² (activo nas décadas de 340-350), Huan [Wen?] 桓[溫?],³³ Yu [Liang] 庾[亮]³⁴ (289-340) é simples e sem adornos, similar à tradição ensaística sobre a “Escritura do *Dao* e da sua *Virtude*” (*Daode* 道德). Com [tal voga, o dinamismo melódico do verso a que chamamos de] “Arejamento” e a [força expressiva e a pujança das imagens que denominamos de] “Ossatura”, tão características [da poesia] de Jian'an encontraram o seu termo.

COMENTÁRIO: Zhong Rong avança na sua periodização do desenvolvimento dos pentassílabos, associando duas tendências diversas. A primeira é histográfica e coaduna-se à doutrina dos ciclos dinásticos, brevemente abordada acima. Após o evento conhecido por “Tragédia da Era Yongjia” (*Yongjia zhihuo* 永嘉之禍), a capital, Luoyang, caiu sob o peso das dissensões internas da casa dos Sima; o imperador Huai foi capturado e morto por forças do império

AS DIMENSÕES DO CÂNONE / Crítica Literária

THE DIMENSIONS OF THE CANON / Literary Criticism

Cheng Han. Apoiado por clãs ilustres, Sima Rui 司馬睿 decidiu recuar para a cidade de Jiankang (actual Nanquim) e refundar a dinastia como Jin Oriental (317-420). Como é normal na tradição chinesa, a segunda metade de uma dinastia é, politicamente, um emplastro, um arremedo da primeira. Se a dinastia Jin Ocidental já tinha sido palco de dissensões dinásticas e fraqueza da corte, a segunda notabilizar-se-ia, ainda mais, como uma colcha de retalhos, uma arena para disputa de oligarquias regionais.

A segunda tendência é intelectual. Os autores listados na passagem compunham “versos sobre os mistérios” (*xuan yan shi* 玄言詩), isto é, composições poéticas inspiradas por textos, temas e problemas intelectuais taoístas e/ou budistas. Trata-se da culminância de um longo processo no qual a doutrina dita “taoista” de obras como o *Livro de Laozi* (*Dao De Jing* 道德經) e *Ensaio de Zhuangzi* (*Zhuangzi* 莊子) cresceu em prestígio e passou a nortear a vida intelectual das novas elites. Essa tendência começou já nos últimos anos da dinastia Han e início da de Wei, com autores como He Yan 何宴 (195-249) e Wang Bi 王弼 (226-249), prolongou-se pelos séculos seguintes, com os chamados “Sete Sábios do Bosque de Bambus” (*Zhulin qi xian* 竹林七賢) e concluiu-se com o ecletismo de Sun Chuo e Xie Lingyun. Apesar da proliferação de genealogias e linhagens, repetida e reforçada pelos intelectuais chineses, vale a pena considerar todos esses autores unidos por um único movimento consistente, baseado em razões políticas, institucionais e também estéticas.

Portanto, o julgamento de Zhong Rong não deve ser levado às últimas consequências, uma vez que a prática das “Conversações Puras” tenha sido iniciada junto com a dinastia Jin. Na verdade, o primeiro avatar dessa instituição social chamou-se de “Julgamentos Puros” (*qingyi* 清議) consistindo em exercícios de elogio e crítica aos poderosos da época – sob um mesmo espírito “taoista” de afastamento e desinteresse pelo mundo. Por ferir as sensibilidades de um regime inerentemente autoritário, contudo, a prática foi proscrita e punida pela casa de Sima. Transformou-se então nas “Conversações Puras” (*qingtán* 清談), debates sobre temas abstractos, inspirados pela cosmologia e “metafísica” taoista, politicamente anódinos, o que também é importante que seja enfatizado. Essa cepa intelectual logo se tornou numa ideologia de próprio direito, reforçando um

estilo de vida, “excêntrico” para os chineses, de recusa da vida burocrática. Apesar de que, na sua forma radical, fosse advogado um quietismo extremo, parte substancial da elite começou a valorizar interesses correlatos, incluindo a prática da música, caligrafia, passeios ao ar livre, excursões a montanhas, fontes e lugares famosos, o que transformou, no longo prazo, o tipo de produção literária feita na China. Logo, ao perscrutarmos as correntes subterrâneas e linhas de força da cultura chinesa neste período de fragmentação política, devemos qualificar as palavras de Zhong Rong como significando a existência simultânea de diversas linhagens artísticas, em sentido amplo, e poéticas, em sentido estrito, cuja influência se manifesta com maior ou menor intensidade, dado um contexto social particular.

(八) 先是郭景純用雋上之才，變創其體。劉越石仗清剛之氣，贊成厥美。然彼眾我寡，未能動俗。逮義熙中，謝益壽斐然繼作。元嘉中，有謝靈運，才高詞盛，富豔難蹤，固已含跨劉、郭，陵轢潘、左。故知陳思為建安之傑，公幹、仲宣為輔。陸機為太康之英，安仁、景陽為輔。謝客為元嘉之雄，顏延年為輔。斯皆五言之冠冕，文詞之命世也。

8. Primeiro foi Guo [Pu] 郭[璞]³⁵ (276-324), conhecido como] Jingchun 景純, que brandiu seu talento superior, transformando as formas poéticas [até então empregadas; depois veio Liu [Kun] 劉[琨]³⁶ (270-318), reputado como Yue Shi 越石 que, com a sua *energia qi* fresca e vigorosa, celebrizou a beleza [de sua arte]. Todavia, representavam poucas vozes na multidão e, por fim, não foram capazes de influenciar [o padrão da poesia mais] corriqueira. Na era Yixi 義熙 (405-418), Xie [Hun] 謝[混]³⁷ (falecido 412), chamado de] Yishou 益壽 deu continuidade [à melhor tradição] com a sua verve. Na era Yuanjia 元嘉 (424-453) destacou-se Xie Lingyun,³⁸ cujo talento não apenas chegava às alturas, mas também o seu domínio da palavra era pleno: [as suas obras,] de rica formosura, são muito difíceis de se tomar por modelo, pois já continham (e bem superavam) o que havia em Liu Zhen, Guo Pu, ademais de derrotar [as criações] de Pan Yue e Zuo Si. Logo, é bem sabido que [Cao Zhi,] o rei Si de Chen, é o mais eminente na era de Jian'an, contando com

[Liu Zhen, renomado como] Gonggan 公幹, e [Wang Can,] o Zhongxuan 仲宣, como figuras subsidiárias. Lu Ji é a fina flor dos tempos de Taikang; [Pan Yue,] o Anren 安仁, e [Zhang Xie,] o Jingyang 景陽, são dois grandes nomes. Xie Lingyun representa o ápice dos anos Yuanjia; Yan [Yanzhi]³⁹ (384-456), o Yannian 延年, merece realce. Todas essas figuras coroam [a arte dos] pentassílabos; os seus nomes pairam sobre a posteridade pelo dom do verbo.

COMENTÁRIO: Este último, longo, parágrafo não possui a mesma coerência historiográfica dos demais. A razão para tanto está em que Zhong Rong deseja “amarrar” a sua narrativa, indicando que, mesmo num contexto de acelerada decadência, ainda havia poetas representativos do “espírito de Jian'an”, mesmo que diminuídos e num contexto desfavorável. Paralelamente à queda da dinastia Jin, o autor dá destaque ao canto do cisne da boa poesia, Xie Lingyun. É justamente com este poeta que a narrativa se encerra; Xie Lingyun marca a transição para a primeira das quatro breve dinastias do Sul (Song, Qi, Liang, Chen) antes da unificação pelos Sui. Podemos perguntar-nos por que Xie Lingyun, exactamente. Ao consultarmos a classificação superior, o primeiro rolo da obra, vemos que Xie Lingyun é o poeta mais recente a nela ser incluído, o que confirma, ainda que subliminarmente, que o desenvolvimento da arte poética se “encerra” com ele. Mas por que razões? Uma resposta plausível podemos encontrarno parágrafo 3 do Prefácio II, onde Zhong Rong desenha um panorama não muito elogioso do que ocorrera com a poesia após a dinastia de Jin. O autor termina o seu panorama da literatura de forma um tanto brusca; repare-se que se furta a fazer um comentário directo, satisfazendo-se com uma recapitulação dos maiores nomes de cada etapa.

(九) 夫四言，文約意廣，取效《風》、《騷》，便可多得。每苦文繁而意少，故世罕習焉。五言居文詞之要，是眾作之有滋味者也，故云會於流俗。豈不以指事造形，窮情寫物，最為詳切者耶？

9. Os tetrassílabos⁴⁰ são pequenas composições com grande expressividade. Tomam por modelo os “Ventos dos Países” (*Guo feng* 國風) e “Face à Tristeza” (*Li*

sao 離騷) – de modo que [em certa medida] são composições correctas. [Por outro lado,] todas aqueles poemas penosos [que, embora elaborados nesse metro], têm versos numerosos e conteúdo escasso, não foram objecto de ampla emulação por gerações posteriores. Já os pentassílabos, esses ocupam o lugar principal dentre as criações literárias, por terem um sabor mais vivo e, diz-se, irem no sentido das [sensibilidades do] grande público. Mas não será porque os pentassílabos são os mais detalhados, os mais exactos, seja na narração como na descrição, seja ao explorar emoções como ao elaborar caracteres?

COMENTÁRIO: Este parágrafo, quase clandestino, indica um problema que deve ter deixado Zhong Rong inseguro: como responder à acusação de blasfémia, ignorando a forma poética do cânone da poesia? Embora qualquer poeta saiba que uma quantidade ímpar de sílabas permite maior variação pelo deslocamento da cesura (ora após a segunda, ora após a terceira sílaba), há uma veneração um tanto religiosa para o que foi recebido da tradição, quanto mais de uma obra que Confúcio compilou “com as próprias mãos”. O leitor pode compreender muito da psicologia do intelectual chinês antigo, com este texto. Sob forma de *captatio benevolentiae* ele começa com um elogio à autoridade dos tetrassílabos e, lentamente, atribui a culpa (pela decadência da forma) aos maus praticantes de eras posteriores, que não foram capazes de produzir linhagens prósperas para as suas composições.

3. FUNDAMENTOS DA ARTE POÉTICA E SUA CRÍTICA

(十) 故詩有三義焉：一曰興，二曰比，三曰賦。文已盡而意有餘，興也；因物喻志，比也；直書其事，寓言寫物，賦也。弘斯三義，酌而用之，幹之以風力，潤之以丹彩，使味之者無極，聞之者動心，是詩之至也。

10. Desta forma, a Arte Poética possui três aspectos (*san yi* 三義): *alusão*, *comparação* e *exposição poética*. Há *alusão* quando sobra sentido, uma vez cessadas as palavras; há *comparação* quando se tomam coisas emprestadas para discorrer sobre nossos *ideais*; há *exposição poética*, por fim, quando escrevemos directamente sobre os temas

AS DIMENSÕES DO CÂNONE / Crítica Literária

THE DIMENSIONS OF THE CANON / Literary Criticism

[de nosso interesse], quando nos confiamos nas palavras para criarmos caracteres. [Devemos] ampliar estes três aspectos, considerando-os [cuidadosamente] antes de colocá-los em uso. [Devemos] ressecá-los com a força do *Arejamento* [e *Ossatura*] e humedecê-los com a tinta do cinábrio. Desse modo, quem saborear [essa criação] não encontrará limites [para seu prazer], quem ouvi-lo [ser recitado] comover-se-á – eis a culminância dos poemas.

COMENTÁRIO: Há dois pontos dignos de menção neste parágrafo. Em primeiro lugar, Zhong Rong adota os três procedimentos canônicos de escrita literária (alusão, comparação, exposição poética), ensinados no “Grande Intróito”,⁴¹ mas desveste-os de qualquer função ideológica, seja política ou moral, tal como defendido por Zheng Xuan 鄭玄, e que também remonta a Confúcio. Há, sem dúvida, um maior subjectivismo e, por que não, esteticismo nesses autores pós-Han. O segundo aspecto digno de menção é a intimidade da escrita literária com outras artes, especialmente música, mas também caligrafia e pintura. “Arejamento” e “Ossatura” são noções oriundas da caligrafia, que se aclimataram muito bem na literatura. A razão para tanto, como o leitor arguto pode descobrir por si só, está no tipo de lazer praticado pela elite desse período, o que incluía passeios e apreciação de belas montanhas e rios. Isso servia como matéria prima para literatura e pintura, obviamente, mas também para a música e mesmo a caligrafia, indirectamente.

（十一）若專用比興，患在意深，意深則詞躓。若但用賦體，患在意浮，意浮則文散，嬉成流移，文無止泊，有蕪漫之累矣。

11. Se [o poeta, entretanto,] empregar apenas *comparações* e *alusões*, [seus textos] terão uma expressão demasiado abstrusa, tamanha complexidade faz com que as palavras tropecem [umas nas outras. De outra forma, um poema caracterizado como] pura *exposição poética* tem um ar disperso, fazendo com que suas palavras pareçam espalhadas [sem um foco. Desta forma,] o jogo [literário] perde seu rumo, a composição [escrita] não encontra seu porto, [sobre a obra] pesa sua confusão.

COMENTÁRIO: Esta opinião de Zhong Rong parece um lugar comum, se não a entendermos na perspectiva

dos dois “extremos” que ele conhecida de primeira mão e que desejava combater. De um lado, os poetas adeptos dos “versos sobre os mistérios”, que abrem mão de qualquer referência que não seja às palavras abstrusas de Laozi 老子 e Zhuangzi 莊子, cujas obras teoricamente são “pura exposição poética”. Por outro lado, um grupo mais abundante, havia os “doutores” de erudição, cujas obras “basicamente eram pastiches de referências clássicas”.

（十二）若乃春風春鳥，秋月秋蟬，夏雲暑雨，冬月祁寒，斯四候之感諸詩者也。嘉會寄詩以親，離群託詩以怨。至於楚臣去境，漢妾辭宮；或骨橫朔野，或魂逐飛蓬。或負戈外戍，殺氣雄邊；塞客衣單，孀閨淚盡。或士有解佩出朝，一去忘返；女有揚蛾入寵，再盼傾國；凡斯種種，感蕩心靈，非陳詩何以展其義？非長歌何以騁其情？故曰：「《詩》可以群，可以怨。」使窮賤易安，幽居靡悶者，莫尚於詩矣。

12. As quatro estações contagiam os poemas. Assim é quando sopra o vento e cantam os pássaros na primavera. Assim é, no Outono, quando a lua se enche e estrilam as cigarras. No verão, assim é quando se formam nuvens e caem os temporais. Quando, no inverno, sai a lua pura e o frio vem intenso, assim é. Ao confraternizar-se [som seus pares, o poeta] confia sua afecto às obras [que compõe]. Se deixou o convívio [de seus iguais,] enche seus poemas com rancor. Tal o servo de Chu ao deixar seu torrão natal para trás; tal a concubina de Han, ao despedir-se do harém real. Mas também há aquele, cujo esqueleto jaz sobre os campos desolados no norte, cujo espírito segue a palha varrida pelo vento. E também há aquele outro, que leva sua alabarda sobre as costas para defender a fronteira, cheio de vigor heróico, cioso de glória no campo de batalha. [Não se esqueça do] viajante que se avizinha das terras do estrangeiro, com suas finas vestes [despreparadas para as intempéries], nem da solitária viúva, cujas lágrimas há muito secaram pelos aposentos vazios. [Importantes são as emoções do] burocrata que, desatando as tiras de seda com que ata sua insígnia de oficial, deixa para trás [sua posição na corte]; ao retornar [à terra de seus ancestrais,] não

verá [a capital outra vez. Importantes, igualmente, são as sensações da] bela, que com um arquear de sobrancelhas conquista o favor do soberano e, ao fitá-lo, leva o reino à ruína. Todos estes [temas, cada um à sua maneira,] emocionam o coração, abalam o espírito; [ora,] se não a criação poética, o que será capaz de desdobrar sua significância? Se não a [a performance de pôr] o verso à voz, o que liberará os sentimentos [do autor]? Por tal razão [que lemos nos *Analectos*]: “os *Poemas* podem [desenvolver] a sociabilidade, podem [desenvolver o senso] crítico”.⁴² [De facto,] não há nada melhor do que a poesia para tranquilizar os que caíram na pobreza ou os que não encontraram sucesso em suas carreiras... [O que está acima dessa arte, em termos de] oferecer consolo [aos que cultivam a solidão] em seus retiros, distantes [do mundo]?

COMENTÁRIO: Mais uma vez, as palavras de Zhong revelam uma surpresa para o leitor ocidental. Assim como o último parágrafo do Prefácio III, não se trata de citações feitas a esmo. Aqui, o autor apresenta uma listagem de temáticas poéticas. Mais do que simples referenciais, os temas são verdadeiros *topoi*, lugares comuns concebidos pela tradição, espaços comuns a serem explorados pelo poeta – aliás, há compilações de décadas posteriores que classificam poemas segundo estes *topoi*. Mas por que as temáticas tem tanta relevância para aquela cultura? Dito de uma forma elogiosa, o poeta chinês busca destacar sua individualidade em meio a uma quase completa conformidade aos ditames da tradição. Vale a pena discutir até que ponto essa noção de conformidade permeia a cultura em sentido amplo. É um espírito bastante diverso do que encontramos na Grécia antiga ou nas cidades-estado da renascença, quando, por exemplo, os soldados buscavam destacar seu valor individual desde a customização de seus uniformes. Para visionarmos a psique chinesa de uma forma metaforicamente similar, podemos folhear algumas obras de pintura, para verificarmos “como são todas iguais”. De facto, também na poesia percebemos a mesma carência de (ou interesse em) originalidade. O que importa para o artista chinês, parece-me, é distinguir-se por um subtil aceno enquanto segue um roteiro predeterminado por sua tradição. Nesse sentido, percebemos como uma descrição de temas comuns à poética de todas as épocas é capaz de conduzir à conclusão da passagem.

4. DUAS PRÁTICAS SOCIAIS: POESIA E CLASSIFICAÇÃO

（十三）故詞人作者，罔不愛好。今之士俗，斯風熾矣。纔能勝衣，甫就小學必甘心而馳驚焉。於是庸音雜體，人各為容。至使膏腴子弟，恥文不逮，終朝點綴，分夜呻吟。獨觀謂為警策，眾睹終淪平鈍。

13. Logo, [os poetas,] homens que criam com suas palavras – não há nenhum que não ame [essa arte]. Hoje em dia, existe uma fervorosa voga de poesia tanto entre os *shi*, [eruditos a serviço na burocracia], como entre pessoas do povo. Mesmo [as criancinhas], que mal puseram suas primeiras vestes e que começaram a aprender suas primeiras letras, deleitam-se [com a arte e] precipitam-se [em praticá-la. Não é de se estranhar, contudo,] que [assim proliferam] as cantigas medíocres, corrompendo [a pureza] das formas [poéticas], [criando uma situação em que] cada pessoa aprova as [composições que apeteçam a si]. Já os mestres de farto talento literário, junto com seus seguidores, passam o dia inteiro a pontuar e a emendá-las e [acordam pela meia-noite] para choramingar [sua tristeza], tamanha é a vergonha que têm das imperfeições de suas obras. Quem avalia [as suas próprias composições] sozinho diz que são *ditos eficazes*⁴³; quanto há muitos olhos, porém, [esse mesmo poema] logo cai pelo chão, [visto como] pobre de ideias e de pedestre criação.

COMENTÁRIO: Essa descrição ratifica nossa opinião sobre o trecho anterior e colmata-a, alertando para um problema inevitável. Se por um lado os poetas alimentam-se de uma mesma fonte e produzem obras, para nossos olhos, similares, como fazer para distinguir o excelente do medíocre? Uma vez identificado o problema, Zhong Rong aproveita o ensejo para criticar as duas posições extremas, que ele identificava também em seu tempo: havia aqueles que tomam partido de um academicismo extremo, a ponto de se perderem em questões irrelevantes para a boa poesia...

（十四）次有輕薄之徒，笑曹、劉為古拙，謂鮑照羲皇上人，謝朓今古獨步。而師鮑照，終不及「日中市朝滿」；學謝朓，劣得「黃鳥度青枝」。徒自棄於高明，無涉於文流矣。

AS DIMENSÕES DO CÂNONE / Crítica Literária

THE DIMENSIONS OF THE CANON / Literary Criticism

14. A seguir, há os sequazes de um linguajar solto e artificial, que se riem de Cao [Zhi] e de Liu [Zhen] por seu apego à “graça canhestra” da Antiguidade. Celebram Bao Zhao 鮑照⁴⁴ (414-466) como “antecessor do imperador Fuxi” e dizem que Xie Tiao 謝朓⁴⁵ (464-499) é inigualável durante – seja no presente, como também no passado. E tomam Bao Zhao como mestre, sem nunca conseguirem criar [nem um verso] melhor do que “o mercado central enche-se com o sol a pino”.⁴⁶ E estudam Xie Tiao, achando coisas piores do que “para sobre o galho verde a loura ave”.⁴⁷ Por se perderem no intento de grandeza e brilho, dão as costas para [o que viria antes, isto é] tornarem-se literatos.

COMENTÁRIO: ...e havia os supostamente “primitivistas”, que, ao recusarem a escrita excessivamente estudada dos eruditos, terminavam, segundo Zhong, por produzir textos excessivamente pedestres e inexpressivos.

（十五）觀王公縉紳之士，每博論之餘，
何嘗不以詩為口實。隨其嗜欲，
商榷不同，淄澠並泛，朱紫相奪，
喧議競起，準的無依。
近彭城劉士章，俊賞之士，
疾其淆亂，欲為當世詩品，口陳標榜。
其文未遂，嶸感而作焉。

15. Observemos [o caso dos] reis, [dos] duques, [dos] nobres que vêm à Corte, com seus tabletes cerimoniais enfiados nas faixas de seda; no tempo que sobra às discussões dos grandes problemas [de governo], nunca deixaram de discutir a poesia. Consoante os interesses e inclinações [de cada um, no entanto,] abordam questões diversas; [o cheiro das águas] quando os rios Zi e Mian se misturam, ou [os diferentes matizes] a separarem o vermelho do púrpura [são bastantes para] gerar vivos e acalorados debates, [ainda mais] quando não há um critério determinado para [estabelecer a verdade]. Em tempos recentes, Liu [Hui] 劉[繪] (458-502),] o Shizhang 士章 de Peng Cheng, um erudito de elevada reputação [literária], enervou-se com a situação confusa [em que se encontrava o mundo literário;] tendo por fim organizar uma classificação dos poetas de sua geração, expôs oralmente o plano de dividi-los em categorias. [Por fim, Liu] não conseguiu terminar seu texto; inspirado por suas ideias, é o que pretendo realizar desta feita.

COMENTÁRIO: Na argumentação de Zhong Rong, a elite não foi capaz de definir critérios para discriminar a boa escrita da má. Ao declarar esse facto, Zhong Rong dá-se conta dos riscos que corre, de modo que no resto dessa secção tenta escudar-se numa série de razões para seu projecto. Primeiro, ele tem que, cuidadosamente, pedir licença para entrar numa seara em que reis e nobres participavam activamente. Como as anotações aos poetas citados deixam claro, as potestades não somente eram patrocinadores activos da poesia, também concediam cargos burocráticos e honrarias com base nos méritos estilísticos. Na linguagem calculada de Zhong Rong, contudo, também eles estavam perdidos em suas dissensões. Para evitar a pecha de se colocar acima dos outros autores – pois ousou classificá-los – Zhong confessa que a concepção da obra que ora publica não foi sua. Por meio do convívio que manteve com Liu Hui, um descendente do clá imperial dos Song que servira na corte do primeiro imperador da dinastia Qi, Zhong Rong afirma que meramente decidiu levar a cabo uma classificação dos melhores poetas, para que servissem de referencial aos debates sobre arte poética.

（十六）昔九品論人，《七略》裁士，
校以實實，誠多未值。
至於詩之為技，
較爾可知，以類推之，殆均博弈。

16. Antigamente, [na era dos Han, Ban Gu] distribuíra homens ilustres em Nove Classes (*jiupin* 九品); os *Sete Breviários* (*Qilüe* 七略) [concluídos por Liu Xin 劉歆,] fez o mesmo com os eruditos – perscrutou-se, desta maneira, se a fama [de cada um] correspondia aos factos, obtendo a conclusão de que, em muitas situações, não era justificada. Em relação à técnica [de composição poética,] dadas as semelhanças, é possível aprendermos algo sobre ela se utilizarmos uma analogia com o ludo ou o xadrez.

COMENTÁRIO Por último, Zhong afirma, classificar não é uma heresia. Ao contrário, o edifício social, económico e cultural chinês foi construído sobre uma estrutura hierárquica, sacramentada pelo poder formalmente absoluto do imperador de distribuir honras e riquezas. Qin, o império que unificou a China, é famoso por ter atenuado o regime de nobreza de sangue para instituir uma hierarquia social de 20 patentes nobiliárquicas, distribuída conforme méritos

na guerra ou na produção agrícola. Esse regime foi herdado pela dinastia Han, em suas linhas gerais, combinando-se ao sistema de 9 classes dos funcionários públicos; conforme tal sistema bipartido, a afluência económica estava directamente lastreada à patente na burocracia e ao título de nobreza possuído.

Voltando ao texto de Zhong Rong, numa sociedade tal como descrevemos, é natural que a classificação de indivíduos fosse estendida a outras áreas. O autor cita dois exemplos, o primeiro dos quais uma tentativa de Ban Gu de separar os grandes homens da história em três classes (veja-se o paralelo com a Classificação dos Poetas) conforme sua moralidade e seus feitos. Cada uma das três classes era dividida em três níveis, resultando um sistema de Nove classificações. O texto de Ban Gu foi incluído na sua *História dos Han* (*Hanshu* 漢書). Liu Xin (50 a.C.-23 d. C.), membro do clá imperial dos Han que se vinculou ao séquito de Wang Mang 王莽, notabilizou-se por compilar a primeira bibliografia sistemática da colecção imperial, listando-a em sete brevíários que já revelam a autoridade relativa de obras referidas no trabalho governamental, colocando as Seis Artes (*Liuyi* 六藝) em primeiro lugar, os Mestres em segundo e as Compilações Literárias em terceiro.

5. PANEGÍRICO AO IMPERADOR WU DE LIANG

（十七）方今皇帝資生知之上才，體沈鬱之幽思，
文麗日月，[賞]學究天人，昔在貴游，已為稱首。
況八紘既奄，風靡雲蒸，抱玉者聯肩，
握珠者踵武，固以瞰漢、魏而不顧，吞晉、
宋於胸中。諒非農歌輶議，敢致流別。
嶸之今錄，庶周旋於閭里，均之於談笑耳。

17.Com a sua sabedoria inata—fruto de seu génio superior – o nosso augusto imperador hoje dedica meditações profundas [ao problema da criação literária,] de modo que a beleza dos textos ofusca a luz do sol e da lua, revelando [as minudências] do Céu e do Homem. Sua majestade antes andava entre os grandes nomes do panteão artístico, e de facto era sua maior estrela. Ainda mais [quando a notícia de seu patrocínio] já se espalhou pelas oito direcções, como o vento [que faz a palha se dobrar,] como as nuvens [que se formam no Céu]. Os homens [que trazem seu talento no peito] como precioso jade enfileiram-se para entrar [nos salões imperiais; uma multidão de] literatos, empunhando [suas criações preciosas como se fossem] pérolas, esbarram nos

calcanhares uns dos outros [– eis como a quantidade de visitantes apequena o palácio. A grandeza do império Liang é tal que pode] menosprezar Han e Wei, recusando-se a voltar-lhe os olhos; [seus feitos] engolem os de Jin e Song. De facto, com excepção das cantigas de agricultores ou dos discursos dos carreteiros, ousou [com este texto,] discriminar linhagens [de produção literária. Para os que vêem] minha obra [com excessiva seriedade, entretanto, não a julguem] como mais do que um passeio corriqueiro pelos bairros populares – afinal de contas, [considero-a] um gracejo, e só.

COMENTÁRIO: O panegírico ao imperador – ou, de forma mais impessoal, à dinastia – é uma medida política sensata para proteger o autor de acusações sobre sua arrogância e desprezo à ordem. Zhong Rong desvencilha-se magistralmente dessas armadilhas, sendo dúbio quanto ao objecto dos elogios: em causa o largo patrocínio do imperador Wu aos literatos de seu círculo, ou a qualidade das composições do imperador, ou ambos?

Para o leitor ocidental, a elocução de Zhong parece dar dois passos adiantes e dois atrás. Não é o que acontece. A cada afirmação de seu valor, o confuciano deve disfarçá-la, seja desmerecendo-a, seja transformando-a em chiste. Zhong Rong havia citado os exemplos de Ban Gu e de Liu Xin, cujas classificações haviam sido referendadas politicamente como textos oficiais. Estaria ele buscando o mesmo tipo de reconhecimento para sua Classificação? Com “passeio corriqueiro”, Zhong protege-se de qualquer possível acusação (ou perseguição), indicando, para todos os efeitos, que seu texto é “apenas um exercício pessoal e informal”

PREFÁCIO III

COMENTÁRIO INICIAL: Dos três prefácios, o terceiro é o menos interessante, por estar demasiado preso às celeumas pessoais de Zhong Rong em seu tempo. Dividimo-lo em duas seções: na primeira delas (1) Zhong Rong opõe-se à doutrina dos “Quatro Sons e Oito Defeitos” (*si sheng ba bing* 四聲八病), que fora um importante avanço para a tipificação dos padrões tonais que culminaram com a “poesia regulada” Tang (parágrafos 1 a 4). Mais do que uma posição estética, o texto corresponde a um ataque pessoal dirigido a Shen Yue 沈約, contemporâneo de Rong. As más línguas

AS DIMENSÕES DO CÂNONE / Crítica Literária

THE DIMENSIONS OF THE CANON / Literary Criticism

dizem que Zhong Rong tentou cerrar amizade com Shen Yue, um dos literatos de maior prestígio em sua época, que fez pouco caso de si. Do desafecto decorrem várias posições encontradas na *Classificação dos Poetas*, em especial a violenta recusa de sistematizar os padrões tonais dos poemas. Shen Yue aparece na *Classificação* como escritor de classe intermédia. (2) No último parágrafo, Zhong Rong lista composições de vinte e dois autores, a que poderíamos apor o subtítulo de “belas frases de todas as épocas”. Uma estudo mais aprofundado poderá revelar qual o ideal poético de Zhong Rong, o que, por motivos de extensão, requereria um outro texto, independente deste.

（一）昔曹、劉殆文章之聖，陸、謝為體貳之才。銳精研思，千百年中，而不聞宮[商]羽之辨，四聲之論。或謂前達偶然不見，豈其然乎？

1. Em tempos passados, Cao Zhi e Liu Zhen eram vistos como os grandes sábios da arte literária, com cujo talento somente Lu Ji e Xie Lingyun podiam rivalizar. Apesar de que [os estilistas antigos possuísem] sagacidade de invenção e intuições profundas, ao longo dos séculos – e milénios – nunca se tinha ouvido falar de notação ou tonalidade. Há uns que propõem que teriam existido na antiguidade e que desapareceram eventualmente... Pergunto-me se isso será mesmo verdade...

COMENTÁRIO: Neste parágrafo Zhong Rong ataca Shen Yue, negando que a Antiguidade tenha se debruçado sobre o problema dos padrões tonais. A acusação busca contrapor a autoridade da tradição às inovações dos poetas da era Yongming 永明. Como já podemos ver acima, o problema da autoridade e da tradição eram levados a sério no pensamento chinês. Curiosamente, Zhong Rong havia-se esquivado dele ao advogar a importância dos pentassílabos – baseado em argumentos tão frágeis quando os dos poetas da era de Yongming.

嘗試言之，古曰詩頌，皆被之金竹，故非調五音，無以諧會。若「置酒高[堂]殿上」，「明月照高樓」，為入韻之首。故三祖之詞，文或不工，而韻入歌唱，此重音韻之義也，與世之言宮商異矣。今既不被管絃，亦何取於聲律邪？

2. Eis o que penso: na antiguidade, havia obras como os “Cânticos Reais” (*song* 頌) do *Clássico dos Poemas*, que eram acompanhadas por instrumentos de metal e de bambu. Logo, se não houvesse algum tipo de correspondência às Cinco Notas (*Wu yin* 五音), não seria possível que fossem musicadas. Por exemplo, “Corre este vinho no paço alto” (*Zhi jiu gao dian shang* 置酒高殿上)⁴⁸ ou “Lumia claro o quiosque a lua” (*Ming yue zhao gao lou* 明月照高樓),⁴⁹ são excelentes exemplos de [poemas] musicados. As obras dos três patriarcas [Cao Cao, Cao Zhi e Cao Rui 曹叅] talvez não demonstrem grande requinte, mas são [facilmente] cantaroláveis, atribuindo grande valor ao fraseado musical. De qualquer maneira, isso difere da poética contemporânea, em que se exige [que cada verso] siga um padrão tonal. Se hoje em dia as poesias não se acompanham de instrumentos musicais, por que exigir correspondência a notas e tons?

COMENTÁRIO: Trocando em miúdos, o autor afirma que a musicalidade de um poema é-lhe inerente. Um bom poema deve possuir uma melodia cativante. Diferentemente das obras musicadas, como os “Ventos dos Países” (*Clássico dos Poemas*) ou *yuefu* de eras posteriores, não é necessário acompanhamento musical para a maior parte das obras. Esse é um argumento falacioso, pois perfomances musicais (poemas cantados) era um divertimento comum no sarau das elites.

齊有王元長者，嘗謂余云：「宮商與二儀俱生，自古詞人不知用之。唯顏憲子乃云『律呂音調』，而其實大謬；唯見范曄、謝莊頗識之耳。嘗欲[進]造《知音論》，未就而卒。」

3. Na corte de Qi, havia Wang [Rong] , o Yuanchang. Ele me disse, certa vez: “[As notas musicais] *gong* 宮 e *shang* 商, [enquanto medidas,] surgem junto com [o Céu e a Terra, que denominamos] os Dois Padrões (*liang yi* 兩儀). Desde a antiguidade, os artesãos do verso não sabem como lhe atribuir o devido emprego. Talvez só [o finado Yan Yanzhi, que ora chamamos de] Xianzi 憲子 tenha advogado que ‘os tons da música e das sílabas de um poema [são idênticos]’... na verdade, esse é um grande equívoco. Fan Ye 范曄 e Xie Zhuang, esses dois foram os únicos a conhecerem o assunto. Pretendiam compor um ensaio “Da Tonalidade” (*Zhi yin lun* 知音論), mas faleceram antes de o concluírem.

COMENTÁRIO: Estas palavras são dirigidas, obviamente, contra Shen Yue. Como Zhong Rong por fim reconhecerá (ver parágrafo abaixo), ele não se via qualificado para debater de igual para igual com seu adversário. Por tal razão, tentou aqui reunir algumas autoridades com testemunhos oponíveis a Shen.

王元長創其首，謝朓、沈約揚其波。三賢[或]咸貴公子孫，幼有文辯。於是士流景慕，務為精密。擗續細微，專相凌架，故使文多拘忌，傷其真美。余謂文製本須諷[讀]誦，不可蹇礙，但令清濁通流，口吻調利，斯為足矣。至平上去入，則余病未能；蜂腰、鶴膝，閭里已具。

4. Depois de Wang Rong ter começado a escrever [poemas regulados], Xie Tiao e Shen Yue converteram-no em voga. Esses três notáveis são prole da mais alta nobreza; quando pequenos, tiveram acesso a uma educação literária esmerada. Por tais motivos, os eruditos têm-lhes admiração, [emulando-os] ao produzir textos densos e elaborados. Dedicam imenso zelo, minudência e subtileza [à perfeição tonal] – ainda que sobeja, disputando com isso a preeminência entre si. Tais excessos constrangeram a criação poética, lesando sua beleza verdadeira. [Em sentido contrário,] acho que a criação literária [somente] exige a prática da declamação. [As palavras] não podem parecer obstruídas; basta que os sons puros e impuros fluam continuamente. Se as palavras deslizam pela boca, se os sons mantêm sua harmonia, isso já basta. [O trabalho de classificar tons] planos, ascendentes, cadentes e glotais é algo a que não me julgo qualificado. [Os defeitos tonais que chamamos] de “cintura de abelha” ou “joelho de grou” são conhecidos pelos bairros populares...

COMENTÁRIO: Como já podemos indicar nos respectivos sumários biográficos, os três autores citados participaram do círculo de “Oito Amigos” do rei de Jingling. Os mesmos foram responsáveis pela voga poética da era de Yongming, que propunha a teoria dos Quatro Tons⁵⁰ e dos Oito Defeitos.⁵¹

（十）陳思「贈弟」，仲宣《七哀》，公幹「思友」，阮籍《詠懷》，子卿「雙鳧」，叔夜「雙鸞」，茂先「寒夕」，平叔「衣單」，安仁

「倦暑」，景陽「苦雨」，靈運《鄴中》，士衡《擬古》，越石「感亂」，景純「詠仙」，王微「風月」，謝客「山泉」，叔源「離宴」，鮑照「戍邊」，太沖《詠史》，顏延「入洛」，陶公《詠貧》之製，惠連《擣衣》之作，斯皆五言之警策者也。所以謂篇章之珠澤，文彩之鄧林。

5. [Cao Zhi,] o rei Si de Chen, dedicou ao seu irmão mais jovem [o poema “Para Biao, rei do corcel branco”]. Wang Can, o Zhongxuan, criou [o tema] das “Sete Tristezas” (*Qi'ai* 七哀). [Liu Zhen,] o Gonggan, [escreveu sobre] as saudades de seu amigo. Ruan Ji 阮籍 concebeu a obra “Cantares do peito” (*Yong huai* 詠懷). Su Wu 蘇武, o Ziqing 子卿, [inventou o verso célebre] “Dois patos-reais voam para o norte” [em sua troca de poemas com Li Ling. Ji Kang 嵇康], o Shuye 叔夜, utilizou a metáfora das “duas fénix” [para falar de si e de um anónimo funcionário recomendado]. Zhang Hua 張華, o Maoxian 茂先, explorou o motivo da “noite gélida”. He Yan, o Pingshu 平叔), [aludiu às] vestes poucas [do viajante a sofrer com as intempéries]. Pan Yue, o Anren, compôs algo sobre o calor mortificante [que sentira no distrito de Huai. Zhang Xie,] o Jingyang, descreveu um temporal. [Xie] Lingyun [legou-nos uma antologia de prosopopeias] intitulada “Na cidade de Ye” (*Ye zhong* 鄴中). [Lu Ji,] o Shiheng 士衡, elaborou [um conjunto de “Imitações de Poemas Antigos” (*Ni gu* 擬古). [Liu Kun,] o Yueshi 越石, sofreu com a anarquia [do seu tempo, escrevendo uma peça como “Redemoinho” (*Fufeng ge* 扶風歌). Guo Pu,] o Jingchun, cantou as deidades taoistas [na série “procissão de imortais”]. Wang Wei apreciava [belas paisagens] sob o luar, [refrescadas] pelo vento. [Em alguns dos seus textos, Xie Lingyun,] o Ke 客, [gostava de se perder] entre montanhas e fontes de água. [Xie Hun,] o Shuyuan 叔源, dedicou [algumas obras ao tema] das despedidas pelo final das confraternizações. Bao Zhao apreciava poesias sobre a defesa das fronteiras. [Zuo Si,] o Taichong 太沖, cantou a história (*yong shi* 詠史). Yan Yan[zhi, também, tendo relatado] a chegada a Luoyang [em “Embaixada ao Norte, para Luoyang”]. O senhor Tao 陶 [Yuanming 淵明] inventou os “Elogios da Pobreza” (*Yong pin* 詠貧). [Xie] Huilian [謝]惠連, [por outro lado, deu-nos a peça] “Batendo roupa” (*Dao yi* 擣衣). Todos estes pentassílabos, [mais precisamente suas *belas sentenças*] servem de balizas [para a criação poética, por seu sentido profundo e

AS DIMENSÕES DO CÂNONE / *Crítica Literária*

THE DIMENSIONS OF THE CANON / *Literary Criticism*

aguda sensibilidade], de modo que, com razão, diz-se que são o lago de pérolas de qualquer obra, a floresta de pêssegos da sofisticação literária.⁵²

COMENTÁRIO: No último parágrafo do Prefácio III, Zhong Rong alude a pentassílabos importantes, mais especificamente sobre “belas frases”, de 22 autores, sem indicar concretamente, na maior parte dos casos, quais são elas. A fortuna crítica em que nos baseamos

para estudar o texto também não oferece um juízo definitivo sobre o assunto. De qualquer maneira, uma investigação posterior, de carácter especulativo, poderia tentar avaliar qual o tipo de composição poética ideal para Zhong Rong, traduzindo na íntegra as obras aludidas e tentando traçar, pela crítica literária posterior, quais as frases de maior influência. Dado o volume de trabalho e a extensão de texto necessária para tratar do problema, pedimos vénia para não realizá-lo aqui. **RC**

NOTAS

- 1
- Frase do poema “Amor Distante” (*Shi si* 室思), da autoria de Xu Gan 徐幹.
- 2
- Frase do poema “Pensamentos Confusos” (*Za si* 雜思), da autoria de Cao Cao 曹操.
- 3
- Frase de poema (hoje perdido) atribuído a Zhang Hua 張華.
- 4
- Frase do poema “Fim do Ano”(*Sui mu* 歲暮), de Xie Lingyun 謝靈運. <http://baike.baidu.com/subview/748063/5821579.htm>.
- 5
- Era membro do clá Xie, um dos mais ilustres e influentes nos quase quatro séculos por que se estendeu o período de fragmentação entre as dinastias Han (finda em 220) e Tang (fundada em 618). Diferentemente de dois parentes seus, Xie Lingyun e Xie Tiao 謝朓, descritos abaixo, Xie Zhuang 謝莊 teve uma carreira estável e prestigiada junto a três imperadores da casa de Song (Wen, Xiaowu, Ming). Logo após sua maioridade, exerceu funções nos aposentos do herdeiro aparente, mais tarde acompanhando um príncipe da casa real, com estatuto de general, ao Norte. Nesse momento, Song abria contactos diplomáticos e comerciais com a dinastia Wei setentrional, controlada pelos Tabgatch, um povo de etnia Xianbei. Zhuang não apenas conseguiu navegar pelas crises de sucessão dinástica, ainda continuou a progredir por um número de posições militares e civis. Foi honrado com títulos honorários, para reflectir o seu prestígio literário. Zhuang também adoptava a “forma da era Yongming” (*Yongming ti* 永明體), proposta pelos “Oito Amigos de Jingling” (*Jinglin bayou* 竟陵八友) – ver a próxima anotação. A obra mais famosa de Xie Zhuang é a rapsódia *fu* 賦 “Para a Lua” (*Yue fu* 月賦); além disso, chegou-nos dele um pequeno número de outras rapsódias e poemas em versos livres (*za yan shi* 雜言詩).
- 6
- Ren Fang 任昉 actuou como funcionário de três dinastias (Song, Qi e Liang), sem nunca chegar a exercer altos cargos ou receber títulos de nobreza. Associado do importante clá Wang, Ren ingressou no círculo patrocinado por Xiao Ziliang 蕭子良, príncipe de Qi, os “Oito Amigos de Jingling”. O facto de estar no séquito do “rei de Jingling” (o título de Ziliang) garantiu por si só algum renome a Ren. De facto, o que a crítica mais valorizava nesse autor eram os seus expedientes oficiais (que, na China antiga, eram tratados como peças de valor literário): “tão soberbos quanto os poemas de Shen Yue 沈約” – este o maior poeta entre os “Oito Amigos”. Wang Rong 王融 descendia de outro grande e poderoso clá, Wang, presente em diversas dinastias chinesas do período de fragmentação. Assim como Ren Fang, obteve patrocínio de Xiao Ziliang. Embora

- não tenha tido uma carreira particularmente brilhante, ficou ao lado de seu benfeitor durante seu complô para tomar o trono; Xiao Ziliang morreu de arma em punho, Wang Rong na prisão como cúmplice. Ademais de ter recebido do berço uma esmerada educação, Rong também possuía dotes poéticos que, ainda jovem, lhe garantiram o elogio do imperador Wu e oportunidades de servir a casa real. Chegaram-nos dele cinquenta e poucas peças, a maior parte das quais documentos burocráticos.
- 7
- <http://www.baike.com/wiki/%E6%91%AF%E8%99%9E>.
- 8
- Uma versão portuguesa, comentada, está disponível nas páginas 136 a 149 da *Revista de Cultura* - Edição Internacional n.º 48 (2014).
- 9
- A tradução para o português destas obras está disponível na *Revista de Cultura* - Edição Internacional, n.ºs 46 (pp. 126-138) e 47 (pp. 129-146).
- 10
- Conforme passagem dos *Apontamentos sobre Música* (*Yueji* 樂記), Yu Shun 虞舜, um dos míticos reis chineses de tempos imemoriais, musicou o poema “Ventos do Sul” (*Nanfeng* 南風) para a cítara *qin* 琴 de cinco cordas. Apesar de que não se conhecer ao certo o conteúdo dessa peça, a obra espúria *Tradições Oraís do Clá de Confúcio* (*Kongzi jiayu* 孔子家語) de Wang Su 王肅 (195-256) da dinastia Jin, no seu 35.º capítulo propõe a seguinte letra: “O perfume dos ventos do sul/resolve as angústias de meu povo/as estações dos ventos do sul/ trazem riquezas para o meu povo”.
- 11
- Eis outra composição atribuída ao rei Shun. Segundo o *Grande Comentário ao Clássico dos Documentos* (*Shangshu dazhuan* 尚書大傳), um texto deuteroacanónico, diz-se que o poema remonta ao 14.º ano do reino de Shun. Quando Shun estava a conduzir os Ritos, houve uma série de fenómenos de bom agouro, como mudanças espontâneas no timbre dos instrumentos, seguidas por fortes ventos, formação de nuvens e chuva. Isso ocorreu, reza a lenda, quando Shun considerava abdicar em favor do rei Yu de Xia, manifestando a concordância do Céu com a decisão. “Auspiciosa Nuvem”, a música, foi executada durante a transferência de mando, com a letra: “ó, auspiciosa nuvem, como cintilas/sinuosa pelo céu, feixes de seda/disputas com o Sol e a Lua o brilho/quando retorna pela manhã”.
- 12
- Esse verso aparece na “Canção dos Cinco Irmãos” (*Wuzi zhi ge* 五子之歌), recolhida no “Livro de Xia” (*Xiashu* 夏書), secção do *Clássico dos Documentos* (*Shujing* 書經 尚書). Diz a tradição que o poema foi concebido após Taikang, o terceiro soberano da dinastia proto-histórica Xia, ter perdido o controle sobre o seu feudo. Diz-se que, nessa ocasião, os seus cinco irmãos se encontraram na confluência do

rio Luo, que determinava os limites dos domínios dos Xia, e choraram a perda do poder com esse poema.

- 13
- Verso extraído da principal obra de Qu Yuan 屈原 (340 a.C?- -278 a.C.?), *Face à Tristeza* (*Li sao* 離騷). Qu é considerado o primeiro grande poeta “com nome e sobrenome” da China, tendo importância emblemática também por prefigurar uma temática constante na história intelectual e artística na era imperial, nomeadamente a do sábio conselheiro incompreendido, punido por ser íntegro e fiel, num momento em que o soberano está sob o jugo de bajuladores e interesses da família das suas consortes. O elemento mais marcante da trajectória de Qu é o seu suicídio, afogando-se nas águas do rio Han. Um nobre do país meridional de Chu, Qu serviu como conselheiro ao rei Huai, participando da gestão de assuntos dinásticos e de política externa. Chu era um forte competidor pela hegemonia nessa época de forte instabilidade, que culminaria um século depois com a criação do primeiro império burocrático de Qin. Antes disso, contudo, Chu abriu mão da sua aliança com os inimigos de Qin, devido ao facto de o rei Zhao, então recém-entronado em Qin, ser filho de uma princesa de Chu. Huai e Zhao desposaram então nobres dos respectivos países e assinaram um acordo de amizade em Huangji no ano de 305 a.C. Tendo-se oposto fortemente a essa aliança, Qu foi despedido das suas prerrogativas e degradado, época em que compôs as suas obras. Em 278 a.C., quando a capital de Chu foi conquistada por Qin, Qu suicidou-se, afogando-se nas águas do rio Han.
- 14
- Autor putativo de um grupo de pentassílabos tornados célebres, nasceu num clá militar, tendo como avô Li Guang 李廣, um célebre general e, posteriormente, grão-ministro (*chengxiang* 丞相) na corte do imperador Wu dos Han. Li Ling 李陵 foi nomeado comandante de Regimento (*qiduwei* 騎都尉) pelo imperador Wu, com a missão de ir combater os nómadas Xiongnu no território destes, a actual Mongólia. Supostamente com números muito inferiores aos Xiongnu, Li rendeu-se e integrou-se naquele povo, sendo premiado com um título militar. Na corte dos Han, contudo, Li foi considerado um traidor e toda a sua família foi massacrada, como punição. As obras tradicionalmente atribuídas a Li Ling são cartas e poemas escritos por ensejo do convívio que o general manteve com Su Wu 蘇武, um enviado/espião da corte dos Han que terminara detido pelos Xiongnu. Hoje em dia, sabe-se que esses textos correspondem a um *tópos* que permaneceu prestigioso por séculos, inspirando não apenas produções literárias, mas também pinturas. De qualquer forma, a tradição chinesa aceitou de bom grado a autoria de Li Ling, havendo três poemas, todos em pentassílabos, recolhidos na importante colectânea *Seleções Literárias* (*Wenxuan* 文選) atribuída a Xiao Tong 蕭統 (501-531), o príncipe Zhaoming 昭明 da dinastia Liang.
- 15
- “Poemas *shi* arcaicos”: muito possivelmente referência a uma série de dezanove composições anónimas, também recolhidas nas *Seleções Literárias* do príncipe Zhaoming. Esse “verdadeiro” nascedouro dos pentassílabos coloca problemas insolúveis de autoria, devendo ser obras não de um só, mas de diversos burocratas em serviço na corte. A datação é um problema comparativamente mais simples, devendo remontar majoritariamente à segunda metade da dinastia Han. Em termos literários, nunca é demasiado reforçar a importância e valor dessas obras, precocemente demonstrando clara mestria dos princípios formais que chegariam ao seu apogeu na dinastia Tang (618-907). Apesar de ser uma colecção bastante limitada em termos de quantidade, deve-se reconhecer ainda a diversidade de temas e de expressão poética.
- 16
- Esta descrição poética da dinastia Han acena para a crença nos Cinco Elementos (*wuxing* 五行), um dos fundamentos do pensamento chinês no período imperial. A crença amadureceu durante os Reinos Combatentes (475-221 a.C.), quando Zou Yan 鄒衍 consolidou um sistema divinatório em torno de “metal, água, madeira, fogo,

terra”, cinco aspectos da Energia Vital. Os Cinco Elementos não apenas serviam de base para o cálculo do calendário ou para o horóscopo pessoal – extremamente importante na China antiga –, como também se tornou uma ideologia política de explicação/ legitimação dos ciclos dinásticos. Conforme essa ideologia, Zhou, a última dinastia pré-unificação, possuía a virtude do Fogo, devendo ser derrotada por uma força política que possuísse a virtude da Água. Qin criou uma forte propaganda, advogando possuir tal virtude. Após o breve sucesso de Qin dar lugar à longa dinastia Han, os intelectuais chineses dedicaram-se a um debate secular sobre qual a “verdade dos factos” sobre a virtude de Qin e de Han – cujos detalhes são muito bizantinos para um nota de rodapé. O entendimento de que os Han possuíam a virtude do Fogo deve-se a Liu Xiang 劉向 (77 a.C.-6 a.C.).

- 17
- Wang Bao 王褒 e Yang Xiong 楊雄, oriundos de Shu (moderna província de Sichuan), são dois compositores de “rapsódias *fu*” de grande prestígio na dinastia Han. Apesar de sequer serem contemporâneos, a posteridade lembra-os como “Yuan-Yun” 淵雲 (último ideograma dos nomes de cortesia de Wang e Yang). Wang Bao não teve uma importante carreira burocrática. Estudioso da forma *sao* 騷, isto é, o estilo poético de Qu Yuan, Wang obteve o patrocínio do *cishi* 刺史 (“interventor”, nomeado pela corte para supervisionar as autoridades provinciais) e celebizou-se pela qualidade das suas obras. O interventor recomendou-o para uma audiência com o imperador Xuan; no período em que aguardava pela entrevista, Wang continuou a escrever poemas para impressionar os burocratas de influência, tendo inclusive alterado a sua temática tradicional e estilo para ir ao encontro do gosto mais confuciano e pudico prevalente na corte. É desse período que data a sua mais famosa composição, a “Rapsódia da Flauta de Bambu” (*Dongxiao fu* 洞簫賦), que teria sido dada para recitar às concubinas do harém imperial. Wang morreu ao acompanhar uma expedição na sua terra natal, com o objectivo de realizar um sacrifício para um animal prodigioso lá encontrado.

Enquanto poeta, Yang Xiong, notabilizou-se por fomentar o género do panegírico à capital. Teve uma carreira política de relevo. Tornou-se secretário do comandante militar Wang Yin 王音 e, por recomendação, amanuense do imperador Cheng. Dadas as suas ambições políticas, Yang esforçou-se para se legitimar como um erudito dos clássicos ortodoxos, recriando textos à maneira dos *Analectos* (*Lunyu* 論語) e do *Livro das Mutações* (*Yijing* 易經) que permaneceram influentes para além do seu tempo. Além disso, envolveu-se com Wang Mang 王莽 (45 a.C.-23), outro membro do poderoso clá; quando Wang fundou a breve dinastia Xin (9-23) através de golpe palaciano, Yang esteve presente no seu círculo de assessores. Com a restauração da casa de Han, o poeta cuidadosamente retirou-se da vida pública, morrendo no anonimato.

- 18
- Mei Sheng 枚乘 é hoje lembrado pela sua rapsódia “Sete Exortações” (*Qi fu* 七發), que adopta, inovadoramente, a estrutura de diálogo e que consolida a forma do heptassílabo. Mei serviu o rei de Wu, Liu Pi 劉濞, como *langzhong* 郎中 (“acompanhante”, imagino que encarregado das tarefas de escrevente). Uma anedota famosa sugere que Mei se teria oposto a que Liu Pi pagasse em armas contra o imperador Jing, primo do rei de Wu. Diz a história que Liu foi o líder da “Conjuração dos Sete Feudos” (*Qi guo zhi luan* 七國之亂) contra a centralização do poder imperial. Após a conjuração, Mei recebeu o título de *duwei* 都尉, uma sinecura, e agregou-se ao séquito de Liu Wu 劉武, irmão do imperador Jing e rei de Liang. O poeta celebizou-se por participar num grupo de poetas, patrocinados por Liu Wu para cantar as belezas dos parques e jardins que este construíra nos seus domínios, donde outra temática importante na obra de Mei. Após a morte do patrono, o poeta voltou para a sua terra natal e chegou a ser convocado pelo imperador Wu, tendo morrido na viagem para Chang’an.

AS DIMENSÕES DO CÂNONE / Crítica Literária

THE DIMENSIONS OF THE CANON / Literary Criticism

- 19 Contrerrâneo de Wang Bao e Yang Xiong, Sima Xiangru 司馬相如, é festejado como o mais sofisticado e produtivo escritor de rapsódias *fu*, tendo sido ricamente recompensado pelos seus panegíricos. Logo na corte do imperador Jing, recebeu o título de *changshi* 常侍, uma sinecura. Percebendo melhores possibilidades no séquito de Liu Wu, Sima integrou-se ao mesmo grupo em que participava Mei Sheng. Deste período datam as composições gêmeas “No Parque do Alto do Arvoredo” (*Shanglin fu* 上林賦) e “Emissário Zixu” (*Zixu fu* 子虛賦) Após a morte do patrono, o poeta retornou à sua terra natal, adequando-se à sua nova situação social e estabelecendo convívio com o chefe da burocracia e um magnata. Diz-se que o imperador Wu, subido ao trono, “gostava dos poemas de Sima”, donde tê-lo convocado para servir na sua corte. Há registro de que Sima Xiangru, tendo recebido a média alta patente militar de *zhong langjiang* 中郎將, foi enviado em algumas incursões ao Sudoeste do império.
- 20 A alta patente *jieyu* 婕妤 esclarece que se trata de uma concubina imperial que recebeu especial favor, neste caso do imperador Cheng. Ban é o nome do seu clã, originário do extremo norte da actual província de Shanxi. Há algum folclore sobre Ban, que trai a preferência confuciana pelas anedotas de fundo moralizante. Sabe-se que Ban não conseguiu gerar descendentes para Cheng e que depois perdeu o favor para as duas irmãs Zhao, recém-chegadas ao harém. Depois de ter sido caluniada por estas, Ban conquistou o perdão do imperador e foi ricamente recompensada. Sem querer disputar a primazia, a *jieyu* retirou-se com uma patente inferior para servir a imperatriz-mãe, período em que se relatam as suas mais famosas composições. Apesar de possuir muitas obras inscritas no catálogo bibliográfico oficial, actualmente há apenas três poemas atribuídos, cuja autoria é denegada por especialistas – situação similar aos textos de Li Ling.
- 21 Esse famoso poema trata da anedota clássica “Diyin salva seu pai”. Durante o reino do imperador Wen de Han, um funcionário da classe *ling* 令 (burocrata de baixa patente, normalmente envolvido na administração “municipal”) chamado Taicang 太倉 cometeu um crime, não identificado, punido com pena capital. A sua filha Diyin 堤嬖 acompanha-o para a capital Chang’an, lançando um apelo ao imperador (o conteúdo do poema), explicando que o seu pai não tem filhos homens, que a pena é demasiado severa e consegue comover o soberano. De expressão directa e simples, é estudado no curso regular das escolas até hoje, tendo servido como material para novelas e filmes.
- 22 É um nome importante da história cultural chinesa. Bineto de um alto funcionário militar da corte do imperador Cheng, descendente da *jieyu* Ban, Gu seguiu carreira de alto-burocrata civil, estudando na Academia Imperial, tornado-se depois o “cronista-chefe do Terraço das Orquídeas” (*Lantai lingshi* 兰台令史), isto é, encarregado do Arquivo Imperial, cargo a que se vinculava uma alta patente na hierarquia social. Sucessivamente, nos reinos dos imperadores Zhang e He, Ban Gu continuou a ascender por senioridade e mérito, seja estando responsável da gestão do palácio e muralhas, seja encarregado do comando das forças militares contra os povos Xiongnu. Carreira burocrática à parte, os maiores méritos de Ban Gu estão associados a duas importantes compilações. A primeira delas é a *História dos Han* (*Hanshu* 漢書), a primeira crónica histórica chinesa sancionada pelo imperador desde a sua concepção. O trabalho de compilação do material começara com o pai de Gu, Ban Biao 班彪; diz-se que Gu não conseguira concluir o texto, que então foi confiado ao irmão Ban Chao 班超. A segunda grande obra de Gu foi a compilação sobre o “Debate do Salão dos Tigres Brancos” (*Baihu tongyi* 白虎通義) em que o imperador se Zhang esforçou para eliminar as diferenças entre os ensinamentos das numerosas seitas confucianas. O mérito de Ban Gu como poeta é discutível, mas o seu texto “Rapsódia sobre as Duas Capitais” (*Liang dou fu* 兩都賦) influenciou a posteridade.
- 23 Cao Cao notabilizou-se por eliminar a casa de Han, pondo fim ao seu domínio multissecular. Embora desprovido de tradição ou

nobreza, o seu clã tinha por base uma pequena região no norte da moderna província de Anhui. O avô de Cao fora adoptado por um eunuco ao serviço do imperador, o que lhe deu a oportunidade de subiu lentamente na escada do mérito militar, tornando-se comandante de parte das tropas imperiais responsáveis pela derrota da insurreição taoista dos Turbantes Amarelos (*Huangjing qiyi* 黃巾起義). Naquele momento, o poder imperial estava prestes a desintegrar-se pela consolidação de milícias brandidas por chefetes locais. Após a capital, Luoyang, ter caído sob o jugo de Dong Zhuo 董卓, Cao retornou à sua terra para organizar as suas tropas, que entraram numa aliança com forças de outras regiões. Liderada pelo cacique Yuan Shao 袁紹, a aliança pouco a pouco desdobrou-se numa longa guerra civil de que Cao surgiria como “senhor protector” de Xian, último imperador dos Han. Apesar de terem nas suas mãos o símbolo do poder imperial, nem Cao Cao, nem os seus descendentes conseguiram unificar o território que antes pertencera aos Han, tendo apenas fundado a breve casa dos Wei (220-265), que seria sucedida, mediante golpe palaciano, pela mais longeva casa dos Jin (266-420). Para além do rico folclore a ele associado, Cao Cao deu importantes contribuições à cultura chinesa, particularmente o seu comentário à *Arte da Guerra* de Sunzi (*Sunzi bingfa* 孫子兵法) e a sua fresca criação poética. A sua escrita é simples e sem floreios; os seus poemas mais famosos concernem à sua virtude militar, à boa vida e às suas ambições políticas – temas novos, para todos os efeitos, dada a força de uma personalidade pouco vista desde Qu Yuan. Em termos formais, chamam a atenção as composições pentassilábicas organizadas em 8 pares, o que também abria caminhos para o futuro.

Foi o filho de Cao Cao, Cao Pi, que desvestiu o imperador Han do seu poder, declarando-se o novo soberano de Tudo sob o Céu. Filho de uma concubina de Cao, Pi conseguiu assegurar a sucessão para si, ao garantir importantes posições administrativas. Como imperador, Pi não conseguiu vencer o impasse estratégico entre os chamados Três Países – além de Wei, lutavam pela hegemonia o país de Wu, comandado pelo clã Sun,e Shu, sob égide do clã Liu. Domesticamente, o governo de Pi sofreu com as disputas pela sucessão entre as concubinas. Poeticamente, Cao Pi herdou o gosto do pai, promovendo poemas penta- ou heptassílabos de linguagem simples, inspirados pelas cantigas populares da era dos Han. Diferentemente de Cao Cao, contudo, distinguiu-se pela esmerada educação literária que recebeu, donde o importante opúsculo *Discurso Sobre Literatura* (*Lunwen* 論文), um dos textos fundadores da crítica literária.

24 Elencado na primeira classe por Zhong Rong 鍾嶸 e honrado como um dos quatro patriarcas da poesia, Cao Zhi era o irmão mais novo de Cao Pi, pela mesma mãe. Diferentemente do pai e do irmão mais velho, Zhi não demonstrou interesse particular pela política ou por feitos militares, revelando-se, ao contrário, dotado de talentos literários desde a mais tenra idade. Uma primeira obra prima, escrita aos dezanove anos, foi a rapsódia “Terraço do Pardal de Bronze”; diz-se que, devido a essa obra, Cao Cao deu ao seu filho o feudo de Pingyuan, na actual província de Shandong. Diz-se que Cao tinha apreço especial por Zhi, o que gerou ciúmes em Pi e aticou a luta pela sucessão. Conhecem-se anedotas conforme as quais Pi teria planejado assassinar Zhi, mas teria sido dissuadido pela mãe. Cao Zhi receberá os mais vivos elogios da posteridade, singularizado como o apogeu da poesia do período de Jian’an. Com produção tanto de penta- como de heptassílabos, Zhi segue a tradição de oralidade instituída pelo seu pai, ainda que especialistas distingam duas etapas no seu desenvolvimento. Num período inicial, o jovem poeta demonstrava desequilíbrio entre rebuscamento de forma e falta de firmeza no plano das emoções e ideais. Com o avançar da idade – e reveses na vida dinástica – diz-se que as suas obras adquiriram maior *pathos*, equilibrando o seu poder de expressão.

Cao Biao era meio-irmão de Pi e Zhi, de modo que a competição dinástica com ambos era intensa. De facto, Biao teve uma carreira mais destacada do que Zhi, chegando inclusive a tramar contra o seu sobrinho Cao Rui , o imperador Ming. O julgamento que lhe dedica a história, todavia, é brando, pela circunstância de que o clã dos Cao começava a cair sob a influência do clã Sima, que, por derradeiro, tomaria o poder e criaria a dinastia Jin. Em termos literários, há muito elogio dedicado a Biao, como sendo um grande esteta, atrás do pai e do meio-irmão (Zhi). Contudo, dado que apenas um único poema de sua autoria chegou até ao nosso tempo, é difícil tecer um juízo definitivo sobre o quanto a sua fama se deve às qualidades artísticas ou à sua influência e poder políticos.

25 No período de Jian’an, ou seja, quando Cao Cao exercia a tutela sobre o imperador Xian dos Han como seu grão-ministro, o militar já havia começado a organizar o seu gabinete, tendo convidado Liu Zhen para o integrar. Liu provinha de um clã de Shandong e o seu pai tinha sido chefe do “Terraço do Grande Escrivão” (*Shangshu tai* 尚書台), gabinete que centralizava a elaboração e despacho de documentos de governo, o que prova a sua acabada educação literária e o berço que teria oferecido a seu filho. Liu Zhen continuou a servir os Cao, trabalhando para Pi como *lang zhongjiang* 郎中將 (uma sinecura), envolvido em assuntos “literários” – imagino que conhecimento de precedentes e redacção de expedientes. Reporta-se que Liu caiu em desgraça quando, durante um banquete oferecido por Pi, não se prostrou diante da esposa deste; Liu foi degredado, com trabalhos forçados, porém mais tarde foi-lhe permitido retornar a Wei, ainda que com uma baixa patente. A posteridade conhece Liu Zhen como um dos “Sete Poetas de Jian’an” (*Jian’an qizi* 建安七子), sendo conhecidas quinze composições, a maior parte das quais são respostas no que se chama de diálogos poéticos (trocas de poemas entre amigos, muitas vezes resultado de convívios ou saraus).

26 Wang Can 王粲, mais um dos “Sete Poetas de Jian’an”, pertencia ao outrora grande clã militar de Shangdong que exercera um papel importante na política da corte dos Han. Com o esboroamento da ordem antiga, contudo, Wang fugiu para Jingzhou (actual província de Hubei) que se encontrava sob o controle de Liu Biao 劉表. Após Jingzhou ter caído para o clã Cao, Wang agregou-se à corte de Wei, assumindo o cargo de *shizhong* 侍中 (aio) e conquistando o favor de Cao Cao bem como a amizade de Cao Pi e Zhi, diz-se. Wang Can adoeceu após acompanhar Cao Cao em campanha no sul contra o rei de Wu, Sun Quan 孫權. O legado literário de Wang Can conta cerca de vinte peças curtas, seguindo a forma *sao*, não havendo registro dos pentassílabos elogiados por Zhong Rong.

27 Os três irmãos Zhang serviram a corte de Jin no período imediatamente anterior à “Sedição dos Oito Reis” (*ba wang zhi luan* 八王之亂) (291-306), detonada pela crise de sucessão do primeiro imperador da casa de Jin. Diferentemente de Cao Cao, Sima Yan 司馬炎, o imperador Wu, dividiu o poder administrativo entre membros do clã e importantes associados políticos de fora do clã. Tentava, assim, consolidar a sua linha dinástica, fortalecendo-se com oapoio de aliados, o que faltava aos Wei. Contudo, o conflito da sucessão, verdadeira guerra civil, feriu de morte quaisquer planos de centralização do poder burocrático pela corte, criando um grupo de poderes locais soltamente aliados ao imperador dos Jin. A julgar pelos casos relevantes, há homens de talento que preferiram retirar-se da capital, para viverem “aposentados” nas suas terras, provavelmente ao serviço de potestades regionais.

Oriundo de um clã de Hebei, o pai dos três Zhang servira como comandante militar da região de Shu, moderna Sichuan. Após servirem na burocracia local, Zhang Zai e Xie ocuparam posições de chefia no “Departamento Central de Documentos” (*Zhongshu sheng* 中書省) na capital Luoyang. Com a sedição, preferiram retirar-se da corte. Segundo o julgamento de Zhong Rong, Zhang Xie era o melhor dos três. Pela restrita evidência disponível (uma dezena de poemas

de cada) escreveram pentassílabos sobre temáticas menos focadas na capital, majoritariamente descrições de paisagens e lamentos sobre a situação de seu tempo.

28 Os dois Lu pertencem ao importante clã militar que outrora servira Sun Quan, soberano do país de Wu e adversário de Cao Cao. Em seguimento à falência de Wu, como rezava o decoro, o clã retirou-se da vida pública, enquanto preparava os jovens Lu para ingressarem na burocracia dos novos soberanos, treinando-os nas tradições escritas e textos clássicos. Por recomendação do *taichang* 太常 (burocrata encarregado dos Ritos Ancestrais da Casa Real), os dois Lu entraram para o serviço na corte, tendo uma passagem de sucesso na Academia Imperial, aparentemente disputando prestígio com os irmãos Zhang. Por mandato imperial, Lu Ji exerceu a mais alta posição administrativa em Pingyuan (região localizada na actual província de Guangdong) e foi-lhe confiado o comando da fracassada expedição militar contra o rei de Changsha (actual província de Hunan). Lu Ji foi executado por uma trama palaciana durante a “Sedição dos Oito Reis”. Menos famoso que seu irmão, Lu Yun agregou-se ao rei de Wu, Sima Yan, tendo exercido funções civis. Como era normal no sistema chinês, Lu Yun também foi punido pelo crime de Lu Ji. De Lu Ji preservaram-se 104 poemas *shi* e 27 rapsódias *fu*, especialmente canções populares (*yuefu* 樂府) e poemas prosopopaicos (imitações de autores antigos). Ao conjugar a forma poética com a prosa ensaística (*sanwen* 散文), Lu Ji contribuiu para o desenvolvimento do estilo de “prosa poética geminada” ou *pianwen* 駢文 – uma das características principais da literatura da era Taikang. Em comparação com a literatura de Jian’an, para além de um formalismo mais pronunciado, os textos de Lu Ji são mais preciosistas, valorizando uma sonoridade mais elaborada e com abundante recurso a referências eruditas e *loci classici*. Lu Ji também escreveu alguns ensaios famosos, dos quais o *Ensaio sobre Criações Literárias e Discurso Poético*” (*Wenfu* 文賦) tem particular significância para o pensamento sobre literatura na China. Comparativamente, Lu Yun hoje é visto como um autor menor. A sua obra conhecida conta 130 composições, cuja maioria é composta de tetrassílabos. Numa primeira impressão, os principais textos de Yun seguem os subgéneros tradicionais da “literatura burocrática” – textos de ocasião e de convívio.

29 Pan Yue 潘岳 é considerado, junto com Lu Ji, o maior nome da literatura na era Taikang. De origens relativamente menos ilustres do que Lu, logo na entrada da maioridade, aos vinte anos, Pan conseguiu a atenção do primeiro imperador de Jin ao compor um panegírico sobre a “Primeira Lavra” celebrada pelo soberano – na China antiga, no início da Primavera, os imperadores costumavam tomar o ancinho às mãos e puxá-lo um par de vezes sobre a terra, o que servia tanto como ritual de bênção à lavra, como “exemplo” aos agricultores para esforçarem-se na labuta. A carreira burocrática de Pan foi marcada por seus vínculos com o influente clã Jia. Seu papel na corte teve indas e vindas, num primeiro momento tendo chamado a atenção de seus superiores por seus feitos ao governar um distrito, depois sendo convidado pelo *taifu* 太傅 (preceptor imperial) para o assessorar. O julgamento da história vê em Pan Yue um homem interessado nos jogos de poder, dado à bajulação e outras ações motivadas por interesse. Simbolicamente, Pan perdeu a vida numa intriga palaciana, envolvido com o compló de Jia Mi 賈謐 e sua irmã, a imperatriz Jia, para influenciar a sucessão do imperador Hui. Vale ressaltar que Jia Mi foi um importante patrono da literatura na era Taikang, reunindo a chamada pléiade dos “Vinte e Quatro Amigos” (*Ershisi you* 二十四友), que incluía não apenas Pan, mas também Lu Ji, Liu Hun, Zuo Si, entre outros. A produção literária de Pan Yue transmitida até os nossos dias conta sobretudo rapsódias Fu, mas também há uma pequena quantidade de pentassílabos que, segundo a crítica, apresentam um bom equilíbrio entre emoção e tratamento retórico. A posteridade poética também foi generosa para Pan, com elogios e “imitações” (poemas prosopopaicos)

AS DIMENSÕES DO CÂNONE / Crítica Literária

THE DIMENSIONS OF THE CANON / Literary Criticism

- da pena de outros grandes nomes da literatura chinesa, inclusive mais renomados do que o próprio Pan. Pan Ni 潘尼 era sobrinho de Pan Yue, teve uma carreira mais discreta e estável do que o famoso parente. Ni conseguiu escapar da retaliação do rei de Zhao ao complô de que participou seu tio, retornando à sua terra natal. Contudo, Zhao aproveitou a oportunidade com o fim de garantir o trono para si. Nesse novo capítulo da “Sedição dos Oito Reis”, Zhao logo foi derrotado por pelo primo Sima Jiong 司馬閭. Pan Ni teve seu cargo restaurado, tornando-se o chefe do “Departamento Central de Documentos” e, por último, o *taichang* 太常, chefe dos ritos da casa real. Com a queda de Luoyang em 311, Pan Ni perdeu a vida ao tentar retornar para os domínios de seu clã.
- 30 Natural de Linzi (actual província de Shandong), o clã de Zuo Si 左思 mudou-se para Luoyang após sua irmã ter sido escolhida para o harém do primeiro imperador dos Jin. Zuo recebeu o cargo de bibliotecário da corte e agregou-se à plêiade de Jia Mi, tornando-se um dos “Vinte e Quatro Amigos”. Após a trama de Mi ser desbaratada, Zuo Si retirou-se da vida pública, deixando Luoyang em definitivo após o cerco da capital pelo rei de Hejian em 303. Actualmente, Zuo ainda é reputado por duas rapsódias sobre capitais e por seus poemas históricos.
- 31 Com a invasão do norte, o clã de Sun Chuo 孫綽 instalou-se em Kuaiji, segundo mais importante centro político da dinastia Jin Oriental após a capital Jiankang. Chuo herdou o título de nobreza do pai, primeiro exercendo funções docentes na Academia Imperial, depois assessorando o imperador no que se refere à redação e preparo de expedientes. Quando o poderoso caudilho Huan Wen 桓溫 – sobre que falaremos a seguir – propusera recuperar a capital de Luoyang, reporta-se que Sun Chuo “foi um dos poucos a terem a coragem de se opor”. Encaminhou um parecer ao imperador que, supostamente, dissuadiu-o de apoiar as expedições de Huan. Chegou ao topo da carreira no cargo de *tingwei qing* 廷尉卿 (alto ministro com funções judiciais). A partir da segunda metade da dinastia Jin, o Budismo consegue introduzir-se na alta cultura chinesa. O relacionamento mantido por Sun Chuo com monges célebres, como Zhi Dun 支遁 e Dao Qian 道潛, é representativo dessa tendência. A compilação *Novos Discursos em Voga* (*Shishuo xinyu* 世說新語), muito importante para compreender as relações entre a elite político-literária da dinastia Jin, dá ampla cobertura às conversas de Sun e Zhi. Sendo simpático ao Budismo, Sun tentou justificar a presença de intelectuais budistas no estreito e exclusivo contexto cultural chinês, de que é exemplo o ensaio “Grandes Homens do Dao” (*Daoxian lun* 道賢論) e “Uma Alegoria do Dao” (*Yu Dao lun* 喻導論). Mas isso indica menos uma “conversão” da elite àquela religião estrangeira do que uma maior abertura a cepas filosóficas mais abstratas e transcendentes. Sun mantinha intenso convívio com figuras diferentes como Xie An 謝安 e Wang Xizhi 王羲之, cujos hábitos ilustram um renovado interesse pelos passeios ao ar livre, que se cristalizaria nos poemas sobre “montanhas e rios” (*shanshui shi* 山水詩) de Sun Chuo. De suas obras remanescentes, a mais famosa é uma rapsódia Fu sobre a montanha Tiantai (na actual província de Zhejiang).
- 32 Xu Xun 許詢 pertencia ao mesmo círculo de amizades que Sun Chuo, Wang Xizhi, Xie An, *inter alii*. O fato mais característico de Xu é que evitou seguir carreira pública a todo custo, donde o pouco que se sabe de sua vida decorrer de seu relacionamento com outras figuras, tal como registado nos *Novos Discursos em Voga*. Ganhou reputação pelos seus dons de manter “Conversações Puras” (*Qing tan* 清談) (ver comentário) e pelos seus pentassílabos, cuja temática segue os interesses gerais da elite (“montanhas e rios”, “versos sobre os mistérios” (*xuan yan shi* 玄言詩), etc). A despeito de sua fama e renome, somente há dois textos remanescentes, um poema (“Sobre um Abanico de Bambu” (*Zhushan shi* 竹扇詩) e um epigrama.

- 33 Huan Wen 桓溫 / Huan Xuan 桓玄 / Huan Wei 桓偉: Embora o nome de família “Huan” apareça nos melhores manuscritos, não se sabe ao certo a que autor se refere. As obras que consultei tendem a indicar o caudilho Huan Wen (312-373) como mais provável, sem indicar razões para tanto (talvez a cronologia?). Já dissemos acima que Huan tentou retomar a capital Luoyang, com o fim último de se instalar no trono. Oriundo de um antigo clã militar que se mantivera influente junto à corte desde a segunda metade da dinastia Han, Huan desposou uma princesa de Jin e teve uma brilhante carreira como general. O seu principal feito foi derrotar a breve dinastia de Cheng Han, espalhada pela região de Sichuan/Gansu, controlada pelos povos Ba 巴 e Di 狄. O prestígio dessa façanha garantiu a Huan os títulos de nobreza e os cargos burocráticos para colocá-lo em evidência junto ao imperador Mu. Com claras ambições ao trono, Huan Wen teve seus planos de recuperar a capital pela corte denegados, mas, mesmo assim, comandou três “expedições punitivas” ao norte (em 354, 356 e 369) – todas fracassadas. A seguir, Huan Wen esforçou-se para garantir uma sucessão que lhe fosse favorável, intento logrado em 371 com o imperador Jianwen, quando Wen se tornou *dasima* 大司馬 (comandante supremo) e eminência parda do regime. Contudo, Jianwen morreu no ano seguinte e Huan Wen não conseguiu instaurar-se como regente, tal como desejava. Em 373, Huan Wen adoeceu, falecendo em breve. Não obstante a relevância histórica de Huan Wen, não há notícia de que tenha sido praticante da poesia. Os seus filhos Huan Xuan (369-404) e Huan Wei (antes de 369-403), contudo, elaboraram poemas com a temática de “versos sobre os mistérios”. Xuan teve sua obra reunida em vinte rolos – quantidade bastante expressiva, mas especialistas tomam Wei como a segunda possibilidade para a referência de Zhong Rong. Em termos históricos, Xuan deu continuidade aos planos do pai de tomar o poder dos Jin, forçando a abdicação do imperador An em 403, sucumbindo no ano seguinte às tropas legitimistas. Junto com os outros irmãos, Huan Wei pegou em armas para apoiar o golpe liderador por Xuan.
- 34 Também egresso de um clã militar, Yu Liang 庾亮 agregou-se a Sima Rui 司馬睿, primeiro imperador dos Jin após o êxodo para o Sul, cujo favor conquistou, de modo que Sima fez o seu herdeiro, o futuro imperador Ming, desposar uma irmã de Yu. Falecido o imperador Ming, a regência do terceiro soberano da casa, o infante Cheng, coube à imperatriz-mãe, que se escorou no irmão para governar. Seguiram-se anos de intriga palaciana, em que se desconfiava de Yu Liang teria alterado o testamento para tomar o trono, culminando-se com o levante de Su Jun 蘇峻, que Yu Liang controlou com dificuldade. Nos anos posteriores, intensificou-se a rivalidade com Wang Dao 王導, outro importante *power player* de um grande clã que seguira o primeiro imperador no êxodo para o sul. O movimento final da carreira de Yu Liang foi o de tentar organizar uma expedição contra a corte de Chenghan em Sichuan e de Zhao posterior, ao norte. Isso por fim não se revelou possível, seja devido a divisões na corte, seja a perda de posições estratégicas no campo de batalha. Como soía aos jovens de sua época, Yu Liang formou-se com leituras de *Livro de Laozi* (*Dao de jing* 道德經) e *Ensaio de Zhuangzi* (*Zhuangzi* 莊子) praticando as habituais “Conversações Puras” (*qingtan* 清談). Consequentemente, ele é honrado pela posteridade, junto a Xu Xun e os Huan como praticante dos poemas sobre “conversações profundas”. Entretanto, as composições conhecidas de Yu em sua maior parte são textos burocráticos, como petições, pareceres, elogios, advertências, cartas, etc.
- 35 Oriundo de um importante clã militar devoto da seita taoista Zhengyi 正一, Guo Pu 郭璞 herdou do seu pai a transmissão de técnicas mânticas, tendo se destacado como mestre de *fengshui* 風水 e especialista no *Clássico das Mutações* (*Yijing* 易經). Guo trabalhou no “Gabinete de Obras Secretas” (*Mishu sheng* 秘書省) (Arquivos Imperiais), quando participou da compilação de uma história oficial

- dos Jin, não transmitida à posteridade. Depois agregou-se ao general Wang Dun 王敦, responsabilizando-se pelo trabalho de redação de expedientes. Quando seu patrono em segredo preparava uma revolta contra a coroa, pediu a Guo Pu que confirmasse os auspícios por ritual divinatório. Por obter um mau resultado e tentar dissuadir seu patrono, Guo despertou a ira de Wang, que o assassinou. Guo Pu hoje em dia é mais famoso pelos comentários que produziu para obras como o *Clássico das Mutações*, a *Escritura das Montanhas e Mares* (*Shanhaijing* 山海經), as *Cantos de Chu* (*Chuci* 楚辭), etc. Atribui-se-lhe um dos primeiros textos de *fengshui*, a *Escritura dos Féretros* (*Zang jing* 葬經). Além disso, Guo é um poeta representativo. Hoje ainda são conhecidos 14 poemas taoistas sobre visitasções de imortais e uma rapsódia *fu* sobre o rio Yangzé.
- 36 Era descendente dos imperadores Han e herdou uma alta posição na burocracia de Jin, adquirida pelo seu avô e pelo pai. Adepto das “Conversações Puras”, era amigo de Jia Mi e integrava o círculo dos “Vinte e Quatro Amigos”. Envolveu-se na “Sedição dos Oito Reis”, permanecendo ao lado de seu cunhado e apoiando Sima Lun 司馬倫. Liu conseguiu sobreviver aos quinze anos de caos, mantendo a sua posição no governo e exercendo, subsequentemente, um importante papel na defesa das fronteiras setentrionais durante a crise da dinastia Jin Ocidental. Capturado por um chefe do povo nómada Xianbei, então sob pagamento dos Jin, Liu Kun termina liderando forças Xianbei contra uma terceira nação, os Jie, que fundariam a dinastia Zhao Posterior. Ao se envolver nas lutas de poder dos Xianbei, Liu Kun tenta fugir para se unir a Sima Rui no êxodo para o Sul. Wang Dun, tendo tido conhecimento dos planos de fuga, informa o chefe dos Xianbei, que executa Liu, ao lado de três irmãos e um sobrinho. As obras atribuídas a Liu Kun que chegaram até nós concentram-se na temática político-militar, discorrendo sobre cenas da fronteira, sua fidelidade à casa de Jin, etc. Também são famosas as canções para a cítara *qin* ligadas ao seu nome, cuja transmissão remonta à dinastia Tang.
- 37 Os Xie eram um dos clãs mais poderosos durante a dinastia Jin. Xie Hun era neto de Xie An, uma das figuras mais celebradas pela memória histórica de seu tempo, que conseguiu defender as novas fronteiras da dinastia e mesmo obter algumas vitórias nos territórios setentrionais. Yan 琰, o pai de Xie An, também se celebizou como general, tendo acompanhado Xie An durante a importante batalha de Feishui (*Feishui zhibzhan* 肥水之戰) contra os invasores da dinastia Qin Anterior , povos chamados de Di que viviam nas bordas do planalto tibetano. Ao contrário de An e Yan, Xie Hun 謝混 seguiu a carreira burocrática civil, tendo ocupado posição no “Departamento Central de Documentos” e no “Departamento Augusto de Documentos” (*Shangshu sheng* 尚書省). Próximo do imperador Wu, casou-se com a sua filha, a princesa Jinling. Hun morreu preso após tomar o partido errado na disputa entre Liu Yi 劉毅 e Liu Yu 劉裕 pela liderança do chamado “Exército do Gabinete Setentrional” (*Beifu jun* 北府軍) que havia sido criado por ordens de Xie An, organizado pelo seu sobrinho Xie Xuan 謝玄 e que havia sido determinante para a vitória em Feishui. Com a morte de Liu Yi, que fora apoiado por Xie Hun, o rival Liu Yu acusou Liu Yi e os seus partidários de organizarem um complô, em que Hun se viu implicado. No desenlace dessa crise, Liu Yu destruiria a casa dos Sima e fundaria uma nova e breve dinastia, Song (420-479). A posteridade singulariza Xie Hun por sua contribuição para o desenvolvimento das poesias de “montanhas e rios” – embora, diz-se, que Hun também fosse praticante das “versos sobre os mistérios”. Restam hoje quatro poemas conhecidos de Xie Hun, dos quais “Um passeio pelo Lago Oeste” (*You xichi* 遊西池) é considerado uma obra importante
- 38 Membro do poderoso clã Xie, Lingyun era sobrinho-bisneto de Xie An, neto de Xie Xuan – heróis da batalha de Feishui. Asua

- carreira começou como agregado de Liu Yi e, após a morte desse, foi transferido para a capital Jiankang. Quando Liu Yu substituiu a dinastia Jin por sua própria casa, Xie conseguiu sobreviver à purga dos simpatizantes da ordem anterior, colaborando com o novo regime. Contudo, pagou um alto preço, sacrificando primeiro seu estatuto, iniciando-se uma longa decadência em sua carreira oficial, envolvendo remoção para cargos menos importantes, ostracismo político e culminou com um decreto imperial para que fosse executado por “conspiração” – provavelmente baseado numa calúnia. Em termos literários, Xie Lingyun é celebrado hoje como o maior nome da poesia de “montanhas e rios”. Nada obstante, vale sempre ressaltar, como é a situação geral na literatura chinesa, que os poetas não se prendiam a uma temática ou um gênero em especial e que havia um inteno intercâmbio de ideias, de maneira que Xie seguia a voga com também com “versos sobre os mistérios”, rapsódias *fu* sobre imortais, entre outros. Atualmente há pouco mais de dez composições transmitidas desse autor.
- 39 Vinha de um clã fora do círculo de poder dos Jin, o que lhe permitiu seguir uma carreira de sucesso na dinastia seguinte. A sua irmã casou-se com Liu Muzhi 劉穆之, importante aliado do fundador da dinastia Song, Liu Yu. De agregado de Liu Muzhi, Yan Yanzhi 顏延之 passou a acompanhante do novo imperador. Durante a luta interna da corte para a primeira sucessão dinástica, Yan conseguiu preservar-se, chegando a uma posição de relevo na administração do terceiro soberano. Contudo, dado o temperamento de Yan e a intensa competição da corte, não conseguiu traduzir o apoio dinástico numa sólida carreira. Preservou, contudo, o prestígio que sem dúvida advinha de seus dotes literários, sendo reconhecido com títulos de nobreza e sinecuras durante duas passagens complexas de poder, a de Liu Shao 劉劭, que cometera parricídio contro o imperador Wen em 453, e a do imperador Xiaowu, que conseguiu o trono após derrotar Liu Shao. Yan Yanzhi fora o rival de Xie Lingyun como maior literato de seu tempo. Obviamente que isso deve ser sopesado com as diferentes sortes de cada um no que se refere à vida política e projeção na corte. As obras de Yan contêm panegíricos e composições originadas do convívio com a alta nobreza, ricas em referências clássicas, o que indica que podia contar com um público distinto e decisivo para projetar-se em seu meio. Entretanto, os rivais de Yan podiam fazer o jogo inverso, louvando Xie Lingyun como o brilhante *outsider* que não encontrou seu tempo. Há menos de dez poemas e poucos ensaios de Yan que chegaram a nós.
- 40 <http://baike.baidu.com/view/55517.htm>.
- 41 Cf. *Revista de Cultura* - Edição Internacional, n.º 46 (2014), p. 131,
- 42 *Analectos* (17.9).
- 43 Cf. Lu Ji, *Ensaio sobre Criações Literárias e Discurso Poético*: “[sucintos motes], o chicote que faz desembestar o cavalo”. *Revista de Cultura* - Edição Internacional, n.º 49 (2015), p. 140.
- 44 Provém de um clã estabelecido no Sul. A sua carreira foi facilitada pelo serviço a Liu Yiqing 劉義慶, sobrinho do fundador dos Song e, naturalmente, membro da alta nobreza enfeudada. Bao Zhao 鮑照 foi instrutor na Academia Imperial, mas também pegou em armas, morrendo ao lado de seu patrono na guerra de sucessão do imperador Xiaowu.
- 45 Apesar de não ser considerado por Zhong como um autor particularmente importante, há ao todo 241 poemas preservados de Bao, que exerceu profunda influência sobre a poesia Tang. Em sua obra, distingue-se um grande número de lamentos poéticos, um tema comum na tradição literária chinesa, no qual o burocrata canta sua falta de sorte, especialmente sua “pobreza” (relacionada à falta de título nobiliárquico e cargo na burocracia). Também se notabilizou por inovar a expressão poética e pela sua capacidade descritiva, com descrições meticulosas de objetos e paisagens.
- Descendente do poderoso clã, nasceu na transição entre duas dinastias. A sua carreira definiu-se ao se agregar a Xiao Ziliang, um

dos filhos da casa dos Xiao, fundadores dos Qi (479-502), que se notabilizou como o mais importante patrono da poesia de sua época. Por conseguinte, Xie estava muito bem posicionado para participar do círculo literário da nova elite, que reuniu outros importantes intelectuais sob o apelido de “Oito Amigos de Jingling”. Após exercer o cargo de comandante militar numa região, retornou à corte, onde navegou por duas conspirações. Na primeira, conseguiu proteger-se ao denunciar o seu sogro. Na segunda, não quis aliar-se ao regente Xiao Yaoguang 蕭遙光, que tinha planos para usurpar o trono, pelo que foi recolhido à prisão, onde morreu. Xie Tiao seguia, junto com os outros sete “amigos de Jingling”, o modelo tonal conhecido como “forma da era Yongming”. Os experimentos desses autores abriu os caminhos para a poesia regulada (*lushi* 律詩) da dinastia Tang – pérola da literatura chinesa. Dito isso, com 130 poemas transmitidos, a posteridade reputa Xie Tiao pele sua produção de obras sobre “montanhas e rios” (seria uma tradição familiar?). Além disso, há um conjunto de poemas sobre descrição de objetos (cítara *qin*, bambuzais, “Terraço dos Espelhos” [*Yong jingtai* 詠鏡台]). Na verdade, os poemas descritivos são traço dessa época e do tipo de convívio mantido pelos literatos, que se reuniam para beber, discutir literatura e divertir-se com jogos, incluindo-se trocas de poemas de ocasião.

46 Verso da cantiga *yuefu* do tipo *xing* 行, chamada “Acompanhando um Jovem Hóspede” (*Dai jie ke shaonian chang xing* 代結客少年場行), de Bao Zhao.

47 Verso do poema “Lamento sobre os Degraus de Jade” (*Yu jie yuan* 玉階怨), de Yu Yan 虞炎.

48 Título de *yuefu* de Cao Zhi, composição do tipo *yin* 吟 para harpa *konghouyin* 箜篌引.

49 Frase de “Sete Poemas de Tristeza” (*Qiai shi* 七哀詩), de Cao Zhi.

50 Os “Quatro Tons” sintetizavam, para fins poéticos, quatro tipos de efeitos sonoros, que podem ser efectivamente percebidos em dialectos actuais como o cantonês, hakka, etc. – não o mandarim: (1) Plano — 1.º tom do mandarim e 1.º, 3.º e 6.º do cantonês; (2) Ascendente — 2.º tom do mandarim e 2.º e 5.º do cantonês; (3) Descendente — 3.º tom do mandarim e 4.º do cantonês; (4) Paragem glotal — inexistente no mandarim e 7.º a 9.º no cantonês.

51 Os poetas de Yongming transmitiram regras sobre a combinação dos tons ao longo dos versos, que depois foram simplificadas para os dois tipos b á sicos da poesia Tang, chamados de *pingze* 平仄. Os “Oito Defeitos”, de que “cintura de abelha” e “joelho de grou” são dois exemplos, são regras atribuídas a Shen Yue, sobre os tipos de combinação tonal a evitar num poema.

52 O prefácio termina com dois *locus classici*; “lago das pérolas” remete para a *Lenda do Imperador Mu de Zhou* (*Mu tianzi zhuan* 穆天子傳) e “floresta de pêssegos” aparece na *Escritura dos Mares e Montanhas* (*Shanhaijing* 山海經). As comparações, que soam artificiais em português, não têm por objectivo contribuir para a mensagem do texto, mas sim assinalar a erudição do autor e também o seu bom gosto pela associação que estabelece.

BIBLIOGRAFIA

Como texto-base para tradução e notas, seguimos a edição crítica definitiva de Cao Xu 曹旭, *Shipin jizhu* 詩品集註 (Anotações Reunidas sobre a *Classificação dos Poetas*). Xangai: Shanghai Guji Chubanshe, 1994, pp. 1-74, 173-196, 329-356.

O material para os resumos biográficos de cada autor, incluídos nas notas de fim, foi obtido das versões chinesas das enciclopédias *on-line* Wikipedia e Baidu. Estas publicações têm a vantagem de compilarem os textos relevantes de fontes primárias como as crónicas oficiais (*zhengshi* 正史).

Cotejamos a nossa tradução com a de Zhou Zhenfu 周振甫, *Shipin yizhu* 詩品譯註 (A *Classificação dos Poetas*, Anotada e Traduzida). Pequim: Zhonghua Shuju, 1998.

Há uma tradução inglesa do texto de Zhong Rong disponível em Wong Siu-Kit, *Early Chinese Literaty Criticism*. Hong Kong: Joint Publishing, 1983.

O segundo volume da trilogia de Mark Edward Lewis oferece um rico panorama geral da história e cultura no período de fragmentação entre as dinastias Han e Sui: *China Between Empires: The Northern and Southern Dynasties*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

Embora não apresentem uma exposição detalhada da *Classificação dos Poetas*, as duas histórias gerais da literatura chinesa em língua inglesa mais conhecidas garantem-nos uma visão de conjunto da produção literária nos respectivos períodos: Stephen Owen (ed.), *The Cambridge History of Chinese Literature* (vol. 1). Cambridge: Cambridge University Press, 2010, caps. 2 e 3, organiza o material cronologicamente.

Victor Mair (ed.), *The Columbia History of Chinese Literature*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2002, caps. 13 e 45, traz uma interessante classificação temática.

RESUMOS

Figurações Femininas nas Obras de Deolinda da Conceição, Maria Ondina Braga e Fernanda Dias: Os Árduos Caminhos da Emancipação e do Exílio

Nas obras de Maria Ondina Braga e de Deolinda da Conceição é-nos retratada a sociedade macaense, sobretudo das décadas de 40-60 e a luta das personagens femininas, muitas delas exiladas, pela emancipação. Narram também a vida das mulheres e homens chineses que sucumbiam ou lutavam contra a opressão, a pobreza extrema e as milenares superstições. No caso de Fernanda Dias, as figurações femininas pertencem a um diferente contexto, situado nos anos de 1980-1990. Assim, tomando como *corpus* de análise as obras *A China Fica ao Lado* e *Nocturno em Macau* de Maria Ondina Braga, *Cheong Sam: A Cabaia* de Deolinda da Conceição e *Dias de Prosperidade* de Fernanda Dias, analisaremos o modo como a luta pela emancipação e liberdade das personagens femininas é configurada cruzando, simultaneamente os árduos caminhos e fronteiras do exílio. [Autora: Dora Nunes Gago, pp. 6-17]

Mitos e Metamorfoses do Sujeito na Jornada Poética de Fernanda Dias

Entre os autores portugueses que escrevem sobre Macau, Fernanda Dias destaca-se pela sua amorosa ligação a esse “diminuto pedaço de chão” e pelo rigor e intensidade da escrita poética. Raro esta se identificou tanto com o espaço evocado, a ponto de conseguir recuperar na respiração do verso a voz imemorial do *Yi Jing*. O fogo que nela arde, o verso lapidar, aproximam-na do estro de uma Sophia de Mello Breyner, bem como a articulação entre paixão amorosa e poesia, a clareza visionária do olhar e uma sabedoria oracular que advém da autenticidade do compromisso poético. Esta obra constitui um desafio às engenhosas conceptualizações dos estudos pós-coloniais, pela identificação com o espaço alheio e pela paixão com que

se debate, ao avesso de orientalismos e antiorientalismos. Sondaremos a obra de Fernanda Dias na busca dos mitos com que se tece a sua jornada poética, a permitir a metamorfose do sujeito e a redenção da paixão pela poesia. Apesar da diversidade de registos, que espelha também a sua visitação de alguns dos mais interessantes movimentos poéticos do nosso tempo, há nela contudo um rumo definido. Falando de duas realidades que situaremos num eixo cronológico, o enamoramento e a invenção de Sherazhade, teremos que fazer incessantes viagens para trás e para a frente, reconhecendo sinais, presságios, anunciações, e uma funda coerência. A cada poeta os seus mitos... Sondemos os que nos propõe este périplo, que tem o seu início em Macau e que a Macau regressará sempre. [Autora: Vera Borges, pp. 18-27]

A Insubmissão da Seda: Uma Leitura de A Cabaia, de Deolinda da Conceição

Os contos de Deolinda da Conceição são muitas vezes analisados à luz da posição da autora em defesa da condição feminina, da incipiente luta pela emancipação da mulher chinesa contra a ancestral opressão de uma sociedade patriarcal, eivada de superstições, subjugada numa estrutura familiar milenar. Paralelamente, Deolinda da Conceição, mulher esclarecida do seu tempo, dá-nos um olhar sobre as duas culturas cujo dia a dia partilha: a da Pátria, longe geograficamente, mas interiorizada no culto da língua e dos valores e a da sua naturalidade, do seu local de nascimento. Sem dilema nem conflito emocional entre nacionalidade e naturalidade, antes as duas vertentes se completam na eficácia da sua escrita, alimentada pela fusão cultural de séculos. Uma peça de vestuário dá o nome ao livro de Deolinda da Conceição *A Cabaia* e ao primeiro dos vinte e sete contos que dele fazem parte. O papel desse ícone

da elegância feminina oriental no enredo do conto poderia ser interpretado, numa primeira leitura, como uma metáfora da vaidade frívola; porém a narrativa estrutura-se em volta do uso subtil que Deolinda faz dos objectos-chave, atribuindo-lhes sempre um duplo valor, complementar: pessoal e universal; intimista e social. A sua obra flui, lúcida e atenta. Não é possível ler estes textos s em que nos evocuem vivências genuínas, sem que nos sejam restituídos lugares reais, memórias de um passado autêntico da cidade. No reverso dos dramas da guerra, cuja crueldade e cortejo de horrores só se podem intuir mercê da voz de quem os viveu, pulsa a cidade em luta pela sobrevivência. Lemos nestes contos, como num álbum ilustrado cuidadosamente guardado, as imagens ao mesmo tempo pungentes e delicadas da pacata cidade de outros tempos. [Autora: Fernanda Dias, pp. 28-39]

As “Portuguesas de Xangai” (1850-1952)

O estudo do papel social desempenhado pela mulher na corrente migratória Macau-Xangai e no processo de fixação da comunidade dos “portugueses de Xangai” só ganha relevância se contextualizado no quadro mais geral dos movimentos migratórios que constituem aquilo que designamos por “diáspora macaense”. Reconhecendo que o estudo dos fenómenos migratórios é, fundamentalmente, o estudo das redes sociais que os corporizam, no caso dos migrantes macaenses, estas redes sociais são protagonizadas pelos núcleos familiares que participaram nas diferentes correntes migratórias, onde se inclui o exemplo da emigração entre Macau e Xangai. A análise que nos propomos desenvolver ao longo deste trabalho parte da questão de saber qual o papel social desempenhado pela mulher na construção das redes sociais na comunidade dos “portugueses de Xangai”, quer de suporte ao movimento migratório, quer no que se refere aos processos de integração na sociedade de acolhimento. Portadoras de um quadro

cultural herdado na sociedade de origem, as “portuguesas de Xangai” vão incorporando formas de ser e de estar que ilustram a capacidade da sua comunidade se adaptar às características da sociedade xangaiense. [Autor: Alfredo Gomes Dias, pp. 40-53]

A Mulher de Macau: Mulher Portuguesa/Mulher Macaense
Os primeiros moradores de Macau não se misturavam com a população chinesa. A mistura de sangue chinês que os Macaenses absorveram, ao longo dos séculos, deve-se em grande parte à coabitação dos portugueses e euro-asiáticos com as suas *muitsai*. Tradicionalmente, as mulheres chinesas têm um papel muito apagado na sociedade, sendo dominadas pelo poder patriarcal. A tradição familiar protege ainda o varão, mas a mulher tem vindo a adquirir mais habilitações académicas e a desempenhar um papel mais activo no mercado de trabalho. As duas comunidades, chinesa e macaense, foram-se aproximando e os direitos das mulheres foram-se reforçando. [Autora: Leonor Diaz de Seabra, pp. 54-63]

O Rolo de Hume de 1772 e os Rostos por trás das Fábricas de Cantão
O rolo panorâmico de Alexander Hume, recentemente adquirido pelo Museu Marítimo de Hong Kong, fornece uma visão única da história do comércio de Cantão. Devido à sua grande dimensão e detalhe incrível, é um dos documentos mais importantes para o estudo não só das fábricas de Cantão, mas também o comércio em si. Com todos os dados que recentemente surgiram sobre o comércio, e com os novos detalhes fornecidos pela pintura de Hume, é possível agora reconstituir as estórias de quase todos os edifícios retratados na cena. Pela primeira vez na história do estudo das fábricas de Cantão, podemos realmente identificar muitos dos proprietários chineses e moradores dos edifícios assim como os locais onde conduziram os seus

negócios. A pesquisa questiona antigas teorias que defendiam como entidades distintas o comércio exterior e o comércio de juncos chineses no Sudeste Asiático, considerando-as longe da verdade. Não só estiveram as mesmas pessoas envolvidas em ambos os comércios como operavam dos mesmos edifícios. O rolo de Hume permite visualizar estas interações como nunca, antes da sua descoberta, foi possível. [Autor: Paul A. Van Dyke, pp. 64-102]

Negociar com Comerciantes: O Deslumbramento dos Lojistas Cantonenses
Para além de negociarem com o que é suposto em Cantão, isto é, compras a granel, os comerciantes ocidentais adquiriam todo o tipo de artesanato cantonês, produtos locais, chá, vinho e alimentos em pequenas quantidades para uso pessoal, para amigos e família, ou para venda no regresso a casa. Lojas proliferavam nas vielas do complexo das fábricas e nas ruas da periferia, com uma surpreendente selecção de produtos e artesanato feitos na China exclusivamente para a clientela ocidental, formando nesta zona sudoeste do subúrbio um dos maiores centros comerciais da Ásia. As lojas, muitas delas especializadas na exportação de arte chinesa, aplicavam eficientes estratégias de *marketing* que deslumbravam os comerciantes, eles próprios muitas vezes, empresários e negociadores de alto nível. Estavam convenientemente localizadas, oferecendo grande variedade de produtos. A maioria das lojas vendia e era especializada num único tipo de mercadoria, um nicho no mercado. Uma das estratégias melhor sucedidas era a de oferecer visitas aos bastidores do estabelecimento, onde os potenciais clientes eram maravilhados com o processo de produção. Esta tática funcionava particularmente bem com lojas de venda de pinturas de exportação chinesas. Outros segredos do sucesso incluíam os preços competitivos ou ainda a técnica de regatear destes lojistas cantonenses, advertida em vários relatos de comerciantes.

Através do estudo das lojas, comerciantes e as razões do seu sucesso, este artigo pretende retratar a interacção existente entre os comerciantes ocidentais e um pequeno grupo de negócio e empresários locais, para além dos mais conhecidos comerciantes Hong, e talvez dar uma visão diferente do quotidiano dos negociantes ocidentais durante a sua permanência na China. [Autora: Maria Kar-wing Mok, pp. 103-115]

À Espera de Emigrar: O Ensino da Língua Inglesa em Goa e Macau (Século XIX)
A aplicação do *English Education Act*, em 1835, na Índia, na sequência do *Minute upon Indian Education*, de Macaulay, consagra um novo rumo da educação, em língua inglesa, no contexto colonial britânico. Um processo semelhante ocorre, algumas décadas mais tarde, no território de Hong Kong, configurando a relação entre a educação em língua veicular inglesa e as elites chinesas emergentes entre a população residente, que a integram nas suas estratégias identitárias, particularmente a partir do último quartel do século XIX. Em períodos e contextos embora distintos, os processos de satelização económica dos territórios de colonização portuguesa – nomeadamente Goa e Macau – face ao crescimento económico dos territórios britânicos, desencadeiam uma procura, em ambos os territórios, |da formação em língua veicular inglesa, percebida como um instrumento valioso na antecipação dos fluxos migratórios para as colónias britânicas. Este artigo procura explorar as dimensões retóricas e pragmáticas que sustentam a adopção da língua inglesa como língua de instrução – que invocam tanto uma suposta superioridade civilizacional como a necessidade de formar quadros locais – procurando associar a esta discussão as perspectivas estratégicas das elites locais, decorrentes dos processos de recomposição nas sociedades coloniais. [Autor: Rui Simões, pp. 116-131]

Os Três Prefácios da *Classificação dos Poetas*, por Zhong Rong: Tradução, Notas e Comentário
O presente texto oferece uma tradução para o português, com anotações e comentários, dos três prefácios da obra *Classificação dos Poetas*, escrita pelo literato chinês Zhong Rong da dinastia do Sul Liang. A *Classificação* foi a obra fundadora de uma tradição de crítica literária voltada para a análise e classificação sistemática de autores; o seu julgamento a respeito dos méritos e vicissitudes dos poetas que elenca continua a ter influência nos nossos dias. Os textos hoje chamado de “prefácios” descrevem os critérios que orientaram a composição da obra, bem como os princípios analíticos e de apreciação das composições poéticas. Além disso, os prefácios também são um documento importante de história literária chinesa; a sua periodização do desenvolvimento da arte poética entre as dinastias Han e as primeiras décadas da Liang mantém-se no geral inalterada. Para reforçar a significância académica do texto de Zhong, as anotações concentram-se no perfil socioeconómico dos autores abordados, o que não apenas estabelece a poesia como prática social mas também demonstra a sua ligação aos ciclos dinásticos. [Autor: Giorgio Sinedino, pp. 132-154]

ABSTRACTS

Representations of Women in the Works of Deolinda da Conceição, Maria Ondina Braga and Fernanda Dias: The Hard Ways of Emancipation and Exile

The works of Deolinda da Conceição and Maria Ondina Braga show the Macaense society during the decades of 1840-1860 and the female characters’ fight, many of them in exile, for their emancipation. The works also narrate the lives of the women who fought against oppression, extreme poverty or the millenary superstitions. In the case of Fernanda Dias’s works, the female representations were in a different historical context, in the years 1880-1890. Thus, taking as our corpus of analysis the works *A China Fica ao Lado* and *Nocturno em Macau* by Maria Ondina Braga, *Cheong Sam: A Cabaia* by Deolinda da Conceição and *Dias de Prosperidade* by Fernanda Dias, we will analyse the way the female characters fought for their emancipation and freedom, crossing the hard routes and frontiers of exile. [Author: Dora Nunes Gago, pp. 6-17]

Myths and Metamorphosis in Fernanda Dias’ Poetic Journey

Among Macao’s Portuguese writers, Dias stands out for her love affair with this ‘diminuto pedaço de chão’; also for the accuracy and intensity of her poetic diction. Very seldom has poetry been able to identify so completely with the locus it praises, up to the point of embodying the voice of the immemorial *Yi Jing* into the verse’s rhythm. The burning passion at work here brings her close to a poet like Sophia de Mello Breyner, as does the relationship between poetry and desire, as well as visionary perception, along with the oracular wisdom derived from the authenticity of poetic commitment. Dias challenges the ingenious conceptualisations of postcolonial studies, closely identifying with the other’s world; also, being at odds with her own passion, she finds herself inside

out orientalism and antiorientalism. We will go through her work in search of the myths with which she weaves the poetic journey. They will account for metamorphosis and redemption of passion by the grace of poetry. Her work encompasses diverse notes, unfolding her familiarity with some of the most interesting poetic movements of our time; however, it exhibits a defined course. When dealing with events placed along a chronological axis, ‘falling in love’ and ‘the invention of Sherazhade’, one travels back and forth unremittingly, recognising signs and omens in a display of profound coherence. To each poet his/her own myths. Let’s search for those proposed in this journey, which had its start in Macao and will inevitably return there. [Author: Vera Borges, pp. 18-27]

Insurrection in Silk: A Reading of A Cabaia, by Deolinda da Conceição

The short stories of Deolinda da Conceição are often analysed in the light of the author’s position in defence of the feminine condition, and of the incipient struggle for the emancipation of the Chinese woman against the ancestral oppression of a patriarchal society, full of superstitions, subjugated in a millenarian family structure. In parallel, Deolinda da Conceição, an enlightened woman of her time, gives us a glimpse of the two cultures she shares day by day: that of the homeland, geographically distant, but internalised in the cult of language and values; and of its naturalness, the place of birth. There is no dilemma or emotional conflict between nationality and naturalness, but the two strands are completed in the effectiveness of her writing, nurtured by the cultural fusion of centuries. The book *A Cabaia* by Deolinda da Conceição is named after a cloth garment, as well as the first of the 27 short stories that completed the book. The role of this icon of Oriental feminine elegance in the

plot could be interpreted, at first reading, as a metaphor of frivolous vanity, but the narrative is structured around the subtle use that Deolinda makes of the key objects, always attributing them a double, complementary value: personal and universal; intimate and social. Her vision of the city flows, lucid and attentive. It is not possible to read these texts without evoking genuine experiences, without remembering real places, memories of the city’s authentic past. In the reverse of the dramas of war, whose cruelty and courtship of horrors can only be intuited by the voice of those who lived them, pulsates a city in a struggle for survival. We read in these short stories, as in a carefully preserved illustrated album, the poignant yet delicate images of the quiet old city. [Author: Fernanda Dias, pp. 28-39]

The ‘Portuguese Women’ from Shanghai’ (1850-1952)

The study of the social role played by women in the Macao-Shanghai migratory movement and the social integration process of the ‘Portuguese from Shanghai’ only becomes relevant if contextualised in a more general framework of the context of migratory movements that constitute what we call ‘Macanese diaspora’. Recognising that the study of migratory phenomena is essentially the study of the social networks that support them, in the case of Macanese migrants these social networks are led by households who participated in the different migration flows, which include the example of migration between Macao and Shanghai. The analysis that we propose develops in this work part of the question of what social role women played in the construction of social networks in the community of ‘Portuguese from Shanghai’, to support the migration and to facilitate the social integration processes in the host societies. With

a cultural framework inherited in the society of the territory departure, the ‘Portuguese women from Shanghai’ built ways of being and living that illustrated the community’s ability to adapt to the characteristics of Shanghainese society. [Author: Alfredo Gomes Dias, pp. 40-53]

Macao’s Women: Portuguese Women/Macanese Women

The first inhabitants of Macao did not mix with the Chinese population. The mixture of Chinese blood that the Macanese absorbed throughout the centuries is due to, in part, to the cohabitation of Portuguese and Eurasians with their *muitsai*. Traditionally, Chinese women have a more obscure role in society, being dominated by patriarchal power. Family tradition still protects men; however, women have been acquiring more academic degrees and having a more active role in the job market. The two communities, Chinese and Macanese, grew closer together and the rights of women grew stronger. [Author: Leonor Diaz de Seabra, pp. 54-63]

The Hume Scroll of 1772 and the Faces behind the Canton Factories

The Hume scroll was recently purchased by the Hong Kong Maritime Museum, and provides a unique view into the history of the Canton trade. Because of its large size and incredible detail, it is one of the most important documents for the study of not only the Canton factories, but also the trade itself. With all the new data that has recently emerged about the trade, and with the new details provided on the Hume painting, we can now reconstruct the stories of almost all the buildings depicted in the scene. For the first time in the history of studying the Canton factories, we can actually identify many of the Chinese owners and residents of the buildings and the places where they conducted their businesses. The research shows that old ideas

of the foreign trade and the Chinese junk trade to Southeast Asia being separate entities are far from the truth. Not only were many of the same people involved in both trades, but they even operated out of the same buildings. The Hume scroll enables us to visualise these interactions like we have never been able to do before it was discovered. [Author: Paul A. Van Dyke, pp. 64-102]

Trading with Traders: The Wonders of Cantonese Shopkeepers

Aside from dealing with what they are expected to do in Canton, i.e. shopping in bulk, western traders bought all sorts of Cantonese arts and crafts, local produce, tea, wine and food in small quantities for personal use, for friends and family, or for sale upon their return home. The shopping alleys in the factories complex and the streets in the periphery were lined with shops serving a staggering selection of goods and crafts made in China exclusively for Western clientele, making this south-western part of the suburb one of the greatest shopping centres in Asia. The shops, many of them specialising in Chinese export art, were run efficiently with marketing strategies that dazzled the traders, who were often themselves keen businessmen and top-notch negotiators. They were conveniently located, offering ample supply. Most of the shops specialised in one individual kind of merchandise, securing themselves a niche in the market. One of the most successful tactics was to offer behind-the-scenes visits where potential customers could be entertained and enchanted by the production process. This worked particularly well with shops selling Chinese export paintings. Other secrets of success included competitive prices, not to mention the bargaining techniques of these Cantonese shopkeepers about whom many traders warned in their memoirs. Through a study of these shops, the shopkeepers, and the reasons for their success, this

paper intends to provide a picture of the interactions between western traders and a small group of local businesses and businessmen other than the better-known Hong merchants, and perhaps reveal another angle to the daily life of the western traders during their stay in China [Author: Maria Kar-wing Mok, pp. 103-115]

Waiting for Emigration: The Teaching of English Language in Goa and Macao (19th Century)

The application of the English Education Act in 1835 in India, following Macaulay’s Minute Indian Education, provided a new direction in Indian education with English as the official language in the British colonial context. A similar process occurred, some decades later, in the territory of Hong Kong, setting the relationship between English as a means of instruction and the emerging Chinese elites, among the resident population, in such a way as to integrate it into their identity strategies, especially in the last quarter of the 19th century. Though in distinct periods and contexts, the process of the economic satellitization of Portuguese colonial territories—namely Goa and Macao—in the face of the economic growth of the British territories, gave rise to a demand in both territories for schooling in English, which was perceived as a valuable tool| in anticipation of migratory flows to the British colonies. This paper aims to explore the rhetorical and pragmatic dimensions that support the adoption of English as a means of instruction — invoking oth a civilisational superiority and the need to train local staff—seeking to bring to the discussion the strategic perspectives of local elites, resulting from the processes of recomposition in colonial societies. [Author: Rui Simões, pp. 116-131]

The Three Prefaces from
Zhong Rong’s *Classifying
Poets*: Translation, Notes and
Commentary

The present text is a translation into Portuguese, with notes and commentary, of *Classifying Poets*’ three prefaces. Classifying was written by the Chinese literatus Zhong Rong (468?-518?) from the Southern Dynasty Liang. It founded one tradition of Chinese literary criticism, devoted to the systematical analysis and classification of poets, whose judgment on the merits and flaws of particular artists remains influential. The texts nowadays called ‘prefaces’ describe the criteria which oriented the organisation of the work, as well as the principles of analysis and appreciation of poetical compositions. Moreover, the prefaces are also an important document of Chinese literary history; their periodisation of the development of poetical art, from Han dynasty until the first decades of the Liang, has remained essentially unchanged.

In order to stress the scholarly relevance of Zhong’s text, the notes focus on the socio-economical background of the poets mentioned by him, which not only establishes the composition of poetry as a social practice, but also demonstrates how it is linked to dynastic cycles.

[Author: Giorgio Sinedino, pp. 132-154]



中國澳門
南灣大馬路567號大西洋銀行大廈12樓A-D座
澳門特別行政區政府文化局
學術及出版處

Divisão de Estudos e Publicações
Instituto Cultural do Governo da RAEM
Av. da Praia Grande No. 567
Edifício BNU, 12º andar A-D
Macau, China

Division of Research and Publications
Cultural Affairs Bureau of the Macao S.A.R. Government
Av. da Praia Grande No. 567
BNU Building, 12/F A-D
Macao, China

